

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – MNDH

**DIREITO
À MEMÓRIA
E À VERDADE**
Coletânea de Subsídios II
Artigos Científicos – Brasileiros

Brasília, junho de 2007.

O DIREITO À MEMÓRIA FAMILIAR história oral e educação não formal na periferia das grandes cidades¹

Olga R. de Moraes von Simson²

As pesquisas em demografia histórica têm mostrado que um dos componentes mais perversos da intensa globalização vivida por países em desenvolvimento como o Brasil, a partir dos anos 30 do século passado, tem sido o processo de migração interna. Ele tem trazido fluxos numerosos e sucessivos de famílias muito pobres das zonas rurais ou de pequenos núcleos urbanos interioranos para as regiões metropolitanas em rápida inserção nos padrões globalizados de produção e consumo.(1)

Esses migrantes pobres, com nenhuma ou mínima escolaridade, vêm em busca de trabalho e melhores condições de vida, principalmente no que concerne à saúde e escolaridade. Até os anos 80 do século passado, tais migrantes cumpriam o papel de um exército de reserva de mão-de-obra barata para o desenvolvimento industrial. Com os desenvolvimentos mais recentes da tecnologia, aplicados à produção industrial e aos serviços e devido à falta de investimentos e incentivos à construção civil, tais migrantes passaram a constituir uma força de trabalho descartada e imersa na pobreza e até na marginalidade.

Os migrantes que se localizaram em bairros populares periféricos das regiões metropolitanas ao longo dos últimos 70 anos, sempre foram vítimas de discriminação por parte da população citadina, mas para os que chegaram nas últimas décadas, ante a impossibilidade de inserção no mercado de trabalho regular e um conseqüente empobrecimento que os tem levado a buscar formas de sobrevivência alternativas no mercado informal ou até mesmo no tráfico de drogas, o nível da discriminação tem chegado ao que poderíamos chamar de um "apartheid velado".

Tal situação gerou nessas famílias migrantes mais recentes o desejo de apagar, para as novas gerações já nascidas na grande cidade, a memória do processo migratório que, sendo estigmatizadora, é negada aos jovens adolescentes. Assim, as raízes rurais ou interioranas do grupo familiar lhes são ocultadas, privando esses jovens de uma história familiar que lhes permita entender de onde provém o grupo familiar e qual o papel de seus pais e deles próprios no desenvolvimento do bairro e da cidade em que residem. A escola formal também não enfrenta o desafio de incluí-los adequadamente na história local e de discutir os processos discriminatórios de que são vítimas.

A pesquisa-ação que discutiremos aqui vem se desenvolvendo desde 2000 e buscou atuar sucessivamente em três bairros periféricos de Campinas (Vila Costa e Silva, Vila Castelo Branco e Jardim Campineiro), uma das regiões metropolitanas mais desenvolvidas no Brasil. Nelas, a metodologia da história oral foi transmitida aos adolescentes, associada a oficinas de educação não-formal, que buscavam desenvolver seus talentos no âmbito da criatividade, jornalismo, fotografia, vídeo, informática, hip-hop, samba de roda e teatro de rua.(2)

Os projetos de pesquisa-ação desenvolvidos ao longo desses três anos tiveram vários objetivos que privilegiaram:

Do ponto de vista da universidade:

- construir um conhecimento sobre a história do tempo presente dos bairros periféricos da cidade a partir da voz de seus próprios moradores, pois os dados históricos registrados em outros suportes empíricos sobre tais regiões da cidade, são muito restritos,

- colocar tais dados a disposição de pesquisadores interessados em desenvolver estudos a respeito desses bairros, gerando assim monografias de conclusão de curso, trabalhos de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado,

- realizar a formação de pesquisadores no campo da pesquisa-ação, no domínio da metodologia da história oral, da educação não-formal, do jornalismo comunitário, da arte-educação, tanto ao nível da graduação como da pós-graduação,

- desenvolver junto à população pesquisada uma mudança de mentalidade no que se refere à preocupação com a história local e a manutenção dos mais variados suportes empíricos que lhes permitam, no futuro, reconstruí-la com sucesso,

Do ponto de vista das comunidades pesquisadas e das instituições parceiras:

- permitir uma maior aproximação entre gerações vivendo em tais bairros (idosos e adolescentes) pela construção de pontes sólidas e transparentes, através da metodologia da

¹ DOSSIÊ MEMÓRIA – REPORTAGEM. *REVISTA COMCIÊNCIA* Nº 52 – Março 2004. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/memoria/01_shtml Acesso em 09/07/2007

² Professora da Faculdade de Educação da Unicamp e coordenadora do Centro de Memória da Unicamp. O projeto do Centro de Memória, ao qual o artigo se refere é financiado pelo CNPq e FAPESP

história oral que embasa o desenvolvimento das oficinas de memória local, música(hip hop e samba de roda), fotografia, jornalismo comunitário e vídeo,

- promover uma maior valorização dos idosos, como informantes privilegiados no processo de reconstrução da memória do bairro, salientando também o papel decisivo que tiveram nas conquistas sociais que resultaram em equipamentos e serviços que propiciam as atuais boas condições de vida nesses locais,

- construir, junto com os adolescentes, através do trabalho de reconstrução da trajetória recente dessas comunidades, a consciência de que foi a união entre os moradores, de forma organizada, na reivindicação de direitos e em busca de benfeitorias, que permitiu a elaboração de caminhos possíveis para a solução dos problemas comuns e a melhoria da condição de vida nos bairros,

- contribuir para a formação de lideranças entre os adolescentes participantes das oficinas,
- contribuir com novas possibilidades de aprendizado, pelas oficinas oferecidas aos adolescentes, que lhes possibilitem ampliar a gama de opções profissionais possíveis num mercado de trabalho que, a cada dia, se torna mais restrito para os jovens,

- fornecer a eles o domínio de novas tecnologias (gravação em áudio, fotografia, vídeo e informática) que os auxiliarão na penetração nesse fechado mercado de trabalho, como também na sua manutenção no mesmo, ao demonstrarem flexibilidade em vários campos de atuação, capacidade de decisão e persistência na busca de objetivos,

- fornecer a eles conhecimentos no campo das artes (música, poesia, teatro) que lhes permitirão o desenvolvimento de novos talentos, propiciadores de inserções diferenciadas no campo profissional e também o desenvolvimento de atividades construtivas de lazer, tirando-os da posição de meros consumidores passivos nesse campo o que lhes trará, no futuro, uma aposentadoria mais criativa, (3)

- permitir aos educadores sociais envolvidos no trabalho nas instituições parceiras conhecer formas diferentes de atuar junto aos adolescentes, introduzindo novos campos de trabalho, novas tecnologias e buscando municiá-los com exemplos concretos a serem utilizados no futuro, quando a parceria com a universidade cessar:

- permitir uma maior aproximação das instituições de educação não-formal, nossas parceiras nesses projetos, junto às famílias atendidas e à população do bairro, graças aos vários produtos gerados pelos projetos que divulgam o importante papel pedagógico de tais entidades: jornal mural, brochura, fanzines, exposição de fotografia, exposição de poemas e desenhos, saraus musicais e apresentações de hip-hop,

- selecionar entre os adolescentes participantes das oficinas aqueles que, por sua capacidade de liderança, personalidade, interesse e longa formação no campo da educação não-formal, possam ser preparados para exercerem o papel de educadores sociais na própria instituição em que foram formados ou em outras instituições afins,

- fornecer uma preparação teórico-metodológica para os adolescentes selecionados permitindo a eles inserirem-se adequadamente no campo de trabalho do terceiro setor, campo esse em expansão e carente de profissionais com boa formação,

- propiciar uma maior aproximação entre a universidade pública e os adolescentes dos bairros populares intensificando seu contato com o ambiente universitário e assim desmistificando o tabu da universidade pública como espaço das classes sociais mais elevadas e desenvolvendo neles a percepção de que o aluno universitário é também um adolescente, não muito diferente deles mesmos e que, portanto, a universidade pública pode estar ao seu alcance também. Os alunos monitores de graduação e de pós-graduação, que participam do oferecimento das oficinas, teriam papel relevante neste aspecto. Por outro lado, as visitas que fizessem ao Centro de Memória para pesquisar documentação ou realizar a transcrição das fitas gravadas nas oficinas de história oral cumpririam outro papel, também fundamental na construção de uma maior intimidade deles com o ambiente universitário, o que poderia gerar projetos futuros mais ambiciosos para tais adolescentes.

Para dar desenvolvimento a esses projetos de pesquisa-ação o Centro de Memória da Unicamp, uma instituição-memória atuando há vinte anos na região de Campinas, precisou construir parcerias com paróquias e instituições de diferentes origens (ONGs ou OSCs) que realizam atividades de educação não-formal em bairros da periferia da cidade. Essa seleção se deu através do conhecimento que fomos construindo sobre tal setor através dos cursos de educação não-formal que desde de 1989 vimos ministrando na Faculdade de Educação da mesma universidade e, mais recentemente, à supervisão de estágios, realizados pelos pedagogos, formados pela Unicamp, em instituições de educação não-formal de Campinas e de cidades próximas. Também vimos orientando monografias de conclusão de curso, dissertações de

mestrado e teses de doutorado que abordando aspectos da educação não-formal forneceram o embasamento teórico-metodológico para o desenvolvimento de tais projetos.

Contamos também com a parceria de colegas de outras áreas (história, antropologia, psicologia e jornalismo) e de alunos de graduação e pós-graduação (de multimeios, ciências sociais, história, letras e pedagogia) que integrando oficialmente ou voluntariamente os projetos somaram seus conhecimentos técnicos e metodológicos para o bom desenvolvimento dos mesmos.

Também funcionários do Centro de Memória que detêm conhecimentos técnicos no tratamento da documentação histórica, da fotografia ou no campo da informática aplicada (seja à construção de textos, ao trabalho com a imagem ou à editoração eletrônica) trouxeram voluntariamente sua colaboração aos projetos.

Apesar de contarmos no Centro de Memória da Unicamp com rica documentação sobre os diferentes períodos de desenvolvimento de Campinas e mesmo com uma importante bibliografia sobre a história da cidade, ainda assim sem o auxílio da História Oral, como diz Heloisa Liberalli Bellotto "o historiador não poderia atender satisfatoriamente aos ditames do seu ofício, reiterados pela "história nova". Isto porque ainda era preciso detectar as vidas, os pensamentos, as paixões de que fala Furet, fatores dificilmente palpáveis nos frios, (ainda que eloqüentes) documentos oficiais. Seria preciso que se contasse com a espontaneidade, a riqueza, o frescor, a fidedignidade e a transparência dos depoimentos orais. Trata-se de dados saídos de reminiscências e de lembranças que surgem com a naturalidade própria da oralidade e do descomprometimento atual dos entrevistados para com os fatos passados. Ao se repetirem, ao se cruzarem, se legitimam e se reforçam reciprocamente, constituindo a trama de fundo, perfeita para nela recaírem os dados arquivísticos tradicionais." (4)

Sendo a História Oral uma metodologia de pesquisa que transcende as fronteiras disciplinares, podendo ser utilizada por diferentes campos do saber dependendo unicamente de sua adequação aos objetivos da pesquisa a ser desenvolvida, foi esse conhecimento teórico metodológico presente entre a maioria dos membros integrantes das equipes de tais projetos e sua disseminação entre os adolescentes participantes das oficinas que embasou o desenvolvimento das mesmas e deu a interlocução necessária entre elas, permitindo assim a construção de objetivos comuns e explicitando a lógica da pesquisa-ação empreendida junto às várias comunidades estudadas.

Mercedes Vilanova diz em artigo recente: "Rememoración en la historia" (5) "uma memória viva felizmente, é sempre uma memória conflitiva." Ao colocar os adolescentes em contato direto com a geração mais velha dos bairros, homens e mulheres que mantêm a memória de sua criação e desenvolvimento, propiciamos a eles a oportunidade de realizar uma comparação entre a riqueza de informações que as lideranças locais possuíam sobre o passado recente da região e o silêncio que encontravam em seu círculo familiar. Eles assim puderam construir uma percepção clara da importância da organização dos moradores e da validade da luta por direitos e benfeitorias sociais.

Através das narrativas dos mais velhos, obtidas a partir de um roteiro de questões elaboradas pelos próprios adolescentes, foi surgindo a constatação de que nos anos 70 e 80 do século passado o nível de envolvimento da população local com os problemas do bairro e a participação dos moradores nos movimentos de reivindicação junto aos diferentes setores dos poderes executivo e legislativo locais, era muito mais intenso e diverso do que se vê hoje.

Principalmente na Vila Castelo Branco, bairro que pesquisamos em 2003, pudemos observar que baseada nessas lutas compartilhadas pela maioria da população existiu também, nas décadas de 70 e 80, uma vida social local muito mais intensa e constituída por festas, almoços comunitários, pequenas viagens nos finais de semana, campeonatos de futebol e quermesses. Além de organizar e manter o lazer das famílias, essa sociabilidade intensa construía laços de amizade e aproximava as várias gerações vivendo no bairro, formando o que os próprios moradores chamam de comunidade. A Igreja Católica, através da organização das comunidades de base, parece ter tido um papel relevante na organização e conscientização dessa população periférica de Campinas.

Com as conquistas dos equipamentos reivindicados (os municipais e os de âmbito religioso) expressos principalmente no Centro Social ou Clube do Trabalhador e no Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, tanto as atividades festivas e de lazer como as religiosas passaram a ser desenvolvidas em locais mais adequados e sob a égide de autoridades municipais ou da hierarquia religiosa, atuantes no local.

Se, por um lado, a infra-estrutura conquistada diferenciava o bairro dos outros agrupamentos urbanos populares da região e mesmo da cidade, orgulhando os moradores e era propiciadora de uma melhor qualidade técnica das atividades, por outro lado, a população foi perdendo o poder decisório e percebendo que agora, nessa nova estrutura, se fazia necessário obter a concordância

e o consentimento de autoridades (municipais ou religiosas) para realizar qualquer evento que utilizasse os novos equipamentos

Com a intensificação do tráfico de drogas e da violência entre quadrilhas existentes na região, que parece ter sido muito maior nesse bairro devido a sua configuração espacial que permite controlar facilmente a entrada e saída das autoridades policiais em seu território (6), tem ficado cada vez mais difícil obter das autoridades o consentimento para a realização de atividades organizadas pelos moradores em seu próprio bairro.

Assim, tem se observado na região, ao longo dos anos 90, a substituição do lazer comunitário organizado pelos próprios moradores, que engendrava laços familiares e de vizinhança mais intensos, pelo lazer comercializado, realizado fora do bairro, principalmente num shopping center muito próximo, construído na região para atrair os moradores dos vários bairros populares que a constituem.

Mas, tal tipo de lazer consumista impede a participação do contingente economicamente menos privilegiado constituído principalmente pelos jovens do bairro, em sua maioria ainda não inseridos no mercado de trabalho, que assim ficam pelas ruas, sem atividades programadas para eles, se tornando presa fácil da droga e do tráfico.

As três experiências de pesquisa-ação, realizadas pelo Centro de Memória, que se valeram das técnicas da metodologia da história oral, repassadas através da educação não-formal aos adolescentes dos bairros populares permitiram a eles construir compartilhadamente um novo conhecimento sobre a memória recente da região onde vivem. Possibilitaram também que reconstruíssem sua auto-estima, muito abalada pela visão negativa que a imprensa local constrói sobre os bairros populares da cidade. Eles puderam então, compreenderem-se como adolescentes descendentes de famílias migrantes (de outras regiões da cidade, de outros centros urbanos menores ou mesmo da zona rural) que, vindo para o bairro nos anos 60 do século passado, muito contribuíram para o segundo ciclo de industrialização da cidade. No contato com os mais velhos do bairro e ouvindo seus relatos passaram a construir o conhecimento que lhes havia sido negado sobre a trajetória migrante de suas famílias e sobre a memória recente do bairro onde residem, passando a integrar essa memória local no todo da história da cidade.

A pesquisa-ação que estamos desenvolvendo vem confirmar o que Ralf Bohnsack, sociólogo alemão que estudou grupos de adolescentes berlinenses (Hooligans, grupos musicais e gangs juvenis) e Wivian Weller, pedagoga que pesquisou grupos de hip-hop de Berlim e São Paulo já haviam apontado. Ambos os pesquisadores entrevistaram os jovens em grupo, através da metodologia da história oral e salientaram a grande importância, para os indivíduos de tal faixa etária, do conhecimento das raízes e das trajetórias familiares que, quando negadas ou fantasiadas, impedem os adolescentes de realizar um importante processo de desenvolvimento psicológico, próprio dessa fase, que é a passagem de uma agressividade concreta para uma agressividade sublimada no campo da arte.(7)

Mas, o resultado mais importante desse processo de autoconhecimento e reconstrução da auto-estima foi que, ao longo dessas descobertas alguns deles foram elaborando um sentimento de pertencimento ao local de moradia e à cidade, um desejo de auto-organização e busca de transformação da realidade local, o que demonstra o início da construção de uma noção de cidadania consciente e responsável.

Percebemos através dessas experiências, que a história oral associada à educação não-formal permite ao pesquisador/educador o papel de fomentador da construção de memórias compartilhadas, por duas diferentes gerações de um mesmo bairro.

Assim, buscando humanidades comuns, entre diversos socialmente falando, fomos conduzidos a uma melhor compreensão do "outro", que pode estar tão próximo de nós, mas ao mesmo tempo tão distante, numa grande metrópole globalizada.

Referências Bibliográficas

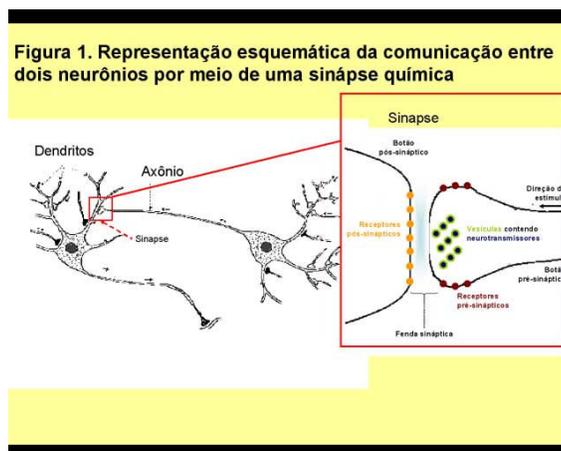
1. BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: CMU/Unicamp, 1999 (Col. Campiniana, vol. 9).
2. VON SIMSON, Olga R. de Moraes; PARK, Margareth B.; SIEIRO, Renata F.(org) *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: Unicamp, 2000; VON SIMSON, Olga R. de Moraes. *Educação Não-Formal, Hip-Hop e História Oral. Anais do Encontro da BRASA realizado em Atlanta/USA, 2002* (Meio digital); VON SIMSON, Olga R. de Moraes. *Collective Remembering, Hip-Hop, Non-Formal Education and Oral History*. In: *Proceedings of XII Oral History Conference. Pietermaritzburg. África do Sul, 2002* (Meio digital).
3. PACHECO, Jaime L. *Educação, trabalho e envelhecimento: histórias de vida, aposentadoria e depressão*. Campinas: FE/Unicamp, 2002

4. BELLOTTO, Heloisa. Prefácio. In *Catálogo de depoimentos orais*. Brasília: o Arquivo, 1994. (Arquivo Público do Distrito Federal. p. 14)
5. VILANOVA, Mercedes. Rememoración en la historia. In: *Historia antropologia y fuentes orales*. Memória rerum. n.30, 3ª. Época, año 2003, p. 23 a 40.
6. A força do tráfico de drogas ocupando espaços, amedrontando a população da Vila Castelo Branco e a resistência oposta por grupos locais a esse processo foram pesquisados por Gonçalves, José Roberto em seu mestrado desenvolvido no Departamento de Multimeios, Instituto de Artes, Unicamp sob o título: Espaço, tempo e memória: recompondo a trajetória das vilas populares de Campinas. O exemplo da Vila Castelo Branco, 2002.
7. BOHNSACK, Ralf (1989) Generation, milieu und geschlecht. Opladen Leske & Budrich. Bohnsack, Ralf/Loos, Peter/Schäffer, Burkhard/Städler, Klaus/Wild, Bodo(1995): Die Suche nach Gemeinsamkeit und die Gewalt des Gruppe - Hooligans, Musikgruppen nd andere Jugendcliquen. Opladen: Leske&Budrich. Weller, Wivian (2000). A construção de identidades através do hip hop: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers turco-alemães em Berlim. In Caderno CRH, n. 32 (Dossiê: Identidades, alteridades, latinidades) jan/jun, p. 213-232 Weller, Wivian (2002). O hip hop nas cidades de São Paulo e Berlim: orientações coletivas e estratégias de superação do racismo de jovens negros e jovens de origem turca. Trabalho apresentado no GT: Relações raciais e etnicidade, XXVI Encontro Anual da Anpocs, 22 a 26 de outubro de 2002, Caxambu.

COMO AS MEMÓRIAS CRIAM PERSONALIDADE³

André Frazão Helene e
Gilberto Fernando Xavier⁴

Memórias são fruto de experiências que alteram o funcionamento do sistema nervoso. No ser humano adulto o sistema nervoso é constituído por cerca de 100 bilhões de neurônios (células nervosas). Conectadas aos neurônios, há células especializadas para a recepção de informações (receptores sensoriais) que transformam diferentes formas de energia do ambiente (luz, som, odores etc) em atividade eletro-química, influenciando assim a atividade dos neurônios. Por outro lado, há neurônios que se conectam aos músculos e glândulas possibilitando a produção de respostas dirigidas ao ambiente. Cada célula nervosa emite projeções para milhares de outras células nervosas e recebe, por sua vez, projeções de outros milhares de neurônios. É no sítio de interação entre duas células nervosas, a sinapse, que a informação de uma célula passa para outra célula e que ocorre modulação do processamento de informações (e.g., Figura 1). Calcula-se que existam aproximadamente um quatrilhão de sinapses só no córtex humano. Se considerarmos como essas conexões podem ser combinadas para formar circuitos neurais, o número final é fabulosamente elevado – praticamente infinito – o que já nos dá uma primeira idéia da complexidade da estrutura que arquiva as memórias e origina os processos mentais, inclusive a personalidade.



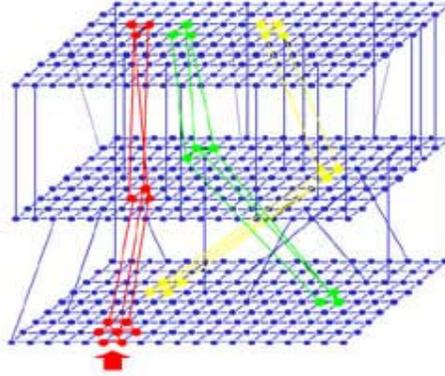
A construção do sistema nervoso e da personalidade

Ao longo da ontogênese do sistema nervoso, células dividem-se, migram, emitem processos (prolongamentos), conectam-se (através de sinapses) e morrem. Como o sistema nervoso desenvolve-se de acordo com princípios topobiológicos, cada célula, inicialmente equipotencial, tem um "destino" que depende da sua localização em relação a outras células, dos eventos que se processam nas regiões vizinhas e da estimulação do ambiente, além da atividade de diferentes regiões; ausência de estimulação ambiental em períodos críticos do desenvolvimento podem levar à morte celular. Assim, determinadas transformações só ocorrerão se outras ocorrerem previamente. Essas células constroem uma rede de interconexões (por meio de sinapses) que se altera plasticamente diante da constante estimulação do ambiente; conexões sinápticas pré-existentes podem ser alteradas e outras novas podem ser criadas em decorrência das experiências, gerando circuitos neurais (ou redes neurais) facilitados, o que constitui as memórias, levando a modificações na forma como o sistema processa informações (Figura 2). Estas mudanças interferem nos arranjos funcionais subsequentes e também em como o sistema processará uma nova informação. Isso significa que a percepção do ambiente e a maneira de reagir a ele dependem dessa história de experiências individuais - das memórias.

³ DOSSIÊ MEMÓRIA – REPORTAGEM. *REVISTA COMCIÊNCIA* N° 52 – Março 2004. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/memoria/01.shtm Acesso em 09/07/2007

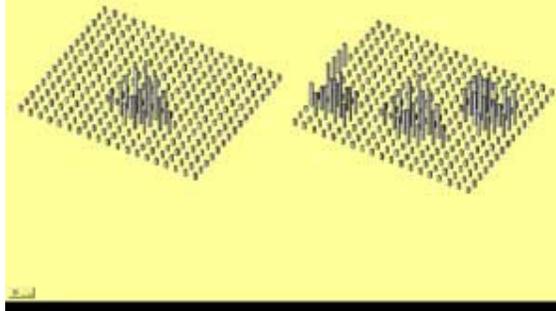
⁴ Professores do Departamento de Fisiologia, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo

Figura 2. Representação esquemática de uma rede neural. A rede representa 3 circuitos facilitados (nas cores vermelha, verde e amarelo)



Experiências novas geram ativações que contribuem para a formação de novas conexões; estas serão somadas àquelas já existentes, tornando-se assim um novo "nó" de ativação da rede a partir de um nó anterior. Nessas redes, conjuntos de nós representam informações da memória compartilhadas entre diferentes experiências (Figura 3). Essas redes, quando ativadas, levam à recordação; sua ativação pode iniciar-se num nó, por exemplo, devido a um estímulo sensorial relacionado ao original representado no nó; se a atividade deste nó for suficientemente intensa, ela pode espalhar-se para os demais nós da rede levando à recordação da experiência original completa. Por exemplo, quando encontramos um rosto conhecido fora do seu contexto usual, temos a sensação de familiaridade ("conheço essa pessoa de algum lugar...") e, com a insistência em recordar, acabamos por estimular o espalhamento da atividade daquele nó (o rosto da pessoa) para os demais nós relacionados, levando à recordação completa envolvendo aquela pessoa.

Figura 3. Representação esquemática da atividade das unidades ("nó") de uma rede nervosa durante a recordação de duas experiências relacionadas.

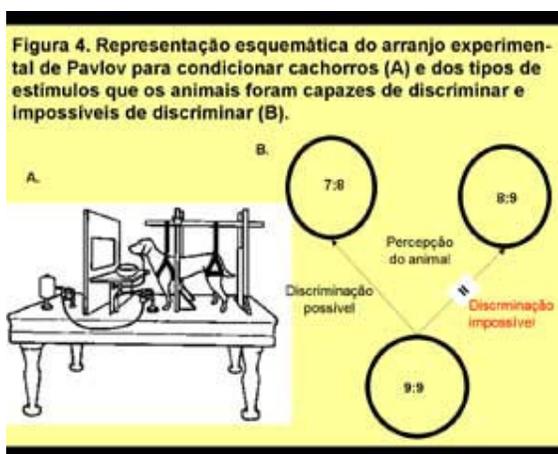


No nascimento, o sistema nervoso humano traz algumas dessas redes já formadas. Elas foram constituídas ao longo da evolução da espécie e representam memórias filogenéticas da espécie. Um exemplo interessante desse tipo de memória é o comportamento de mamar dos bebês; por exemplo, um comportamento extremamente complexo, que envolve a utilização de grande número de músculos de forma sincronizada e que é evocado por estimulação específica. Embora esse comportamento esteja "pronto" no nascimento, ele aprimora-se com a experiência, pela adição de novos nós à rede previamente estabelecida.

Em seu processo histórico de interação com o ambiente, o sistema nervoso reage não apenas a estímulos, mas também às contingências espaciais e temporais entre os estímulos, e também destes com suas respostas. Com o acúmulo desses registros sobre ocorrências anteriores, o sistema passa a identificar regularidades na ocorrência desses eventos, a partir das quais passa a gerar previsões (probabilísticas) sobre o ambiente. Desta forma, passa a agir antecipadamente. Uma das conseqüências desse processo é o desenvolvimento de intencionalidade; ou seja, como resultados almejados podem ser previstos com base nos registros sobre regularidades passadas,

o sistema pode gerar ações que levem aos resultados desejados. Se essas ações não produzem os resultados esperados, há substancial alteração do comportamento.

Por exemplo, Ivan Petrovitch Pavlov, cientista russo criador do teste de condicionamento clássico, condicionava cachorros a salivarem frente à apresentação de um círculo (eixos 9:9) (Figura 4) previamente associado à apresentação de alimento, mas não à apresentação de uma elipse. Então, Pavlov aproximava lentamente a forma da elipse à do círculo (Figura 4). Os animais eram capazes de distinguir os dois até um limite em que a elipse era composta pelos eixos 7:8. Porém, a partir do momento em que os eixos da elipse passavam a ser 8:9, os animais não eram mais capazes de distinguir os dois estímulos (Figura 4). Esta exigência era demasiada para a capacidade de discriminação do animal. A saliva punha-se a correr inicialmente diante da elipse, depois diante do círculo e, finalmente, diante de qualquer um deles ou mesmo de ambos, sem distinção. O cão punha-se a ganir e latir ferozmente para a tela de apresentação dos estímulos, tentava saltar da mesa e cortar as amarras com os dentes. Daí por diante o animal passou a reagir estranhamente. Salivava ao ver o experimentador, a sala de experimentos ou ainda qualquer outro estímulo não pareado com alimento. Aparentemente, a capacidade de discriminação do animal sofrera um colapso.



É difícil saber o quanto processos similares ocorrem em seres humanos; não seria ético testar seres humanos dessa forma. Porém, é sabido que o desenvolvimento em ambiente familiar que oferece poucas oportunidades para a pessoa identificar o que é e o que não é apropriado em seu próprio comportamento (não há regularidades claras e definidas) pode levar à depressão e à ansiedade.

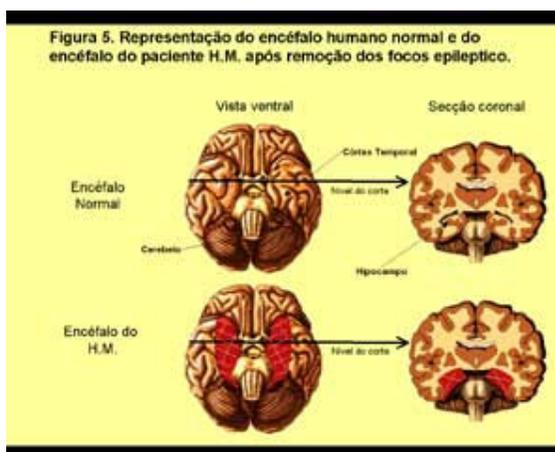
É praticamente impossível que dois organismos sejam expostos exatamente às mesmas sequências de eventos e estímulos do ambiente, pois eles ocupam posições diferentes do espaço. Assim, suas histórias de interação com o ambiente são diferentes, o que resulta em sistemas nervosos anatômica e fisiologicamente distintos, ainda que os patrimônios genéticos sejam os mesmos; isso permite explicar a diferença de personalidade usualmente observada entre as pessoas, inclusive gêmeos idênticos, porque um dos gêmeos pode desenvolver esquizofrenia e o outro ser completamente normal, e permite também afirmar que um clone de alguém jamais seria esse alguém. Esses processos conferem individualidade cognitiva e afetiva a cada pessoa. Assim, cada ser humano, por ser único no seu patrimônio genético e particularmente no seu patrimônio histórico, é singular na sua essência e criatividade, devendo ser respeitado e valorizado. Por outro lado, cada ser humano é capaz de absorver cultura (formar memórias a partir da interação com outros seres humanos). Assim, a melhor maneira de garantir o respeito e a valorização humana é por meio da própria história de desenvolvimento de cada um; por exemplo, por meio de uma educação familiar saudável e da educação escolar formal.

Módulos da memória humana

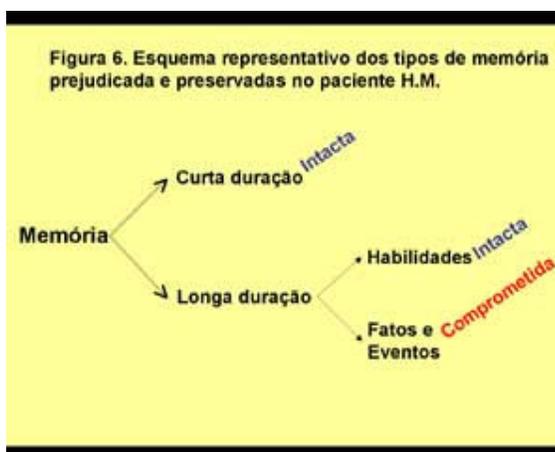
O estudo dos processos de memória vem se beneficiando do conceito de modularidade de funções, isto é, da noção de que memória compreende um conjunto de habilidades mediadas por diferentes módulos do sistema nervoso, que funcionam de forma independente, porém cooperativa. O processamento de informações nesses módulos dar-se-ia de forma paralela e distribuída, permitindo que um grande número de unidades de processamento influencie outras

em qualquer momento no tempo, e que grande quantidade de informações seja processada concomitantemente (Figuras 2 e 3).

A noção de que a memória não é uma entidade única é antiga e ganhou grande destaque após a descrição do quadro amnésico apresentado por H.M. Este paciente sofria de epilepsia intratável; os focos de origem da epilepsia estavam localizados nas porções mediais do lobo temporal (Figura 5). Visando aliviar a epilepsia, o paciente foi submetido a uma neurocirurgia para extirpação dos focos epiléticos, o que envolveu a remoção bilateral de parte do seu córtex temporal medial, amígdala e os 2/3 anteriores do hipocampo (Figura 5). Após a neurocirurgia, o paciente H.M. apresentou um quadro de amnésia anterógrada (não era capaz de formar novas memórias) e de amnésia retrógrada temporalmente graduada (não se lembrava de nada do que ocorrera imediatamente antes da cirurgia, mas a medida que se retrocedia no tempo até 2-3 anos, lembrava-se cada vez mais do seu passado; em relação ao período anterior a 2-3 anos antes da cirurgia, lembrava-se do seu passado como qualquer pessoa normal lembraria).

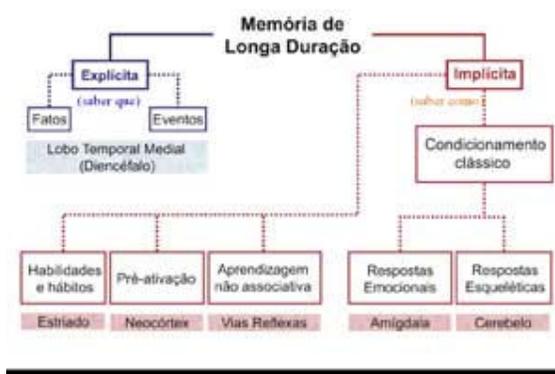


Embora não conseguisse adquirir novas memórias, o paciente H.M. era capaz de adquirir novas habilidades motoras, perceptuais e cognitivas, ainda que não fosse capaz de perceber que essa sua capacidade estava preservada. Por exemplo, se esse paciente fosse treinado numa tarefa de leitura invertida em espelho ou numa tarefa motora como datilografar, exibia melhora de desempenho similar ao de uma pessoa normal e era capaz de reter essa habilidade por meses ou até mesmo anos. Porém, quando perguntado sobre essa sua capacidade, dizia que nunca tinha sido treinado nessa tarefa; mesmo assim, se colocado na situação original de leitura invertida ou de datilografia, lia e datilografava prontamente, mostrando que tinha arquivado informações sobre os procedimentos envolvidos na tarefa. Portanto, o paciente sabia COMO realizar a tarefa, mas não sabia QUE era capaz de fazê-lo. Além disso, sua memória de curta duração estava intacta (Figura 6).



Esse tipo de resultado, confirmado em experimentos envolvendo outros pacientes amnésicos, levou à subdivisão da memória de longa duração e à proposta de envolvimento de diferentes regiões nervosas em cada uma delas (Figura 7).

Figura 7. Taxonomia dos sistemas de memória de longa duração.



A memória de longa duração se refere à retenção de informações por prolongado período de tempo. Ela pode ser dividida em dois tipos (ou módulos) diferentes (Figura 8). A primeira, chamada de declarativa (explícita ou "saber que"), se refere à habilidade de armazenar e recordar fatos e eventos de maneira consciente e passível de descrição verbal. Esta é tipicamente descrita pelo relato verbal (de onde deriva o nome "declarativa") mas também pode se dar através de reconhecimento ou de uma imagem. No exemplo do caso H.M. é exatamente esta modalidade de memória que foi perdida, fazendo com que o paciente não se lembre. Assim, esta modalidade de memória poderia ser descrita como um "saber que" (Figura 7). Diferentemente, a memória implícita ("de procedimentos" ou "saber como"), se refere à capacidade de aprender novas habilidades motoras, perceptuais ou cognitivas. Essas tarefas demandam treino longo e repetitivo e que muito dificilmente podem ser adquiridas de outra forma que não pela execução em si da tarefa em questão. Exemplos típicos desse tipo de memória incluem as habilidades percepto-motoras envolvidas em andar de bicicleta, datilografar e tocar piano ou violão; a sequência de movimentos envolvida em cada uma dessas habilidades depende de treinamento repetitivo, sendo difícil relatar como ela é acionada. Por exemplo, ao fazer uma curva o ciclista deve produzir uma inclinação do próprio corpo num ângulo que depende da velocidade da bicicleta e do ângulo da curva. É difícil relatar como essa inclinação é "calculada"; o fato é que após treinamento repetitivo a ação é realizada sem esforço. Assim, o conhecimento contido nesse tipo de memória manifesta-se pela execução habilidosa da tarefa, podendo ser descrito pela expressão "saber como". É exatamente essa habilidade que está preservada em pacientes amnésicos, tal como o caso paciente H.M. (Figura 7).

Memória operacional (inicialmente descrita como "de curta duração") é um conceito hipotético que refere-se ao arquivamento temporário da informação para o desempenho de uma diversidade de tarefas cognitivas, como manter uma conversa, fazer uma conta, planejar compras, entre outras. Diferentes tipos de evidência sugerem que ela é constituída de múltiplos componentes. Haveria um sistema atencional supervisor (SAS ou central executiva), cuja capacidade é limitada, que controla a manutenção de informações em sistemas de apoio (alça visuo-espacial e alça fonológica) enquanto essas informações são úteis (daí a natureza transitória da retenção) (Figura 8). Se uma determinada informação é considerada relevante, ela é arquivada temporariamente no retentor episódico e depois permanentemente na memória de longa duração (Figura 8). A central executiva estaria relacionada ao funcionamento dos lobos frontais, a alça visuo-espacial aos córtices occipital e parietal e a alça fonológica nos giros supra-marginal e angular do hemisfério esquerdo, estando relacionada à aquisição de linguagem. O cerebelo também parece estar envolvido no processamento da memória operacional.

Figura 8. Representação esquemática do conceito de memória operacional. S.A.S. = Sistema Atencional Supervisor



Em seres humanos normais esses módulos de memória funcionam de modo cooperativo e integrado, produzindo assim a sensação subjetiva de que a memória é um bloco monolítico. Mesmo assim, como vimos, eles dependem do funcionamento de diferentes regiões nervosas.

Preservando a memória... "mens sanae in corporae sanae" (mente sã em corpo são)

O encéfalo humano adulto pesa ao redor de 1,5 Kg numa pessoa de cerca de 70 Kg. Assim, mesmo correspondendo a apenas 2% do peso corpóreo, o encéfalo humano consome entre 20 e 25% de toda a energia disponível em nosso organismo. Parte dessa energia é utilizada na manutenção da atividade eletrofisiológica do sistema nervoso; a outra parte é utilizada na sua constante reconstrução estrutural, o que inclui a formação de sinapses e dos elementos necessários ao seu funcionamento. Tanto as substâncias químicas necessárias para essa constante reconstrução, como a energia (sob a forma de glicose e ácidos cetônicos) chegam ao sistema nervoso pela corrente sanguínea. Na presença de oxigênio (que também chega ao sistema nervoso pela corrente sanguínea), há produção de ATP, que é a fonte imediata de energia para as atividades celulares. Assim, além de uma alimentação diversificada capaz de fornecer todos os nutrientes que o sistema nervoso precisa, é importante que os sistemas circulatório e respiratório, além do excretor, funcionem satisfatoriamente; seu funcionamento deficiente prejudica o sistema nervoso e as funções de memória.

Assim, o primeiro passo para um bom funcionamento da memória é manter um "corpo são". Isto é, manter-se fisicamente ativo de modo que oxigênio e glicose cheguem ao sistema nervoso em quantidades suficientes para a manutenção de sua intensa atividade. O segundo passo é manter a "mente sã". Ou seja, manter-se intelectualmente ativo pois essa atividade é tão importante para o sistema nervoso como o treinamento físico é para o músculo. Atividades que envolvem o planejamento (por exemplo, do trajeto a ser realizado no supermercado ou na feira livre, visando o máximo de eficiência no trajeto das compras), raciocínio, aprendizagem de coisas novas, enfim, todas as tarefas que envolvem esforço intelectual trazem benefícios para o funcionamento da memória. Também o "ensaio" com informações consideradas relevantes facilitam seu arquivamento. Por exemplo, criar "estórias lógicas" sobre a sequência de números de um telefone ou uma senha de cartão de crédito, ou escrever um resumo sobre a matéria da escola que se está estudando, faz com que a pessoa mantenha essa informação ativa por mais tempo na memória operacional, o que facilita seu arquivamento na memória declarativa. E também a realização de esforço constante para resgatar informações pouco utilizadas da memória pois isso facilita a evocação de outras informações que não fizeram parte do treinamento.

A melhor forma de manter as capacidades intelectuais, inclusive a memória, é utilizá-las.

A MEMÓRIA⁵

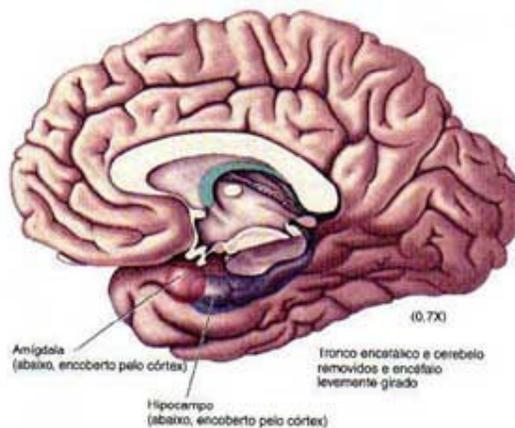
Daniela Martí Barros⁶

Existem certas experiências que vivenciamos, as quais não esquecemos. Por exemplo, uma visita às Cataratas do Iguaçu. A exuberância da natureza combinada com a abundância e a fúria das águas, sem falar que o ambiente mais parece uma "Torre de Babel", tal é a diversidade de línguas... inglês, espanhol, japonês, russo, português... Cada uma daquelas pessoas guardará aquelas imagens de forma particular, pois a memória mescla experiências vividas no ambiente com as nossas vivências interiores. Assim somos seres "únicos" porque aprendemos e lembramos das nossas experiências. O conjunto de memórias de cada um determina aquilo que se denomina personalidade ou forma de ser.

Poderíamos nos perguntar, mas afinal como se processa a memória? Se fôssemos defini-la de uma forma simples poderíamos dizer que memória é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações. A aquisição é também denominada de aprendizado. A evocação é também chamada recordação, lembrança, recuperação.

A memória de trabalho, também chamada de memória operacional, é a interface entre a percepção da realidade pelos sentidos e a formação ou evocação de memórias. Para exemplificar a memória de trabalho poderíamos dizer que é a memória de um número telefônico que alguém nos diz e esquecemos logo depois de discar. A memória de trabalho não forma arquivos duradouros, nem deixa traços bioquímicos. É funcionalmente distinta dos outros tipos de memória, as quais formam arquivos por meio de uma seqüência de eventos bioquímicos.

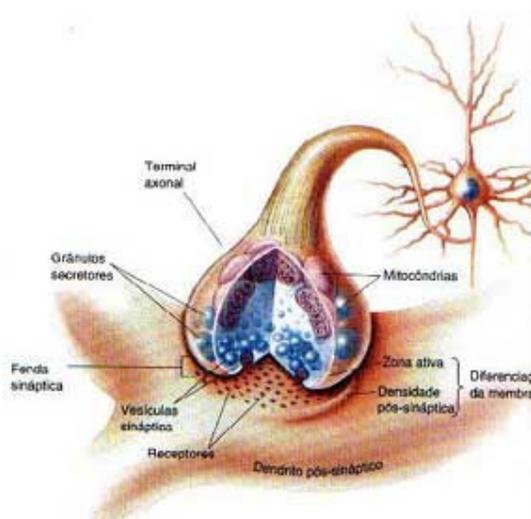
Costumamos classificar as memórias, em relação ao seu conteúdo, em dois grandes grupos: as memórias declarativas (aquelas para fatos ou eventos e qualquer informação que possa ser expressa conscientemente) e as memórias procedurais, as quais envolvem basicamente habilidades motoras e/ou sensoriais, também chamadas de hábitos. O processamento das memórias declarativas envolve o hipocampo, córtex entorrinal, além de outras estruturas corticais. Entre as memórias declarativas, aquelas que são mais "carregadas" emocionalmente (aversivas, emocionais) são fortemente moduladas pela amígdala (conjunto de núcleos nervosos situados nos lobos temporais). As memórias declarativas sofrem influência do estresse, do humor e da motivação. As memórias procedurais ou implícitas são adquiridas gradativamente e, além disso, evocadas de modo inconsciente. Para exemplificar melhor: as memórias procedurais são as nossas habilidades de montar quebra-cabeças, andar de bicicleta, nadar. As memórias de procedimentos ou implícitas sofrem pouca modulação pelas emoções e estados de ânimo.



Fonte: Neurociências (Bears, Connors e Paradiso, 2002, append cap 7)

⁵ DOSSIÊ MEMÓRIA – REPORTAGEM. *REVISTA COMCIÊNCIA* Nº 52 – Março 2004. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/memoria/01.shtml Acesso em 09/07/2007

⁶ Professora de farmacologia do Departamento de Ciências Fisiológicas da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, RS.



Fonte: Neurociências (Bears, Connors e Paradiso, 2002, fig. 5.2)

Do ponto de vista de duração, as memórias classificam-se em curta duração, a qual dura de alguns minutos a poucas horas, e a memória de longa duração que permanece dias, semanas e anos. Ambas possuem alterações (traços) bioquímicos. As memórias de curta e de longa duração são processos separados, mas interdependentes.

A memória é uma função do sistema nervoso. Os neurônios (células nervosas) emitem prolongamentos aos quais chamamos de axônios, que enviam informações através da liberação de substâncias, e dendritos que recebem as substâncias liberadas pelas terminações dos axônios. As substâncias liberadas pelos axônios são chamadas de neurotransmissores. Os neurotransmissores ao serem liberados em uma pequena fenda entre os neurônios, denominada sinapse, ligam-se em proteínas da superfície celular, denominadas receptores. O glutamato é o principal neurotransmissor excitatório (o qual apresenta um papel fundamental na memória), enquanto o ácido gama amino butírico (GABA) é o principal neurotransmissor inibitório. Existem muitos outros aos quais chamamos de neuromoduladores: a serotonina, a dopamina, a acetilcolina, a noradrenalina. Esses neuromoduladores modulam a memória e estão diretamente relacionados com o processamento das emoções, com o nível de alerta e estados de ânimo. Todos sabemos como é fácil aprender ou evocar algo quando estamos atentos e de bom humor, ao contrário, o quanto nos custa aprender qualquer coisa ou até lembrar coisas simples quando estamos cansados, deprimidos ou muito estressados. Todo esse processo é regulado por sinapses noradrenérgicas, dopaminérgicas e serotoninérgicas.

Além dos moduladores citados acima, a consolidação (armazenamento) da memória de longa duração sofre influência dos "hormônios do estresse", β -endorfina, adrenocorticotropina (ACTH), os corticóides, adrenalina, noradrenalina e vasopressina circulantes. Todos esses hormônios atuam através do núcleo basolateral da amígdala (responsável pela mediação de memórias emocionais). Com exceção da β -endorfina, que inibe a consolidação da memória em qualquer dose, os demais "hormônios do estresse" melhoram a consolidação em níveis moderados e a inibem em doses ou concentrações elevadas. Isso explica o que chamamos de "branco" quando estamos excessivamente estressados.

Nos últimos 15 anos houve um grande avanço nas neurociências, especialmente em relação aos mecanismos fisiológicos e moleculares da formação, consolidação e evocação da memória. No entanto, desde o final do século XIX que Ramon y Cajal (1893), postulou corretamente que as memórias consistem na modificação na forma e na função das sinapses envolvidas na formação dessas memórias. Este processo de modificação sináptica chamamos de plasticidade neuronal. Cada experiência vivenciada estimula o processo de plasticidade neuronal em diferentes espécies, que vão desde invertebrados aos humanos.

Estudos com mamíferos de laboratório, utilizando-se a tarefa de esQUIVA inibitória como ferramenta para formação da memória, nos permitem uma maior compreensão sobre os mecanismos neurais envolvidos na formação, armazenamento e evocação da memória.

A tarefa de esQUIVA inibitória baseia-se no aprendizado associativo, estabelecido por Ivan Pavlov, fisiologista russo, no início do século XX. Pavlov estabeleceu que nos aprendizados associativos, se um estímulo novo é pareado com outro "biologicamente significativo" (doloroso ou

prazeroso) o qual produz uma resposta (fuga ou salivação, por exemplo), a resposta ao primeiro muda, condicionada ao pareamento.

O implante de cânulas em regiões específicas, como hipocampo, córtex entorrinal, núcleo basolateral da amígdala, entre outras, nos possibilita infundir agonistas (drogas que ativam receptores) e antagonistas (drogas que se ligam aos receptores sem produzir efeitos) permitindo desvendar os mecanismos da memória. Em síntese, o que acontece quando realizamos uma experiência? Um neurotransmissor (glutamato), contido em vesículas dentro da parte terminal de um axônio, é liberado na fenda sináptica, atingindo receptores na superfície do dendrito. Em muitos casos, essa interação ativa "segundos mensageiros", que intermedeiam a ligação do neurotransmissor com o efeito final (o íon cálcio ou o cAMP), ativando enzimas que estimulam a síntese de mRNA, e determinam a produção de certas proteínas, as quais podem ser proteínas de adesão celular, receptores que modificam a estrutura e a função das sinapses. Este processo é chamado de plasticidade neuronal. Apresentado de uma maneira simples este é o mecanismo pelo qual a memória de longa duração é consolidada. Todo esse processo requer de 2-6 horas, por isso salientamos que a memória de longa duração não é adquirida imediatamente na sua forma final, sendo extremamente lábil nas primeiras horas depois de adquirida.

Embora possamos armazenar tantas experiências quanto possível, podemos dizer que tão importante quanto o armazenamento de informações é o seu esquecimento. O fenômeno do esquecimento é fisiológico e desempenha um papel adaptativo. Imagine só se fôssemos capazes de "guardar" tudo aquilo que vivenciamos com uma riqueza de detalhes, seria praticamente impossível, pois levaríamos boa parte do nosso tempo recordando cada detalhe vivenciado. No entanto, quando o esquecimento é patológico, e prejudica de maneira irreversível a vida cognitiva do indivíduo, estamos diante de um quadro de doença neurodegenerativa. A mais comum delas é a doença de Alzheimer. Na sua fase inicial o indivíduo esquece fatos mais recentes. À medida que a doença evolui, a memória remota do paciente é afetada, culminando com o não reconhecimento dos parentes e pessoas mais próximas, perda das habilidades e por fim da sua própria identidade. A doença de Alzheimer é causada pela hipersecreção de uma proteína chamada substância β amilóide, pelas células afetadas. Esta proteína é produzida normalmente pelas células nervosas, porém, na doença de Alzheimer, esse processo ocorre de forma exagerada. Ainda, a formação de emaranhados neurofibrilares causa a morte celular. Essas lesões ocorrem inicialmente no córtex entorrinal e, a seguir, no hipocampo. A utilização de fármacos para o tratamento da doença de Alzheimer, bem como de outras demências, até o momento, são pouco específicos e eficazes. Porém, está bastante claro que o exercício contínuo da memória em suas diversas formas pode prevenir ou ao menos retardar o aparecimento das demências e da doença de Alzheimer.

Diferente das memórias esquecidas são as memórias extintas. Estas permanecem latentes e não são evocadas, a menos que ocorra uma circunstância especial como a apresentação, de uma forma muito precisa, do estímulo (da situação) utilizado para adquiri-las e/ou com uma intensidade muito aumentada, uma "dica" muito apropriada. As memórias extintas podem ser evocadas, as memórias esquecidas não. A extinção se produz no hipocampo e na amígdala basolateral e requer expressão gênica, síntese de proteínas e vários outros processos bioquímicos e tem uma clara aplicação terapêutica no tratamento de fobias: síndrome do pânico, ansiedade generalizada e, sobretudo, estresse pós-traumático. Assim, se um paciente for exposto a uma versão amenizada da situação que lhe causou a fobia ou o trauma, acompanhado de psicoterapia apropriada, pode levar a eventual extinção da memória dessa situação.

Mesmo que nos últimos 15 anos o estudo dos processos cognitivos tenha apresentado avanços marcantes, muito nos cabe pesquisar para desvendar os "mistérios" que envolvem o "entendimento" da memória.

Referências Bibliográficas

IZQUIERDO, I. *Memória*. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2002.

MTT, Wong-Riley *Segredos em Neurociências*. Porto Alegre; ArtMed Editora, 2003.

IZQUIERDO, I e McGAUGH, J.L. Behavioural pharmacology and its contribution to the molecular basis of memory consolidation. *Behavioural Pharmacology*, 2000, p. 517-534.

ENTREVISTA: A memória pouco tem a ver com a verdade⁷

Delia Catullo Goldfarb, psicanalista, gerontóloga e pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, acredita que o conceito de memória pouco ou nada tem a ver com o conceito de verdade e que a lembrança é, de certa forma, ficcional. Nesta entrevista à **ComCiência** Goldfarb, que é também professora do curso de especialização em gerontologia e autora do livro *Corpo, tempo e envelhecimento*, da Casa do Psicólogo, 1998, fala também de como a memória constrói o presente.

ComCiência - Em um trabalho apresentado no Encontro Latino-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise, em outubro de 2001, a senhora afirmou que "se temos uma história é porque conseguimos registrar na memória os acontecimentos significativos de nosso passado, descobrir aquilo que permanece e o que muda, e assim, confirmar nossa identidade". Qual a importância da memória na formação da identidade ou personalidade de um indivíduo?

Délia C. Goldfarb - História, memória e identidade são conceitos diferentes, mas intimamente ligados entre si. Quando contamos nossa história, estamos falando de um "saber" sobre nós mesmos, estamos transmitindo aquilo que sabemos sobre os acontecimentos, afetos, sensações e sofrimentos que marcaram nossas vidas. Um saber que eu tenho sobre o que é meu 'Eu'.

Para que exista "minha história" devo me reconhecer nela como um indivíduo, como um protagonista permanente. Por isso dizemos que há coisas que não podem mudar e outras que devem mudar para construir uma identidade.

A história é um movimento de mudança permanente. Esse movimento faz com que eu me reconheça, me identifique com minha história, com a história de minha vida, quando a conto para alguém ou quando, simplesmente, penso nela. Se nada mudasse, eu não teria história para contar, pois tudo seria sempre igual. Se você aos 50 é a mesma que aos 15... Que história é essa? Em alguns pontos você é sempre a mesma, você será sempre fulana de tal, filha de outros fulanos. Mas hoje você trabalha nesta revista, aos 15 talvez fosse muito religiosa, e aos 40 talvez decida mudar de profissão e ser atriz, e mais tarde pode ser uma agnóstica. Isso irá criando subjetividades diferentes, diferentes modos de se colocar no mundo, diferentes formas de pensar e ver a vida, de se relacionar com seu próprio corpo, de se vincular com os outros. Mas em todo esse movimento, você vai conservar sua identidade, senão, você deixaria de ser você. Aí já entraríamos no campo das patologias.

ComCiência - Um dos conceitos mais discutidos por Freud e pela psicanálise é o do trauma. De que forma a memória pode ser afetada por um trauma?

Goldfarb - O trauma atua sobre a memória de uma forma muito particular. Quando há uma lembrança traumática, esta se caracteriza por não ser afetada pelas mudanças temporais, é como se retornasse sempre igual, não há elaboração possível, só repetição do mesmo. É como um sonho traumático, que se repete sempre igual. É uma memória que insiste na repetição e não na elaboração. Nesse sentido, não cria história.

ComCiência - Por que acontece o esquecimento?

Goldfarb - Sobre todo esse processo tem muita influência o mecanismo da repressão, que faz com que alguns conteúdos não possam ser lembrados. É um mecanismo que manda esquecer aquilo que em determinado momento poderia ser perigoso para a consciência. A memória existe porque existe o esquecimento. Se não tivéssemos a capacidade de esquecer, ter memória não faria o menor sentido, não precisaríamos dela. E a repressão atua em vários níveis, dependendo do grau de periculosidade do reprimido, por isso, alguns conteúdos são facilmente resgatados do esquecimento enquanto outros, nem sabemos que alguma vez existiram (embora continuem produzindo efeitos desde o inconsciente).

ComCiência - Até onde o que lembramos é fruto da realidade dos fatos e o que é ficção ou percepção?

Goldfarb - Tanto o conceito de história, quanto o de memória, pouco ou nada tem a ver com o conceito de verdade. Estes conceitos questionam a verdade. Nesse sentido, diria-se que a lembrança é sempre, de certa forma, ficcional. E a história de cada um é uma espécie de narrativa que cada sujeito cria em relação a si mesmo e na qual acredita plenamente.

ComCiência - O passado interfere nas lembranças atuais?

Goldfarb - Para ter uma história na qual possamos nos reconhecer como permanentes, devemos ter uma memória que registre esse passado. E aqui já estamos falando de tempo, que é

⁷ DOSSIÊ MEMÓRIA – REPORTAGEM. *REVISTA COMCIÊNCIA* Nº 52 – Março 2004. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/memoria/01.shtml Acesso em 09/07/2007

o outro conceito inseparável dos anteriores. A memória une o passado com o presente e permite que nos projetemos no futuro. Todo esse movimento une-se através do desejo que é como o fio que une as contas de um colar, que se não estivesse ali, encadeando as lembranças, seriam contas soltas e não um colar.

A história de um sujeito psíquico é a história de suas emoções, pois é a emoção que marca os fatos mais relevantes de nossas vidas. Aquilo que não nos afeta especialmente, é facilmente esquecido, e o que lembramos 10 ou 20 anos mais tarde é produto da emoção com que foi vivido e pode ser que não tenha nada a ver com o que aconteceu "de verdade". O lembrado é sempre depois do acontecido e nesse tempo que passa entre o acontecimento e a recordação, a pessoa vai vivendo, vai mudando, vai adquirindo novos códigos de análise das coisas e, em certo ponto, quem lembra não é a mesma pessoa que protagonizou aquele acontecimento agora lembrado. A lembrança vem "só depois" do acontecimento e esse tempo transcorrido muda muita coisa. A recordação é real pois é "nossa" realidade, só nesse sentido é "realmente verdadeiro".

ComCiência - No trabalho citado anteriormente, a senhora também afirma que "A memória não responde pela ratificação do passado e sim pela construção do presente". De que forma a memória "constrói" o presente?

Goldfarb - Isso que eu acabei de falar está ligado ao conceito de construção. Ninguém pode ter absoluta certeza da "veracidade" de suas lembranças. Nós nos lembramos a partir de um estímulo no presente e então vem a recordação de um tempo passado (pode ter sido ontem) e os dois tempos parecem se juntar em um só (Proust sabia muito bem disso). Constrói-se algo novo: a lembrança sempre deformada do passado mais os afetos daquele tempo, mais os afetos de hoje que lembro, mais o que sou hoje, mais o que já fui, mais o que foi me acontecendo nesse tempo todo. Tijolo a tijolo, vou construindo minha história, o que me identifica com o que sou. O que permanece e o que muda.

RESENHA: BOSI, Ecléa. *Memória & Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Editor, 1979⁸

Por Juliana Schober

"O narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história"

Walter Benjamin

"Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças"

Henri Bergson

Para que servem os velhos? Para lembrar, lembrar muito e lembrar bem. Esta é uma conclusão simples que pode ser tirada da leitura do complexo livro *Memória & Sociedade: lembrança de velhos*, da historiadora da USP Ecléa Bosi. Trata-se de um livro sobre memória social, ancorado na velhice - essa fase da vida inevitável que muitos jovens simplesmente ignoram.

"(...) não pretendi escrever uma obra sobre memória, nem uma obra sobre velhice. Fiquei na interseção dessas realidades: colhi memórias de velhos" escreve a autora, que dividiu o livro em dois capítulos iniciais teóricos e um último capítulo no qual se torna uma personagem narradora, tal como os oito personagens do livro.

As histórias dos personagens de Bosi mostram que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos, e isso não ocorre por acaso. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já *trabalharam*. Assim, é uma narrativa de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade.

O homem jovem e ativo, em geral, não se ocupa com lembranças - não tem tempo para isso. Dos jovens, a sociedade espera produção, e muitas vezes não se dá conta da violência implícita nesse processo. Produção nas indústrias, nas minas de carvão, produção de conhecimento - muita produção. Dos velhos, não. Deles, espera-se a lembrança. Mas quando não se valoriza essa função social, como acontece mais correntemente, há um esvaziamento e uma desvalorização dessa nova etapa da vida.

Mas não é só o tempo "socialmente permitido" que os velhos têm para se dedicar às suas lembranças. Bosi, em seu livro, lembra que os velhos têm uma memória social atual mais contextualizada e definida, pois são expectadores de um quadro já finalizado e bem delineado no tempo. Aos mais jovens, ainda absorvidos nas lutas e contradições de um presente que os solicita intensamente, falta experiência para lidar com as lembranças.

A relação estreita entre memória e trabalho mostrada por Bosi em seu livro, feita pela análise das vidas de seus personagens, e a constatação de que a função social da velhice, nem sempre reconhecida, não deveria ser perdida. A autora vê e mostra os velhos com afeto e compreensão e, ao final do livro, já não separa as suas próprias memórias das memórias de seus personagens. Ao contrário de outras publicações do tipo, não coloca os velhos em uma situação passiva, pois enquanto eles lembram, eles ainda "fazem".

O final do livro é afetuoso e valoriza o trabalho como ponto central da memória dos velhos: "A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia. Quando o Sr. Amadeu [um dos velhos que é personagem] fecha a história de sua vida, qual o conselho que dá? De tolerância para com os velhos, tolerância mesmo com aqueles que se transviaram na juventude: Eles também trabalharam".

⁸ DOSSIÊ MEMÓRIA – REPORTAGEM. *REVISTA COMCIÊNCIA* Nº 52 – Março 2004. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/memoria/01.shtml Acesso em 09/07/2007

PASSADO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos⁹

Edson Luis de Almeida Teles¹⁰

Resumo: A partir da análise da Lei de Anistia brasileira, de agosto de 1979, o artigo procura mostrar como a construção da história em nosso país tem sido empreendida pelo discurso oficial. O esquecimento dos momentos de maiores conflitos ou violência, momentos nos quais o Estado impôs o terror e aniquilou a ação política. Para compreendermos os conceitos de história, memória e esquecimento, articulados o discurso da política, recorreremos ao pensamento da filósofa judaico-alemã Hannah Arendt, para quem uma perda só pode ser reparada quando dela se contar uma história. A ação política só é livre nos momentos em que os homens podem narrar seus feitos e compartilhar um mundo. Procuramos dialogar com as idéias de intelectuais brasileiros que pensam a herança política de sociedades autoritárias. O objetivo do artigo é aprofundar o debate em torno da questão da memória política, a história, e sua importância para a ação política no presente

Palavras-Chave: história; memória, esquecimento; anistia; ação política; Hannah Arendt

*“Todas as mágoas são suportáveis quando fazemos
delas uma história ou contamos uma história a seu respeito”*
Isak Dinesen [1]

Introdução

Em agosto de 1979 o Congresso Nacional brasileiro promulgou a Lei de Anistia, concedendo indulto a todos que haviam cometido “crimes políticos ou conexos com estes”, ou seja, “os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” [2]. Na época, após 15 anos de regime autoritário no país, os militares cederam às pressões da opinião pública e a oposição aceitou a anistia proposta pelo governo, ainda que parte dos presos e perseguidos políticos não tenha sido beneficiada por aquela Lei [3]. Atualmente, os movimentos de direitos humanos apontam para a ingerência de uma política do esquecimento no interior da referida anistia. Observemos, nas palavras da historiadora Janaína Teles, organizadora do livro *Reparação ou Impunidade?*, como se processa a ação sistemática do regime militar em operar o esquecimento dos “anos de chumbo”:

A imposição do esquecimento iniciou-se ainda em abril de 1964, quando os primeiros assassinatos promovidos pelo regime civil-militar apareceram mascarados pela versão de suicídio e, quando a partir de 1973, principalmente, a destruição de opositores perdia sua eficácia, surgiram os desaparecidos: não mais havia a notícia da morte, um corpo, atestados de óbito — essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, tornando penosa a inscrição dessa experiência na memória coletiva. Sinistra construção do esquecimento esta orquestrada por meio do terror do desaparecimento de opositores políticos, porque deixa viva a morte dessas pessoas através da tortura que é a ausência de informações e de seus corpos. Aos seus familiares só é permitido lembrar sempre a ausência, reacendendo permanentemente o desejo de libertar-se de um passado que, no entanto, permanece vivo (TELES, 2000, p. 11-12).

A Lei de Anistia foi, de acordo com essa política do esquecimento, parte de uma tentativa de apagar da história os crimes cometidos pelo Estado, já que à época o regime combalida e “a intenção evidente do legislador (e disso ninguém tem a menor dúvida) foi a de anistiar os militares e policiais envolvidos em atos de repressão violenta”, negando às vítimas “o direito fundamental à verdade” [4].

Entretanto, o que nos interessa não é remontar as condições históricas daquele período, nem mesmo suas repercussões no período de reconstrução da democracia. Interessa-nos a questão do

⁹ REVISTA URUTÁGUA. Ano I, nº 03, dez 2001, Maringá, PR, ISSN 1519.6178 Disponível em www.urutagua.uem.br//03teles.htm Acesso em 09/07/2007

¹⁰ Mestrando do Departamento de Filosofia da FFLCH/USP, sob orientação do Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, com apoio da FAPESP.

esquecimento, do passado e da memória, de como a história deve lidar com esses conceitos e de que maneira pode-se articular esse passado com a ação política no presente.

Para entendermos as relações entre o passado e o presente, sua importância para a ação política e para o futuro, recorremos ao pensamento político da filósofa judaico-alemã Hannah Arendt, que ao refletir sobre o aniquilamento do político e da liberdade nos regimes totalitários do século XX, aponta para uma ruptura entre o passado e o futuro, uma incapacidade do humano em articular um sentido para sua estada no mundo. O sentido a que a autora se refere é introduzido por meio do debate entre os homens acerca do mundo que herdaram e partilham, e da ação que podem realizar, dando visibilidade às coisas humanas e constituindo os valores que irão orientar suas ações.

A ruptura entre o passado e o futuro

Ao indicar a existência de uma brecha entre o passado e o futuro, um espaço e um tempo no qual nossas antigas referências estão esgarçadas e dissolvidas em memórias oficiais sem sentido, Hannah Arendt cita o poeta e escritor francês René Char, quando é comentada a herança do movimento francês de resistência, ao fim da 2ª Guerra: “notre héritage n'est précédé d'aucun testament” [5] (ARENDR, 1997a, p. 28). Esse aforismo de Char nos remete ao centro da questão, mostrando a situação atual da condição humana, na qual existe um bloqueio no acesso aos “tesouros” do passado e da tradição. Não recebemos de nossos antecessores nenhuma herança que pudesse nos legar seus conhecimentos. Nas palavras de Hannah Arendt:

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição — que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor — parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem” (ARENDR, 1997a, p. 31).

Essa ruptura com o passado, especialmente no campo da política, se deve a um lapso da memória, tanto por parte daqueles que deveriam herdá-la, quanto dos atores e testemunhas das ações passadas. Isso se deve ao fato de que a memória, enquanto um modo do pensamento, torna-se ineficaz sem um quadro de referências que lhe permita reter o conhecimento. Essas referências são o acabamento que todo acontecimento vivido deve ter, suas reflexões, questionamentos e lembranças. Para que o presente possa usufruir dessa herança do passado é preciso que a memória seja articulada e retomada, com o fito de construirmos uma história e, dessa forma, fazer uso do “tesouro perdido”. Para entendermos melhor a importância da história e suas relações com a memória e o esquecimento no pensamento de Hannah Arendt é necessário fazer uma resenha de como esses conceitos se desenvolveram no percurso da experiência humana.

Heródoto afirmava ser o papel da história o de “preservar aquilo que deve sua existência aos homens, [...] para que o tempo não o oblitere” (ARENDR, 1997a, p. 70). Assim, a história teria por objetivo salvar os feitos humanos, conferindo-lhes um caráter de imortalidade em oposição ao ciclo vital do homem de nascimento e morte. As interrupções que rompem com o cotidiano da vida são os temas da história. Se os homens pudessem usufruir de uma imortalidade ao narrar seus feitos e palavras para a posteridade estariam encontrando seu lugar no cosmo. A capacidade humana de realizar essa inversão, da vida biológica à imortalidade, era a *mnemósine*, isto é, a recordação. A história desempenhava o papel de imitadora da ação, realizando a reconciliação do homem com a realidade por meio das lágrimas da recordação, fruto da catarse, quando ator, autor e espectador são uma mesma pessoa. A solução da historiografia grega não era filosófica, mas poética — os poetas e historiadores conferiam fama imortal aos feitos e palavras fazendo-os perdurarem mesmo após a morte de seu autor. Isso gerou uma separação entre os historiadores e os filósofos, que atingiu seu ponto alto com a filosofia de Platão, para quem imortalizar significava estar entre as coisas que existem para sempre, ou seja, entre as idéias, que não dependem das palavras e feitos para serem apreendidas.

O fundamento do moderno conceito de história, surgido nos séculos XVI e XVII, está na dúvida cartesiana que proclamava a impossibilidade do homem confiar nas evidências do sentido e das faculdades humanas. A época moderna começou quando o homem descobriu o telescópio e pôde constatar que aquilo que antes lhe parecia uma verdade aos olhos corpóreos, se mostrou efêmero e incerto, sendo os sentidos uma fonte de erro e ilusão. A consequência imediata disto para o conceito de história foi a constatação de que, por um lado, o homem é incapaz de conhecer o mundo que lhe é dado, e por outro, que ele deve conhecer aquilo que faz. Com base nesse raciocínio Vico voltou-se para a história entendendo que aquilo que o homem não fez, a natureza, lhe é inacessível; e a

história, que é feita pelos homens, pode ser conhecida. A partir daqui, a ênfase do conhecimento deslocou-se para os processos, com o intuito de determinar de antemão aquilo que o homem fez e aquilo que lhe é dado pela natureza. A história deixou de ser, como nos antigos, uma tentativa de dar uma efetividade para o efêmero dos negócios humanos e tornou-se uma busca por processos fabricados. O conceito de processo implica na universalização do significado do acontecimento: dissocia-se o singular e específico do significado universal, passando a existir 'A História' em detrimento das 'histórias'. Com as revoluções industrial e tecnológica o homem passou a dominar a força dos elementos naturais, ao introduzir esses elementos no mundo, apontando para uma conexão entre natureza e história.

No início da época moderna a idéia de que o homem poderia conhecer somente aquilo que faz, apontava a ação política como ponto elevado dos negócios humanos. Marx, um dos principais pensadores da práxis, concordava com Vico que a história era feita pelo homem, o que não ocorria com a natureza. A dialética determina leis de movimento que têm como consequência a idéia de que o processo histórico possui um início, bem como um fim. A filosofia política de Marx se baseava em uma análise da história como uma projeção do futuro, uma orientação para a ação rumo ao fim desejado. Sua contribuição às tendências do pensamento contemporâneo foi marcante e colaborou para a ruptura com a tradição do passado. A contemporaneidade contestou as formulações da tradição e transformou o conceito de teoria: esta deixou de ser um sistema de verdades estabelecidas para dar lugar ao "acaso na natureza, a contingência na história e a fortuna na ética e na política" (CHAUÍ, 1996, p. 22). É assim que Marilena Chauí, no artigo *Contingência e Necessidade*, define a fortuna:

Personificada como deusa, na mitologia greco-romana, na literatura e na pintura, a Fortuna é representada emblematicamente como uma jovem nua, com o zodíaco como cinta, um manto branco esvoaçante ao vento, seus pés sobre um globo, numa das mãos a cornucópia e noutra a roda que faz girar sem cessar. Inconstante, caprichosa, cruel, meretriz, volúvel, inconseqüente, a Fortuna é o signo e o símbolo da adversidade e da felicidade imprevistas, da relação do homem com a exterioridade e com o tempo" (CHAUÍ, 1996, p. 20).

Desde os gregos até a época moderna que essa contingência na história e nos assuntos humanos tem sido nomeada por fortuna (*tyche*, para os gregos). Na tradição do pensamento ocidental a teoria, em nome da razão, foi criada pela filosofia para se contrapor aos desígnios da fortuna. Podemos dizer que o esforço da razão ocidental foi no sentido de compreender e dominar a imprevisibilidade da ação humana. Na contemporaneidade, a contingência e o acaso nos acontecimentos tornaram-se nosso meio de acesso e compreensão da realidade e da ação, apontando para uma crise da razão. Dessa forma, a brecha que se abre entre o passado e o futuro é ocupada por mitos e religiões.

O sentido da história

Na concepção de Arendt a história deixa de ser uma sucessão de eventos, um tempo homogêneo e vazio, para ser pensada por meio dos rompimentos que quebram o *continuum* histórico. Para a autora o que importa na retomada do passado é a possibilidade de narrar experiências do político que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos políticos do presente, encontrando assim correspondências entre o passado e o presente. A história busca o passado fragmentado e não transmitido pela tradição, composto pelas memórias esquecidas, as que somente podem ser contadas pelos que pertenciam às causas políticas derrotadas ou minoritárias. O presente não esquece, nem domestica o passado.

Recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente. Ao recorrermos a memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente. Um sentido histórico só pode ser apreendido se o acontecimento passado for interrogado. A reflexão a que almeja o conceito de história proposto por Hannah Arendt consiste em um duplo movimento de resgate: por um lado, recupera os acontecimentos e fatos históricos em suas particularidades e de acordo com sua importância para o presente; e, por outro lado, a partir desse sentido recuperado da história, elabora os conceitos e valores políticos que utilizamos no manejo dos eventos cotidianos.

Contra o esquecimento, o desejo

É possível perceber uma certa tensão entre os conceitos de memória e história que se deve a uma fundamental distinção existente entre as duas palavras. Em artigo no caderno *Mais!*, José Murilo de Carvalho observa que, segundo Ernest Renan (1823-1892), para a criação e o desenvolvimento de uma nação é preciso que ocorra um esquecimento e se permita o erro ao escrever a história, pois os acontecimentos que possibilitam a edificação de uma nação se dão “mediante o uso de muita violência” [6]. Para que se possa construir os elementos nacionais — mito de origem, documentos e ancestrais comuns, heróis, folclore etc. —, com a produção de uma narrativa histórica, as violências têm que ser esquecidas a fim de que não haja risco à institucionalização do sentimento de unidade nacional. Ainda seguindo o raciocínio de Renan, José Murilo pondera que o avanço dos estudos históricos pode se constituir em um perigo para a construção de uma nação ao mostrar os erros e esquecimentos da memória oficial, criando uma história fria, sem um compromisso forte com a sociedade. Dentro do contexto do qual extraímos os conceitos em discussão, o esquecimento de que tratamos é em relação à falta de preservação de alguma memória acerca da violação dos direitos humanos. Assim, esta reflexão nos leva a pensar em uma memória da condição humana e não nacional. Como vimos, essa ‘memória nacional’ está relacionada a uma série de elementos que constituem uma nação, digamos, sua trajetória oficial. Já a memória é a soma das características do testemunho tanto dos atores e autores dos feitos humanos, quanto de seus herdeiros no presente, independente de limites geográficos.

O exercício da política, e mesmo nossas relações pessoais de afeto, podem exigir uma certa dose de esquecimento, quando este é entendido como uma tentativa de construir um futuro melhor. No pensamento jurídico ocidental só pode haver justiça se o crime for esquecido e um grau de perdão pelo passado for considerado, pois “a justiça não está na restauração de um equilíbrio sempre mítico, mas na produção de um futuro que tenda, mesmo nunca o realizando, a algum equilíbrio” (RIBEIRO, 2000, p. 140). Por outro lado, ao refletir sobre um crime podemos ser levados à tentativa de desfazer aquilo que de negativo foi feito e retornar a um passado que supomos bom — e esse é o desejo de vingança. A produção de um futuro com menos conflito somente se realiza com o fim da violência provocada por intermináveis vinganças e retaliações [7]. O fato é que nossa sociabilidade está construída sobre conflitos e fraturas, produtos da fragilidade da ação humana, que no mundo atual, diante das grandes desigualdades sociais e políticas, contribuem para a formação de identidades pela dor — grupos sociais que se identificam pela dor provocada por alguma agressão que sofreram —, em princípio benéficas à ação, mas que em demasia torna impossível a superação daquilo que provoca sofrimento. Segundo Renato Janine Ribeiro, para que o novo apareça na política é preciso que se supere o sofrimento: “não penso que a insistência em apenas uma dimensão da vida — e naquela que nos dói mais, como a do judeu que jamais esquece Auschwitz — ajude a construir uma experiência social que permita a novidade”. É possível realizar o esquecimento? Como podemos operá-lo? De que maneira é possível purgar a dor?

Das interrogações acima, podemos iniciar a reflexão sobre como operar esse esquecimento: Aristóteles afirmava que “por meio do terror e da piedade” a tragédia opera “a catarse das paixões dessa ordem” [8]. Um dos sentidos possíveis para a palavra grega catarse é ‘purgação’, algo que na tragédia grega tem lugar no espectador. Ao assistir à encenação do sofrimento de outrem, o espectador se identifica de tal forma que passa a realizar em seu interior a ‘purificação’ dos sentimentos perturbadores de sua condição humana. A narrativa da tragédia equivale aqui com a narrativa histórica e, neste caso, podemos ver como uma identidade pela dor pode impulsionar a ação política, desde que consiga transformar a dor em conhecimento. Segundo Nicole Loraux, para os gregos a lágrima rolada dentro do teatro “é o que se sofre, o sofrimento, mas também a experiência que, para os humanos, se adquire somente na dor” (LORAUX, 1992, p. 27). O esquecimento adquire assim a forma do luto e sua operação não impõe o silêncio. No livro *A Sociedade contra o Social*, Renato Janine Ribeiro comenta como a omissão em relação ao passado pode redundar em um futuro infértil:

Mas não será por silenciar, por omitir o acerto de contas que nunca fizemos com o passado, que temos tanta dificuldade em construir um futuro? Enquanto não conseguimos separar os tempos verbais, julgar e enterrar o passado, enquanto, pior de tudo, nem sequer o tentamos, continuamos brincando de enternecer o futuro (...), dele fazendo um prolongamento bastante infantil do presente, um momento de presença histórica (RIBEIRO, 2000, p. 96-97).

O recurso à filosofia política clássica permite-nos identificar que, segundo Jean-Jacques Rousseau, o poder político soberano é a expressão da vontade geral dos cidadãos [9] atualizado na

democracia moderna com a máxima de que será exercida por representantes escolhidos livremente. Para a manutenção desse poder é preciso que o consentimento dado pelos habitantes ao seu Estado seja renovado incessantemente. Sendo assim, não é suficiente a fabricação de uma 'memória nacional', mas torna-se necessário que essa memória seja reciclada em consonância com a vontade de seus cidadãos. Se houver um divórcio da população em relação à memória com a qual se tenta constituir a sociedade, a ação política torna-se impossível, orientando-se por valores sem sentido, por caminhos desencontrados, em uma reedição do 'ame-o ou deixe-o'. E este é o modelo da história oficial, no qual o passado é retomado de forma concomitante a um ignorar-se dele, desfazendo-se dos erros recentes, voltando nossa 'memória nacional' ao 'zero' (o início da história), zerando também os erros do passado. O que ocorre na narrativa oficial é uma mitificação do passado, que passa a servir como enredo para o presente, a serviço de uma ideologia dominante. Além disso, uma apropriação peculiar do conceito de representação política, já realizada na história pelo nazi-facismo e por algumas monarquias, permite que esse conceito sofresse uma inversão durante o regime militar: "é porque se governa que se é representante" (CHAUÍ, 1987, p. 32). Ao assumir o poder os militares passaram a representantes da sociedade identificando-se com a vontade geral, sendo esta expressa pelo signo da Segurança Nacional.

Assim sendo, a memória oficial brasileira, na maior parte dos casos fruto das negociações políticas, provoca o desejo de atualização das palavras e feitos da luta de resistência ao regime militar. Esse desejo, expressão da memória que incita a reflexão acerca do ser na história e na ação política, é o anseio de encontrar as origens e o trajeto dos acontecimentos políticos vividos. As nossas frágeis democracias têm-se legitimado com contratos sociais e pactos políticos fabricados em minuciosas negociações em vez de se constituírem por meio do exercício da memória e da política. "Durante os momentos mais duros da ditadura, 'pensar em democracia' foi em si um exercício perigoso, uma expressão do desejo" [10]. Hoje, na construção da democracia, pensar no que foi e significou o regime militar para o presente também se encontra no campo dos anseios e desejos, pois há os que temem que esse passado recente possa ameaçar a democracia. Entretanto, pensar que o olhar sobre o passado impede o desenvolvimento dos acontecimentos e que os erros históricos devem ser esquecidos é não perceber que a perda do passado equivale à trágica privação de sentido na existência humana.

Notas

- [1] Epígrafe usada por Hannah Arendt, no início do capítulo V, sobre o conceito de ação, do livro *A Condição Humana* (ARENDR, 1997b, p. 188).
- [2] Lei de Anistia, nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.
- [3] As pessoas anistiadas foram aquelas que sofreram processo formal ou tiveram seus nomes publicados em listas de procurados. As pessoas não oficialmente procuradas, não foram anistiadas. Os mortos e desaparecidos políticos também não foram anistiados e o paradeiro de seus restos mortais não foi esclarecido. Por fim, a anistia não beneficiou os presos políticos envolvidos em crimes de sangue. Cf. caderno Anistia. 20 anos de luta! Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 1999.
- [4] Cf. Fabio Konder Comparato em *Reparação ou Impunidade?* (apud, TELES, 2000, p. 67).
- [5] "Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento" (trad. nossa).
- [6] Cf. José Murilo de Carvalho, caderno Mais!, *Folha de São Paulo*, de 12 de novembro de 2000, p.18-19.
- [7] Ainda que nosso conceito moderno de justiça não considere de forma alguma a vingança, seria pertinente refletirmos sobre uma política onde o verbo *vingar* fosse tomado em sua acepção construtiva, isto é, no sentido de lograr, crescer e prosperar, a fim de que possamos dizer que a democracia vingou. Nesse caso, poderíamos pensar em uma política democrática com a punição dos culpados pelas violações dos direitos humanos durante o regime militar, a averiguação das condições em que aconteceram os crimes e a localização dos restos mortais dos desaparecidos.
- [8] Cf. ARISTÓTELES. *Poética*, 1449b.
- [9] Cf. ROUSSEAU, J.J. *Do Soberano*, no cap. VII do livro I do *Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 34-36.
- [10] Cf. SOSNOWSKI, Saúl. In: SOSNOWSKI, Saul; SCHWARTZ, Jorge (Org). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994, p.18

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia e Política no Pensamento de Hannah Arendt* (doutorado). São Paulo: DF/FFLCH-USP (mimeo), 1998.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997a.

_____. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

CHAUÍ, Marilena. A Tortura como Impossibilidade da Política. In: *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Contingência e Necessidade. In: NOVAES, Adauto (org). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, André. *O Pensamento à Sombra da Ruptura: Política e Filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LORAU, Nicole. A Tragédia Grega e o Humano. In: NOVAES, Adauto (Org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Sociedade Contra o Social: o Alto Custo da Vida Pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso Comum e Modernidade em Hannah Arendt*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TELES, Janaina. *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2000.

TESTEMUNHO, JUÍZO POLÍTICO E HISTÓRIA¹¹

Fernando Kolleritz¹
UNESP/Franca

Resumo: A partir de um comentário sobre as propriedades características do gênero testemunhal, descrevem-se as respectivas situações ideológicas que presidiram à recepção de depoimentos sobre os campos de concentração nazistas e comunistas quando da sua publicação no Ocidente. Ao sublinhar a dimensão moral do testemunho e mostrar que os saberes dele advindos baseiam-se em práticas de reconhecimento, aponta-se, complementarmente, para situações em que o historiador vê-se por ele interpelado. Situações em que sua arte depende unicamente do ouvido que prestar ao apelo testemunhal. Nesse momento o testemunho não é mais fonte, pode tornar-se algo como um ultimato. Permutadas, assim, as posições, não fica o historiador exposto ao testemunho, carregando a inteira responsabilidade de sua audiência? Não *deve* o cultor de Clio a certos endereçamentos, por lacunares e subjetivos que sejam?

Palavras-chave: Testemunho; Totalitarismo; Narrativa; Veracidade; Autenticação.

A verdade sobre os campos, estabelecida por esses que a vivenciaram, pode só ela descobrir até os seus confins a natureza real do terror stalinista. O pavor que assoma o leitor abre sua inteligência à lucidez social.

David Rousset

UM GÊNERO LITERÁRIO ÉTICO

O gênero testemunhal refere em primeiro lugar uma experiência cognitiva feita de corpo presente: viu-se, ouviu-se algo que agora se transmite sob forma escrita ou oral. Constitui uma modalidade expressiva intersubjetiva que atua em inúmeras vivências concretas. Vale, em princípio, para algo que não é, no momento, alcançável pelos circundantes. A verdade quanto a determinado fato depende precisamente das testemunhas, ninguém mais esteve presente. Explicita-se e certifica-se em suma o ato pelo qual o real se torna verdade: vi fulano vendendo a sua terra, é verdade que o vi. O testemunho não se reduz, está claro, à tradução pura do empírico e sensorial; o ponto de partida, entretanto é este: o que vi, o que senti, onde doeu. Disso os comuns dos mortais não costumam duvidar, ao contrário, é dessas experiências que nutrem suas certezas.

O ato de testemunhar tem sentido apenas porque julgamos que alguém é capaz de dizer a verdade. Confia-se em primeiro lugar na capacidade cognitiva de um outro, na sua capacidade pura e simples de presenciar, com olho, ouvido (olfato, tato e paladar) e cérebro bem conformados. O campo da confiança, aliás, amplia-se. Se a testemunha pretende enunciar a verdade, se está comprometida moralmente, também o interlocutor há de receber com confiança as palavras, há de fiar-se, abandonar-se a um tipo de boa-fé básica, acolhendo a verdade de outrem; um acontecimento intersubjetivo acabou de acontecer, indissolivelmente moral e social. Do fato passou-se para o valor, isto é, o fato está na dependência do compromisso e da confiança.

A importância factual do testemunho é desigual, mas sua gravidade pode ser extrema: juro que o vi surrupiar um lápis, testemunho que Benjamim cometeu adultério, certifico, graças a uma experiência anterior, que os índios xavantes são de índole pacífica, assertiva que pode fazer uma diferença enorme na expedição de caça que estamos empreendendo; assevero que vi a realização de milagres e que está, portanto, em tempo de cuidar de vossas almas.

O testemunho pode ser reservado para situações mais específicas: quando, por exemplo, é necessário cercar institucionalmente a questão da verdade com "garantias". A testemunha jura pelos deuses, pela Bíblia, compromete-se a não dizer nada além da verdade, toda a verdade, fórmulas talvez mais ritualísticas do que necessariamente eficazes; por isso mesmo, não raro, ameaça-se o perjúrio com penas severas. Nesses casos, testemunhar diz respeito a litígios que perturbam a ordem social, com isso a declaração é prestada mais solenemente, acompanhada de fórmulas consagradas visando sua autenticação. Há um ponto comum neste *continuum* de situações. Elas remetem em primeiro lugar ao ter estado presente, ao ter ouvido, pessoalmente, falar, além do mais a testemunha mantém-se presente a si no tempo e pode jurar de si. A condição de ser confiável para os outros é ser confiável para si mesmo. (Não é outro o ponto de partida socrático nas suas interrogações.)

¹¹ KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2007

O testemunho explicita que a verdade depende de alguém, não se impõe necessariamente com a evidência autônoma da construção teórica. Regime de verdade, para além do mero registro. A testemunha carrega o passado para o presente, o que aconteceu num lugar geográfico para outro; sustenta assim o real, suporta-o e o garante, e, sempre, garante a si por ter sido capaz de ver com verdade e de transportar intacta aquela realidade para hoje, aqui... A testemunha fala de si no passado e no presente: dou agora por verdadeiro o que vi e afirmo que sempre fui capaz de discernir no que vivi a verdade do real, por abismal que fosse.

O testemunho carrega uma continuidade na faculdade de conhecer. Ver, verdadeiramente ver, é, ao mesmo tempo, tornar-se responsável por uma verdade. Carrega-se o passado para o presente, mantém-se viva uma realidade. A fidelidade da testemunha preserva o real, reserva-o, se quiser... enquanto puder... Filho da memória e do esquecimento, a duplo título o testemunho é subjetivo. Percepções agudas, lacunas prováveis: a subjetividade contém as duas dimensões, presenças simultâneas da consciência e da inconsciência. O impartilhável (o que não lembro, o que não posso exatamente transmitir do vivido) serve de fundo ao que é partilhado. Os mais exatos relatos da percepção destacam-se sobre o fundo de uma descrição eventualmente infundável; é o que sentimos ao ler Proust.

A passagem ou a ligação interna entre o ter estado presente e a fala testemunhal constitui momento essencial: uma testemunha incapaz de se expressar adequadamente é desclassificada. Não adianta ter visto, ouvido ou sentido se não é capaz de relatar. Completam-se com o depoimento narrativo as aquisições cognitivas, expondo-se as lembranças que se acredita fiéis, que se espera fidedignas, também porque pronunciadas com tom de autenticidade.

Protesto de veracidade, intenção de verdade, o testemunho desde o início manifesta uma dimensão moral: apela — apesar do que tem de impartilhável, ou talvez melhor, pelo que tem de não repartível — para a crença e a confiança; responde por sua vez a uma expectativa de verdade. Esboça neste sentido um modo insubstituível de sociabilidade. Através desse laço, algo de concreto pode ser ofertado transcendendo a mera comunicação imediata: em tal lugar há água, em tal direção as Índias.

Eis que o mundo é contável, eis que o mundo é rememorável, presente e presenteado. A testemunha, narrando o que ninguém viu, abarca o real e encarrega-se dele. É mais do que um signo que temos em comum, vale como promessa do mundo (lá as terras são férteis), aviso (lá existem pântanos), desmentido (não vi mulheres a cavalo, arqueiras, amputadas do seio). Graças ao testemunho o mundo ausente torna-se disponível; ele multiplica nossa existência, potencializa nossas vivências. Desde que a testemunha lembre, desde que saiba contar, experiências humanas podem dar origem a um projeto comum, à busca de uma mera evocação, o Eldorado.

Faz-se depender a verdade da capacidade de ver com objetividade, de reter organizadamente, de transmitir coerentemente; testemunhar está por conta de sucessivas operações de racionalização que devem domesticar as emoções e os sentimentos — assombro, indignação, euforia, o que for. Requer-se alguma isenção, o distanciamento possível, exatamente porque se intui e teme a presença de um fundo emotivo. Há testemunhas que não conseguem se controlar e desandam a chorar: paradoxalmente, porém, o choro e o descontrole emotivo abonam o depoimento. Muito arguto quem disser de que argamassa (subjetiva, objetiva?) é feito esse olhar tornado lúcido e perspicaz sob efeito, eventualmente, da própria indignação.² Merleau-Ponty mostrou com rigor o quão aporético é decidir entre o subjetivo e o objetivo em se tratando da percepção sensível.³ Não será exatamente essa perspectiva corporal e individual, prismática por necessidade, que permite o detalhamento das descrições, a sua exatidão precisa... e também o seu caráter infundável? O círculo existe: se os homens querem saber algo é preciso, por vezes, que confiem nesse alguém que lá esteve, e aceitem confiar na percepção de um, por lacunar que seja.

O homem que testemunha é considerado digno de fé a vários títulos, detentor das marcas mais positivas do humano: foi capaz de ver, ouvir, sentir, perceber com apuro, foi capaz de guardar com acerto, é capaz de contar com clareza. Ele se conservou portador da verdade para outros homens. O testemunho dos navegantes diz ou confirma que a Terra é redonda; temos, mesmo que jamais tenhamos a dar a volta ao mundo, um outro planeta, esférico, quem diria. Testemunhos são capazes de constituir o real.

Está claro que quem presta testemunho depende da crença de quem ouve: uma comunidade de certeza está prestes a se formar, configurando o real, predispondo dele. Mas os testemunhos não são, todos, igualmente críveis, não são igualmente acreditados em todas as épocas, dependem da informação prévia dos ouvintes e leitores; dependem da credibilidade da própria testemunha; não à toa existem os rituais de autenticação. Tampouco estes, entretanto, asseguram uma confirmação última.

Todo testemunho recebe uma impositação, uma ênfase que serve a autenticar; vai desde a entonação da voz até fórmulas de juramento, passando pela inércia indiciária do mártir preste a ser sacrificado, sem um gesto sequer de defesa; em todos esses modos de insistência, trata-se de significar a verdade, consagrando-a pela ênfase gestual ou mímica. A passividade do mártir é retórica da interioridade: ela significa sua fé, tão grande que apenas uma força superior a poderia sustentar. A própria impositação, porém, designa um fenômeno essencial: que, através do ato testemunhal, não se decide em última instância. A assertiva testemunhal precisa de um reforço certificador na exata medida em que não é prova definitiva, jamais.

Os traços da subjetividade são tangíveis no testemunho e condicionam os laços intersubjetivos. Num tribunal, há expectativas, promessas e ameaças requeridas por necessidades sociais urgentes (não condenar um inocente). Mesmo que nessa situação jurídica nada garanta a intenção reta de quem depõe, a pequena sociedade que se formou durante o julgamento necessita do testemunho e, na verdade, toda a sociedade, em nome da qual o ritual está se processando, precisa dele. Mas pouco importa: a equivocidade do testemunhar é sem apelo. Sempre há o risco da mentira, do erro, da falsificação, sempre há a possibilidade, quando se trata de narrativa escrita, de imitação ficcional, do engodo e da mistificação jocosa ou criminosa; o testemunho jamais é probatório em última instância, até mesmo a percepção sensível é sujeita à caução (acredito ter visto uma mulher, na realidade vi um homem fantasiado); a memória, sabe-se, possui e entretém lacunas. Subjetividade insuperável do testemunho, no entanto não se prescinde dele nem mesmo nas vivências comuns: bem ou mal constitui mundo e permite agir. A partir do narrar testemunhal tecem-se laços, atam-se sociabilidades. As falhas de percepção, os lapsos de retenção, as carências de expressão, são considerados — de modo bastante inadequado, pois que não se diz qual o parâmetro idealizado — sintomas das nossas insuficiências humanas; não há outro modo, porém: só Deus, se existe, vê sem corpo.

Os relatos desdobrar-se-ão, eminentemente persuasivos por vezes, nem por isso obrigatoriamente verdadeiros. Com a crença de ouvintes ou leitores, estabelece-se uma espécie de crédito de confiança para o qual a narrativa apelou. A constituição de um mundo de verdade depende dessa anuência ao apelo do depoente, construído por vezes sobre a base de um testemunho único, propriamente inverificável. Esse modo de verdade é insubstituível em seu gênero: é um mundo a que se adere *como* se dele houvesse prova definitiva, configurado na reciprocidade de reconhecimentos mútuos. É preciso pensar, pois, o testemunho como obra aberta, apelando para outras subjetividades. Por isso mesmo, em algumas circunstâncias, acreditar nele — ou permanecer cético — é ato político no sentido exato do termo, isto é, ato sem fundamento último, sem necessidade absoluta; vital e constituinte para a ação, não obstante. Algo da diferença literária testemunhal, desde os Evangelhos até os escritos referidos a Kolyma e Treblinka, consiste talvez em significar que algo de incrível houve, sobre o que é preciso falar; testemunha-se uma afronta, uma Paixão individual ou coletiva, de qualquer modo um evento extraordinário, algo fora dos limites (sobre a morte de Sócrates: os *Ditos e feitos memoráveis* e o *Fédon*) que irrompeu na ordem plausível das coisas em direção ao impossível, ao maravilhoso ou vexatório para a memória humana.⁴

Um naufrágio e o isolamento longo numa ilha selvagem são dignos de testemunho. A primeira vez deve ser testemunhada: o Novo Mundo, viagens extraordinárias, mares e terras nunca dantes visitados; continentes, florestas e cordilheiras, misteriosos e legendários, explorados pelos desbravadores, foram agora encontrados, palmilhados e visitados, nasceram para algumas consciências exploradoras que ampliam, com seus escritos narrativos, a dimensão da terra para os mortais mais caseiros. Alguns acontecimentos precisam ser anunciados, dignos de nota na dimensão humana, definitivamente incríveis e fora do imaginável. A vinda do Messias e dos profetas, a queda de Impérios, leigos ou religiosos. Revoluções, destacou Paul Ricoeur, estão fora do tempo em alguma medida, porque são elas próprias constituintes da temporalidade.⁵ Eventos a partir dos quais datamos, inaugurais em luzes ou sombras.

Uma questão permanece, raramente posta porém, pois parece remeter a uma auto-evidência: quem põe esses acontecimentos na forma de balizas de historicidade, como se tornam, por que se tornam o próprio marco cronológico? Muito dessa faculdade de instauração histórica pode ser creditada aos testemunhos, às fibras afetivas e intelectuais que estes contribuíram para constituir na comunidade dos homens. A vinda do Cristo possui uma dimensão temporal que deve, toda ela, aos Evangelistas do Novo Testamento, sem o qual o cristianismo não seria o que é, ou, simplesmente, não seria. A este respeito, que diremos dos campos, e mais amplamente, dos regimes totalitários?

Acreditar num testemunho impede que apenas sobrevoemos, com intenção de objetividade, o mundo real: um pré-mundo de verdade solidária constitui-se, com nossa adesão a uma narrativa que pede, urgente, a nossa crença. Uma linha finíssima, então, traça-se dentro de cada um de nós,

separando a irresponsabilidade canalha da vigilância crítica e humanística; e tudo não passa da sensibilidade intelectual a uma escrita. Nada de muito preciso ou cientificamente rigoroso, mas algo que faz toda a diferença perante os séculos. Bertrand Russell pôde escrever a respeito do testemunho de Gustaw Herling, *Un monde à part*, "que era totalmente impossível pôr em dúvida sua sinceridade sobre qualquer ponto", e que os simpatizantes comunistas (*compagnons de route*) "que recusam crer na verdade de livros como este são obrigatoriamente privados de humanidade..."⁶

O TESTEMUNHO E O SÉCULO XX

O horizonte das narrativas concentracionárias possui uma marca contemporânea própria. É um texto de Philippe Ariès, redigido no imediato pós-guerra, em 1948, que nos introduzirá esse ponto. A literatura de testemunhos desses anos, argumenta o autor de *O tempo da História*, é toda ela fruto de um fenômeno histórico contemporâneo global referido à paixão militante, à ideologização radical das vidas.⁷ As referências imediatas dizem respeito ao acerto de contas havido na França entre ex-colaboradores e os que se dizem da resistência antinazista:

Depois da libertação, é preciso contar por centenas de milhares as inculpações, as denúncias, as execuções. Tais cifras implicam uma quantidade de paixão política totalmente nova na história. No interior de uma família, não se trata mais apenas de relações privadas; a política introduziu aí os seus conflitos.⁸

A referência diz respeito, segundo o historiador, a uma questão verdadeira de civilização, remete ao fim dos tempos da abstenção liberal em prol das épocas do militantismo político. E os testemunhos são indícios de "nosso engajamento na história", contrastam com as memórias em que o espaço privado ainda subsiste, que podem observar a vida privada ou a vida pública, mas que não são frutos da relação entre ambas. O testemunho, para Ariès, é engajamento na história; exemplificando, menciona em primeiro lugar *Os condenados*, de Ernst von Salomon, "Este livro magistral ... parece-me o exemplo típico do testemunho, o primeiro pela data, porque ligado ao surgimento do nazismo, e o nazismo foi, com o comunismo, a primeira manifestação retumbante dessa politização do homem que caracteriza nossa época". O historiador explora em seguida os livros de David Rousset recém-publicados:⁹ obra que, rememorando os campos, "descreve uma lógica interna que politiza integralmente a sensibilidade e os costumes". *Os dias de nossa morte* fazia menção ao tratamento privilegiado que os presos encarregados da administração do *lager* davam aos membros do seu partido ou aos de sua nação, designando com isso quem sucumbiria ou pereceria no imediato; assim, argúi Ariès, "nas condições contingentes dos campos, o concentracionário teve que abandonar como um enfeite inútil os antigos hábitos das consciências particulares e das moralidades privadas: teve que historicizar integralmente sua condição". Na continuidade, o autor de *O tempo na História* comenta *Escolhi a liberdade* de Kravchenko e *Out of the Night* de Jan Valtin, na tradução francesa *Sans Patrie ni Frontiere*, dois livros, hoje clássicos, em que se contam vidas esmagadas pelo engajamento partidário.¹⁰

Philippe Ariès procede identificando o gênero testemunhal com esses relatos contemporâneos inteiramente invadidos pela História. Pode-se arguir que não haveria como incluir no gênero somente as obras referidas à "grande história": a rigor, *Meu nome é Rigoberta Menchú* é testemunho, enunciado perante Elizabeth Burgos e para o mundo. Mas somos tentados, sim, a relacionar as obras testemunhais à urgência política. De qualquer modo, parece-me que os depoimentos sobre os campos têm de fato como condição de possibilidade a politização radical dos tempos e a militarização das sociedades totalitárias; abriu estes tempos, amplamente ideologizados, o processo chamado de nacionalização das massas, dinâmica deflagrada com a Primeira Guerra Mundial. A ideologia mudou de face quando se endereçou às grandes massas: virou dinamite. São tempos em que a politização terrorista da vida cotidiana causou danos irreparáveis, são épocas em que cataclismos ideológicos comeram as vísceras dos homens, em que a violência militante absorveu e anulou todo e qualquer significado. Os alambrados são o símbolo deste cerco pela política: um apocalipse em que Lúcifer proclamasse o bem e a justiça das sevícias que impõe.

A interpelação ideológica dirigida às massas, que em princípio seria inclusiva, desemboca sobre o seu contrário; é que a conformação totalitária do Um (da unidade social) exige a liquidação dos muitos.¹¹

CIRCUNSTÂNCIAS I

Os depoimentos sobre os campos de concentração nazistas foram divulgados para a opinião pública mundial após o término da guerra e a vitória dos aliados. O nazismo fora vencido em sua perversidade: a evocação literária da morte concentracionária só confirma o bem fundado das razões

democráticas, a legitimidade dessa vitória. Um dos raros momentos em que as práticas da nação e da democracia, da potência e da justiça, reforçam-se incontestes uma à outra.

Sobre a dificuldade de testemunhar para os sobreviventes, judeus ou não, sobre a falta de disponibilidade, alento, paciência ou curiosidade em escutarem aqueles que se dispunham a falar, possuímos alguns relatos.¹² Resta que os depoentes incluem-se no sentimento de repúdio ao nazismo, origem da guerra e de sofrimentos físicos e psíquicos infindáveis: as coisas estão claras, os aliados venceram em nome de uma causa justa — em razão da justeza de sua causa — um inimigo cujas abominações são palpáveis, cujas responsabilidades são totais. O testemunho não apenas informa e denuncia, conforta ao mesmo tempo a causa da democracia; cada livro escrito, cada depoimento oferecido ilustra o acerto do lado dos Aliados, reforça o sentimento de abominação antinazista. A historiografia revisionista (a que nega a amplitude do genocídio judeu) atreve-se mais tardiamente.¹³

Aqueles livros existem para revelar o abismo, para revelar o oculto. São livros cerimoniais: valem para honrar a memória das vítimas, para satisfazer o pedido que muitas vezes as vítimas explicitaram: que se dissesse tudo, a ignomínia, o ilimitado da afronta. Testemunhar era devolver algo, cumprindo uma promessa. Narrar ressarce. Repõe, recompõe a textura ética. Os testemunhos redimem. São evocações até certo ponto expiatórias. São gestos de dedicação. Restituição do mundo moral: a única compensação possível, não apenas póstuma, antes a-histórica, no sentido em que repõe uma dimensão raptada nos abismos da humilhação, no sentido em que volta a preencher um lapso de humanidade, a recobrir, talvez a abolir, a abjeção. Para que a lembrança de cada um, de cada suplício, permaneça reposta na devida esfera: onde a diferença entre a Justiça e a Injustiça existe, independentemente da força, ambiente que esta peculiar narrativa testemunhal por si só recria. "Para que não aconteça nunca mais", diziam essas obras (e eram otimistas em demasia, pois já com o fim da guerra, na URSS, o número de pessoas canalizadas em direção à deportação e aos campos de trabalho recrudesciu).

Esta citação, extraída do livro de uma resistente francesa antinazista, Lise Lesèvre, relata primeiro a solidariedade entre os presos, o aprendizado de uma sabedoria do necessário e do supérfluo, o dever de memória:

Nossa experiência, esta experiência adquirida por trás do arame farpado, única e incomunicável ... Estes meses, estes anos no mundo do horror amadureceram-nos estranhamente. Despojaram-nos de algumas exigências. Deram-nos um padrão ouro para julgar do valor das coisas. Legaram-nos uma aptidão a estabelecer com os outros contatos calorosos: a amizade, a solidariedade não foram vãs palavras atrás das cercas nem depois da volta ... A prescrição no que tange aos crimes nazistas é indispensável para nós. Não se trata de vingança mas de justiça. Devemo-lo à memória dos que não voltaram. Juramos não permitir que se apagasse a lembrança de seu sacrifício.¹⁴

Reinvenção do sacramento, válido até para ateus, para crimes que um juízo definitivo, assegurado de si, afirma imprescritíveis: aquelas sentenças advêm de uma vitória e de uma supremacia efetivas. A resistente combateu o bom combate. Convicção absoluta que fala em nome da justiça restabelecida, afirma-se um poder normativo assegurado pela vitória dos Aliados. Dever de rememoração do sacrifício, devolução do mundo ético. Aprendizado antropológico essencial, "um padrão ouro", o que de fato conta, o relevo dos laços humanos, a amizade. Os cárceres, qual doença grave, trazem uma sabedoria.

CIRCUNSTÂNCIAS II

Em situações bem outras foi escrita e publicada a maioria dos testemunhos sobre os sistemas punitivos comunistas desde o início da década de 1920. Surgiram, em primeiro lugar, num momento em que o Estado soviético tinha poder para encobrir a verdade. Em que pôde fazer, progressivamente, do engodo um modo de ser. Surgiram, em segundo lugar, em situação de litígio ideológico intenso em que boa parte da opinião pública, européia e mundial, não estava disposta a aceitar a existência dos campos em países socialistas, nem antes nem depois da Segunda Guerra Mundial. (No imediato pós-guerra, a URSS reivindica para si, não nos esqueçamos, a liderança das forças antifascistas.)¹⁵ Assimilar, em algo, a Nação aliada, vitoriosa e exangue, ao país de Hitler, tornou-se inconcebível. Difícil imaginar, incomfortável e inconveniente, a vigência plena da instituição concentracionária na URSS quando se reúne o tribunal de Nuremberg no qual o país dos *soviets* tem assento. A justeza una da causa aliada impediria que se desse espaço aos modos concentracionários russos de assassinar que parecem ter ditado os do nazismo, aos crimes (crimes de guerra, crimes contra a Humanidade) cuja escala não deixa nada a invejar às façanhas hitlerianas.¹⁶

Estas duas diferenças são essenciais: a) o Estado stalinista fez mais do que mentir, criou com o terror e a propaganda algo como um "supra-real, um substituto da utopia, uma diabólica

fantasmagoria do socialismo que *O Mestre e Margarida* de Mikhail Boulgakov ilustrou na ficção";¹⁷ b) há suportes e ambientes ideológicos no mundo (movimentos, tendências, partidos) para ecoar a mentira ou, no mínimo, para reduzir a enormidade dos fatos incriminadores, para negar o seu caráter sistêmico. É enfrentando outras versões, apresentando-se essencialmente como desmentidos, que os testemunhos sobre a Rússia, sobre a China Popular e sobre o restante dos países socialistas (Cuba inclusive) empenharam-se em persuadir da sua veracidade, da verdade que declaravam. Fazem-se nominalistas indicando o lugar, a data, os nomes e os números, responsabilizando sob duplo aspecto, sem muita parada, o regime enquanto tal: pelo caráter maciço e perverso do sistema punitivo, pela evidente responsabilidade dos dirigentes. Para muitos, entre as esquerdas, o que os testemunhos trazem é considerado impossível: mentiroso e difamatório, exagerado e parcial, insuficientemente dialético (desconsiderando a situação e a totalidade).

A urgência desses testemunhos é, em algumas oportunidades, premente de um modo todo particular: enquanto são postos sob exame, há gente — conforme a época e o país, milhões — sofrendo agonias, morrendo sem que saibam por quê, nos países que alguns supõem fraternos, felizes, que se diz terem ultrapassado a etapa capitalista, países necessariamente melhores, os que estariam conquistando o futuro. Urgência de solidariedade: no momento da publicação há homens e mulheres, centenas de milhares, às vezes milhões, que sobrevivem nas exatas condições encontráveis nas obras, mortos vivos, zumbis.

Veja-se no *Livro negro do comunismo* o capítulo referente ao Camboja comunista, no momento em que lembra a figura de Pin Yathay vagando por um mês na selva, só, esfomeado: para testemunhar do genocídio cambojano, para descrever o que suportamos, para contar como se havia friamente programado a morte de vários milhões de homens, idosos, mulheres e crianças ... como o país fora arrasado, mergulhado novamente na era pré-histórica e seus habitantes torturados ... queria viver para suplicar ao mundo que ajudasse os sobreviventes a escapar à exterminação total.¹⁸

Há, portanto, um primeiro aspecto comum aos depoimentos sobre ambos os sistemas concentracionários. Com ele resgata-se a memória dos que morreram indefesos, testemunha-se por eles. E testemunhar adquire um significado que dimensão literária alguma possui: *testemunha-se por alguém*, ato simbólico por excelência que, com isso, ganha imediatamente redobrada dimensão moral. Apelo em ato, promessa cumprida, o testemunho, ao evocar a memória dos fatos e das pessoas, falando por elas, resgata-as da esfera do inumano. Alguém, o autor, nominalmente identificado, responsabiliza-se pela memória de uma fraternidade de sofrimento.

Nesta ordem de idéia, mostrando como "a imaginação do semelhante" desaparece nos campos, Myriam Revault D'Allonnes apontou para aquilo que a literatura concentracionária expressa de mais fatalmente simbólico: surge entre os arames farpados uma dúvida sobre a humanidade dos homens.¹⁹ (Não à toa o título de Primo Levi, desde logo problematizante: *Se questo è un homo*, "se for um homem"). A autora de *Fragile Humanité* cunha uma temível "crise de identificação" antropológica: "As personagens deste relato não são homens. Sua humanidade está morta, ou eles próprios a sepultaram, *sob a ofensa suportada ou infligida a outrem*". Ora, a imaginação do semelhante seria o laço que estabelece o *comum*, sustento de humanidade e de comunidade política; a filosofia ética e política apoiou-se quase sempre sobre essa ligadura mínima, "referente normativo último". Em suma: "fazendo desaparecer o reconhecimento imaginativo do semelhante, a experiência concentracionária ultrapassou efetivamente o limite extremo do que torna possível uma humanidade".²⁰

Segundo aspecto, válido apenas para o totalitarismo de confissão marxista e neste caso imediatamente pragmático, quando a obra pretende resgatar seres vivos, antes que seja tarde. Essa situação acompanhou praticamente toda a interpelação testemunhal própria aos países socialistas: para a Coreia, aliás, cujas características totalitárias parecem até hoje plenamente realizadas, ainda é tempo. Deixemos ao leitor a prerrogativa de ajuizar Cuba e a China Popular atuais.

Que se pode agir eficazmente, eis outra marca dos nossos horizontes contemporâneos, perfilada pelos testemunhos. A ação testemunhal vale para um coletivo — aqueles com quem se compartilhou a maldição dos campos, aqueles que, sabe-se, estiveram ou *estão* presos, a não ser que tenham morrido. A primeira pessoa fala por um todo; algumas vezes o pedido foi feito expressamente: que escrevesse pelos companheiros de infortúnio, que dissesse a verdade, que revelasse o real, que não se perdesse a memória dos sofrimentos e da inocência, tampouco a irracionalidade perversa dessas mortes, as suas justificativas insanas (nem mais ideológicas são), nem a espoliação, niilista e cínica, da linguagem política. Devolver à existência, em sua verdade, em sua realidade, os que lá ficaram. A quem se deve, a quem um laço solidário (laço de verdade também) ata; uma promessa que a escrita tenta cumprir.

A missão testemunhal a respeito dos campos comunistas tem sido um labor de desmentido e de dissuasão através de suas meras evocações. Foi verdade descritiva contra verdade ideológica, quando aquele que escrevia e aquele que acreditava no que lia podiam ser chamados de reacionários vendidos ou de inocentes úteis: não foi só a verdade de alguns Estados e dos partidos comunistas pelo mundo que esteve em jogo, foi a verdade do futuro, a proposta do amanhã, a identidade ideológica de muitos.

A QUEM SE ENDEREÇAM?

Usualmente o leitor idealizado representa, pode-se dizer, o Ocidente ilustrado, incluindo aí a mente de quem, eventualmente, apóia o regime incriminado, quiçá por falta de informação fidedigna; a escrita vale como denúncia e como apelo a quem poderá indignar-se, solicitando uma sensibilidade firmada desde, digamos, a revolta moral de Voltaire diante do suplício de Damiens; os muitos, tomados em alguma medida como exemplares, cuja sensibilidade cunha os Direitos Humanos, que se preocupam com aquilo que não lhes concerne pessoalmente, enxeridos até certo ponto, que falam e sentem pelo universal. Os pedidos de socorro podem constituir uma advertência, formalizar uma quase inculpação. Veja-se o documento intitulado *Testamento dos prisioneiros patriotas do Vietnã*, encabeçado no seu exórdio por "Nós, operários, camponeses e proletários" e "Nós, religiosos, artistas, escritores e intelectuais patriotas atualmente detidos nas diferentes prisões no Vietnã"; após descrever as condições carcerárias em que se encontram os interpelantes, lança como pedido de socorro este desafio, misto de sarcasmo insultante e suplicante:

Se for verdade que a humanidade atual recua com temor diante do desenvolvimento do comunismo e sobremodo diante da pretensa "invencibilidade" dos comunistas vietnamitas que "venceram o todo-poderoso imperialismo americano", então, nós prisioneiros do Vietnã, pedimos à Cruz-Vermelha internacional, às organizações humanitárias do mundo, aos homens de boa vontade que mandem urgente a cada um de nós um comprimido de cianureto: ajudem-nos a morrer logo. Conservaremos a vocês por isso uma imensa gratidão.²¹

Afinal, é o Ocidente que, fecundado por certas aspirações morais, inventou a teoria; afinal são ocidentais, e democratas de todo o mundo que, com entusiasmo, respaldaram este regime, que lhe deram assento em fóruns civilizados, que continuaram falando dele com cuidado diplomático e benevolente, e que, perdendo a medida, tornaram-se complacentes e cúmplices.

Não podia existir teste mais certo para a consciência ocidental comunizante; houve de escolher entre a presença do testemunho e o fundo político cultural que nutria e defendera a ideologia; houve de optar entre o conforto de sua identidade partidária fetiche e a interpelação desafiadora do manifesto aqui citado. Quem sabe, graças a narrativas, o mundo desolador e ressequido do partidarismo científico acabe por se dissolver?

Nas circunstâncias soviéticas, tratava-se de convencer — contra os desmentidos dos partidos comunistas, contra a má vontade dos descrentes, contra a ingenuidade irresponsável da boa vontade — que o irreparável seguia acontecendo, que o século das catástrofes continuava em marcha. Insta-se por uma completa conversão da parte do leitor (se socialista) no modo de pensar e de sentir. Para pôr de lado as súplicas denunciadoras testemunhais é preciso desacreditá-las, negá-las de maneira consciente e sistemática pondo em questão a sua boa-fé ou, mais simplesmente, evacuá-las no limbo da consciência. Descrever o caráter infernal de vivências comunistas sugere perguntas humilhantes para o saber sobre o mundo do século XX. Como se passa afinal — passagem abrupta — do anseio emancipante, da concepção libertária e fraterna para as formas mais inegáveis e maciças da crueldade? O *nonsense* da deportação de etnias e populações inteiras em nome da emancipação humana definitiva, como dar conta disso? Quem é então atualmente aquele que mantém as mesmas concepções leninistas e similares: teria sido vítima ou carrasco? Os testemunhos exigem que se trate o universo stalinista, maoísta e os demais assemelhados como se tratou o nazista; denunciando uma enorme capacidade de mentir do regime, remete-se à responsabilidade de elaborar o próprio conhecimento, de reconstruir a medida do verdadeiro, uma ilustração não menos significativa do que a das Luzes, um *aude sapere*, perante o qual o século XX inteiro hesitou e, deste ponto de vista, em alguma medida, não acabou por completo.

QUESTÕES DE AUTENTICAÇÃO

Há narrativas testemunhais que sobrevivem como verdade há mais de dois mil anos; sua autenticação dependeu de séculos de institucionalização eclesiástica, forjando-se a noção de que sua resistente durabilidade no tempo avaliza a verdade dos Evangelhos: sacralização das Escrituras para a qual a própria escrita — em parábolas — contribui. Mas as formas mudam e a subjetividade se auto-afirma: cada vez mais durante o século XX os testemunhos se escrevem na primeira pessoa do

singular. O gênero testemunhal tem, assim, sua própria história literária; uma historicidade que acompanha a facilidade sempre mais ampla de dizer "eu" perante o mundo. Para os modernos e contemporâneos que laicizamos o testemunho, remissões à primeira pessoa tornaram-se praxe — cada vez mais desde o romantismo —, prenhes que se encontram de densidade perceptiva interior, hauridas nos sentidos da percepção, nos sentimentos e nas reações afetivas. São, hoje, formas padrão da narrativa, além do mais democratizadas. Que a experiência sensitiva e afetiva de um homem comum entre os homens se escreva na primeira pessoa para a opinião pública consagra a ordem democrática.

Atestar os depoimentos referidos ao comunismo real tornou-se contorno importante das obras em pauta; em razão disso, apresentam-se freqüentemente afiançadas por declarações prévias que firmam a sua veracidade e valem como assinatura, quando o próprio autor declara-se personagem principal.²² O primeiro instrumento de atestação consiste nesta declaração de autenticidade, em que o escritor reconhece que pode ter omitido, falseado, involuntariamente, algum ponto, mas que sua intenção foi reta, não inventou, não exagerou, tudo o que escreve segue fielmente o que lembra. A boa-fé protestada apela para a fé do leitor.

Vivências são referências fortíssimas e obrigatórias em alguns dos registros da verdade, nem por isso o testemunho deixa de admitir sua perspectiva enviesada e lacunar, em algum sentido faltosa. Forçoso então pactuar com o leitor, tal como na autobiografia, e prometer a absoluta sinceridade, a total autenticidade. Raros os depoimentos sobre o comunismo vivido que não começam com a promessa de boa-fé: é um modo de atestação, um tipo de garantia em direção à verdade.

No relato publicado, ocorre freqüentemente uma garantia emprestada por outra pessoa; alguém que através de sua apresentação, por sua vez, dê confiabilidade ao texto; por ser quem é (pessoa notória, moralmente abalizada, historiador especialista) fia o texto.²³ Estará também escrito na contracapa, nas orelhas da publicação tratar-se de testemunho, isto é, referido a um real experimentado, inconfundível com a ficção, cuja intenção é relatar acontecimentos efetivos. E a palavra real virá sem aspas. Porque importam mais os efeitos práticos da narrativa (como influenciam a ação) do que comentários teóricos (possivelmente historiográficos) sobre a relatividade do real e as ambigüidades do verdadeiro.

De modo menos evidente, a superposição de identidade do escritor e do ator/personagem — uma modalidade de composição narrativa — não deixa de representar um primeiro e poderoso instrumento de persuasão, um tipo de autenticação retórica, o mesmo empregado na autobiografia, nas memórias ou confissões: o autor escreve a respeito de si, da sua presença no local, da sua experiência enquanto personagem-ator. O escritor evidencia, entretanto, a proximidade aos fatos levando a personagem a contar ela própria de si, na primeira pessoa do singular: escritor, narrador e ator/personagem confundem-se.

Implicação, pois, tríplice, remetendo à presença no local da personagem feita narradora por arte de quem escreve, afiançando situações, significando-as como vivências, trazidas do passado pela narrativa. Deparamo-nos com o nó expressivo e retórico central do testemunho: o uso da primeira pessoa, atualizando e configurando o vivido, uma dimensão evidentemente incontornável em alguns dos registros da verdade. Este modo de narrar abriga, por si, poderosos efeitos de convencimento.

A premissa literária testemunhal baseia-se numa atitude realista, configurando-se como remissão imediata ao mundo tal qual é: não tem dúvida de que existe um mundo efetivo, adequadamente descritível. É como se a situação testemunhal autorizasse esta opção. Normalmente, a proximidade ao real percebido é máxima; falam os narradores da experiência genérica dos sentidos, das sensações e dos sentimentos. O mártir quando testemunha da fé traduz uma imensa proximidade ao que interiormente vivencia. Os testemunhos apresentam-se como mergulhos no real, realçam que há algo de absoluto e incomparável na presença; dizem o mais genérico (o que os sentidos de cada um e de todos podem apreender), e o mais imediato. A escrita é pormenorizada, detalhista, nada escapa à descrição, nem o escatológico.

Tudo se narra exaustivamente: a qualidade e os graus da fome, as cotas de produção e as correspondentes cotas de alimentos, uma proporção matemática quase sempre fatal; se o prisioneiro não alcança derrubar a quantidade fixada (superdimensionada) de árvores, diminui-se a quantidade de comida a que ele tem direito. Mais fraco produzirá menos, até o fim, muito rápido. Repisam-se as causas variadas da extenuação medidas com as escalas as mais sensíveis, as que separam a vida e a morte, alguns gramas de cascas de batata no que deveria ser uma sopa.

Aliás, os testemunhos tendem à exatidão aritmética: quantas pessoas enfurnadas no vagão, quantos corpos em quantos metros quadrados, quantos dias transportados colados uns aos outros e sem banheiro, o peso exato do pedaço de peixe salgado e, depois, as horas sem beber torturados pela sede. Quantos dias, quantas noites sem dormir para os interrogatórios, onde exatamente os

chutes do policial, quantas vezes acertaram, onde. De que exato tamanho a cela, quantos passos em largura, quantos em comprimento, a insuficiência do ar, a insuficiência da luz ou sua demasia, a demasia do calor, a demasia do frio, tão extremos que a asfixia para alguns chega, advém a sufocação ou o enregelamento. Quantos homens apinhados no chão nu, os que permanecem em pé no rodízio para dormir, encaixe dos presos uns nos outros para caberem como sardinhas em lata, aprender a virar juntos para continuar cabendo, dez, vinte homens. Tiritando de frio, suando em bica, morrendo por falta de respiro. Os piolhos, os percevejos, como são mortos com as unhas, o barulho que então fazem, o sangue que expelem, o deles, o seu.

A fome, a fome, a fome: as mil maneiras de descrever o desespero da fome, a agonia da fome, a obsessão da fome. Os exatos minúsculos gramas de pão, como comê-los, de uma vez, aos poucos durante o dia, qual a sua concreta substância em percentagem de farinha e de papelão. No universo da cela e do barraco concentracionário, como tosem, como andam, como respiram, como expiram, sujos, fedidos, desgrenhados, dignos, indignos, rastejantes, solidários, espiões, os comparsas sem crime, os cúmplices em inocência.

Quarenta graus abaixo de zero, quatro horas de espera no frio gélido a cada manhã na área de concentração e novamente à noite para contagem, vestidos com que falta de roupa, calçados com que arremedo de sapatos, os corpos que caem de exaustão, sem barulho, na neve. Quatro ou cinco horas de sono, as intermináveis vigílias siberianas no catre sem cobertor. Que tipo de líquido escorre do catre de cima?

Servir-se de um pedaço de pau para cavar a terra dura de gelo, a lâmina sem fio do machado tentando em desespero cumprir a cota sem o que não haverá pão, sem o que a morte virá, já pressentida, já determinada nos escalões administrativos. Podemos prolongar as longas reflexões já havidas sobre o trabalho nos campos: produtivo ou meramente assassino? Os dentes perdidos em razão do escorbuto, os cancrios, as purulentas feridas expostas, a cor do osso dos mutilados. Os zumbis, vagando trôpegos, um feixe de ossos, os olhos vazios, já além. Os dias de nossa morte, quando tudo é possível, tintim por tintim. O homem concentracionário tem medidas escatológicas, as entranhas estão a descoberto, as chagas abrem-se fundo na carne podre, e fedem, as disenterias coletivas transbordam, pisa-se nos excrementos e no mijo, dos catres para o balde, respingando.²⁴

Minúcia comunicativa da escrita; o relato apruma-se com detalhes cotidianos, esparsos, múltiplos, com orgia de *causos*, infinitamente diversos, anedotas ao léu, surpresas dos círculos infernais, sobre fundo de repetição, dia após dia, durante décadas. Situações e circunstâncias explicitadas, numerosas, onde cabem sempre novas personagens, pormenorizadas; a evocação criteriosa faz ver, perceber, sentir o desespero através da exatidão. O extraordinário (dos corpos trancados, trancados) é digressivo: um preso joga o membro amputado aos pés de uma autoridade feminina em visita. Como pode pagar a pena, que significado pode ter?

Mas não sejamos ingênuos: o estilo não é aleatório, a descrição a mais exaustiva possível também é modo de atestação, intrínseca ao gênero. Esse realismo tem dupla função, ou melhor, a função literária evocativa e remissiva possui, neste caso, papel autenticatório. A descrição pormenorizada visa asseverar a presença, visa certificar a autenticidade: é ela que tornará real, é ela que produzirá verdade. Não se estranhe assim que, nos seus escritos, o autor lembre até mesmo entonações de vozes, a exata claridade daquele dia que passou, há mais de vinte anos.

Pareceria mais uma ficção, mas é regra do gênero. A autenticação da experiência passa pelo esmiuçamento da sensação; a palpabilidade do real traduz a presença; só a presença pode evocar a densidade concreta, e este círculo instiga a empatia do leitor. Somos receptivos, em termos de aprendizado, a quem nos diz ter estado lá, pois que usa a autoridade da linguagem dos sentidos, uma linguagem que universalmente fala em nós. Dupla função da descrição, circunstanciada e nominalista, significando de um lado a experiência vivida, atestando-a do outro. Retrata, no mesmo lance escritural em que firma sua verdade.

O TESTEMUNHO E OUTROS GÊNEROS NARRATIVOS

Mas, dirão, o testemunho não é certamente o único gênero literário a ater-se à descrição, à concretude do universo evocado, através da exatidão circunstanciada: a ficção, sobretudo a realista, o faz; assim tendem a proceder memórias, biografias e autobiografias, sem esquecer a narrativa histórica. O que possui o testemunho para distinguir-se de outros gêneros literários? Alfredo Bosi, tratando da literatura testemunhal e comentando *Memórias do cárcere*, salientou o subjetivismo assumido por Graciliano Ramos e louvou na postura do escritor a sua franqueza lúcida em admitir a abordagem unilateral, a parcialidade de seu depoimento; Bosi aproxima nesse momento o texto de memória da ficção. De fato, Graciliano, cômico de sua arte, reivindicava para si o direito da digressão, dos caprichos da percepção e da memória.

Qualquer que seja a veia estilística, porém, a subjetividade é marca do testemunho. Como nomear esse espaço entre o querer ser veraz e a insegurança em ser verídico senão como subjetividade? Graciliano permite-se liberdades literárias; a ficção, porém, mesmo que sempre remissiva, não contém, por definição, compromisso algum de realidade. Mesmo que pretenda enviar ao real e mesmo que a intenção autoral almeje designar algo existente, o leitor não espera encontrar o Fabiano de *Vidas secas* na próxima esquina; e não precisa saber minimamente que *Madame Bovary* tem muito de autobiográfico para fruir o romance, sem lembrar o homem Flaubert. Haveria antes, na ficção, uma convenção que nos impede de tratá-la como narrativa do real. O livro do Arthur Koestler, *O zero e o infinito*, está bastante perto da vida de Bukharin e de outros bolcheviques, forçados a confessar crimes de que eram inocentes; mesmo 1984, o famoso romance de Orwell, não está tão longe assim da realidade totalitária, todavia podemos bastar-nos em fruí-lo já que a pura imaginação admitidamente integra essas obras. O que firma a convenção? Toda a vasta tradição romanesca, alguns procedimentos de escrita, e as marcas externas apostas à obra editada.

O narrador de *O zero e o infinito* conta o que se passa na mente de Robachov, a quem se refere sempre na terceira pessoa; o mesmo tratamento recebe Winston, personagem central de 1984. O *Nós outros* de Zamiatine é, mais evidentemente ainda, fantasioso. Fazendo de conta que tem acesso a tudo o que a personagem pensa interiormente, Koestler consagra seu livro como ficção, por mais que ele a quisesse, ao mesmo tempo, politicamente compromissada.²⁵

Tudo isso não impede que o imaginário possa alcançar verdade evocativa maior do que qualquer relato plenamente comprometido com a realidade; mesmo fantasiosa, pode a ficção criar um tipo de realidade, no sentido em que inventa mundos, ressoando na comunidade dos leitores, através dos tempos, como algo que, sem existir, passou a ser, consagrando dimensões que nos habitam tanto quanto as habitamos. Existências fantasmas, talvez sejam o mais importante de nossa cultura.

A verdade é que alguns autores hesitam quanto à forma e quanto ao gênero: David Rousset escreve *Les Jours de notre Mort*, um relato sobre Buchenwald, afirmando no prólogo:

Este livro é construído com a técnica do romance, por falta de confiança nas palavras ... Todavia, a fabulação não tem a ver com este trabalho ... Algumas das personagens por vezes falam. Os homens que eles são não podem de modo algum carregar a responsabilidade de tais dizeres. Não se pode tratar aqui de depoimentos estenográficos.

A escrita (composição e estilo) é romanceada, mas, escreve ainda Rousset, "os fatos, os eventos, as personagens são todas autênticas." A indistinção é uma escolha de não escolher. Desde *A grande viagem*, *Um belo domingo* e *A montanha branca*, Jorge Semprun relutou em usar a forma testemunhal para expressar-se, preferiu a alusão ficcional; só em 1994, em *L'écriture ou la Vie*, ainda que de modo sutil e de construção complexa, concede o testemunho. Nesse livro, comentando a experiência concentracionária, do mesmo campo em que Rousset estivera, volta a afirmar que só dariam conta de relatar a densidade de suas vivências aqueles que souberem fazer de seu testemunho um objeto artístico, um espaço de criação. Ou de re-criação. Somente o artifício de um relato com pleno domínio chegará a transmitir parcialmente a verdade do testemunho.

E, de fato, entre o que assumiu como ficção e *L'écriture ou la Vie*, nem sempre a diferença literária aparece.²⁶

A arte, escrevem pessoas tão díspares como Marta Nussbaum e Gilles Deleuze, não pensa menos que a filosofia, pensa por "affects" e por "percepts", "pentimentos" onde se mesclam e suportam reciprocamente a sensação emotiva e a afetividade perceptiva.²⁷ Da mesma maneira, as narrativas em três volumes intitulada *Kolyma*, de Varlam Chalamov, constituem uma literatura na qual o artifício resplandece de "densidade transparente", em que, nem por isso, situação alguma é inventada. Os editores não ousam pronunciar-se, isto é, não anunciam nem "memórias" nem "ficção", indicam "relatos".²⁸

MEMÓRIAS, AUTOBIOGRAFIAS

Com maior propriedade talvez, o testemunho aproximar-se-ia dos gêneros autobiográfico e memorialista. À diferença, entretanto, do que marca a autobiografia cujo cerne, segundo Philippe Lejeune, concerniria mudanças na personalidade do escritor e narrador, os testemunhos aqui referidos iniciam tão-somente no tocante à vida dos autores, com o episódio do encarceramento; a obra costuma terminar com a libertação da personagem.²⁹ Com certeza a personalidade do autor foi vitimada e modificada (tal qual na autobiografia), mas não parece ser este o nexo do testemunho. Ou melhor: se houve mudança pessoal, aconteceu juntamente com a transfiguração da ordem do mundo para a ordem do inominável. Mesmo textos que não mergulham efetivamente nas práticas de repressão física, que se bastam com descrever o terror e a farsa nas repartições, nas oficinas, nas ruas do cotidiano, como os de V. A. Kravchenko, Boris Iampolsky, Nadejda Mandelstam e Enrique

Castro Delgado, depõem para que haja julgamento, constituem peças de um processo, informações sobre a sociedade para o juízo político; malgrado a forma personalizada, não são os autores que contam individualmente em seus arrazoados descritivo-narrativos sobre sociedades doentes de ideologia, insanas de política.³⁰

Do mesmo modo, a veia livre do memorialista (com propósito de descrever e contar a sua época a partir das vivências pessoais) que encontra gente variada e diferenciada de onde surgem anedotas ao léu, não se aproxima da perspectiva dos depoimentos em pauta. Nestes, como foi dito, tudo remete à mesma centralidade política, sob regime de asfixia; encontros, amizades e amores inscrevem-se dentro do cerco perdendo-se, com isso, a própria dimensão da interioridade.³¹ O âmbito do terror político define-se avesso à *nonchalance*, aos abandonos fantasiosos e aos caprichos digressivos, favorecidos pelos acasos da vida, do memorialista. Entretanto, quando mais estritamente o tema concerne aos acontecimentos por trás dos arames farpados, a referência, obrigatória e central, aos corpos exaustos e martirizados consome as páginas: impõe-se uma economia própria, a da necessidade física junto ao desespero. Literatura sem folga nem folguedo.

TESTEMUNHO E HISTÓRIA

Para a escrita da História o testemunho tem sido fonte crucial: por certo, o testemunho parece possuir um registro adequado à disciplina histórica. Têm ambos, como pressuposto fundador, a atitude natural, por onde se reza que *há* fatos, acontecimentos e eventos servindo de suporte à narrativa.³²

O pressuposto é realista: os existentes são instituintes, por isso mesmo precisam ser assegurados, designam pontos de referência para o ofício de historiador, vetores da concretude para as interpretações, sem o que a proposta de aproximar-se deles com objetividade e maior grau de racionalidade interpretativa não faria sentido. Que, em maior ou menor escala, fatos precisem ser constituídos remete à premissa de sua existência, pólo da densidade para a consciência. Testemunhos afirmam ou negam certa realidade: enquanto o historiador não resolver o dilema, consagrando o acontecimento (ou negando-o), o dizer histórico titubeia, o juiz se sente em dificuldade para dar a sentença.

O existir de um acontecimento: um núcleo que atrai a intenção de verdade, em torno do qual se gira, mas que simultaneamente, o tempo todo, respalda a intencionalidade da consciência; condição transcendental para decidir do gênero da narrativa, assim estão no mesmo campo o testemunho, a história, o diário íntimo, o gênero memorialista e a autobiografia. Estão os narradores envolvidos na diferença entre o real e o imaginário, entre o acontecido em realidade e o sonhado. A mesma diferença, que para os historiadores deve e pode ser estabelecida, rege-os. Não importa se alguns insistem que o fato é constituído: é constituído *em sua realidade de existente*. E se alguns privilegiam o imaginário, interessa-os o imaginário em sua existência e eficácia próprias.

O núcleo duro da interpretação histórica é nucleado pela noção da existência factual, uma ontologia que obriga a disciplina e seus métodos, habitando-os. Esse ponto de partida parece constituir o horizonte para as discussões sobre objetividade. Faz-se referência a algo que existiu e que, claro, deixou registro; descrever da realidade do mundo ou suspendê-la, está reservado a algumas formas do idealismo filosófico.

Tudo indica que historiografia e testemunho já fizeram esta escolha, ao mesmo tempo ontológica e epistemológica, decisiva, que é partir do critério das existências factuais; os fatos emitem luzes cujos espectros (a questão dos seus significados) são sustentados pelo pressuposto de existência. Ambos os gêneros aceitam deixar-se guiar pelos acontecimentos. Se, conforme escreve Carlo Ginzburg, um testemunho (dois, segundo a lei judaica) pode bastar para o historiador, tal eventualidade advém dessa adequação de registros de verdade quando descrever uma cena, ambientes e personagens só é possível através da perspectiva fundante que separa real e imaginário, justamente esta que as duas modalidades narrativas se esmeram em certificar.³³ A mesma ânsia de verdade alimenta testemunhos e História, cada um com seus respectivos parâmetros metodológicos, procurando ambos a respectiva adequação ao que *é*, ao que *foi*.

Houve algo chamado Shoah, houve genocídio na Armênia, na Ucrânia em 1932-1933, houve na URSS e na China comunistas campos de trabalhos forçados em grande escala: isto é, para o povo. Houve Hiroxima, houve Nagasaki. Os números falam, os documentos informam, as vozes evocam: esses acontecimentos são nossa sombra, à sombra deles pensamos e escrevemos: a própria descrição precisa traz consigo a interpretação.

De conto em conto, a opinião pública sabe, hoje, mais e melhor sobre a coletivização das terras no início dos anos 30 russos do que se sabia algumas décadas atrás: mais fatos foram incluídos e ventilados, não só as perspectivas dimensionaram os números, os números forneceram a

perspectiva. Os números foram escondidos por quê? Mais arquivos foram abertos: o de Smolensk, o da KGB, o da Stasi. Christopher Browning afirmava não haver "duas categorias distintas e separadas, de fatos comprováveis de um lado e pura interpretação do outro. Existe, antes, um *spectrum* ou *continuum*: a própria massa de fatos verificáveis pertencendo à "Solução Final" determina a interpretação global, e não inversamente".³⁴

IDEOLOGIA E NARRATIVA

"A ideologia é o contrário da narração que se submete ao evento, conta-o e nos prepara à compreensão de outros eventos." ³⁵ Contar é conformar o real de um modo todo especial. Transformou-se com o peso sempre crescente da ideologia, nos séculos XIX e XX, em uma forma escritural alternativa.

Narra-se, e reintegra-se o imprevisível do evento singular, a pluralidade e a diversidade das existências. Narra-se, e estabelecem-se modos renovados de ligar o particular ao geral, em contraste e eventual dissonância com a teoria e a ideologia. A crítica ao capitalismo e à ficção realista/naturalista socialmente comprometida caminharam juntas, conformando uma certa eticidade crítica, uma modalidade antiburguesa da cultura. Não é arriscado demais afirmar que as esferas sociointelectuais sob influência stalinista mantiveram-se — por um tipo de fidelidade a si mesmas, mas traindo profundamente as aspirações humanitárias — fora do alcance das narrativas testemunhais e, também, da História do século XX. Narra-se evidenciando os excessos comportamentais da ideologia; originada na teoria, tornou-se interpelação para a ação das massas e transformou-se em campanhas propagandísticas exacerbadas; a ideologia totalitária no poder transfigurou-se em mentira sistemática, perdendo o significado junto com o contato com o real; perdeu também a sua capacidade de endereçamento. Castoriadis³⁶ expressou-o brutalmente: a ideologia soviética, dos anos 30 até o fim, tornou-se mero biombo para o emprego da força. Em contraste, a narrativa testemunhal tira o significado de sua forma de endereçamento. Se o que Artur London, Alexandre Weissberg ou Evguenia Semionovna Guinsbourg dizem for verdade, o reino de Dinamarca apodreceu inteiro, sem ressalvas.³⁷

Assim, é preciso inverter: o testemunho não é somente algo para o historiador circunscrever e confrontar. Significa também algo que o interroga e situa. O testemunho acomete, faz virar a página das existências históricas. As narrativas sobre os campos soviéticos e chineses significavam um tipo de epifania. Definiam a época. Interpelavam os homens em geral e o historiador em particular, responsável pela transmissão do passado. Cada um reage a seu modo ao testemunho, porém com ele, o evento já está presenciado. Não se trata mais das regras do ofício, trata-se de interpelação às fibras da percepção emotiva e da afetividade moral, de provocação aos hábitos ideológicos, trata-se de sentir o real através de um apelo. É comprometer-se com uma escrita. E o historiador do século XX desistindo do seu economicismo, quiçá, tivesse que começar tudo de novo pois os crimes não advêm mais do modo de produção, o abismo não é uma decorrência do capitalismo. Alguns ouvem, outros não; Rousset e Russell sim, e reagem quando sentem que são os *mesmos* campos, os nazistas e os comunistas. Sartre perde-se, por um longo lapso de tempo, em raciocínios tortos, em sentimentos falsos.

O apelo testemunhal se propõe e expõe os homens, e entre eles os historiadores, à sua desventura maior — a de passar ao lado do abismo de uma narrativa. Não é tolo o historiador que não saiba ler no século XX o massacre inexplicável de vários povos, o reino do terror ideológico, *segundo* a uma imensa promessa de futuro, *sucedendo* a um gigantesco surto de esperanças? Esse enorme paradoxo — como se as massas tivessem adorado um falso ídolo — não constitui uma surpresa histórica ímpar? Eis no bojo do totalitário uma especificidade — a comunista — que precisava de "mestres de verdade" atentos. A primeira indicação, trêmula e frágil, do que seria o século bolchevique bruxuleou em alguns textos. Já traduziam em anedotas criteriosas e terríveis o evento que engolfaria na grande história homens comuns aos milhões.

O mesmo espaço de decisão estabeleceu um nexos interno entre denominar o totalitarismo e dar atenção ao testemunho. Estivemos — os homens do século XX — sempre expostos a instâncias testemunhais de verdade; constituíram um endereçamento recorrente e resultaram num desafio à integridade moral e intelectual de cada um; ficou abundantemente provado que sempre podemos passar ao lado, sempre podemos trair a humanidade.

Mas de onde vem esta capacidade do testemunho em batizar o evento? Simplesmente, o testemunho fala a linguagem que serviu de padrão à nossa sensibilidade moral (à nossa razão prática) desde Rousseau; a linguagem que, aliás, Marx prolonga magnificamente nas páginas em que denuncia a miséria dos trabalhadores, a mesquinhez filistéia dos interesses burgueses, o niilismo da venalidade universal. Os apelos em sua linguagem perceptiva, emotiva e moral que constituem o

conteúdo e a forma do testemunho ecoam a mesmíssima linguagem do foro íntimo de cada um. Enquanto essa linguagem permanecer, o testemunho preso a ela continuará a nos expor e desafiar, designando o modo certo de ler a história e de desejá-la.

Narra-se, e reintegra-se a dimensão inextricável do subjetivo e do objetivo conformada pelas vivências sociais. Narra-se, e foge-se da babel semântica entronizada pelos poderes batismais da ideologia, substituindo-a pelas ressonâncias imediatas da percepção e da emoção, da sensibilidade afetiva. Narra-se, e reintegra-se a justaposição temporal irreversível dos acontecimentos nas vidas humanas: posso ser culpado *hoje*, por ter apoiado *ontem*, a Trotsky, organizador do Exército Vermelho? O decreto stalinista de hoje abole a verdade bolchevique de ontem? Narra-se e restitui-se a um homem a espessura de suas vivências e probidade: poderiam ser os revolucionários de estirpe (socialistas revolucionários, mencheviques e depois os próprios bolcheviques e, um pouco depois, também os stalinistas), assim, de repente, agentes vendidos ao imperialismo, conforme rezou a acusação incriminando centenas de milhares de homens? Poderiam ser milhões de camponeses e homens comuns inimigos do povo, inimigos de si mesmos, perguntava Soljenitsyne. A criminalização propagandista de toda sociedade líquida neste caso a própria configuração do popular. "Humanizamos o que se passa no mundo e em nós, ao falar, e, neste falar, aprendemos a ser humanos", escreve Paul Ricoeur. Depois que a seiva existencial dos homens foi eliminada, que *todas* as possibilidades de sociabilidade foram mutiladas, contar a sina dos presos e deportados vale por restituir-lhes a humanidade. É sabido que a narrativa tece o real incorporando o fortuito do acontecimento, transformando o acaso em destino, desmanchando esse destino em acaso com outro acontecimento. Que os regimes totalitários não gostam de narrativas (dos itinerários singulares e coletivos) é comentário comum da literatura, uma característica belamente enfatizada, em especial, por Vaclav Havel:³⁸ todo acidente, todo evento fortuito, todo traçado particular abre perspectivas, ressalta imprevisos, dá margem a improvisos e digressões. Os testemunhos abrem-se sobre múltiplos depoimentos internos narrando episódios, quando não vidas inteiras, transmitidas por outras várias personagens "secundárias".

Com o relato, inclui-se sempre, ao que parece, uma alusão fundamental à dimensão corporal, suporte da individualização humana. A narrativa testemunhal significa a dimensão corporal como situação original, fonte dos significados, horizonte de racionalidade ética, subjetividade endereçada a outros. Com isso, retira-se à ideologia a soberba alucinada e alucinante que o poder catalisa. Ou não?

A poetisa Anna Akmatova parece acreditar que sim:

Nos anos terríveis da lejovshtina [de lejov, chefe da polícia secreta, lugar-tenente de Stalin], passei dezessete meses fazendo fila diante das prisões de Leningrado. Um dia, alguém me "reconheceu". Aí, uma mulher de lábios lívidos que, naturalmente, jamais ouvira falar em meu nome, saiu daquele torpor em que sempre ficávamos e falando pertinho do meu ouvido (ali todos nós só falávamos sussurrando) me perguntou:

— E isso, a senhora pode descrever?

E eu respondi:

— Posso.

Aí, uma coisa parecida com um sorriso surgiu naquilo que, um dia, tinha sido o seu rosto.³⁹

NOTAS

¹ Professor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da FHDSS, UNESP/Franca.

² No momento em que está prestes a deixar o Partido Comunista Francês, Edgar Morin escreve de modo auto-crítico: "Pela primeira vez minha consciência ousou sentar-se no tribunal supremo ... este sobressalto de consciência, esta recusa de impostura, mesmo que apenas mental, salvava minha razão". MORIN, E. *Auto-Critique*. Paris: Seuil, 1959.

³ "Obcecado pelo ser, e esquecendo o perspectivismo de minha experiência, eu o trato doravante como objeto, eu o deduzo de uma relação entre objetos". MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.108.

⁴ SELIGMANN-SILVA, M. (Org.) *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

⁵ RICOEUR, P. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1985. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

⁶ Citado por J. Semprun no prefácio a HERLING, G. *Un monde à part*. p.II e III. Paris: Denoel, 1985.

⁷ ARIÈS, Ph. O engajamento do homem moderno na História. In: *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

⁸ *Ibidem*, p.71-5.

⁹ ROUSSET, D. *Les jours de notre mort*. 2 tomos. Paris: Hachette, 1993. *L'Univers concentrationnaire*. Paris: Ed. de Minuit, 1989.

- 10 KRAVCHENKO, V. A. *J'ai choisi la liberté*. Paris: Self, 1947. VALTIN, J. *Sans Patrie ni Frontière*. Paris: Dominique Wapler, 1948.
- 11 LEFORT, C. *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Paris: Gallimard, 1979.
- 12 LEVI, P. *Les naufragés et les rescapés*. Paris: Gallimard, Arcades, 1989.
- 13 VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória*. Campinas: Papirus, 1988.
- 14 LESÈVRE, L. *Face à Barbie .Souvenirs-cauchemars: de Montluc à Ravensbruck*. Paris: Nouvelles Editions du Pavillon, 1987, p.2.
- 15 FURET, F. *Le Passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXème siècle*. Paris: Robert Laffont, Calmann-Lévy, 1995.
- 16 Ainda assim os campos, propriamente ditos de extermínio, reservados aos judeus, distinguem-se por inegável singularidade.
- 17 BOULGAKOV, M. *Le Maître et Marguerite*. Paris: Laffont, 1968.
- 18 YATHAY, P. L' *Utopie meurtrière: un rescapé du génocide cambodgien témoigne*. Bruxelles: Complexe, 1989, cit. in *Le Livre Noir du Communisme*, p.381. Tradução nossa.
- 19 REVAULT D'ALLONNES, M. À L'épreuve des Camps: l'imagination du semblable. In: *Fragile Humanité*. Paris: Aubier, 2002, p.147.
- 20 Ibidem, p.151.
- 21 Documento parcialmente reproduzido in *Le Livre Noir du Communisme*, op. cit., p.381.
- 22 Na edição do livro de V. A. Kravchenko, em 1947, op.cit., reproduz-se o fac-símile de sua assinatura, p.638.
- 23 O livro de HERLING, G., *Un monde à part* (Paris: Denoel, 1985) foi apresentado, como já mencionei, na edição francesa por Jorge Semprun; a inglesa, de 1951, havia sido apresentada por Bertrand Russell.
- 24 No conto "Noites atenienses", Varlam Chalamov relembra as necessidades fundamentais do homem tais como as referia Thomas More na *Utopia*: "Dei-me conta que a fórmula de Thomas More enriquecia-se de um conteúdo novo. Na *Utopia*, fixou em quatro o número das necessidades do homem (alimentar-se, fazer sexo...) ... A terceira, a necessidade de urinar, e a quarta, de defecar". O contista russo junta a elas uma nova necessidade — a de recitar poesia — e descreve com penosos pormenores as quatro primeiras funções, as quais a quinta sublimaria. *Autodafe* n.2, 23/4/02, disponível em www.autade.org/fr/autodafe/journal.htm.
- 25 KOESTLER, A. *Le zéro et l'infini*. Paris: Calmann-Lévy, 1945. ZAMIATINE, E. *Nous autres*. Paris: Gallimard, 1929.
- 26 SEMPRUN, J. *A grande viagem*. Rio de Janeiro: Bloch, s.d. *Um belo domingo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. *A montanha branca*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- 27 VERNAULT D'ALLONES, op. cit.
- 28 CHALAMOV, V. *La quatrième Vologda* aparece, sim, mas é exceção, como "relato autobiográfico" na edição de La Découverte, Fayard, 1986.
- 29 LEJEUNE, Ph. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1996.
- 30 KRAVCHENKO, V. A., op. cit. IAMPOLSKY, B., *Présence Obligatoire*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1990.
- MANDELSTAM, N., *Contre tout espoir*. Paris: Gallimard, 1975. CASTRO DELGADO, E. *Mi fé se perdió en Moscú*. Barcelona: Luis de Caralt e Ed. Barcelona, 1964.
- 31 ARENDT, H. *O sistema totalitário*, cap. XIII, 3ª parte. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- 32 "uma das características da 'cultura' contemporânea é taxar de repente de inexistentes as realidades sociais, políticas, ideais, culturais, biológicas que se acreditava serem as mais bem estabelecidas. Desta forma são taxados de inexistentes as relações sexuais, a mulher, a dominação, a opressão, a submissão, a História, o real, o indivíduo, a natureza, o Estado, o proletariado, a ideologia, a política, a loucura, as árvores. Esses joguinhos entristecem e podem também distrair, mas são forçosamente perigosos. O fato de a sexualidade e as relações sociais não existirem não perturba os amantes, e a inexistência das árvores nunca tirou o pão do lenhador ou do fabricante de papel. Por vezes, porém, o jogo deixa de ser inocente. Isso acontece quando se questiona ... um determinado momento doloroso de sua história". VIDAL-NAQUET, P., op. cit., p.16. O historiador questiona ao mesmo tempo concepções estruturalistas e historicistas — podemos pensar em As palavras e as coisas — e a incidência eventual destes vieses teóricos sobre os historiadores "revisionistas", que questionam a realidade do Holocausto.
- 33 GINZBURG, C. "Just One Witness", in FRIEDLANDER, S., *Probing the Limits of Representation. Nazism and the final solution*. London, Cambridge: Harvard University Press, 1992. p.82-96.
- 34 BROWNING, C., "German Memory, Judicial Interrogation, and Historical Reconstruction: Writing Perpetrator History from Postwar Testimony", in FRIEDLANDER, S., op. cit., p.32.
- 35 ESTIN, J. C., L'événement de penser. Número especial sobre H. Arendt, in L'Esprit, n.42, jun. 1980.
- 36 CASTORIADIS, C. *Diante da guerra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- 37 LONDON, A. *L'aveu*. Paris: Gallimard, 1968 (do qual foi feito o filme de Costa-Gavras, *A Confissão*). WEISSBERG, A. *L'accusé*. Paris: Fasquelle, 1953. GUINZBOURG, E. *Le vertige e Le ciel de la Kolyma*. 2 tomos. Paris: Seuil, 1967.
- 38 HAVEL, V. *Essais politiques*. Paris: Calmann-Lévy, 1989. A destruição da capacidade de contar história, anota Havel, equivale à "destruição de um instrumento elementar de conhecimento e de conhecimento de si".
- 39 AKMATOVA, A. *Trechos escolhidos*. No lugar de um prefácio. Leningrado, 1/4/1957.

1964: O golpe contra as reformas e a democracia¹²

Caio Navarro de Toledo
Professor da Unicamp

Resumo: Busca-se argumentar neste artigo que o movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira e, de outro, um golpe contra a incipiente democracia política nascida em 1945.

Palavras-chave: Golpe de Estado; Democracia política; Reformas sociais e econômicas.

INTRODUÇÃO

Durante a curta existência do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes.

Passados quarenta anos, o governo e os tempos de Goulart são ainda objeto de interpretações controversas e antagônicas. Liberais e conservadores atribuem ao período e ao governo apenas aspectos negativos e perversos: "baderna política", "crise de autoridade" e "caos administrativo"; inflação descontrolada e recessão econômica; quebra da hierarquia e indisciplina nas forças armadas; "subversão" da lei da ordem e avanço das forças de esquerda e comunizantes etc.¹

Enquanto existe um forte consenso entre liberais e conservadores, divergentes são as visões entre os setores de esquerda acerca da natureza e do significado do governo Goulart. Para estes, vários foram os juízos aplicados: governo de "traição nacional", de orientação social-democrata ou democrático popular; governo populista de esquerda ou nacional-reformista - e até mesmo de "orientação revolucionária".² Haveria, no entanto, praticamente um consenso entre os setores da esquerda ao interpretarem o período de 1961-1964 como um momento em que a luta de classes no Brasil alcançou um de seus momentos mais intensos, dinâmicos e significativos.³

Neste breve texto, procuramos argumentar que o movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um *golpe* contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um *golpe* contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo.

Neste sentido, a seguinte formulação de Florestan Fernandes é aqui plenamente endossada:

O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada ... que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político.⁴

Assim, de imediato, rejeita-se a versão dos vitoriosos de 1964 que, na busca de legitimação e justificação do movimento, denominaram-no de Revolução.⁵ Por sua rara lucidez, as palavras do general-presidente Ernesto Geisel deveriam ser levadas mais a sério, até mesmo por historiadores e cientistas políticos não-conservadores. Num depoimento em 1981, afirmou Geisel que "o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma idéia, em favor de uma doutrina".⁶

Para o vitorioso de 1964, o movimento se fez *contra* Goulart, *contra* a corrupção, *contra* a subversão. Estritamente falando, afirmou o general, o movimento liderado pelas Forças Armadas não era a *favor* da construção de algo novo no país.

Embora lúcidas - na medida em que rejeitavam a noção de Revolução -, as formulações do ex-ditador podem ser objeto de uma releitura. Assim, com legitimidade teórica, podemos ressignificar todos os *contras* presentes no depoimento do militar. Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos

¹² TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2007

trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o *alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro*.

UM GOVERNO NO TRAPÉZIO²

A rigor, o governo de Goulart se inicia em janeiro de 1963, após a contundente derrota do regime parlamentarista. Com o apoio de amplos setores empresariais, e dos setores políticos nacionalistas e conservadores, a campanha para o retorno ao presidencialismo foi vitoriosa. A partir desse momento, Goulart deixava de desempenhar o papel que foi a ele atribuído com a implantação do parlamentarismo; deixava, pois, de ser uma autêntica "rainha da Inglaterra" que, *embora reinasse, não governava...*

Assumindo o governo no regime presidencialista, a grande indagação que se fazia era: conseguiria Goulart superar a crise econômico-financeira, atenuar as graves tensões sociais e afastar as crises políticas que havia dois anos desgastavam o Executivo federal? As propostas que as diversas classes sociais e setores políticos ofereciam para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do *déficit* no balanço de pagamentos e da recessão econômica não deixavam de ter orientações conflitantes e antagônicas.

Nesse sentido, é importante assinalar - como adiante se mostrará de forma mais elaborada - que o período de Goulart foi ideologicamente muito significativo, pois nele se processaram intensos debates - com as orientações teóricas mais diversas (monetaristas, estruturalistas, nacional-desenvolvimentistas) - sobre os rumos e as direções que deveriam orientar a economia e o Estado brasileiros.

Como era previsível, o Executivo anunciou que seu plano de governo tinha condições de resolver em profundidade os impasses e as dificuldades enfrentados pelo conjunto da sociedade brasileira. Essa ambiciosa proposta, denominada de *Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social: 1963-1965*, foi elaborada pelo renomado e respeitado economista Celso Furtado (Ministro do Planejamento), com a colaboração do jurista e professor San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda).

De início, assinale-se que a composição do primeiro ministério presidencialista de Goulart revelaria de forma muito expressiva as ambigüidades, as limitações e o estilo conciliador que predominariam durante todo o governo. No ministério encontravam-se políticos conservadores do PSD, petebistas "fisiológicos" e "nacionalistas" e militares dos setores "duros". O Ministério era, assim, a expressão dos difíceis compromissos assumidos por Goulart para tomar posse: conciliar nacionalistas radicais e setores conservadores além de reformistas, anti-reformistas e simpatizantes socialistas.

O *Plano Trienal* procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50. Como reconheciam alguns setores de esquerda, o *Plano* constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática, o Plano pedia - como todos os planos de "salvação nacional" - que os trabalhadores (novamente) "apertassem os cintos", em nome de benefícios que viriam obter a médio e a longo prazo. Os tradicionais apelos à "colaboração" e ao "patriotismo" da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do *Plano*.

Inicialmente, os empresários industriais saudaram a proposta governamental; mas esta sofreria os seus primeiros (e fortes) abalos com os protestos vindos dos setores sindicais e das organizações nacionalistas e de esquerda. Logo nos primeiros dias de fevereiro, o CGT difundia um manifesto em que se denunciava o "caráter reacionário" do plano do governo Goulart. As críticas se aprofundaram a partir do momento em que as conseqüências da política de eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo começaram a ter efeitos sobre os salários das classes populares. CGT, PUA, FPN, UNE e o "grupo nacionalista" do PTB se unem na condenação do *Plano Trienal* de Furtado e Dantas.

O caso da tentativa de compra da *American Foreign Power* - Amforp veio comprometer ainda mais a imagem do chamado governo nacionalista. Ao mesmo tempo em que retirava os subsídios para o trigo e o petróleo e cortava investimentos públicos, o governo anunciou que estava prestes a adquirir, por 188 milhões de dólares, doze usinas do setor de energia elétrica norte-americanas. Visivelmente Jango cedia às pressões do governo dos Estados Unidos ao adquirir um autêntico "ferro-velho", como

alguns técnicos e burocratas da própria administração federal viriam esclarecer. Tratava-se, assim, de uma "verdadeira negociata" em curso. Diante da grave acusação de "crime de lesa-pátria", por parte da esquerda nacionalista, o governo recuou. (Meses mais tarde, a *Amforp* seria adquirida por iniciativa do governo de Castelo Branco.)

Ao findar o ano de 1963, o malogro do *Plano Trienal* era reconhecido por todos: não ocorreu nem *desaceleração da inflação* nem *aceleração do crescimento*. Houve, sim, *inflação sem crescimento*.

Tão logo se esboçou o fracasso do plano - antes mesmo da conclusão do primeiro semestre de 1963 -, o governo Goulart passou a empunhar de forma mais enérgica a bandeira das *reformas de base* (agrária, bancária, fiscal, eleitoral etc.). Como reconhecia o Plano, as reformas eram indispensáveis a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento. Concomitantemente, os setores da esquerda nacionalista erigiam as reformas como condições indispensáveis à ampliação e fortalecimento da democracia política no país. Sem as reformas sociais e econômicas que poderiam promover uma melhor distribuição da renda e menor desigualdade regional, a democracia capitalista continuaria sendo - afirmavam os documentos das esquerdas - um mero formalismo, pois distante das necessidades e demandas das classes populares e trabalhadoras.

O GOLPE CONTRA AS REFORMAS E A DEMOCRACIA

a) Em toda nossa história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constituiu em ameaça permanente. Seu fantasma rondou, em especial, os governos democráticos no pós-46; com maior intensidade, a partir dos anos 60.

Assim, pode-se dizer que o governo Goulart *nasceu, conviveu e morreu* sob o espectro do golpe de Estado. Goulart foi empossado em setembro de 1961, após a fracassada tentativa golpista de Jânio Quadros. Com sua inesperada renúncia, JQ visava, contudo, o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um "*golpe branco*". O Congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando, assim, dispositivos constitucionais da Carta de 46.

Em outubro de 1963, alegando a necessidade de impedir "grave comoção interna com caráter de guerra civil",⁸ Goulart - por imposição de seu dispositivo militar - tentou impor ao Congresso o *estado de sítio*. Se o estado de exceção visava silenciar Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, quem poderia negar que líderes de esquerda como Miguel Arrais e Leonel Brizola não estariam também incluídos na "lista saneadora" elaborada pelos militares, com a inteira anuência do próprio Goulart?

Em abril de 1964, o golpe de Estado - permanentemente reivindicado por setores da sociedade civil - foi, então, plenamente vitorioso.

b) O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos.

De forma sumária e esquemática, mencionemos apenas algumas das propostas ideológicas formuladas no período pós-guerra e no pré-64.⁹

1) *Liberalismo não-desenvolvimentista*, de orientação não-industrialista. "Neoliberais" reunidos em torno da UDN, da FGV, do Conselho Nacional de Economia, da Associação Comercial do Estado de São Paulo e outras entidades. Entre os mais conhecidos defensores destas posições estavam Eugênio Gudín e Octávio Bulhões;

2) *Liberalismo desenvolvimentista*, de orientação não-nacionalista. Perspectiva ideológica que se vincula à burocracia pública. Entidades representativas: BNDE, Comissão Mista Brasil-EUA. Entre seus economistas, destacam-se Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc.;

3) *Desenvolvimentismo privatista*: CNI, FIESP. "Herdeiros" de Roberto Simonsen: João Paulo de A. Magalhães, Hélio Jaguaribe e outros;

4) *Desenvolvimentistas nacionalistas*. Entidades como ISEB,¹⁰ CEPAL, setores do BNDE, PTB. Figuras representativas: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos e Vieira Pinto;

5) *Socialistas/Comunistas*. PCB e PSB. Intelectuais representativos: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e outros.

Inúmeras revistas especializadas e não-acadêmicas, semanários e jornais traduziam e difundiam essas correntes teóricas e ideológicas. A esse respeito, vejamos a questão do ângulo dos setores

progressistas. Não tendo acesso aos meios de comunicação de massa, a esquerda nacionalista e socialista, além de seus órgãos de imprensa (jornais, revistas etc.), buscava difundir as propostas reformistas do nacional-desenvolvimentismo - ou mesmo da *revolução socialista* - por meio de experiências como o teatro, o cinema, a música e as artes plásticas.

O *cinema novo* - com limitação de recursos, mas com o generoso lema de "*uma idéia na cabeça e uma câmera na mão*" - colocou as camadas populares (no campo e na cidade) como protagonistas centrais de suas narrativas. Assim, os primeiros e excelentes filmes de Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade, Ruy Guerra e outros se tornaram possíveis a partir desse novo contexto político e ideológico que se constituía no país.

O movimento estudantil - através de sua representação maior, a UNE e as UEEs - teve atuação destacada nessa nova modalidade de agitação política e debate cultural. Além de defender a reforma universitária, o ME buscava associar-se aos demais movimentos de orientação nacionalista e reformista; através de caravanas que percorriam o país, eram exibidas peças teatrais e divulgadas músicas que debatiam o subdesenvolvimento, as reformas de base, a revolução, o imperialismo etc.

Esse variado e promissor contexto cultural e ideológico levou um arguto crítico a afirmar que, no pré-64, o Brasil começava a ficar "irreconhecivelmente inteligente".¹¹

c) Mas, o golpe também visou estancar a democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais.

No triênio 1961-1963, o sindicalismo brasileiro alcançou um de seus momentos de mais intensa atividade. Enquanto de 1958 a 1960, sob o governo JK, haviam ocorrido cerca de 180 greves, nos três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações. Nesse mesmo período, diferentes organizações de coordenação dos sindicatos, no plano regional e nacional, foram criadas. Embora proibida pela rígida legislação sindical então vigente, o *Comando Geral dos Trabalhadores* - CGT teve uma destacada atuação na cena política brasileira. Juntamente com outras centrais sindicais de menor vulto, o CGT foi responsável pelas primeiras greves de caráter explicitamente *político* na história brasileira.

Para afronta dos setores de direita, as lideranças do CGT eram recebidas em Palácio pelo presidente da República e reconhecidas como interlocutores de importantes dirigentes partidários. A imprensa conservadora designava o CGT como o "quarto poder", reforçando o fantasma, forjado na época de Vargas, de que Goulart visava instituir no país uma "República sindicalista".

Durante todo o período, foi muito estreita a vinculação do CGT com o governo Goulart. Embora não se possa afirmar que tenha sido apenas "massa de manobra" do governo - pois reivindicava sua autonomia política -, o CGT colaborou estreitamente com Goulart, apoiando-o abertamente na maioria de suas iniciativas políticas. Tal compromisso era justificado pelo fato de a ideologia nacional-desenvolvimentista, elaborada pelo PCB e hegemônica dentro do CGT, ser convergente com as propostas reformistas de Goulart.

O caráter populista do governo aqui se manifestava de forma nítida e exemplar. As ações do sindicalismo - seja através de suas greves na defesa de reivindicações estritamente econômicas ou de caráter político - eram toleradas e até mesmo incentivadas por Goulart, pois serviam ao projeto nacional-reformista. No entanto, o controle político da CGT por lideranças sindicais independentes - por exemplo, por parte do PCB e do "grupo compacto" do PTB - sempre foi combatido por Goulart e por sua assessoria sindical. Em todo o período, Goulart revelou clara preferência por lideranças e organizações sindicais que, em troca de sua independência política e ideológica, recebiam facilidades e favores governamentais.

Como se sabe, o mito do "quarto poder", representado pelo CGT, veio abaixo inteiramente com o fracasso da organização em oferecer qualquer resistência à ação dos golpistas de abril.

d) A luta pela cidadania política dos trabalhadores do campo também constituiu uma realidade nova na história social do país. As *Ligas Camponesas*, que notabilizaram o advogado e deputado federal Francisco Julião, nasceram das lutas de resistência de pequenos agricultores e não-proprietários contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam; de 1959 a 1962, as Ligas tiveram uma acelerada expansão em todo o Nordeste. Contestavam elas a dominação política e econômica a que as populações rurais estavam secularmente submetidas. Em algumas localidades, ocorreram conflitos armados entre camponeses e proprietários de terras; lideranças camponesas eram perseguidas e assassinadas a mando dos latifundiários, alarmados com a politização das massas rurais.¹²

Na luta pela Reforma Agrária, as Ligas se associaram às demais organizações políticas progressistas do país, participando - tal como ocorre hoje com o MST - de comícios, passeatas e manifestações no Congresso em defesa das reformas de base, em particular da Reforma Agrária.

Extensas reportagens, em revistas e jornais do Brasil e do exterior, informavam seus leitores acerca da ação e dos objetivos, "subversivos" e "revolucionários", das *Ligas Camponesas*. O Nordeste, faminto e sedento, estava a um passo de uma radical e violenta "guerra camponesa", era a conclusão a que se chegava com a leitura dessas alarmistas reportagens da grande imprensa.

e) No pré-64, outras reivindicações políticas visavam o alargamento da democracia liberal vigente no país: entre elas, o direito de voto aos analfabetos, o direito dos setores subalternos das forças armadas de postularem cargos eletivos (a carta de 46 lhes vedava esse direito) e a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, posto fora da lei desde 1947. Embora alguns de seus membros conseguissem ser eleitos por outros partidos, embora tivesse lideranças em sindicatos, editasse revistas e semanários,¹³ o PCB não podia realizar seus encontros e reuniões senão de forma clandestina e sob permanente repressão policial. A inexistência do pluralismo ideológico-partidário no pré-64 se constituía, assim, numa séria deformação da democracia política no país.

f) O golpe de 64 visou também estancar o debate político que, no Congresso e na sociedade, estava centralizado em torno das reformas sociais e políticas. De forma sintética, situemos o caso da reforma agrária - o carro-chefe das reformas sociais e econômicas.

Desde o parlamentarismo, Goulart levantou a bandeira da reforma agrária; em discurso no dia 1º de maio de 1962, o presidente propunha a revisão do *Artigo 141* da Carta de 1946 que condicionava as desapropriações de terra à "prévia indenização em dinheiro". Para o conjunto dos partidos e movimentos sociais que defendiam as reformas,¹⁴ a manutenção desse artigo da Constituição, na prática, inviabilizava a reforma agrária.

Desde essa época, entidades ruralistas, setores da Igreja católica, partidos liberais conservadores (UDN e setores majoritários do PSD) e a grande imprensa, por exemplo - radicalmente contrários à revisão constitucional - fizeram campanha nacional contra a chamada reforma agrária "radical" do governo.

Na perspectiva nacional-desenvolvimentista, a reforma agrária era essencial para que o capitalismo industrial no Brasil pudesse alcançar um nível superior de desenvolvimento. De um lado, era preciso aumentar a produção agrícola (alimentos, matérias-primas para a indústria etc.) ao mesmo tempo em que se buscava ampliar o mercado interno para os bens manufaturados. De outro lado, prevendo situações crescentes de tensões e conflitos sociais, propunha-se uma melhor distribuição de terras improdutivas. Num depoimento, Darci Ribeiro, um dos mais íntimos assessores de Goulart, sintetizou a visão do governo sobre o assunto: "Jango, latifundiário, queria fazer a reforma agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social".¹⁵

Ao contrário do que avaliavam os setores reacionários dos proprietários rurais, da alta hierarquia da Igreja católica, da UDN e do PSD, muito longe das intenções de Goulart estava a abolição da propriedade privada que daria início à "comunização" do país... Como sinceramente declarou em várias oportunidades, Goulart entendia ser possível - com as reformas sociais - consolidar o capitalismo industrial brasileiro e torná-lo mais humano e patriótico. Ou seja, nos anos 60, o mito de um *capitalismo nacional e civilizado* - tal como ainda hoje aparece no debate ideológico - era alimentado por Goulart e por alguns setores progressistas e nacionalistas.

A manutenção do latifúndio e as profundas desigualdades sociais no campo eram, assim, fatores decisivos para a manutenção de uma democracia política muito distante das aspirações e necessidades das classes populares. Democracia profundamente limitada, pois incapaz de superar o clientelismo, o mandonismo, os currais eleitorais e o poder incontestável do latifúndio e dos coronéis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao afirmarmos que o golpe de 1964 teve como protagonistas principais as facções *duras* das forças armadas e o empresariado nacional (através de seus partidos, entidades de classe e aparelhos ideológicos)¹⁶ - com o decidido apoio e o incentivo da embaixada e de agências norte-americanas (Departamento de Estado, Pentágono e outras)¹⁷ -, não significa que devemos isentar os setores nacionalistas e de esquerda pelo dramático desfecho do processo político.

Comportamentos, gestos e declarações - altissonantes e, a rigor, autênticas bravatas - de lideranças progressistas contribuíram para o agravamento do processo político. Neste sentido, será a partir do início pelas reformas no dia 13 de março, sexta-feira, que a crise política se agudizará. Assim, paralelamente às versões alarmistas, forjadas pelos setores conservadores, alguns gestos e declarações de lideranças importantes do movimento nacionalista - pelo radicalismo verbal de que se revestiram - tiveram o efeito inesperado de unificar a direita civil e militar.

Depois desse comício, a batalha ideológica se ampliou; no noticiário dos jornais, se intensificaram os boatos de que Goulart - com o apoio do PCB, do CGT e das forças políticas nacionalistas - preparava um golpe de Estado.¹⁸

No entanto, em termos de palavras e gestos, Goulart foi o protagonista mais eloquente do drama que se encenaria nas duas últimas semanas de março. Dois gestos de Goulart podem ser interpretados como os de um ator que, de forma desesperada e agônica, se lança de peito aberto diante de seus adversários ou algozes.

Primeiro ato: sua complacência em relação à insubordinação de cabos e marinheiros no Rio de Janeiro. Ao anistiar os revoltosos, o presidente afrontou o ministro da Marinha que, dias antes, tinha punido os "rebeldes"; provocou, assim, a indignação de toda a corporação militar. Na passeata dos marinheiros que comemorava o indulto presidencial, Candido Aragão, conhecido como o "almirante vermelho" ou "almirante do povo", foi carregado em triunfo.

Segundo ato: o panfletário discurso do Presidente numa assembléia de marinheiros, no Automóvel Clube do Brasil, na noite de 30 de março.

Transmitido pela televisão, diante de um auditório repleto de soldados, sindicalistas e políticos nacionalistas, Goulart denunciou as forças reacionárias e golpistas. Com veemência defendeu - para a redenção do país - a necessidade de um "golpe das reformas". As palavras eloquentes e os gestos dramáticos do presidente da República muito se assemelhavam à carta-testamento de Vargas. Sem atirar contra o próprio peito, Goulart parecia decidir pelo suicídio político.

Depois desses dois episódios, a sorte do governo Goulart estava definitivamente selada. Poucas horas após a transmissão de seu discurso, tropas comandadas por oficiais golpistas de Minas puseram o pé na estrada. Trocas de telefonemas entre oficiais foram suficientes para neutralizar o chamado "dispositivo militar" de Goulart.

Mas, diante de insinuações de que os setores progressistas e de esquerda - pela intransigência de suas demandas e ações - também devem ser responsabilizados pelo desfecho dos acontecimentos de abril de 1964, é preciso sempre lembrar e ressaltar que quem *planejou e desencadeou* o golpe contra a democracia foram as classes dominantes através de suas forças políticas e entidades de classe.¹⁹ Como ressaltamos, os setores conservadores e liberais da sociedade civil - as chamadas "vivandeiras de quartel" -, durante todo o período republicano se manifestaram resolutamente contrários à ampliação das liberdades políticas e dos direitos sociais das classes populares e dos trabalhadores. Desde 1950, manobras golpistas foram tentadas, intensificando-se a partir da renúncia de Jânio Quadros.

O golpe de 1964 veio, pois, coroar as tentativas anteriormente fracassadas. Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e progressistas, o golpe foi saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma autêntica *Revolução*. Aliviadas por não terem de se envolver militarmente no país, as autoridades norte-americanas congratularam-se com os militares e políticos brasileiros pela "solução" encontrada para superar a "crise política" no país.

O governo Goulart que, nos últimos dias de março de 1964, contava com elevada simpatia junto à opinião pública,²⁰ ruiu como um castelo de areia. As classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes das manifestações e passeatas que, em algumas capitais do país, pediam a destituição de Goulart. Embora não se opusessem ao governo, os setores populares e os trabalhadores nada fizeram para evitar a derrubada do governo. As forças políticas que afirmavam representar esses setores nenhuma ação significativa desenvolveram para impedir o golpe que há muito tempo se anunciava no horizonte político. O golpe de 64, bem sabemos, não foi um raio em céu azul...

Desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as forças progressistas e de esquerda nenhuma resistência ofereceram aos golpistas. Alegando que não queria assistir a uma "guerra civil" no país, Goulart negou-se a atender alguns apelos de oficiais legalistas no sentido de ordenar uma ação repressiva - de caráter intimidatório - contra os sediciosos que vinham de Minas.²¹ Preferiu o exílio político.

No discurso de lideranças de esquerda, a expressão "cabeças cortadas", dirigida contra os eventuais golpistas, tinha um sentido metafórico; com a ação dos "vencedores de abril", ela se tornará uma cruel realidade para muitos homens e mulheres durante os vinte anos da ditadura militar.

NOTAS

¹ Eugênio Gudín, num de seus artigos - amplamente difundidos pela grande imprensa brasileira no pré-64 -, talvez sintetize a visão dos setores liberais-conservadores: "Temos tido governos inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos ... um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até a prostituir tudo quanto neste país existe de organizado". *Por um Brasil melhor*, Rio de Janeiro, APEC, s.d.

- Ressalvadas algumas expressões ultramontanas do (reconhecido) patrono dos economistas (neo)liberais brasileiros, não seria outro o juízo de alguns notáveis discípulos seus. Roberto Campos, Delfim Netto, Octavio Bulhões, Mário Henrique Simonsen, João Paulo Veloso - que desempenharam funções relevantes na formulação das políticas econômicas dos governos militares - partilhavam, juntamente com os demais liberais brasileiros (udenistas ou não), dessa sectária visão. Deve ser dito, no entanto, que essa percepção - de um governo que atentava contra a ordem legal e que conduzia o país à anarquia política - teve ampla difusão, particularmente nos últimos meses de Goulart. O *Correio da Manhã* - que, em 1961, desafiando o veto militar, apoiou a posse de Goulart - publicou no dia 31 de março de 1964 um editorial com o título "Basta!". Nele, deplorava-se a conduta do presidente da República e, explicitamente, defendia-se a destituição de Goulart. Sabe-se que, entre os que redigiam o editorial político do *Correio da Manhã* estavam respeitados jornalistas de convicções democráticas e progressistas, tais como Otto Maria Carpeaux, Edmundo Moniz, Newton Rodrigues e Osvaldo Peralva. Cf. GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.65.
- 2 Para Paulo Schilling, o governo Goulart "foi o mais eficiente agente das classes dominantes e do imperialismo na contenção do avanço popular. De traição em traição chegou ... à entrega do poder à direita". *Como a direita se coloca no poder*, São Paulo: Global, 1979. Na avaliação de Darci Ribeiro, o governo de Goulart foi derrubado "porque ele era uma ameaça inadmissível para a direita e inaceitável para os norte-americanos. Daí a contra-revolução preventiva..." In: DANTAS MOTA, L. (Coord.) *A história vivida II*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981.
 - 3 Para o historiador Jacob Gorender, o período "marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros" no século XX. Para ele, "nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo". *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2.ed. São Paulo: Ática, 1987, p.66-7.
 - 4 FERNANDES, F. *Brasil, em compasso de espera*, São Paulo: Hucitec, 1980, p.113.
 - 5 Para a extensa maioria dos críticos do movimento de março e abril de 1964, tratou-se de um golpe de Estado que derrubou um governo burguês democrático com orientação reformista e progressista. Autores como F. Fernandes, J. Gorender e D. Ribeiro buscam qualificar a natureza do golpe: tratou-se de uma *contra-revolução*. A frase de F. Fernandes, antes citada, expressa bem esse ponto de vista. Gorender acredita que a intensidade da luta de classes no período - com a possibilidade de eclodir uma revolução anticapitalista - qualifica o golpe como tendo um caráter "contra-revolucionário preventivo". Nas suas palavras, "a classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse". Gorender, op. cit., p.67.
 - 6 Apud GASPARI, *A revolução envergonhada*, p.138. Com frequência, mesmo autores de orientação crítica se utilizam da prestigiosa noção de "Revolução" reivindicada pelos golpistas de abril. Um exemplo disso aparece no útil livro *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994) que reúne depoimentos de lideranças militares golpistas, reunidos por M. Celina D' Araujo, Gláucio Soares e Celso Castro. Embora para os autores a noção mais adequada esteja no próprio título do livro, por vezes a palavra *Revolução* aparece em várias questões formuladas aos entrevistados. Certamente, trata-se de uma linguagem concessiva. Esse estilo de intervenção - linguagem mais moderada (menos "radical") - é hoje bastante freqüente, entre intelectuais e autores progressistas, quando têm seus textos publicados na grande imprensa ou por ocasião das entrevistas que concedem às rádios e às emissoras de televisão. Será esse o preço que se paga pelo privilégio de ter algum espaço na mídia burguesa? Da mesma forma, o uso da expressão "regime autoritário" - não o de *ditadura militar* - para definir o período de 1964 a 1985 foi bem mais extenso na bibliografia histórica e política. A esse respeito, talvez um dos méritos da festejada obra de Elio Gaspari - três livros da série de cinco já foram publicados - resida na consagração do termo *ditadura* (os nomes dos três livros não deixam margens à dúvida: *A ditadura envergonhada*, *A ditadura escancarada* e *A ditadura derrotada*).
 - 7 Este item retoma argumentos de momento de meu livro, *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 16.ed., 1996.
 - 8 Em 12 de setembro de 1963, em Brasília, centenas de sargentos, fuzileiros navais e soldados da Aeronáutica e da Marinha invadiram prédios da administração federal em protesto contra decisão do STF que não reconheceu o direito de elegibilidade dos sargentos para o Legislativo. O CGT e a UNE manifestaram simpatia para com a reivindicação dos subalternos. A 4 de outubro, Goulart envia mensagem ao Congresso solicitando a decretação do estado de sítio por 30 dias. O movimento nacionalista é vitorioso ao derrotar a exigência dos "duros" das Forças armadas.
 - 9 Para organizar esse quadro do debate teórico-ideológico no Brasil dos anos 50 e 60, valho-me do livro de Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. São Paulo: Contraponto, 3.ed., 1996.
 - 10 Sobre as diferentes formulações existentes no interior do ISEB, veja-se TOLEDO, C. N. de. ISEB: fábrica de ideologias. Campinas: Ed. Unicamp, 2.ed., 1996. É extensa a bibliografia existente sobre a Cepal.
 - 11 SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
 - 12 O notável filme-documentário *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, ilustra bem esse contexto de lutas e conflitos no campo brasileiro no pré-64.
 - 13 Publicavam-se nessa época o jornal *Novos Rumos* e a revista *Estudos Sociais*, além de divulgar-se a revista *Problemas da paz e do socialismo*, do PC da URSS.

- 14 No Congresso nacional atuava, em defesa das reformas, a quase totalidade do PTB e do PSB. Durante o governo Goulart, criou-se a *Frente Parlamentar Nacionalista* - FPN, que reunia, além dessas duas legendas, parlamentares nacionalistas do PSD, da UDN e dos demais partidos. A *Frente de Mobilização Popular* - FMP, por seu lado, agregava um conjunto de forças políticas e movimentos sociais que se orientavam pela ideologia nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, agrupava a FPN, o CGT, o PCB, as Ligas camponesas, a UNE, o movimento nacional dos cabos e sargentos etc. No interior da UNE, atuavam pequenos grupos de esquerda - Polop, AP, MRT e outros.
- 15 Darci Ribeiro, em DANTAS MOTA, op. cit.
- 16 O livro de René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado* (Rio de Janeiro: Vozes, 1981), é ainda o documento mais completo sobre a atuação do empresariado nacional e do capital multinacional na preparação e desencadeamento do golpe de 1964.
- 17 A rigor, o golpe não começou em Washington, como afirmava o título do livro do jornalista E. Morel. No entanto, desde a publicação dos documentos revelados pelo jornalista Marcos Sá Corrêa e vários outros trabalhos e depoimentos, posteriormente editados no Brasil e no exterior, fica comprovada a ativa participação e apoio norte-americanos ao golpe. A *ditadura envergonhada*, de E. Gaspari, jornalista que não revela nenhuma simpatia pela historiografia de esquerda, confirma a atuação do Pentágono e do Departamento de Estado dos Estados Unidos nos episódios de abril. Além disso, o ostensivo trabalho nos bastidores (e à luz do dia) do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, durante os últimos meses do governo Goulart, não pode suscitar nenhuma dúvida acerca do relevante papel desempenhado por seu país na queda do governo constitucional de Goulart.
- 18 No comício, uma das dezenas de palavras de ordem pedia a "reeleição de Goulart"; outra, a reforma constitucional com Jango no governo. Luis Carlos Prestes (PCB) e outras lideranças nacionalistas, entusiasmados com o discurso de Goulart e com a repercussão do Comício, cogitaram, num primeiro momento, da hipótese de uma "Constituinte com Goulart". No entanto, no Suplemento especial de *Novos Rumos* (27 mar. a 2 abr. 1964), órgão oficial do PCB, "Teses para Discussão", nada se encontra sobre essa controversa palavra de ordem. As reformas da Constituição que eram propugnadas nas Teses visavam viabilizar a reforma agrária, o voto dos analfabetos, a legalização do PCB etc.
- 19 Como se afirmou, algumas das declarações de lideranças de esquerda podem ter contribuído para unificar ainda mais a reação golpista. Brizola, no comício do dia 13, falou em "derrogação do Congresso"; Prestes teria dito - de forma defensiva, mas num tom abusivo - que as cabeças dos golpistas iriam rolar caso ousassem dar o primeiro passo. Julião falava da força das milícias camponesas na defesa da legalidade. Mas, não existem evidências consistentes para se concluir que as esquerdas tramavam ou apoiariam um golpe contra as instituições democráticas do país, caso Goulart (via "dispositivo militar") - para a realização das reformas - tomasse essa iniciativa. Sem poder argumentar aqui, minha hipótese sobre o fundamento de recentes formulações, no campo progressista, que atribuem propósitos "golpistas" aos setores de esquerda é a seguinte: para aqueles que se inspiram nas teses difundidas pelo eurocomunismo (ou "esquerda democrática", entre nós), qualquer perspectiva ou política de esquerda que conteste a universalidade da legalidade democrático-burguesa é acoimada ou denunciada como "golpista".
- 20 Segundo pesquisa do Ibope, realizada na capital paulista entre 20 e 30 de março, João Goulart tinha um apoio significativo dos eleitores da maior cidade do país: o governo era considerado *ótimo* por 7% dos quinhentos entrevistados, *bom* por 29% e *regular* por 30%; era *mau* apenas para 7%, *péssimo* para 12% e 9% não sabiam responder. Assim, entre *ótimo/bom* e *regular*, o governo tinha aprovação de cerca de 66% dos eleitores da capital de São Paulo. (Naqueles dias, como vimos, na capital paulista, ocorreu uma das maiores manifestações contra o governo.) A insuspeita pesquisa foi encomendada pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, uma das entidades que apoiaram ostensivamente o golpe. *Jornal da Unicamp*, edição 204, 24 fev. a 9 mar. 2003. Sem retirar dessa pesquisa (parcial) conclusões maiores sobre a "popularidade de Goulart", ressalte-se, no entanto, que a cidade de São Paulo não tem sido, desde os anos 50, reduto de candidatos "progressistas". O PTB nunca teve ali uma base eleitoral forte e a capital - bem como o conjunto do estado - tem se notabilizado por eleger candidatos conservadores; para lembrar alguns deles, Adhemar de Barros, Jânio Quadros (por diversas vezes), Carvalho Pinto, Paulo Maluf. Lembre-se que na eleição de 1989, a vitória do pseudo "caçador de marajás" F. Collor de Melo apenas foi possível em virtude do contingente de votos que obteve no estado de São Paulo.
- 21 O sociólogo Herbert de Souza (Betinho), cujas opiniões nunca poderiam ser consideradas de "esquerdistas" ou de "radicais", numa entrevista, ponderou o seguinte: "Acho que houve falta de direção política articulada com a resistência militar. Se as tropas de Mourão tivessem sido atacadas, elas se entregariam. Se esse movimento tivesse sido abortado lá, o General Amaury Kruehl continuaria em cima do muro. O II Exército não se definiria, a Vila Militar não desceria, e, provavelmente, o golpe teria outro resultado". In MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989. Artigos de Werneck Sodré, Jacob Gorender e J. Quartim de Moares sobre essa questão se encontram em TOLEDO, C. N. de. (Org.) *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

VERSÕES E CONTROVÉRSIAS SOBRE 1964 E A DITADURA MILITAR¹³

Carlos Fico¹
UFRJ

Resumo: O principal objetivo deste artigo é expor e discutir as mais importantes correntes da historiografia sobre o Golpe de 1964 e confrontar algumas questões controvertidas sobre repressão política, censura e outros temas da ditadura militar.

Palavras-chave: Historiografia; Golpe de Estado; Ditadura militar.

EFEMÉRIDES

Em 7 de setembro de 1972, a ditadura militar tomou conta das comemorações da principal efeméride do período: o Sesquicentenário da Independência do Brasil. As festas tiveram um caráter oficial e algo sombrio: o general Médici presidiu um desfile na avenida Paulista, vendedores ambulantes ofereciam monóculos com a fotografia de dom Pedro I e o principal ato simbólico da comemoração foi a lúgubre cerimônia de translação de parte do corpo do imperador (o coração ficou em Portugal) para a capela do Monumento do Ipiranga depois de os despojos mortais terem peregrinado por todo o país.

Não é cabível celebrar um golpe de Estado como o de 31 de março de 1964, mas estes quarenta anos também podem ser caracterizados como uma efeméride, se pensarmos no sentido que a expressão assumiu para os historiadores brasileiros, principalmente a partir de meados dos anos 80 - depois do fim do regime militar -, quando tivemos o Bicentenário da Conjuração Mineira (no mesmo ano do Bicentenário da Revolução Francesa), o Centenário da Abolição da Escravidão e o da Proclamação da República, apenas para citar as mais importantes. Muitos eventos e publicações marcaram as datas, fomentando pesquisas, debates e revisões. O ano de 2004 é pontuado por aniversários importantes, como os cinquenta anos do atentado da rua Tonelero e do suicídio de Getúlio Vargas ou os vinte das "Diretas, Já!", campanha lançada em 1983, mas que cresceu em 1984. Portanto, é muito oportuno que aproveitemos para fazer um balanço da produção relacionada a 1964 (e seus desdobramentos) - efeméride aqui entendida como fato importante, embora não grato.

Tem sido notável, neste ano, o interesse despertado pelos eventos de toda sorte que vão marcando a data, diferentemente de dez anos atrás, quando seminários acadêmicos sobre os trinta anos do golpe de 64 tiveram de ser cancelados ou contaram com baixa frequência de público. Milhares de pessoas, na maioria jovens, têm comparecido a debates em todo o Brasil. A imprensa acompanha com interesse atividades acadêmicas regra geral ignoradas. Várias publicações voltadas para o tema têm sido lançadas. Qual a causa de tamanha aceitação? A explicação certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um "desprendimento político" que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de "reacionárias". Processa-se uma mudança geracional, sendo cada vez mais freqüente que pesquisadores do tema não tenham *parti pris*. Nesse sentido, tem sido destacado o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia (inclusive a esquerda);² o "deslocamento de sentido", operado sobretudo após a Campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática;³ o perfil vacilante, a inabilidade e o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado por reacionários,⁴ e assim por diante. Ao mesmo tempo, clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime também vão sendo abandonados, como a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político;⁵ a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado;⁶ a classificação simplista dos militares em "duros" ou "moderados" etc. Por tudo isso, podemos falar de uma nova fase da produção histórica sobre o período.

Também é crescente o interesse de jovens historiadores e de estudantes de cursos de graduação em história pelos temas do período 1964-1985. A opção radicaliza, por assim dizer, o acerto da hipótese avançada pelo saudoso José Roberto do Amaral Lapa, quando previu, ainda em 1976, que o

¹³ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*., São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2007

predomínio dos estudos sobre a fase colonial seria suplantado pelas pesquisas sobre o período republicano.⁷ Ele falava em uma espécie de "conspiração anti-contemporânea", pois, até aquela época, catedráticos passadistas induziam - ou quase impunham - o estudo dos fatos históricos mais remotos, enobrecidos pela pátina do tempo. Num primeiro momento (anos 80), avultaram os estudos sobre a Primeira República, destacando temas como o surgimento do movimento operário. Hoje em dia, é notável a quantidade de pesquisas sobre questões recentíssimas da história do Brasil, o que deve ter sido estimulado pelo interesse que a "melancólica trajetória nacional" contemporânea - como dizia o também saudoso Francisco Iglésias⁸ - suscita.

A abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente. Poderíamos dizer que se trata de uma espécie de movimento de incorporação, pelos historiadores, de temáticas outrora teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos e narradas pelos próprios participantes. De fato, a literatura sobre o golpe de 64 e o regime que o sucederia ficaria marcada, em uma primeira fase, por dois importantes gêneros. O primeiro foi uma espécie de politologia: inspirados sobretudo pela vertente norte-americana da Ciência Política, muitos estudiosos buscaram explicar e classificar, em termos quase nominalistas, as crises militares de países como o Brasil. Seriam os militares uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou estariam a serviço de determinados grupos sociais? Um único modelo teórico daria conta de explicar, por exemplo, os regimes militares latino-americanos? Haveria alguma singularidade no caso brasileiro? Esses debates, que produziram expressiva bibliografia, nunca chegaram a verdadeiramente animar os historiadores, mas pelo menos uma contribuição significativa para o entendimento do golpe foi dada por essa corrente - como se verá.

O segundo gênero predominante no que poderia ser caracterizado como primeira fase dos estudos sobre o período foi a memorialística, que cresceu sobretudo a partir da distensão política patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel. Foi, de algum modo, a primeira tentativa de construção de uma narrativa histórica sobre o período, embora já existisse uma ou outra incursão nesse sentido, especialmente no que se refere ao governo Goulart e sua ruína.⁹ Foi essa memorialística que constituiu o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais se revelariam mitos ou estereótipos. Do ponto de vista oficial, livros como os de Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil de Castelo Branco, e de Daniel Krieger, líder do governo no Senado,¹⁰ serviram para construir o perfil do primeiro general-presidente como "moderado" e "legalista". Pouco tempo depois saíram os de Jayme Portella de Mello e Hugo Abreu,¹¹ destacando diferenças que desmentiam a unidade militar. Do lado da esquerda, depoimentos como os de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis¹² - que foram grandes sucessos editoriais - contribuiriam para a mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 60, algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada "luta armada" - expressão que, diga-se, traduz mal as descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e seqüestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas.

CONTROVÉRSIAS

As mencionadas "moderação" de Castelo e transmutação da "luta armada" em "resistência democrática" são apenas dois exemplos de lista bem mais extensa de conflitos suscitados pela memorialística. Poderíamos falar de um esgotamento do gênero? Com o passar do tempo, é natural que os depoimentos rareiem e de algum modo tornem-se iterativos, sendo este o caso, por exemplo, dos testemunhos sobre a "luta armada". Segundo Jacob Gorender, "do lado da esquerda, certamente não estão esgotadas as fontes capazes de fornecer revelações significativas, mas o principal já foi extraído dessas fontes. Ficaram por esclarecer detalhes, sobretudo concernentes a atuações individuais".¹³ Não se trata de desqualificar o gênero, mas de bem entendê-lo, pois as memórias (oficiais, da esquerda e de outros grupos sociais) são antes objetos de análise do que fontes de acesso a uma suposta versão verdadeira. Vejamos algumas versões que, por repetição, fixaram-se no senso comum como aceitas.

Reiteradamente caracterizado como "legalista" e "moderado", o perfil de Castelo Branco serviu até mesmo para adjetivar um conjunto de militares que com ele partilhavam uma formação intelectual mais refinada (diferentemente dos *troupiers*, propensos a ações práticas e métodos violentos), um apego às normas legais e uma forma mais branda de tratar os inimigos da "revolução". Atributos tão atraentes parecem derivar muito mais da benevolência dos biógrafos que o beneficiaram do que propriamente de uma análise do desempenho do primeiro general-presidente. Castelo Branco, como

se sabe, foi escolhido para a Presidência da República contra a vontade do general Costa e Silva, que, nas primeiras horas após o golpe, autoneomara-se "comandante-em-chefe do Exército Nacional" e líder do "Comando Supremo da Revolução". Se a escolha de seu nome (que o próprio Castelo articulou com competência entre políticos civis) impediu a imediata ascensão de Costa e Silva (nomeado "apenas" ministro da Guerra), durante o seu governo Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições "revolucionárias"; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de "guerra interna"; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria freqüente no pós-68). De fato, diante das acusações que irrompiam na imprensa, Castelo viu-se obrigado a mandar seu chefe da Casa Militar - o futuro presidente Ernesto Geisel - averiguar os fatos. Geisel voltou tergiversando e Castelo omitiu-se. Como se não bastasse, teve de admitir ser sucedido por aquele que se tornara o condestável de seu governo - precisamente o general Costa e Silva.

A contestação dessa leitura corrente sobre a "moderação" de Castelo não é apenas mais uma disputa de memória, pois, felizmente, hoje, ampara-se em pesquisas profissionalmente conduzidas.¹⁴ Trata-se de um pressuposto básico para firmar-se uma interpretação que se baseia em pesquisas ainda incipientes: o entendimento do regime militar como o da trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como *linha dura*. Terá sido o fracasso de Castelo de pôr cobro aos anseios punitivos de militares radicalizados que fomentou o crescimento do que então se chamava de "força autônoma", que se autoneomara verdadeira guardiã dos princípios da "revolução", e que se tornaria, paulatinamente, um grupo de pressão muito eficaz (capaz, por exemplo, de reabrir a temporada de punições com o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965) e, posteriormente, institucionalizar-se-ia como as famosas "comunidade de segurança" e "comunidade de informações". Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder. Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios do período, pois informa que o projeto repressivo baseado numa "operação limpeza" violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do "golpe dentro do golpe", segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de "utopia autoritária",¹⁵ isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, "subversão", "corrupção") tendo em vista a inserção do Brasil no campo da "democracia ocidental e cristã".

Tal crença empolgava de maneira diferente os diversos grupos militares, sendo também uma simplificação forjada pelas primeiras e mais apressadas leituras a dicotomia "linha dura" *versus* "moderados" (ou "castelistas"). Os militares (e os civis) diretamente envolvidos em tortura e assassinato político foram poucos. Eram aqueles que, após 1968, integravam as turmas de captura e interrogatório do sistema Codi-Doi ou suas equivalentes das instâncias estaduais da repressão (Dops), além dos centros de informações dos ministérios militares. Essa percepção não é uma forma de minimizar o envolvimento dos militares com a repressão violenta, mas uma maneira de refinar a análise que se possa fazer do período, pois é óbvio que muitos militares aderiram à "utopia autoritária" admitindo a tortura e o extermínio (como é o caso do ex-presidente Ernesto Geisel, tido como moderado) sem praticar martírios com as próprias mãos. Outros também eram adeptos do pensamento segundo o qual deveriam ser eliminados os "óbices" ao "objetivo nacional permanente" de transformação do Brasil em uma potência mundial, mas essa eliminação deveria pautar-se por critérios não violentos. Alguns não aderiam a tal projeto, sobretudo jovens oficiais da metade final da ditadura que permaneciam omissos, preferindo cuidar de suas carreiras. Havia, igualmente, militares decididos a passar para a reserva caso fossem instados a acobertar atos de tortura,¹⁶ mas foram poucos os casos de denúncia ou oposição explícita, o que revela a existência de uma grande quantidade de militares coniventes. Existem muitas tentativas acadêmicas de criação de uma tipologia dos grupos militares, tarefa algo difícil, como se vê pela multiplicidade de exemplos listados, mas certamente deve ser abandonada a divisão duros/moderados. Até porque a posição em relação à tortura é apenas um dos critérios possíveis de classificação, havendo a necessidade de também se considerar outros fatores, como formação militar, laços de lealdade e posição em relação ao desenvolvimento econômico do país. Como se sabe, há diferenças significativas entre militares formados nesta ou naquela instituição, tanto quanto havia bastante controvérsia quanto ao papel do

capital estrangeiro no crescimento do Brasil. Aspecto ainda mais complexo, as redes de lealdade que se estabelecem entre camaradas de caserna muitas vezes suplantam ou ignoram diferenças políticas ou ideológicas.¹⁷

Certamente, porém, o posicionamento em relação à repressão violenta é um dos aspectos mais importantes para se entender os grupos militares de então. Guarda relação direta com esse tema a idéia, muito repetida nas memórias de militares, segundo a qual a tortura e o extermínio seriam da responsabilidade de subalternos, praticantes de excessos que teriam constituído um modo desvirtuado de levar a cabo a repressão, sem a aprovação dos oficiais-generais - tese que chegou a ser admitida por analistas importantes.¹⁸ A versão talvez possa ser admitida para os primeiros momentos após o golpe, quando houve a necessidade da já mencionada Missão Geisel. Mas ela não se sustenta para o período posterior ao AI-2 e, sobretudo, à implantação do Sistema Codi-Doi (1969 em diante). Como se sabe, esse sistema implantou uma polícia política bastante complexa no país - que mesclava polícia civil, polícia militar, militares das três forças e até mesmo bombeiros e polícia feminina - e foi responsável pelos principais episódios de tortura e extermínio. Representou a vitória completa da antiga "força autônoma". As turmas de busca e interrogatório faziam o trabalho sujo que a "utopia autoritária" pressupunha.¹⁹

Assim, em função de suas necessidades intrínsecas, essa polícia política atuava com grande liberdade de ação, até mesmo porque não poderia ser de outra forma, sob pena de perder oportunidades, quebrar o sigilo de operações secretas etc. Mas não se deve confundir a *independência operacional* com que trabalhava a polícia política com uma suposta *autonomia* em relação aos oficiais-generais. A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou. Curiosamente, tanto para os linhas-duras apenas "ideológicos" (militares radicalmente contrários à "subversão" mas que não atuavam diretamente na repressão) quanto para os pragmáticos rigorosos (supostos moderados, como Ernesto Geisel, que no entanto admitiam a tortura e o assassinato como necessidade conjuntural), a tortura tinha o mesmo significado: era um "mal menor". Seguramente cabe nuançar a questão, pois é certo que, na cabeça de alguns militares, havia diferenças entre matar um guerrilheiro no Araguaia e torturar um estudante comunista preso no Rio ou em São Paulo. Este é um aspecto importante para a consideração, por exemplo, da lamentável conversa, revelada por Elio Gaspari, que Ernesto Geisel teve com o general Dale Coutinho quando o convidou para ser seu ministro do Exército.²⁰ Mas a tese dos "excessos", hoje em dia, é apenas uma tópica de um discurso fraudulento. Conta, até mesmo - como todo bom estereótipo -, com premonições: o vice-presidente Pedro Aleixo, quando da reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou o AI-5, disse não temer a aplicação do Ato pelas "mãos honradas" de Costa e Silva, mas a atuação do "guarda de esquina". Ao contrário, hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes.

A distinção que hoje se pode fazer entre a espionagem (ou "comunidade de informações") e a polícia política (ou "comunidade de segurança") também tem colaborado para esclarecer outros estereótipos. De fato, tornou-se comum afirmar-se a existência de certa homogeneidade dessas instâncias repressivas, que comporiam os "porões da ditadura". Embora fossem todas articuladas, tinham suas diferenças e funcionavam segundo parâmetros diferenciados. Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da "utopia autoritária", segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a "subversão", a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de "país do futuro". A leitura segundo a qual a montagem de tal aparato repressivo decorreu da conjuntura de 1968 e deu-se de maneira reativa (em relação à chamada "luta armada") ou aleatória não parece ser a melhor. Tal projeto forjou-se na fase dos primeiros IPMs de 1964, a partir do descontentamento dos integrantes da então "força autônoma" (embrião da linha dura) com a morosidade das punições aplicadas por Castelo Branco durante a primeira "Operação Limpeza".

O SNI foi criado ainda em 1964, com propósitos mais modestos do que os que assumiria a partir de março de 1967, quando, de produtor de informações para subsidiar as decisões do presidente da República, transformou-se, sob a chefia do general Emílio Garrastazu Médici, em cabeça de uma ampla rede de espionagem. Ao contrário do que supôs Golbery do Couto e Silva, que afirmou ter criado "um monstro", não foi ele, mas a linha dura, que gestou tal criatura. A vitória definitiva da corrente, representada pela decretação do AI-5, fez com que a espionagem passasse a atuar a serviço dos setores mais radicais, divulgando as avaliações que justificavam a escalada e a manutenção da repressão. Porém, mesmo com o "endurecimento" do SNI a partir de Médici, o órgão

e suas representações nos ministérios civis (as divisões de segurança e informações, então remodeladas e fortalecidas) persistiram como produtores de informações, não se envolvendo diretamente nas "operações de segurança", eufemismo que designava as prisões, interrogatórios, torturas e extermínios, praticados pelo "Sistema Codi-Doi",²¹ pelos órgãos de informações dos ministérios militares (Cie, Cisa e Cenimar) e pelos departamentos de ordem política e social estaduais.

Portanto, é fundamental destacar que, se o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada "luta armada", de fato, a partir do AI-5, as diversas instâncias repressivas *já existentes* passaram a agir segundo o *ethos* da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito. No primeiro caso, está a censura de diversões públicas; no segundo, a propaganda política. Vejamos rapidamente os dois casos.

Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da censura de diversões públicas. A primeira era "revolucionária", ou seja, não regulamentada por normas ostensivas.²² Objetivava, sobretudo, os temas políticos *stricto sensu*. Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam. A segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas. Era praticada por funcionários especialistas (os censores) e por eles defendida com orgulho. Amparava-se em longa e ainda viva tradição de defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira. Durante a ditadura houve problemas e contradições entre tais censuras. A principal foi a penetração da dimensão estritamente política na censura de costumes - justamente em função da mencionada vitória da linha dura caracterizada pelo AI-5. Aliás, tal politização da censura de diversões públicas por vezes transpareceu a impressão de unicidade das censuras durante o período. Curiosamente, houve grande diferença entre as fases mais punitivas de uma e de outra. A censura da imprensa acompanhou o auge da repressão (quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos políticos) que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70. A censura de diversões públicas, porém, teve seu auge no final dos anos 70, já durante a "abertura".²³ Diga-se de passagem que essa distinção chama a atenção para a necessidade de maiores pesquisas sobre fenômenos não explicitamente políticos (em sentido estrito), se quisermos entender globalmente o período que, muitas vezes, tem sido subsumido nesta esfera. De fato, a história do Brasil entre 1964 e 1985 não se restringe à história da ditadura militar. Em relação ao problema da censura de diversões públicas, por exemplo, sobrelevam, evidentemente, os conflitos entre setores mais conservadores da sociedade de então e questões referidas às mudanças comportamentais (como o movimento *hippie*, a liberalização das práticas sexuais e as manifestações artístico-culturais das "vanguardas"). Do mesmo modo, a perspicácia da TV Globo a levou a criar o inovador produto que foi a novela de perfil realista-naturalista retratando, sobretudo, a vida urbana das grandes cidades brasileiras, gerando alguns dos maiores problemas de censura de costumes do período.

Se a censura de diversões públicas teve de incorporar à sua tradicional temática de defesa da moral e dos bons costumes os ingredientes políticos impostos pela vitória da linha dura, outras instâncias, como a propaganda política, passaram por uma dinâmica de confronto. Desde 1964, assessores militares pretenderam criar uma agência de propaganda política, mas isso somente se deu em janeiro de 1968, com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas - Aerp. A partir de então, a Aerp encheria a TV com seus filmes enaltecendo o amor, a participação, a crença no "Brasil potência" etc.²⁴ Porém, ao contrário do que se poderia supor, a Aerp não contava com a simpatia da linha dura. A Assessoria era vista como uma agência desimportante e seus filmes, como coisa supérflua. Para a linha dura, a mensagem que deveria ser passada à população não era a exaltação otimista do "Este é um país que vai pra frente", mas outra, mais radical, como os discursos de arrependimento de militantes da luta armada feitos prisioneiros, transmitidos pela TV, ou o famoso *slogan* "Brasil: ame-o ou deixe-o", iniciativas da polícia política que preferia afirmar-se pela força de uma "guerra psicológica" e não pela propaganda edulcorada da Aerp.

Se havia essas diferenças, como o sistema repressivo pôde ter funcionalidade? Uma resposta possível é a consideração da já mencionada "utopia autoritária" como cimento ideológico que agregava todas as instâncias. Para muitos analistas, esse papel teria sido desempenhado pela chamada "doutrina de segurança nacional". A doutrina era um conjunto não muito criativo de considerações geopolíticas que, tendo em vista certas premissas óbvias (tamanho do país e de sua população e vulnerabilidade à convulsão social), perseguiram o objetivo do "Brasil potência". A principal recomendação da doutrina era o combate interno ao comunismo. Talvez possamos dizer que a "utopia autoritária" seja uma forma menos elaborada e intelectualmente diluída da doutrina.

Mas é preciso não perder de vista que a antiga tradição brasileira de pensamento autoritário inspira ambas e que a propaganda anticomunista precede em muito a ditadura militar. A mencionada utopia assentava-se na crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e - sobretudo os políticos civis - venais. Penso que ela se realizava em duas dimensões: a primeira, mais óbvia, de viés saneador, visava "curar o organismo social" extirpando-lhe fisicamente o "câncer do comunismo". A segunda, de base pedagógica, buscava suprir supostas deficiências da sociedade brasileira. Assim, enquanto a polícia política, a espionagem, a censura da imprensa e o julgamento sumário de supostos corruptos estavam fortemente imbuídos da dimensão saneadora da "utopia autoritária", a Aerp e a DCDP primavam pela tópica pedagógica. Enquanto os primeiros eliminavam, mesmo fisicamente, comunistas, "subversivos" e "corruptos", as duas últimas buscavam "educar o povo brasileiro" ou defendê-lo dos ataques à "moral e aos bons costumes". Como é fácil perceber, as duas dimensões podem aparecer combinadas numa mesma instância, sendo flagrante que a Comissão Geral de Investigações (responsável pelo julgamento sumário de acusados de corrupção) tanto atuava no saneamento (caçando e cassando supostos corruptos), quanto pretendia exercer uma prática educativa (através do que era chamado de "ações catalíticas", práticas intimidatórias caracterizadas pela convocação arbitrária de pessoas que eram advertidas sobre possíveis punições futuras).

Quase todos os militares remanescentes do golpe (pois muitos foram afastados em 1964) estavam identificados com a "utopia autoritária", mas sua adesão a tal projeto variava conforme prevalecesse uma ou outra dimensão. Assim, foram constantes os choques entre algumas dessas instâncias, mas algum grau de violência era admitido por todos e a comunidade de informações teve função muito importante na propagação da defesa da necessidade da repressão *stricto sensu*, mas também da censura, do combate à corrupção, da utilização dos meios de comunicação para a propaganda etc.

PRODUÇÃO RECENTE

A produção histórica que marca a nova fase de estudos sobre a ditadura militar possui suas peculiaridades. Boa parte dela foi feita no contexto da chegada da "Nova História" ao país, ou, dizendo melhor, não viria a ser uma produção fortemente influenciada pelo marxismo ou pela segunda fase dos *Annales*. Porém, no campo dos estudos especificamente históricos (diferentemente de áreas como a Ciência Política), a crítica ao marxismo não se fixou na contraposição entre as hipóteses (teóricas) da determinação das estruturas econômico-sociais e a da autonomia do sistema político, mas na valorização do indivíduo e de sua subjetividade em oposição às leituras "tradicionais" (marxistas ou dos *Annales* dos anos 50 e 60) de cunho estrutural. Assim, abandonando explicações fundadas em conceitos como os de "classe social", "modo de produção", "estrutura econômica" ou "estrutura social", os historiadores do que se convencionou chamar de "Nova História" buscaram uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua "mentalidade", sua "trajetória de vida" etc., opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures. Desse modo, o virtual abandono do marxismo pelos historiadores (que, no Brasil, se verificou a partir de meados dos anos 80) não se fundou tanto em uma crítica que cotejasse as insuficiências teóricas da perspectiva (notadamente o "determinismo economicista"), mas na constituição de um novo padrão de narratividade, motivado não mais pela pretensão rankeana de "mostrar como realmente aconteceu", mas na estratégia cognitiva mencionada: a valorização da subjetividade, do cotidiano etc., através de versões verossímeis que não almejam firmar-se como verdade absoluta, concatenadas, quanto possível, em narrativas saborosas. Isso talvez explique, por exemplo, a grande quantidade de trabalhos sobre o tema da cultura durante o regime militar, já que o enfoque cultural é o favorito entre os historiadores de algum modo referidos às correntes da "Nova História". É fácil perceber nessa inflexão (que chegou mesmo a ser conhecida como "crise da história", tamanho foi o impacto causado entre os historiadores) ecos da tradição conhecida como "crise da razão moderna", que, em uma de suas vertentes, chamava a atenção precisamente para o fato de, na vida moderna, o sujeito estar sendo paulatinamente anulado pelo crescente aumento da "burocratização", pela dimensão "instrumental" da racionalidade moderna - pautada em fins imediatos e não em valores universais -, pelas restrições impostas ao "mundo da vida" etc. Não é o caso, aqui, de discutir as fragilidades de tais concepções ou os acertos e desacertos da "Nova História". Esta última, por exemplo, envolve inúmeras correntes, algumas discrepantes entre si. Mas o fato é que foi nesse contexto que os estudos históricos sobre o período 1964-1985 se avolumaram.

Segundo levantamentos do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da

ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior.²⁵ O crescimento paulatino do número de estudos sobre a temática é visível cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios: no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas. Como boa parte dos trabalhos sobre a economia foi gerada na área própria, sobressai, como interesse dos historiadores, a temática da arte e da cultura, como já dito. Mas a grande presença de teses e dissertações sobre os movimentos sociais urbanos talvez indique a transição entre o antigo predomínio acadêmico do marxismo e a voga em torno da "Nova História" - haja vista que o enfoque predominante entre os trabalhos sobre o movimento operário, sindicatos etc. é o marxismo e seus influxos. Porém, mesmo nesse campo, é sintomático que algumas teses sobre o movimento operário, sobretudo as defendidas a partir do ano 2000, apresentem abordagens típicas da "Nova História", como a memória e as práticas culturais ou o recurso a fontes não-convencionais, como a charge. Já entre os estudos que privilegiam a arte e a cultura, sobressaem as análises sobre a música (10 trabalhos de um total de 27), mesmo sem considerarmos outros dois sobre o tropicalismo, caso queiramos conceder que a corrente foi algo mais do que música. Abordagens sobre literatura e TV foram três, cada; sobre o teatro há apenas dois trabalhos. A velha máxima de que a história é feita com os olhos do presente parece presidir esses números: o interesse dos que foram partícipes de uma conjuntura de predomínio do ideal político revolucionário parece ceder lugar à valorização de outros autores, que participaram, como atores, da fase final da ditadura militar, durante a qual foram bastante valorizadas todas as instâncias da resistência democrática, mesmo as mais singelas, como a adesão a um manifesto de protesto, a freqüentação de uma dramaturgia denunciadora ou a audição coletiva das músicas de protesto.

Se quisermos considerar uma hipótese prospectiva sobre o desenvolvimento futuro dos estudos históricos sobre a ditadura militar, certamente teremos de ter em mente o grande impacto que já vai causando a abertura de acervos de documentos sigilosos diretamente produzidos pelos sucessivos governos militares. Refiro-me, principalmente, aos documentos dos diversos Dops, aos papéis da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (custodiados pelo Arquivo Nacional) e ao material sobre a censura produzido pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (que está na sede do Arquivo Nacional em Brasília). Recentemente, o Departamento de Polícia Federal prometeu abrir seu acervo sobre o período militar. Embora já possamos ter acesso parcial a esses papéis, dois grandes acervos permanecem inacessíveis, embora conheçamos sua existência: o do Conselho de Segurança Nacional e o do Serviço Nacional de Informações. Como é sabido, na antevéspera da posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso revogou, em aparente acordo com Lula, decreto que regulamentava a lei nacional de arquivos e impôs outro, draconiano no que se refere aos prazos de sigilo, que, então, foram duplicados.

CAUSAS DO GOLPE

Em se tratando de marcar os quarenta anos do golpe de 1964, cabe uma breve reflexão sobre as principais teses explicativas do fenômeno. Os trabalhos mais sólidos podem ser agrupados em três correntes: as tentativas de teorização da Ciência Política, as análises marxistas e a valorização do papel dos militares.

A tese de doutoramento do cientista político Alfred Stepan, apresentada à Universidade Columbia, em 1969, seria publicada no Brasil em 1975, com o título de *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Para Stepan, "a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político". Segundo ele, as razões imediatas do que (descuidadamente) chama de "revolução" derivavam da incapacidade de Goulart em "reequilibrar" ²⁶ o sistema político. Até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis caracterizável como "moderador", isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar (p.50). A singularidade da crise de 1964 estaria precisamente na capacidade que teve de transformar tal "padrão", pois, além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também sentiram-se diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-

los mais. Além disso, critérios políticos para promoções no Exército sugeriam aos militares que Goulart teria a intenção de constituir, para fins golpistas, uma força militar que lhe fosse leal (ecoavam boatos sobre "exércitos populares" que não eram desmentidos pelo apoio de Goulart aos cabos, sargentos e suboficiais). Tudo isso teria levado à mudança do padrão, isto é, os militares passaram a supor a necessidade de um governo militar autoritário que pudesse fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos (p.124). Ademais, graças à doutrina de segurança nacional e ao treinamento desenvolvido pela Escola Superior de Guerra, haveria "dentro das Forças Armadas um nível de confiança relativamente elevado de que elas contavam com membros possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros e que estavam tecnicamente preparados para governar" (p.137), ou seja, os militares passaram a sentir-se capacitados para assumir diretamente o governo.

As principais insuficiências históricas do livro de Alfred Stepan estavam na própria análise do chamado "padrão moderador", já que existiram interferências diretas dos militares na política brasileira antes de 1964 e é bastante problemática a visão do "subsistema militar" como "variável dependente" do sistema político global.²⁷ Além disso, é relativamente superficial a análise histórica da ideologia militar anterior ao golpe. Além de tais fragilidades, a análise de Stepan também parece não dar conta integralmente do problema da heterogeneidade política dos militares: embora ele faça a distinção entre grupos que propõe sejam chamados de "internacionalistas liberais" (moderados) e "nacionalistas autoritários" (duros), tal tipologia não parece ter muita importância para a tese da "mudança de padrão", e não altera, a não ser nominalmente, a tipologia já consolidada na imprensa e na academia. Seja como for, Alfred Stepan apontou, corretamente, a necessidade de se estudar os militares considerando-se tanto suas interações com a sociedade quanto suas características específicas de grupo especializado.

A positividade maior do livro de Stepan consistia, curiosamente, na sua simples existência, isto é, na demonstração de que era possível pesquisar o tema, pois o autor valeu-se de material de algum modo acessível a todos (publicações oficiais e material jornalístico, principalmente), exceto talvez as entrevistas que obteve, para as quais contou com o fascínio que a figura do estrangeiro exerce em alguns brasileiros. Mas, além desse aspecto de ordem heurística, outro benefício de *Os militares na política* foi colaborar para a divulgação, notadamente entre os historiadores, das questões que animavam amplo debate na Ciência Política e na Sociologia.

O esforço da Ciência Política pelo estabelecimento de um padrão de sofisticação epistemológica - expresso na busca de um modelo teórico explicativo para as crises latino-americanas e/ou para os Estados submetidos a regimes militares - corre o risco de esbarrar no que poderia ser chamado de "fator histórico": as especificidades, as singularidades e as peculiaridades de sociedades distintas que, naturalmente, tendem a ser elididas quando se busca construir modelos explicativos com grande alcance de generalização. Este não foi o caso, porém, da interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos. Suas análises sobre a crise de 1964 começaram a ser divulgadas em 1969, a partir da elaboração de um modelo teórico intitulado "competição política e cálculo do conflito". No início dos anos 70, capítulos de sua tese em preparação foram publicados abordando o desempenho do Legislativo no período 1959/1966 e a instabilidade governamental entre 1961/1964.²⁸ A tese, *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and crisis of 1964*, seria apresentada à Universidade Stanford (EUA) em 1979. Reunindo novas análises e trabalhos reelaborados, o volume intitulado *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*, recentemente publicado,²⁹ é a melhor forma de conhecer a avaliação do autor sobre o assunto. É notável em seu trabalho tanto o esforço de elaboração teórica (o mencionado modelo para o cálculo de conflitos) quanto o rigoroso levantamento, sistematização e análise de dados empíricos. Esses dados estão dispostos em 85 tabelas e quatro gráficos; o modelo teórico encontra-se elaborado, até mesmo em termos lógico-formais, no primeiro de dois apêndices (o segundo registra uma breve tipologia das fontes e sucintas considerações heurísticas). Para Wanderley Guilherme dos Santos, "uma teoria em dieta factual não faz melhor figura do que uma narrativa teoricamente miope" (p.18).

As motivações iniciais do autor decorrem da insuficiência que ele identifica no "arcabouço convencional da análise política brasileira" (p.174), fundado na "hipótese de que os males de antanho, do presente e do porvir explicam-se pela incessante disputa em que se empenham grupos sociais adversários na conquista de bens materiais" (p.18). A crítica, de contradição coloração antimarxista, não implica o abandono total do "modelo consagrado": apenas faltariam ao "paradigma tradicional de análise" as "conexões intermediárias" de natureza política, pois não seria cabível fazer, a partir das variáveis econômicas e sociais, "ilações mecanicistas" sobre o sistema político (p.177).

A aplicação de tal paradigma à crise de 1964 seria inadequada, "a menos que sejam introduzidas variáveis políticas específicas" (p.174). Nesse sentido, Santos valoriza a leitura de Alfred Stepan, mas

a considera insuficiente por não identificar o verdadeiro foco da disputa política, que estaria no padrão de coalizões no Congresso (p.173).

A hipótese central do modelo proposto por Santos afirma que, em sistemas polarizados, uma crise de paralisia decisória ocorre "quando os recursos de poder se dispersam entre atores radicalizados em suas posições", podendo se dar, então, "um colapso do sistema político, resultante de sua cadente capacidade operacional (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes)" (p.22). Como se vê, o modelo não propõe uma explicação para golpes militares *stricto sensu*, mas busca esclarecer os processos de "crescente paralisia política, seguida de alguma forma de violência", uma "mácula na ordem jurídica" (p.19). Assim, a crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória e o golpe teria sido fundamentalmente o resultado do emperramento do sistema político, antes que uma reação a iniciativas governamentais: "o golpe militar resultou mais da imobilidade do governo Goulart do que de qualquer política coerente por este patrocinada e executada" (p.202).

O Congresso brasileiro e a "estrutura política em geral" viviam uma crescente polarização, "isto é, uma divisão equilibrada de forças entre partidos politicamente diferentes". Grupos radicalizados no interior de cada partido não sustentavam acordos políticos: "coalizões *ad hoc*, articuladas para impedir a adoção de políticas e não para servir como coalizões governamentais, tornam-se, em tais condições, um resultado altamente provável" (p.263). Note-se aí o fulcro da discordância de Santos em relação a Alfred Stepan, conforme mencionado há pouco, isto é, a fragmentação do apoio político não decorria da instabilidade das coligações eleitorais, mas das coalizações parlamentares.

As evidências empíricas trabalhadas por Santos são bastante expressivas e corroboram a impressão generalizada de que, na fase anterior a 1964, "o sistema político brasileiro havia ficado operacionalmente comprometido" (p.201). De fato, além de demonstrar quantitativamente a tendência decrescente da produção legal, que praticamente inviabilizou a resolução de qualquer assunto importante através de negociações parlamentares, Santos também chama a atenção para o fenômeno da rotatividade ministerial, talvez o melhor achado empírico de sua exaustiva pesquisa. As propostas reformistas de Goulart "requeriam complicadas alterações na Constituição de 1946, impossíveis sem a sustentação de sólida maioria parlamentar ... De outro lado, para conservar a liderança do amplo contingente esquerdista, o presidente era instado a declarar-se em antagonismo ao Congresso" (p.306). Daí decorriam as sucessivas substituições de titulares de ministérios. Conforme calculado por Santos, durante o governo de Jango foram observadas as maiores taxas de rotatividade ocorridas no Brasil pós-1946. Além dos ministérios, também as presidências de empresas e bancos estatais decisivos para o país (Petrobrás, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional) foram usadas por Goulart como moeda política, diferentemente de seus antecessores (p.328).

A crítica inicial de Santos ao "paradigma tradicional de análise" é confusa, pois não se define quanto ao objeto final de suas considerações: seriam insuficientes as teses (marxistas) que fazem prevalecer as estruturas econômicas e sociais em detrimento dos sistemas políticos ou o paradigma criticado seria apenas aquele que se refere à leitura do "populismo" como gerador do confronto entre executivos progressistas e legislativos controlados pela oligarquia rural? As duas críticas estão presentes e, em função disso, a imprecisão sobre qual seja o paradigma atacado - nada obstante seja possível deduzir a vinculação insinuada - destoa da demanda de precisão teórico-conceitual reclamada pelo próprio autor. Mais importante, a centralidade reivindicada para as "variáveis políticas" não enseja, em nenhum momento, uma definição precisa do que venha a ser a política ou o "sistema político". Em algumas passagens a política aparece referida apenas ao plano institucional de tomadas de decisões oficiais (Congresso e Executivo), em outras, abrange as ações (políticas?) de sindicatos e do próprio Exército (p.236 ss).

A grande massa de dados analisada por Santos corrobora aquilo que narrativas jornalísticas e históricas já haviam percebido: no período, o Legislativo estava praticamente paralisado e a instabilidade político-administrativa era evidente. O esforço de Wanderley Guilherme dos Santos poderia parecer, por isso, redundante, como se buscasse uma elaboração sofisticada e detalhista para um fato óbvio e consabido. Na verdade, entretanto, é meritório o empenho do autor, pois algumas narrativas históricas disponíveis baseiam-se em impressões e, conforme a crítica do autor, usam a expressão "paralisia decisória" como uma alegoria (p.202). Santos buscou demonstrá-la empiricamente a partir da melhor elaboração conceitual que logrou obter. Por certo que tal elaboração padece de alguma debilidade, quando, por exemplo, a paralisia decisória de 1964 se contrapõe à noção de "estabilidade do governo Kubitschek" (que, afinal, foi período vitimado por graves crises, inclusive militares, mesmo antes da posse).

A melhor contribuição do trabalho é chamar a atenção para a importância das questões parlamentares, do Congresso, dos partidos políticos. Tal foco foi sistematicamente desprezado pela

maioria dos analistas do regime militar. De fato, a literatura especializada, tendo enfatizado o papel dos empresários ou dos militares no golpe de 64, tendeu, salvo raras exceções, a não considerar a dimensão político-institucional das crises do período no plano parlamentar. Exceção pode ser encontrada nas reflexões de Maria Celina D'Araujo,³⁰ para a qual a "capacidade que o PTB teve de influenciar setores militares ou de interagir com eles foi certamente um dos principais fatores para a eclosão do golpe".³¹

A carência de análises político-institucionais talvez se explique pela grande dificuldade teórica de bem correlacionar os eventos da pequena política aos condicionantes estruturais. Argelina Cheibub Figueiredo, em sua tese de doutoramento em Ciência Política na Universidade de Chicago, em 1987, avalia que a ênfase de Santos "nos aspectos político-institucionais o leva a subestimar o caráter sócio-econômico dos problemas em jogo, no princípio dos anos 60, a saber, as 'reformas estruturais'".³² A autora - expressando preocupações típicas de finais dos anos 80 - atribui grande importância à recusa das teses de algum modo deterministas, isto é, as que afirmavam a inevitabilidade do golpe a partir da consideração de algumas condições suficientes, sejam os fatores econômicos,³³ sejam os políticos e institucionais, tal como estabelecido pela leitura de Santos. Ela recusa, igualmente, a centralidade do papel da "burguesia" na conspiração analisada por Dreifuss, já que a simples existência de uma conspiração não seria condição suficiente para o golpe (p.28). Finalmente, destaca o acerto da leitura de Stepan no que se refere ao momento final do governo de Goulart, quando o presidente, radicalizando sua posição, acabou por definitivamente erodir possíveis apoios. Ao contrário de Stepan, porém, Argelina Figueiredo chama a atenção para a necessidade de análise das "escolhas anteriores que haviam estreitado o leque de opções abertas à ação política" (p.28-9):

entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas. (p.30)

A recusa das leituras deterministas e a percepção da necessidade de articulação teórica entre eventos e estrutura não resulta, porém, numa explicação teórica, mas na hipótese empírica acima citada, caracterizando *Democracia ou reformas?* como um típico trabalho de História Política tradicional, aliás de alto nível, pois a pesquisa desenvolvida pela autora chama a atenção para episódios obscurecidos ou superficialmente tratados em outros trabalhos.

A Ciência Política de influência norte-americana, ao enfatizar os aspectos político-institucionais e as variáveis políticas, contrapunha-se às leituras marxistas que destacavam as determinações econômico-estruturais e os condicionamentos de classe. A discussão, por exemplo, sobre o grau de autonomia dos militares, vistos como corporação possuidora de dinâmica própria ou burocracia especializada, confrontava o possível entendimento marxista dos militares como agentes instrumentais da burguesia: para João Quartim de Moraes, por exemplo, "o que ocorreu em março-abril [de] 1964 foi um golpe reacionário da direita do qual os militares constituíram o instrumento decisivo".³⁴ Do mesmo modo, se os regimes militares eram simples decorrência dos ajustes do capitalismo, o estudo específico dos militares pareceria menos importante, ganhando destaque, isto sim, os aspectos relacionados à expansão capitalista, ao capital internacional e ao papel dos setores da burguesia brasileira nesse contexto.³⁵

Assim, até mesmo em função do predomínio acadêmico do marxismo, surgiu forte reação à corrente, passando a ser um "lugar-comum antimarxista" a crítica de que "as análises predominantes sobre o início dos anos 60 enfatizam os aspectos econômico-estruturais e concluem pela inevitabilidade do golpe".³⁶ Na verdade, nenhuma pesquisa acadêmica de fundo restringiu-se ao que poderíamos chamar de uma interpretação marxista economicista ortodoxa ou "vulgar", que descuidasse completamente dos aspectos políticos ou compartilhasse de um determinismo economicista absoluto. É certo, não obstante, que diversas avaliações marxistas genéricas, em debates, artigos de divulgação ou jornalísticos, enfatizavam o papel determinante de aspectos econômicos, como as necessidades de rearranjo decorrentes da relação entre o capital internacional e o nacional (associado). Além disso, importantes economistas já haviam chamado a atenção para o esgotamento da etapa "fácil" de substituição de importações³⁷ e, com base neles, avaliações economicistas do golpe também foram feitas.³⁸

A análise marxista mais conhecida sobre o golpe de 64 provém de Jacob Gorender. *Combate nas trevas*, livro divulgado em 1987, tinha por objetivo central o estudo da esquerda em geral e da luta armada em particular, mas o autor não deixou dúvidas sobre sua leitura de eventos correlacionados, como obviamente era o caso do golpe. Para ele, a explicação fundada no esgotamento do modelo de substituição de importações "só leva em conta o aspecto superficial e deriva da idéia de que o processo econômico se reduz a uma sucessão de modelos de política econômica". Ao contrário, "a

crise econômica de 1962-1965 foi a primeira crise cíclica nascida no processo interno do capitalismo brasileiro e revelou precisamente o seu amadurecimento".³⁹ Segundo o autor, tendo em vista a já incontestável proeminência da burguesia industrial, o enfrentamento da crise impunha-se como adesão aos parâmetros de estabilização financeira tal como preceituados pelo Fundo Monetário Internacional - FMI. Porém, "a receita recessiva requer governos fortes, capazes de negar concessões às massas trabalhadoras e forçá-las a engolir o purgante das medidas compressoras do nível de vida" (p.42). Ora, a mobilização em torno das reformas estruturais (ou "reformas de base") não apontava nesse sentido:

O núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam a alternativa da "modernização conservadora". Opção que se conjugou à conspiração golpista. (p.51)

Diferentemente de outros autores, que preferem indicar a inexistência de riscos maiores de efetiva vitória da esquerda, Gorender enfatiza que, no pré-64, engendrou-se uma real "ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo":

o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse. (p.66-7)

Portanto, Gorender consolidou, em traços gerais, duas das principais linhas de força interpretativas sobre as razões do golpe: o papel determinante do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias providas da esquerda.

Uma análise que partiu dos pressupostos marxistas, e que não pode ser chamada de economicista, foi a de René Armand Dreifuss, cientista político uruguaio, também formado em história, que se doutorou em 1980, na Universidade de Glasgow, com a tese *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*. A tese se transformaria no livro, publicado no Brasil em 1981, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, um *best seller*. Diferentemente de outros cientistas políticos, Dreifuss advertia que generalizações sobre "Estados burocrático-autoritários" exigiriam pesquisa comparativa, chamando a atenção para a especificidade do caso brasileiro.

Dreifuss parte do pressuposto de que o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não encontrava uma correspondente liderança política: "havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado, que se consolidara durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e sua falta de liderança política".⁴⁰ Assim, contrapondo-se à proeminência política, de tipo "populista", da burguesia tradicional e de setores oligárquicos, tal bloco "organizou grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão a nível de governo" (p.104). Como se vê, há aí discordância significativa com a análise de Gorender, para o qual o vetor da luta política não estava na conquista da hegemonia pela fração multinacional-associada da burguesia, mas na substituição do controle de tipo "populista" das classes populares por outro decididamente coercitivo.

Partindo dos pressupostos de Gramsci sobre as formas civis e militares de organização do poder de classe, Dreifuss descreveu, detalhadamente, as atividades das organizações empresariais Ipes - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Ibad - Instituto Brasileiro de Ação Democrática, amparando-se em documentação que ele teria encontrado, casualmente, no Arquivo Nacional. O "complexo Ipes/Ibad" teria funcionado como um "Estado-Maior da burguesia multinacional-associada [que] desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder" (p.145). Para além de caracterizar a busca de liderança do processo político, a atuação dessas associações também indicou ao "bloco multinacional e associado" a necessidade de um golpe de Estado, já que tentativas anteriores de reforma dentro da lei haviam fracassado. Politicamente, às forças identificadas com os "interesses multinacionais e associados" faltava, "se não o apelo ideológico-programático, pelo menos a estrutura clientelista de apoio popular" (p.146). Daí a inevitabilidade do golpe, único caminho para que tais interesses assomassem ao poder.

Dreifuss mostrou, em minúcias, que o "complexo Ipes/Ibad" atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes de atuação, mobilizando equipes multifuncionais, espreado-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos e financiamentos razoavelmente abundantes. Tratava-se de uma ampla campanha de desestabilização. Assim,

embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo. (p.259)

Essa ação ideológica, entretanto, não seria suficiente para levar a uma troca de regime. Foi preciso construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas e, por essa razão, alguns dos mais destacados associados ao Ipes e ao Ibad foram oficiais dos mais influentes na época. Tendo estimulado uma atmosfera de inquietação política, conseguiram "coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe" (p.338). Seus ativistas participaram diretamente da conspiração militar. Desse modo, segundo Dreifuss, o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a "culminância de um movimento civil-militar" (p.361). Como argumento final, e contrapondo-se à visão de que os governos militares seriam conduzidos por uma tecnocracia imparcial e apartidária, Dreifuss indica que, em vários casos, importantes cargos do governo de Castelo Branco foram dados a "homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais": seria a plena realização dos interesses do "bloco multinacional e associado" (p.455).

Como se vê, René Armand Dreifuss fazia uma leitura marxista clássica, defendendo a existência de um longo processo de luta política de um setor de classe, ou de um bloco de poder, pela implementação de seus interesses, conscientemente defendidos. Embora o jargão mobilizado por Dreifuss ecoe um determinismo de fato presente em outras análises marxistas de perfil ortodoxo, no caso de seu livro os fatores estruturais referidos ao capital internacional não "geram", sem mediações, o golpe de 64. Ao contrário, segundo o autor verificou-se todo um processo complexo e progressivo de preparação, no plano político, que durou anos e mobilizou vultosos recursos. Discordando de Alfred Stepan, Dreifuss advoga que os agentes do golpe de 64 não foram as Forças Armadas ou a doutrinação isolada da Escola Superior de Guerra, havendo, pois, a necessidade de sublinhar - como o fez - a importância dos empresários, em geral minimizados por conta da visão "autônoma ou subsistêmica das Forças Armadas e da tecnoburocracia" (p.486). Desse modo, não foi um suposto "aparelho militar-burocrático" que tomou o poder, a despeito das classes dominantes, para que, afinal, pudesse fazer prevalecer os interesses dessas classes: na verdade o Estado teria sido diretamente reorganizado pela "elite orgânica" capitaneada pelo Ipes.

Também Daniel Aarão Reis Filho esposaria essa tese, segundo a qual o golpe de 64 veio para "reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco do poder" ⁴¹ e só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que se reuniu para depor Goulart. Tal amplitude (banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média) "condicionaria, no interior das Forças Armadas, uma unidade que seria dificilmente concebível em condições 'normais'" (p.57) e fundava-se na compartilhada "aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945".⁴² Mas Reis Filho chama a atenção para o que, de fato, é a fragilidade maior do trabalho de Dreifuss, isto é, a superestimação da capacidade que aquelas associações teriam de conduzir o processo histórico. Ademais, não é razoável supor que a classe média apenas recebesse, passivamente, as mensagens ideológicas do Ipes/Ibad: elas "percebiam que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições e seus relativos privilégios naquela sociedade brutalmente desigual".⁴³

Porém, se a preparação do golpe foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. Por certo, como demonstrou Dreifuss, importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessava ao capital internacional. Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar - em duas palavras: de uma ditadura militar.

Gláucio Ary Dillon Soares reclamaria a necessidade de atenção precisamente para o papel dos militares. Segundo ele

As interpretações iniciais do golpe militar enfatizaram suas causas econômicas, em parte devido à predisposição genérica de aceitar explicações econômicas, em parte devido à relativa simultaneidade do fim da etapa fácil da substituição de importações e da eclosão de regimes militares na América Latina. O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse

buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independentemente do apoio que estas lhe prestaram.⁴⁴

A crítica de Soares visava essencialmente à "tradição, de origem marxista, profundamente arraigada na sociologia política latino-americana, que penetra inclusive na ciência social mais conservadora, de privilegiar as explicações econômicas e subestimar as demais" (p.10). Em função do papel preponderante que, nessa tradição, "eurocêntrica" e "gerada no século XIX", assumiam os conflitos bipolares entre burguesia e proletariado, "a *autonomia* dos militares foi sistematicamente subestimada" (p.12, grifado no original), daí resultando uma produção sociológica e política "livresca" e carente de pesquisas específicas sobre a realidade brasileira. Dessas críticas decorrem a avaliação de insuficiência de análises, por exemplo, como as de Fernando Henrique Cardoso (sobre a necessidade de desbaratamento dos mecanismos populares de pressão decorrentes do processo de acumulação) ou de Guillermo O'Donnell (segundo o qual a passagem para uma etapa competitiva da "industrialização substitutiva de importações" teria demandado regimes burocrático-autoritários).

Na análise de Soares transparece alguma insatisfação com a tese da "conquista do Estado" pelo Ipes e congêneres: pesquisando depoimentos escritos por militares (p.28 ss), ele destacou que o golpe foi preponderantemente uma "conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros" (p.34-5), e não uma conspiração dos grupos econômicos com o apoio dos militares, embora esta última "seja uma das explicações favoritas na literatura política e sociológica sobre o golpe" (p.35). Além disso, duas avaliações também correntes (conspiração de grupos econômicos brasileiros com apoio das multinacionais ou dos Estados Unidos) "não mereceram uma só menção dos militares consultados, demonstrando que há um divórcio entre a caracterização do golpe pela literatura político-sociológica e a percepção do que foi o golpe por parte dos próprios militares" (p.35).

Diferentemente de Dreifuss, para quem os aspectos explicativos preponderantes resultam da articulação dos empresários em torno do Ipes tendo em vista a defesa dos interesses do capital internacional e associado, para Soares o importante é destacar as motivações dos militares para o golpe, que se circunscreveriam em três blocos de preocupações: (a) o caos administrativo e a desordem política; (b) o perigo comunista e esquerdista em geral e (c) os ataques à hierarquia e à disciplina militares (p.32). Assim, tomando por base os livros publicados e as entrevistas concedidas pelos militares, Soares conclui que "a concordância *entre* militares de diferentes orientações políticas e de diferentes armas a respeito do papel secundário que os fatores econômicos desempenham não deixa lugar a dúvida: o golpe de 64 foi um golpe essencialmente *político*" (p.45, grifado no original). A afirmativa resulta algo desconcertante, pois a ninguém ocorreu classificar o golpe de "econômico", muito embora Dreifuss tenha destacado o papel dos interesses do capital internacional como motivador da luta política de empresários e ipesianos em geral, tanto quanto opiniões menos densas tenham quase que exclusivamente destacado o papel determinante do estágio de então do capitalismo. Ademais, é natural que haja discrepância entre a percepção dos sujeitos históricos e as análises que, *a posteriori*, se possam fazer.

Nada obstante, o estudo da memória militar chama a atenção para aspectos complexos do processo histórico que culminou no golpe, dentre os quais sobreleva o caráter aparentemente disperso da conspiração. De fato, para Dreifuss, o golpe resultou de uma articulação conspiratória centralizada no "complexo Ipes/Ibad", como já foi visto. Porém, segundo Soares, o que houve foi um "caos conspiratório", pois a coordenação entre os grupos em diferentes pontos do país era pequena e, algumas vezes, na mesma cidade, grupos militares diferentes conspiravam sem maior articulação (p.47-8). A própria iniciativa de Mourão sublinha essa falta de uma coordenação centralizada, ao contrário da leitura de Dreifuss.

Avaliações como a de Soares confluíram para uma iniciativa de pesquisa que se revelaria fundamental para o estudo do golpe de 64 e da ditadura militar. Levadas a cabo por pesquisadores do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, várias entrevistas com militares foram feitas.⁴⁵ Em 1994, a equipe do CPDOC divulgou o primeiro dos três volumes de entrevistas de militares que "em sua maioria não tiveram uma liderança destacada nos *preparativos* do golpe. Foram, no entanto, peças importantes na implementação e manutenção do regime".⁴⁶

As entrevistas confirmavam a percepção militar majoritária da importância do anticomunismo e do mal-estar com a suposta quebra da hierarquia e da disciplina e, com elas, o aspecto da percepção militar sobre o papel dos civis e dos militares ficaria bastante esclarecido, pois, se havia óbvio relacionamento entre os ativistas do Ipes e os militares, a decisão de movimentar tropas, que é, afinal, o gesto capaz de deflagrar o golpe, dependia de considerações especificamente militares, sendo visível, por exemplo, para os generais conspiradores, a importância do papel (militar) da

decisão do colega Amaury Kruehl, general comandante do II Exército, de aderir ou não ao movimento. Aspectos como poder de fogo, eficiência ou precariedade de armamentos disponíveis, tamanho das tropas etc. eram evidentemente importantes e, embora o movimento tenha se consumado sem a necessidade de confrontações militares efetivas, é claro que estas considerações estavam na mente dos generais golpistas.

Além disso, os depoimentos mostram que, para os militares, o golpe decorreu de uma conspiração desarticulada, visão que, segundo os organizadores,

se contrapõe à interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes, o golpe teria sido produto de um amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também forças econômicas multinacionais.⁴⁷

Também para o historiador marxista Jacob Gorender, a conspiração foi descentralizada: "é uma idéia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão".⁴⁸ Argelina Figueiredo, além disso, chama a atenção para o fato de que "a conspiração foi uma condição necessária mas não suficiente para o sucesso do golpe de 1964".⁴⁹

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do Ipes e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março. Assim, creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a "desestabilização civil" foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada, com segurança e sistematicidade, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevisíveis:

Espalhavam-se as conspirações, de norte a sul do país. Num primeiro momento, fragmentadas; mais tarde, unificando-se, numa rede complexa, não de todo centralizada, mas com certo nível de coordenação. Com propósitos aparentemente defensivos, começaram a preparar um bote ofensivo.⁵⁰

As pesquisas conduzidas pela equipe do CPDOC também serviram para esclarecer a pouca importância atribuída pelos militares ao apoio militar norte-americano, por vezes supervalorizado em algumas análises brasileiras, como critica Soares.⁵¹ Além de apontar a importância da consideração da especificidade dos militares, as entrevistas realizadas pela equipe do CPDOC trouxeram outras revelações valiosas que elevaram o patamar do conhecimento histórico sobre o tema. No que se refere estritamente ao período do golpe, podem ser destacados aspectos como a falta de uma liderança militar durante o período da conspiração ("todos teriam passado grande parte da conspiração à procura de líderes")⁵² e a virtual inexistência de um projeto de governo: "a questão imediata, segundo a maioria dos relatos, era tirar Jango e fazer uma 'limpeza' nas instituições".⁵³

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares - todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos. Que uma tal conjunção de fatores adversos - esperamos todos - jamais se repita.

NOTAS

¹ As pesquisas do autor contam com o apoio do CNPq e da Faperj. O presente artigo reproduz alguns aspectos tratados em FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

² FERREIRA, J. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. Comunicação apresentada no "Seminário 40 Anos do Golpe". Rio de Janeiro: UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ, 22 mar. 2004.

³ REIS FILHO, D. A. *Ditadura militar e sociedade: as reconstruções da memória*. Comunicação apresentada no Ciclo de Palestras Pensando 1964. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil. 1 abr. 2004.

⁴ VILLA, M. A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

⁵ GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.324.

⁶ FICO, C. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁷ LAPA, J. R. do A. *A história em questão* (historiografia brasileira contemporânea). Petrópolis: Vozes, 1976.

⁸ IGLÉSIAS, F. Melancólica trajetória nacional. *Jornal do Brasil*. 23 mar. 1994. Primeiro caderno, p.11.

⁹ Ver SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969 (a edição norte-americana é de 1966).

¹⁰ VIANA FILHO, L. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. KRIEGER, D. *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

- 11 MELLO, J. P. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979. ABREU, H. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- 12 GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979. SIRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.
- 13 GORENDER, J. Prefácio. In: FICO, C., op. cit., p.13.
- 14 Ver a melhor biografia do primeiro general-presidente recentemente publicada: LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- 15 A expressão foi proposta por Maria Celina D'Araujo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares. Ver D'ARAUJO, M. C. et al. (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.9.
- 16 FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.83.
- 17 Neste trabalho, uso a expressão "linha dura" para caracterizar os grupos militares e civis diretamente envolvidos com as comunidades de segurança e de informações.
- 18 KLEIN, L., FIGUEIREDO, M. F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p.46-7. OLIVEIRA, E. R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976, p.105. STEPAN, A. C. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.21.
- 19 FICO, C. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.123 ss.
- 20 Ernesto Geisel disse: "esse negócio de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser". GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.324.
- 21 O sistema foi implantado em 1970 no I Exército (Rio de Janeiro), no II Exército (São Paulo), no IV Exército (Recife) e no Comando Militar do Planalto (Brasília). No ano seguinte, seriam criados os da 5a Região Militar (Curitiba), da 4a Divisão de Exército (Belo Horizonte), da 6a Região Militar (Salvador), da 8a Região Militar (Belém) e da 10a Região Militar (Fortaleza). Em 1974 foi implantado o de Porto Alegre (III Exército).
- 22 A censura à imprensa foi admitida pelo governo Médici como "revolucionária" (isto é, baseada no AI-5) em 1973, durante o julgamento, pelo STF, de um mandado de segurança impetrado pelo jornal *Opinião*. O episódio está descrito em SMITH, A.-M. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.130-2.
- 23 FICO, C. "Prezada Censura". Cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.5, p.251-86, set. 2002.
- 24 Sobre o tema ver FICO, C. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) - USP.
- 25 Veja relação completa e outras informações em FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.139 ss.
- 26 STEPAN, A. C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.140.
- 27 Ver a análise crítica, superiormente conduzida, de João Roberto Martins Filho, para o qual essa não é a principal fragilidade da obra de Stepan, mas sua visão dos militares como uma elite burocrática. Martins Filho cita diversos autores que criticaram a obra de Stepan, inclusive no que se refere à refutação do padrão moderador. MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995, p.28 ss. Ver, especialmente, CARVALHO, J. M. de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, B. (Dir.) *O Brasil republicano. História Geral da Civilização Brasileira*, t.III, v.2. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.181-256.
- 28 SANTOS, W. G. dos. Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966. *Revista de Administração de Empresas*, v.13, n.2, abr./jun. 1973; e, do mesmo autor, *Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira - 1961/1964*. *Revista de Administração de Empresas*, v.13, n.4, out./dez. 1973.
- 29 SANTOS, W. G. dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, luperj, 2003.
- 30 D'ARAUJO, M. C. *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro, 1989. Tese (Doutorado) - luperj; e, da mesma autora, *Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB*. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- 31 D'ARAUJO, M. C. *Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB*. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.), op. cit., p.69.
- 32 FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.25.
- 33 As leituras criticadas são as de O'DONNELL, G. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972; do mesmo autor, *Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado Burocrático-Autoritário*. Buenos Aires: Cedes/Clacso. Documento nº 1, 1975; e de CARDOSO, F. H. *Associated-dependent development: theoretical and practical implications*. In: STEPAN, A. (Ed.) *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- 34 MORAES, J. Q. de. O colapso da resistência militar ao golpe de 64. In: TOLEDO, C. N. de (Org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997, p.131.

- 35 OLIVEIRA, F. de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997, p.26.
- 36 FIGUEIREDO, A. C. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, C. N. de. (Org.), op. cit., p.47.
- 37 TAVARES, M. da C. Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. *Boletín Económico de América Latina*, v.9, n.1, mar. 1964; e FURTADO, C. Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista. *Desarrollo Económico*, v.6, n.22-23, 1966.
- 38 Ver crítica em SOARES, G. A. D. O Golpe de 64. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.), op. cit., p.13.
- 39 GORENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p.41-2.
- 40 DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p.105.
- 41 REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990 [1989?], p.22.
- 42 REIS FILHO, D. A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.), op. cit., p.344. Para Caio Navarro de Toledo, "pode-se afirmar que a crise econômica e o avanço político-ideológico das classes trabalhadoras e populares passavam a ser encarados [pela burguesia brasileira] como realidades sociais inaceitáveis". TOLEDO, C. N. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia populista. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.2, p.33, jun. 1994.
- 43 REIS FILHO, D. A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.), op. cit., p.332, nota 5 e p.335.
- 44 SOARES, G. A. D. O Golpe de 64. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.), op. cit., p.27, grifado no original.
- 45 Veja detalhes sobre os projetos que conduziram as entrevistas em D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., CASTRO, C. (Org.) *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.8; e em SOARES, G. A. D., op. cit., p.28 ss.
- 46 D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., CASTRO, C. (Org.), op. cit., p.8, grifado no original. Esse primeiro volume abrange o período compreendido entre a renúncia de Jânio Quadros e a eleição de Costa e Silva. Os demais são, dos mesmos organizadores, *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; e *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- 47 D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., CASTRO, C. (Org.) *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.16.
- 48 GORENDER, J. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997, p.112.
- 49 FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.171.
- 50 REIS FILHO, D. A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.), op. cit., p.332.
- 51 SOARES, G. A. D. O Golpe de 64. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.), op. cit., p.45.
- 52 D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., CASTRO, C. (Org.), op. cit., p.17.
- 53 *Ibidem*, p.18.

**A MARCHA, O TERÇO E O LIVRO:
catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964¹⁴**

Adriano Nervo Codato²
Departamento de Ciências Sociais – UFPR

Marcus Roberto de Oliveira³
Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER

Resumo: Este ensaio discute a atuação política dos grupos conservadores que, em São Paulo e no Paraná, apoiaram a intervenção militar de 1964. Analisamos a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Conclui-se que, em Curitiba, o evento (rebatizado para "Marcha a favor do Ensino Livre") priorizou a luta pelas "liberdades individuais", deixando em segundo plano os valores tradicionais cristãos, diferentemente do enredo seguido em outras cidades. O caso em questão ilustra a complexidade da conjuntura ideológica no pré-1964, a natureza crítica das iniciativas do governo Goulart para levar adiante sua agenda reformista e as diferentes motivações não somente sociais, mas também regionais no engajamento da "sociedade civil" na campanha golpista.

Palavras-chave: Golpe de 1964; "Marcha da Família com Deus pela Liberdade"; "Marcha a favor do Ensino Livre".

Ditadura Militar ou 'República Popular' é o dilema em que o País estará metido em poucos meses.
Carlos Lacerda, entrevista a O Estado de S. Paulo, 30 jan. 1962.⁴

Desde que o fim da Quarta República no Brasil deixou de ser explicado apenas como resultante de fatores macroestruturais (ou *econômicos*,⁵ ou *institucionais*⁶), o problema da mudança política passou também a ser focado a partir de outras variáveis, menos formalistas e deterministas (ou "funcionais"), e mais históricas e conjunturais.

Assim, as demais visões correntes sobre o golpe político-militar de 1964 têm insistido ou nos *condicionantes militares* do evento (a implantação do regime ditatorial resultando da quebra da "hierarquia e disciplina" nas Forças Armadas), ou nos *condicionantes políticos* (a implantação do regime ditatorial resultando do conflito entre projetos, estratégias e ações dos atores politicamente relevantes) ou, ainda, nos *condicionantes sociais* (a implantação do regime ditatorial resultando, precisamente, da luta de classes).⁷

Nesse particular, na análise das *lutas sociais* que conduziram ao colapso da "democracia populista", chama a atenção a quantidade de referências sobre os *setores de esquerda* (estudantes: UNE; trabalhadores: o Comando Geral dos Trabalhadores — CGT, o Pacto de Unidade e Ação — PUA, as Ligas Camponesas; a ala "nacional-reformista", os comunistas aí incluídos)⁸ quando comparadas com estudos específicos sobre os *setores de direita* (as "elites" e a classe média tradicional de orientação "liberal-conservadora"). Esses setores representados na cena política por empresários, profissionais liberais, líderes religiosos, movimentos femininos etc. forneceram, além do suporte financeiro e organizacional, os argumentos ideológicos mais sugestivos da conspiração contra o governo Jango.⁹

No período que se abre com a renúncia de Jânio Quadros (em 25 de agosto de 1961) e se encerra com o discurso de João Goulart no Automóvel Clube (em 30 de março de 1964), tanto os setores conservadores quanto os reformistas buscaram conquistar a confiança e o apoio da sociedade através de manifestações públicas — campanhas, comícios, passeatas e protestos em geral. De fato, a questão mais importante nessa conjuntura parece ter sido: "quem dará o golpe no Brasil?".

A opção pela conspiração, por um dos lados, pela luta política aberta, por outro, e pela "agitação e propaganda", por ambos, terminou com resultados significativos principalmente para a ala conservadora. Como resposta ao comício a favor das "Reformas de Base" diante da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964 para uma multidão de cerca de 200 mil pessoas, em 19 de março 500 mil¹⁰ desfilaram da praça da República à praça da Sé em São Paulo na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". A manifestação terminou "com uma missa 'pela salvação da democracia'. Durante o

¹⁴ CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2007

trajeto foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a população a reagir contra Goulart".¹¹

Essa não foi, contudo, uma reação isolada. Conforme a avaliação de Quartim de Moraes, sabia-se que

marchas semelhantes estavam programadas para outros grandes centros urbanos. O golpe veio antes, transformando a mobilização da direita em desfiles de triunfo. Ela provava, de qualquer modo, antes do 31 de março, que podia pôr na rua muito mais gente que a esquerda. A *superioridade da mobilização reacionária de massas sobre a das forças progressistas* resultou de um enorme esforço de organização [por parte do] Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), na verdade uma vasta organização política do patronato, dirigida por um Estado-Maior composto por plutocratas e prepostos de alto nível, formando a cúpula do aparelho ideológico do capital no Brasil de então.¹²

Precisamente, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana — e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos — que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras.¹³ Condenavam genericamente a política "populista" (isto é, "a demagogia, a desordem e a corrupção") e o "comunismo" (seja seu caráter "materialista e ateu", seja o risco que o "totalitarismo" poderia representar à propriedade privada e à democracia). Fazendo eco ao clima de guerra fria, comunismo e populismo eram considerados posturas simetricamente "antidemocráticas". O primeiro porque "esmagava o indivíduo", na expressão corrente da época, sufocando a "liberdade"; o segundo porque impedia a realização plena da "verdadeira democracia" (na verdade, uma versão idealizada e elitista do funcionamento do regime liberal-democrático nos países capitalistas centrais). Simplificadamente, as Marchas batiam-se pela obediência aos "valores tradicionais cristãos" (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e pela observação das "liberdades individuais" (a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada) ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart.

A *Tribuna da Imprensa*, porta-voz do lacerdismo, descreveu assim o que se passou no Comício da Central:

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores de comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA [Superintendência da Reforma Agrária] ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao acreditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País.¹⁴

O anticomunismo e o antipopulismo transformaram-se em argumento político para legitimar uma intervenção militar redentora.

Não é estranho, portanto, que a consciência conservadora tenha podido representar o golpe de Estado como resultado da ação da divina Providência. No editorial de *O Globo*, sintomaticamente intitulado "Ressurge a democracia", os militares figuram como executores de uma decisão transcendente:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições ... *Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina*, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.¹⁵

Seria o caso de perguntar-se: como essa imagem religiosa fundiu-se ao discurso político?

Este artigo compara a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo e Curitiba. Posta ao lado da marcha paulista, vê-se que suas principais bandeiras de protesto estavam ligadas não às questões mais críticas da conjuntura política nacional (as "Reformas de Base", a subversão da hierarquia militar, a ascensão das esquerdas partidária e sindical e do movimento popular em geral), mas, surpreendentemente, a duas propostas polêmicas do Ministério da Educação: a obrigatoriedade em se adotar nos colégios um "Livro Único", editado pelo próprio MEC, e a pretensa "encampação de escolas particulares" (leia-se: as escolas confessionais). Essas idéias eram não apenas inaceitáveis por si mesmas, mas típicas de países "totalitários". A elas se deveria opor os princípios liberais clássicos.

Os resultados da pesquisa permitem concluir que o evento no Paraná — rebatizado para "Marcha a favor do Ensino Livre" — priorizou, ao contrário das principais temáticas seguidas em outras

capitais (Belo Horizonte, Niterói, São Paulo e Rio de Janeiro), a luta pelas "liberdades individuais", deixando os valores tradicionais cristãos em segundo plano. É o que se depreende da análise da sua organização e enredo. Nossa hipótese é que esse repertório evidenciou, ao menos no nível do discurso, uma inclinação pelo liberalismo (político e econômico), ao contrário da orientação convencional para o conservantismo típico das camadas médias brasileiras no pós-1945. O caso em questão ilustra portanto a complexidade da conjuntura ideológica no pré-1964, a natureza crítica das iniciativas tentadas pelo governo Goulart para levar adiante sua agenda reformista e as diferentes motivações não somente sociais, mas também *regionais* no engajamento da "sociedade civil" na campanha golpista. O estudo sugere assim que algumas atividades antigoverno, embora tivessem uma dimensão nacional, eram organizadas por grupos locais segundo uma *lógica descentralizada*, na medida em que respondiam a *estímulos* (sociais, organizacionais, políticos e ideológicos) muito *conjunturais*. Se isso for correto, pode-se começar a desconfiar das idéias que apresentam o golpe político-militar de 1964 como uma superconspiração nacional a partir de um único ator — "os militares", "a burguesia" etc.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, resumimos os eventos da política nacional entre 1961 e 1964 e chamamos a atenção para a importância do movimento dos católicos conservadores e sua centralidade na conjuntura de março; em seguida, procuramos sistematizar as idéias políticas da classe média urbana na Quarta República e indicar, esquematicamente, como o antipopulismo, o anticomunismo e o antiestatismo manifestaram-se na crise final do populismo. A terceira seção faz, a partir de uma minuciosa reconstituição histórica, a análise do movimento em Curitiba, destacando a participação de associações de classe e de grupos católicos femininos na organização do protesto; essa etapa serve para salientar as temáticas principais da marcha curitibana e suas particularidades diante do movimento político nacional. Por fim, descrevemos brevemente, ao lado da Marcha da Família, a "Marcha a favor do Ensino Livre". A história aqui contada é fundamental para ilustrarmos nossa hipótese de pesquisa, compreendermos o sentido da atuação das camadas médias no período anterior ao golpe e abordarmos menos superficialmente o "conservadorismo" do Paraná tradicional.

"TOMANDO O PODER DOS CORRUPTOS, DOS CAUDILHOS, DOS EXTREMISTAS DE BAIXA EXTRAÇÃO..."¹⁶

Temos tido governos inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, no Império ou na República, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até a substituir tudo quanto neste país existe de organizado.

*Eugênio Gudin*¹⁷

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia.

"Fora!", editorial do jornal Correio da Manhã, 1º abr. 1964

O golpe de 1964 representa o ponto de chegada de uma série de golpes sucessivos contra a democracia populista e, especificamente, contra seus mecanismos de participação política e controle de classe. Daí que o golpe de Estado resolva, de forma particularmente dramática, as contradições expressas em conjunturas tão diversas quanto a de outubro de 1945 (fim do Estado Novo); a de agosto de 1954 (suicídio de Vargas); a de novembro de 1955 (o "golpe preventivo" do general Lott); a de fevereiro de 1956 e a de outubro de 1959 (rebeliões militares em Jacareacanga e Aragarças); e a de agosto-setembro de 1961 (renúncia de Jânio e imposição do parlamentarismo a João Goulart). Não deixa de ser curiosa, à luz dessa mera enumeração de acontecimentos, a expressão dita por Lacerda em 1962 para caracterizar o processo político entre 1945 e 1964: "golpes para evitar golpe".¹⁸

Mas para que a *relação* entre "os golpes" e "o golpe" final não seja simplesmente formal, nem seja apreendida num nível de generalidade quase banal ("teria sido possível [evitar o golpe de 64] se realmente nossas instituições fossem democráticas e sólidas"),¹⁹ seria preciso fixar, no interior desse ciclo longo, o momento em que, embora ainda *evitável*, o golpe contra o regime de 1946 tornou-se altamente *provável* (sendo as suas condições de possibilidade construídas desde então, uma vez que elas não estavam dadas de antemão).

Jacob Gorender sugere uma periodização política que dá um sentido à cadeia de acontecimentos e permite que iniciemos a história de 1964 a partir de um ponto um pouco menos distante ou arbitrário: a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Esse ato (na verdade: um golpe malogrado), por

seu significado, não é a *causa* do sucesso dos conservadores em março-abril de 1964, mas a *antecipação* do projeto político antipopulista. O presidente Jânio Quadros "pretendia o que os golpistas de 1964 obtiveram: poderes excepcionais que reduzissem as atribuições do Congresso e permitissem ao presidente governar de maneira autoritária".²⁰

A conjuntura que vai de setembro de 1961 a fevereiro de 1964 é particularmente crítica. Reconstituí-la passo a passo foge do escopo deste artigo. É suficiente lembrar aqui os principais *eventos políticos* em seqüência: depois da renúncia de 25 de agosto e da reação da direita civil e militar à posse de Goulart, a resistência, em nome da "legalidade constitucional", adia o golpe mas aceita a solução de compromisso do parlamentarismo (Emenda Constitucional nº 4) em troca de um plebiscito sobre a forma de governo em 1963. Essa parece ter sido, naquela circunstância precisa, a única fórmula possível para garantir a posse do vice-presidente, uma vez que, "na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de 'negativo' na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista".²¹

A vitória da direita nas eleições de outubro de 1962 consolida o conservantismo do Parlamento, mas os gabinetes Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima não garantem nem governabilidade, nem estabilidade política ao sistema. "A pressão de Goulart para influenciar as decisões do Gabinete e as divergências entre Congresso e Conselho de Ministros" contribuem para a campanha pela antecipação do plebiscito.²² Retornado o poder presidencial em inícios de 1963, o governo passa a conviver, num contexto de grave crise econômica (inflação de preços), com pressões à esquerda (dos setores nacionalistas, populares e comunista), contra o "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social" e contra a timidez para nomear um ministério mais progressista e assumir uma política de fato nacionalizante; e à direita (latifundiários, o grande empresariado, udenistas e pessedistas, a alta oficialidade das Forças Armadas e a cúpula da Igreja católica), contra as "reformas", principalmente a agrária, e o "caos, a desordem e a instabilidade política", representada pela ascensão do movimento popular e sindical. No Congresso Nacional a polarização ideológica mina o centro político, o apoio parlamentar ao governo, e bloqueia as iniciativas do Executivo. A partir de julho de 1963 o Plano Trienal cede lugar na agenda do governo às Reformas de Base. Na frente militar, a revolta dos sargentos, em setembro, adiciona um elemento a mais na crise política e repercute negativamente na cúpula das Forças Armadas. A recusa em aprovar o Estado de Sítio em outubro de 1963 isola politicamente o Presidente. A radicalização da política populista de integração política e econômica das massas urbanas (e também rurais) é a resposta à ascensão do movimento popular.

Em 1964 o país experimenta, sem possibilidade de retorno, os efeitos da polarização ideológica que havia oposto, em todo o período, o liberalismo conservador ao reformismo nacionalista. Em março, o Comício da Central (no dia 13), a Marcha da Família (no dia 19), a Rebelião dos Marinheiros (no dia 26) e a reunião no Automóvel Clube (no dia 30) precipitam a conclusão desse período de crises. "Com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ... o limite crítico foi ultrapassado. Depois da Marcha um grande número de atores passou a atribuir uma alta probabilidade de sucesso ao movimento contra o governo".²³ No dia 31, a "manobra intempestiva" do general Olímpio Mourão Filho cerra o destino do governo Goulart.

As "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" foram, nesse contexto, uma resposta política ao discurso de 13 de março na Central do Brasil. A faísca que incendiou o movimento reacionário saiu do pronunciamento do presidente Goulart durante o Comício das Reformas. Jango criticara a "indústria do anticomunismo" e a utilização de símbolos religiosos como instrumentos políticos de oposição a seu governo.

O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige ... o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos ... O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios ... nem ... os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas ... Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria.²⁴

O comentário, àquela altura dos acontecimentos, e segundo o espírito da "indústria do anticomunismo", foi tido como ofensa aos valores cristãos e como declaração explícita da intenção de levar adiante as reformas (agrária, bancária, eleitoral, universitária, urbana) mesmo contra a "legalidade constitucional". Essa impressão, de que havia uma revolução em marcha, era tão poderosa que permaneceu, na consciência conservadora, mesmo depois do fim do regime ditatorial-militar:

A ação dos partidários de Goulart assumia [em 1964] aspectos de verdadeira tomada do poder ... Apenas depois de 13 de março, quando Goulart realizou, sob a proteção de tropa do Exército,

revolucionário comício na frente da Central do Brasil no Rio, a sociedade se deu conta da iminência dos perigos que corria. Alguns dias depois, 250 mil pessoas saíram às ruas de São Paulo ... na famosa 'Marcha com Deus, pela Família e pela Liberdade' [sic], respondendo ao Presidente da República que no comício da Central escarnecera do que o terço simboliza para os católicos. Foi como resposta a esse movimento ... que as Forças Armadas, praticamente sem dissidências, se puseram em marcha...²⁵

Se no comício do dia 13 foram as entidades sindicais (o CGT, as federações e confederações nacionais de trabalhadores), uma série de organizações civis politizadas à esquerda (a UNE, a PUA, a UBES) e a Frente Parlamentar Nacionalista que haviam convocado "os trabalhadores e o povo em geral",²⁶ os grupos sociais que estiveram à frente da Marcha da Família eram, *em sua maioria*, oriundos das camadas médias urbanas (profissionais liberais, pequenos empresários, donas-de-casa). *Entidades femininas* (Campanha da Mulher pela Democracia — CAMDE, Liga da Mulher pela Democracia — LIMDE, União Cívica Feminina — UCF e Movimento de Arregimentação Feminina), religiosas (Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural, Círculos Operários Católicos, Associações Cristãs de Moços), *associações civis e de classe* (Associação Comercial de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, Clube dos Diretores Lojistas, Conselho de Entidades Democráticas, Campanha para Educação Cívica) e *sindicatos patronais* (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) empenharam-se no protesto.

A Marcha paulista parece ter desequilibrado a relação de forças pró-conservadores, isolando do movimento de massas a ala nacional-reformista. Ele ofereceu assim a oportunidade, o pretexto e a legitimação para o golpe militar.²⁷ O *movimento feminino*, representado em São Paulo pela UCF, no Rio de Janeiro pela CAMDE e em Belo Horizonte pela LIMDE, liderou, em cada estado, a ação. A oposição ao "comunismo totalitário" de um lado, e a defesa de uma noção bastante larga de "democracia" e bastante estrita de "legalidade" de outro, foram o mínimo denominador comum da Marcha. À frente de tudo, enfeitando a aliança entre entidades femininas, associações religiosas e organizações do patronato, a exibição pública dos símbolos religiosos e a defesa dos "valores tradicionais cristãos".

Para não retirar do contexto mais amplo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, é preciso todavia recordar que uma conspiração estava em curso desde 1961 liderada, nos meios civis, pelo "complexo" IPES/IBAD — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática. O IPES — representante "orgânico" do grande capital — também participou da organização da Marcha, planejando a passeata e colaborando, através de sua rede, para a difusão do protesto a partir de São Paulo para o país.

A ligação entre as ações do IPES e as Marchas foi descrita por René Dreifuss nos seguintes termos:

A mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na *utilização* das classes médias como nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, *como uma massa de manobra*, efeito que os partidos e frentes tradicionais não se dispuseram ou se capacitaram a alcançar. A mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas. Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima pressão popular. [Além de tudo,] o que o IPES viu como uma de suas conquistas de maior êxito foi a 'descoberta' dos grupos femininos de pressão, tão ampla e eficazmente usados dez anos mais tarde contra o governo constitucional de Salvador Allende, no Chile, e para os quais a experiência brasileira forneceu o modelo.²⁸

A presença de setores do grande empresariado (por meio das organizações da esfera de influência do IPES) *ao lado* das camadas médias tradicionais (representadas pelas entidades femininas e pelas associações religiosas) na manifestação paulista sugere, no entanto, uma relação mais complexa do que de simples "porta-vozes" da elite conservadora. As evidências históricas não indicam uma relação instrumental entre as "elites" e uma "massa contra-revolucionária" de classe média. Ao contrário, permitem ver em ação um movimento que é a tradução, na cena política, das aspirações conservadoras das camadas médias tradicionais e do grande empresariado — liderados, nessa conjuntura precisa, pelo "partido" feminino e católico. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade esgrime assim, através de conteúdos morais e religiosos (os "valores cristãos"), a oposição radical — tanto do grande empresariado, quanto das próprias camadas médias — ao "comunismo" e ao "populismo".

O papel mais fundamental do IPES talvez tenha sido *coordenar* toda a ação cívica dos setores oposicionistas, e *financiar e orientar politicamente* as três organizações femininas mais importantes

da classe média no período: a Campanha da Mulher pela Democracia, a União Cívica Feminina e a Liga de Mulheres Democráticas.²⁹ Portanto, se "a classe dominante irá encontrar a sua 'massa' contra-revolucionária no seio da classe média" (conforme frisou Saes), isso não significa que a primeira detenha sobre a segunda a hegemonia — política e ideológica — *do movimento propriamente dito*. À função de direção (política) da Marcha paulista pela *vanguarda feminina* corresponde assim o arcaísmo (ideológico) dos temas morais e religiosos exibidos no protesto. A presença *relevante* de outros setores de classe média — os profissionais liberais, por exemplo — torna mais inteligível o destaque conferido aos temas políticos: o antipopulismo ao mesmo tempo em que se esconde na defesa da "Constituição Brasileira e dos princípios democráticos", revela-se na evocação da Revolução de 32.

Caso não se considere a natureza específica das forças políticas conservadoras — e a sua forma de expressão própria na cena política — torna-se mesmo impossível apreender as diferentes lógicas ideológicas que estão presentes no golpe político-militar de 1964.

A proclamação do governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, aos "Brasileiros", em 1º de abril, repõe o sentido geral da contra-revolução e os objetivos dos conservadores, sintetizando a temática presente na crise do regime de 1946:

as forças sediadas em Minas ... consideraram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República. Move-as a consciência de seus sagrados compromissos para com a Pátria e para com a sobrevivência do regime democrático. Seu objetivo supremo é o de garantir às gerações futuras a herança de patrimônio de liberdade política e de fidelidade cristã...³⁰

'Ordem' (ou na expressão edulcorada da fórmula acima: 'legalidade'), 'democracia', 'liberdade política' e 'valores cristãos' serão a base para compreender a configuração ideológica complexa dessa conjuntura.

Essa tarefa impõe um duplo entendimento: *i*) da *relação* entre classes e camadas ("setores sociais") e seus elementos ideológicos característicos no pós-1930; e *ii*) da *relação* entre esses setores, suas ideologias e os movimentos políticos conservadores de 1964: aqui, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo e a Marcha a favor do Ensino Livre, em Curitiba.

A tríade classe-ideologia-ação política será vista na próxima seção.

OS TENENTES, OS BACHARÉIS E OS DEMAIS

O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugando por uma autêntica democracia e progresso econômico e social do país. Em 1964, teria de unir-se aos companheiros jornalistas de jornadas anteriores, aos "tenentes e bacharéis" que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, os quais sob a pressão de grandes marchas populares, mudaram o curso de nossa história

"Julgamento da Revolução", editorial do jornal O Globo, 7 out. 1984.

A tentação em caracterizar o "movimento de 1964" como a última (e mais expressiva) vitória dos tenentes só encontra apoio em evidências históricas circunstanciais. Que muitos oficiais ligados ao tenentismo nas décadas de 1920 e 30 — Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães, Jurandir Bizzaria Mamede, Ernesto Geisel, Artur da Costa e Silva — estivessem à frente desse movimento, e, mais precisamente, da articulação militar para o golpe de Estado (ou que tenham participado dos governos militares), não faz dele o testamento do projeto reformador que empolgou os jovens oficiais "contra as oligarquias". Os únicos elos possíveis entre 1964 e 1930 são mais negativos que positivos: uma visão golpista do processo revolucionário (com os militares à frente); uma visão estatista da economia; uma visão autoritária da política; e uma visão elitista da sociedade — a ausência de "instrução e civismo" das massas populares impediria, tanto em 1930 quanto em 64, a ampliação do sufrágio.

De maneira semelhante, a liderança dos "bacharéis" (entendidos aqui genericamente como "os profissionais liberais") é tão fictícia quanto a disposição, cultivada pelos políticos liberais e pelas forças "de centro", para, uma vez derrotadas militarmente as forças nacional-reformistas, restabelecer a verdadeira democracia.

Na articulação golpista é preciso considerar duas forças sociais civis que atuaram decisivamente na conjuntura 1963-1964: as "elites empresariais" e as camadas médias tradicionais: profissionais liberais (seu "tipo social mais expressivo"),³¹ donas-de-casa e pequenos empresários. Em março de 1964 esses setores fundiram-se política e ideologicamente. Desse programa "revolucionário"

constava o combate ao "comunismo" e ao populismo. Sua manifestação prática foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que representaram, como se viu, a maior mobilização política da opinião pública "de classe média" contra a mobilização popular.

O entendimento da ação política das camadas médias tradicionais nesse processo exige que se considere com mais atenção seus elementos ideológicos e principalmente a ascendência do liberalismo conservador das oligarquias da República Velha sobre suas posições políticas.

A nostalgia da política oligárquica

Como se poderia caracterizar a configuração ideológica da sociedade brasileira no pós-30? E, no interior desse universo, as representações mentais, os valores, as expressões políticas das camadas médias tradicionais? "O antipopulismo é a definição política essencial das camadas médias tradicionais a partir da revolução de 30". Essa afirmação precisa ser mais bem qualificada. Sinteticamente, o que está em questão, a partir da política de integração das massas urbanas e da classe operária ao sistema político-eleitoral, é a *democracia de massas*.

O antipopulismo traduz seu desejo de impedir a ascensão política da classe operária e a transformação do direito à política em prerrogativa comum e universal; em suma, o desejo de conservar a política como um símbolo de prestígio social. Podemos dizer, portanto, que a orientação política das camadas médias tradicionais está marcada, ao longo do período populista, pela nostalgia da política oligárquica.³²

Esquemáticamente é possível isolar alguns elementos que constituem e justificam essa visão de mundo. A idéia da política (no sentido mais simples de votar e ser votado) como *privilégio social* possui uma dimensão simbólica e uma dimensão prática. No primeiro caso, como já se mencionou, significa conservar a atividade política como um símbolo de prestígio social ("a política é para poucos"); no segundo caso, estabelecer certos requisitos essenciais — tais como "educação" e "cultura" — que justifiquem a presença ou ausência de tipos específicos de "indivíduos" na cena política ("a política é para quem entende"). O populismo, ao destruir as resistências à primeira, e ao ignorar a segunda dimensão, é por isso "basista" e irresponsável. Seu antielitismo converte a atividade política num jogo imprevisível, dependente do "carisma" do líder e da volubilidade das massas. Trata-se do exato oposto de uma política racional e "ideológica" — na verdade o traço básico da política nesse contexto, para as camadas médias, é o seu caráter "demagógico". A contra-face desse desejo por uma política no limite sem conflitos é a visão da economia como auto-regulada. O elitismo político cede lugar ao liberalismo econômico. Esse liberalismo expressa-se tanto no nível macro quanto no microeconômico. As camadas médias tradicionais foram uma consistente e constante força social contrária à política econômica no pós-30, criticando a industrialização pelo seu caráter "intervencionista", assim como a intervenção "irracional e indevida" do Estado no mercado de serviços dos profissionais liberais. A crença nos "méritos individuais" (como via de ascensão social) e a fé no individualismo (que as dispensaria de gozar as políticas de proteção social do Estado populista) estende e amplia o antipopulismo das camadas médias tradicionais em direção ao *antiestatismo*; antiestatismo, de resto, compartilhado com algumas frações das elites (principalmente a burguesia comercial e os proprietários fundiários).

Com diferenças expressivas, esse ideário orientou a intervenção das camadas médias tradicionais na cena política nas décadas de 1930, 40 e 50. Na campanha de 32 combateram pela "Constituição" (isto é, por uma democracia limitada); na transição de 45 pretendiam "redemocratizar o país"; e na crise de 54 focaram sua batalha "contra a corrupção". Em 1964, essas forças sociais orientam-se pela ideologia típica das "elites": o anticomunismo.

Seguindo, com grande liberdade, a sugestão de George Rudé, procuramos classificar os elementos ideológicos das classes e categorias sociais e indicar como eles são traduzidos politicamente, *nessa conjuntura* precisa, nos dois eventos em questão.

Rudé propôs uma fusão de elementos ideológicos para a melhor compreensão dos "protestos populares", sejam eles reacionários ou revolucionários. Sua sugestão reside em diferenciar dois tipos de ideários (ou repertórios de idéias e crenças): um "inerente" ou "tradicional", outro "derivado" ou tomado de empréstimo a outros ideários. O primeiro é "baseado na experiência direta, na tradição oral, na memória folclórica e não aprendido ouvindo sermões ou discursos ou lendo livros". O segundo é o repertório de idéias e crenças aprendidas, "que, com freqüência, adquire a forma de um sistema mais estruturado de idéias, políticas ou religiosas, como os Direitos do Homem, Soberania Popular, Laissez-faire e os Direitos Sagrados da Propriedade, Nacionalismo, Socialismo ou várias versões da justificação pela Fé".³³

O Quadro 1, com todas as limitações e esquematismos que uma representação como essa comporta, pretende sintetizar a história ideológica aqui descrita.

Quadro 1

Classes Sociais	Elementos Ideológicos			
	ideário político inerente	ideário político comum	ideário político derivado	
	(baseado na experiência direta)	(compartilhado por dois ou mais setores sociais)	(sistema mais estruturado de idéias)	
			Marcha da Família com Deus pela Liberdade	Marcha a favor do Ensino Livre
ELITES EMPRESARIAIS (grandes e médios empresários)	anticomunismo (oposição a um "sistema totalitário" em que o Estado controla, através de um partido político único, a vida social, cultural e econômica do indivíduo)	antiestatismo (oposição ao intervencionismo do Estado populista na "economia nacional" e no mercado privado)	PADRÃO	DESVIO
			conservantismo tradicional (defesa da ordem constitucional ou da "legalidade" contra as "reformas de base"; defesa da "democracia" contra o "totalitarismo")	liberalismo clássico (defesa da livre iniciativa, da liberdade de mercado e da liberdade de pensamento)
CAMADAS MÉDIAS TRADICIONAIS (profissionais liberais, donas-de-casa e pequenos empresários)	antipopulismo (oposição à presença/ atuação das massas populares urbanas na política)		forma de expressão na cena política na conjuntura da crise de 1964 ↓ ↓	
BAIXAS CAMADAS MÉDIAS	Populismo	estatismo (culto do Estado protetor)	catolicismo conservador (defesa dos "valores tradicionais cristãos")	liberalismo econômico e liberalismo político
CLASSES POPULARES	Populismo			

Tomemos assim essa representação de uma conjuntura política crítica e de um período histórico extremamente complexo como hipóteses para orientar nossa compreensão das duas histórias aqui descritas.

UMA OUTRA MARCHA: O "LIVRO ÚNICO" E A ENCAMPAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICULARES³⁴

aqui [em Curitiba] fizemos uma outra Marcha: os comunistas mandaram livros comunistas para todos os cursos primários ... A nossa Marcha foi contra o livro comunista nas escolas primárias. O livro era horrível, incutia na cabeça das crianças que todo industrial era um rico fumando charuto e elas estavam ao lado, paupérrimas, esqueléticas. Ah! Isso é desafio. E nos insurgimos contra o livro.

Rosy Pinheiro Lima, líder da União Cívica Feminina Paranaense.

Depoimento ao projeto Memória Viva do Paraná/Museu da Imagem e do Som — MIS.

Seguindo o mesmo figurino de São Paulo, associações empresariais e de mulheres católicas estiveram à frente do protesto no Paraná. Houve uma expressiva mobilização política da União Cívica Feminina Paranaense — UCF, e uma eficaz campanha ideológica promovida principalmente pela Associação Comercial do Paraná — ACOPA. As duas entidades organizaram o ato na capital. Atuaram de forma conjunta,³⁵ realizando reuniões, cursos, palestras, protestos públicos relâmpagos, entre outras atividades "revolucionárias".

A UCF era uma entidade fundada em outubro de 1963 com o objetivo de realizar obras assistencialistas e debater assuntos cívicos e religiosos. Suas principais incentivadoras foram Dalila de Castro Lacerda e Rosy Pinheiro Lima. A grande maioria de suas associadas era oriunda das camadas médias tradicionais. A Associação Comercial do Paraná era uma entidade particular (não corporativa), composta por médios e pequenos empresários, em sua maioria comerciantes, mas também por profissionais liberais oriundos de setores da antiga elite (os "bacharéis") e das camadas

médias tradicionais. A ACOPA atuava, segundo a própria opinião de seus membros, "pragmaticamente" e a partir dos interesses da "livre iniciativa".³⁶

O caso de Curitiba chama a atenção do observador por vários aspectos. A começar pelo nome: em vez do pomposo título sob o qual os conservadores desfilarão em São Paulo — "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" —, o evento foi, no Paraná, rebatizado para "Marcha a favor do Ensino Livre". A *encampação das escolas particulares e a adoção do "Livro Único"* foram os assuntos principais dos oposicionistas. A questão da encampação, principalmente dos colégios católicos, resumia-se à possível (mas não provável) estatização dos estabelecimentos particulares de ensino. A questão do "Livro Único", elaborado pelo MEC, era mais complexa. Ora os conservadores reprovavam o fornecimento pelo Estado de livros didáticos para todas as escolas (determinação, segundo a União Cívica, típica de governos "totalitários"); ora os conservadores acusavam essa operação (talvez por isso mesmo) de mera propaganda ideológica do governo de Jango.

O "Livro Único", ou ao menos um dos livros do material didático oficial, fora escrito pelo historiador Nelson Werneck Sodré possivelmente a partir de seus cursos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e recontava o processo de organização da sociedade brasileira contrariando os principais mitos da História tradicional. Além disso, consta que a brochura fazia apologia do programa das "Reformas de Base".³⁷

No início de março de 1964, a *Folha do Comércio*, o jornal da Associação Comercial do Paraná, publicou uma declaração de Alceu Amoroso Lima criticando o "Livro Único":

O professor Alceu Amoroso Lima declarou para *O Globo* que o decreto assinado pelo presidente João Goulart, autorizando o Ministério da Educação a editar livros escolares, é perigoso de ser aplicado, porque a comissão encarregada de editá-los deverá preparar os textos *de acordo com a posição ideológica dominante no Governo*, como tem acontecido com outras comissões que editam livros oficiais.³⁸

Num estilo mais sombrio e enfático, a cúpula do Exército também tratou dessa questão pedagógica:

O Ministério da Educação e Cultura transformara-se em instrumento de infiltração comunista. O Diretório do Ensino Secundário, apoiado na assessoria estudantil e em alguns técnicos do MEC, levava a intranqüilidade aos estabelecimentos de ensino, baralhando responsabilidades e minando a autoridade dos educadores. Verbas vultosas eram fornecidas para comprometer a liberdade de consciência. Livros eram impressos para serem adotados, indistintamente, por todos os estabelecimentos de ensino, havendo mesmo alguns deles que reformulavam a História do Brasil em bases marxistas.³⁹

Seja como for, os conservadores paranaenses resumiram os dois lados do problema do ponto de vista liberal. A decisão do MEC ao mesmo tempo em que interferia no mercado de livros didáticos, terminava, por essa via, monopolizando o mercado de "idéias". Duas liberdades sagradas eram assim ofendidas: a liberdade de empresa e a liberdade de pensamento. Todas as contas feitas,

O que se pretende, está mais do que visto, não é propiciar o ensino aos filhos das classes menos favorecidas (já que se promete extensão do direito de voto aos analfabetos). O que se pretende é apenas isto: estatizar, monopolizar e comunizar o ensino. Tática infame e covarde.⁴⁰

No dia 24 de março, durante a Marcha em Curitiba, o estudante Luiz Roberto Vialle, "em nome da mocidade", sublinhou um terceiro aspecto: as medidas do governo pretendiam, caso efetivadas, "bitolar as novas gerações dentro do ateísmo e do regime incompatível com o desejo da maioria do povo brasileiro [isto é, o comunismo]".⁴¹

Havia assim dois temas superpostos e que funcionaram como pólo de atração (e de fusão de interesses) tanto para os empresários quanto para os católicos. Enquanto a UCF batia-se contra a encampação dos colégios religiosos (em nome da "liberdade de pensamento") e contra a adoção dos livros didáticos oficiais (em nome da "liberdade de cátedra"), a ACOPA via, na encampação das escolas particulares, um insulto à "livre iniciativa". No que diz respeito ao "Livro Único" o risco maior era regido por razões nada espirituais: o monopólio estatal das brochuras escolares prejudicaria os interesses econômicos de diretores da ACOPA ligados à indústria gráfica que produzia... livros didáticos. Era, nesse caso, a "liberdade de mercado" que estava em questão.

Como esses dois grupos sociais organizaram a Marcha a favor do Ensino Livre? Qual o perfil de suas atuações respectivas? E que alianças fizeram para converter sua agenda, no fim das contas bastante restrita e em torno de uma questão aparentemente "menor", em uma plataforma anti-Goulart?

A ação da União Cívica Feminina Paranaense

Ainda que o movimento vitorioso de 1964 contasse, em Curitiba, com o apoio da cúpula da Igreja Católica⁴² e com a participação de diversos grupos religiosos, a União Cívica Feminina foi a associação que, no final das contas, planejou e organizou, junto com a ACOPA, a manifestação.

A ação política da UCF desdobrou-se simultaneamente em muitas frentes: promoveram a vinda do Deputado Armando Falcão (UDN-SP) a Curitiba e Ponta Grossa nos dias 6 e 7 de março para "ministrar palestras"; estabeleceram contatos com a Campanha da Mulher pela Democracia do Rio de Janeiro para fundar um subnúcleo feminino em Florianópolis; visitaram a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal e excursionaram para outros municípios a fim de apoiar outras Marchas da Família; promoveram cursos de orientação política direcionados a diversos setores da sociedade (mas principalmente às camadas médias).⁴³ O tema central desses encontros era "a educação", e girava basicamente em torno do livro oficial da disciplina de História. (Na UCF, a questão do "Livro Único" obteve maior repercussão do que a encampação das escolas particulares.) Nas visitas aos vereadores Jobar Cassou (UDN) e Menotti Caprilhone (Partido Republicano), a demanda principal levada pela União Cívica era a anulação do "absurdo título" de cidadão honorário de Curitiba a ser concedido ao presidente João Goulart em 29 de março de 1964; nas articulações junto à Assembléia Legislativa, conduzidas pelos deputados Haroldo Leon Peres (UDN), Rubens Requião (UDN) e Aníbal Khury (PTN), pretendia-se conquistar a adesão do governador Ney Braga (PDC) à campanha contra o "Livro Único" e, assim, a oficialização do movimento antigovernista.⁴⁴ Realizaram enfim pequenos protestos locais antes da Marcha (como o ato de repúdio a uma conferência do professor Darcy Ribeiro, reitor da Universidade de Brasília, na Universidade Federal do Paraná).

Contudo, se em Minas Gerais o chefe do executivo local era um dos conspiradores mais conhecidos e em São Paulo Ademar de Barros apoiara, com Dona Leonor à frente, a Marcha da Família, no caso do governador do Paraná essa questão era mais delicada. Com a renúncia de Jânio Quadros, seu principal apoiador, Ney Braga passou a depender da simpatia e do apoio do governo federal a fim de implementar o projeto de modernização da economia do estado. Sem grandes recursos, o governismo era, naquele contexto, sua única opção.⁴⁵

Ou, na avaliação mais contundente da líder da UCF:

O Ney Braga estava em cima do muro e não queria se manifestar. Chegamos lá, pegamos uma criança e ela entregou o livro para o Ney. Aí ele se manifestou: rasgou o livro e jogou no chão. Mas ele não se manifestava, estava em cima do muro. Um general que trabalhava conosco e depois morreu, Mattos, foi ao Ney (ele, o Ruy Itiberê e vários senhores, porque trabalhávamos com a Associação Comercial e a Federação das Indústrias.⁴⁶ Nossas reuniões eram cheíssimas). Eles foram ao Ney e também a vice-presidente da UCF, Leonor Castellano, foi (eu não quis ir porque o Ney não gostava de mim), e o Ney os tratou mal. Disse que sabia o que estava fazendo e não se definiu. Nós queríamos que ele se definisse a favor da Revolução, e ele não se definiu. Só se definiu no dia da Marcha do livro.⁴⁷

Assim, a preparação da Marcha em Curitiba não se articulou politicamente com o governo do estado. Foi resultado de um trabalho conjunto da UCF e da ACOPA. Qual foi seu elemento de ligação? A preocupação com as propostas de "política educacional" será o ponto em comum entre a União Cívica e a Associação Comercial, ainda que essa temática tenha sido refratada segundo os valores e os interesses de cada setor.

A posição da Associação Comercial do Paraná

A União Cívica Feminina mostrou-se extremamente organizada e atuante na crise de 1964. Manteve, para além de sua mobilização nos círculos católicos de classe média, contatos com parlamentares ligados à conspiração, como se viu, e ligou-se a um diretor da ACOPA — Ruy Itiberê da Cunha.

A ACOPA era um braço do complexo IPES/IBAD no Paraná e o papel da Associação Comercial na organização da Marcha a Favor do Ensino Livre foi, conforme as informações disponíveis, fundamental. Principalmente na divulgação da campanha anti-Goulart através do seu semanário *Folha do Comércio*, que dava plena cobertura à conspiração (tanto no nível local, quanto no nacional), ressaltando temas relacionados ao movimento.⁴⁸

Da diretoria da ACOPA,⁴⁹ o presidente Oscar Schrappe Sobrinho foi o mais atuante. Dele partiu a idéia da criação do Comando Geral das Classes Produtoras — COMCLAP, em reunião realizada no dia 10 de março no Rio de Janeiro, na Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Logo depois, no dia 15 de março, compareceu a um encontro, juntamente com o Deputado Rubens Requião (UDN-PR), convocado por Paulo de Almeida Barbosa (presidente da Associação Comercial de São Paulo), para discutir a "calamitosa situação nacional".

A Associação formou grupos organizados para a conspiração segundo as bandeiras locais, com ênfase na *Comissão Pró-Ensino Livre*, presidida por Ruy Itiberê da Cunha. Essa comissão, composta

por diversos diretores e proprietários de colégios particulares ligados à ACOPA, foi criada exclusivamente para organizar os protestos contra as encampações.⁵⁰ Os donos de colégios particulares, que atuaram no movimento, eram evidentemente os principais interessados em que a proposta de estatização de escolas particulares fosse derrubada. Por seu turno, a questão do monopólio dos livros didáticos pelo governo federal, conforme a proposta do "Livro Único", foi combatida com notável disposição pelo próprio presidente da Associação Comercial, que possuía expressivas ligações com a indústria gráfica (ele era o dono das "Impressões Paranaenses", o proprietário da *Revista Panorama* e presidia, além da ACOPA, o Sindicato das Indústrias Gráficas). Tinha, por essa via, grande inserção no mercado de livros didáticos.⁵¹

A ALMA DOS PAULISTAS E O CHÃO DO PARANÁ

Nós somos o povo. Não somos [o povo] do comício da Guanabara, estipendiado pela corrupção.

Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho ... Aqui estamos sem tanques de guerra, sem metralhadoras.

Estamos com nossa alma e com nossa arma, a Constituição.

Padre Calazans, orador na Marcha da Família. Folha de S. Paulo, 20 mar. 1964.

o livro que os senhores me trouxeram eu não jogo fora daqui, para não sujar o chão do Paraná.

Ney Braga, governador do estado. O Estado do Paraná, 25 mar. 1964, p.4.

Para o Estado de S. Paulo havia uma diferença a ser ressaltada entre a Marcha da Família e o Comício da Central. Com Goulart estavam "gentes dos morros". Na Marcha em São Paulo, não:

A multidão desta vez [era] composta de brasileiros profundamente cômicos de seus deveres e obrigações, brasileiros que, por seu passado, já sobejamente demonstraram a sua capacidade na construção da mais formosa parcela da economia nacional e da mais alta expressão da cultura brasileira.⁵²

O elitismo dessa formulação traduz uma intuição sociológica fundamental. Ela ilustra à perfeição as bases sociais da divisão do campo ideológico no Brasil na primeira metade dos anos 60. A "mais formosa parcela da economia nacional" estava então representada pelo empresariado paulista — a FIESP, o CIESP e, com destaque, a Sociedade Rural Brasileira, SRB —, coordenados pelo IPES. A "mais alta expressão da cultura brasileira", pelo próprio jornal, pelos políticos da UDN e do PSD, reunidos na Aliança Democrática Parlamentar, pelos profissionais liberais e pelas associações de donas-de-casa católicas.

O 19 de março de 1964

Ainda que Sávio de Almeida Prado, líder do IPES e da SRB e um dos organizadores da Marcha, tenha celebrado a manifestação anti-Goulart como "um milagre de fé",⁵³ entre os dias 13 e 19 de março, seis reuniões preparatórias foram realizadas. Originalmente planejada como "Marcha do Desagravo ao Santo Rosário", foi rebatizada no dia 14 para "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". A cada encontro cresciam em número e em importância as adesões. Às duas últimas reuniões, nos dias 17 e 18, compareceram ao Auditório do Rotary Club duas mil e quinhentas pessoas.

No dia 19 de março de 1964, quinhentos mil desfilaram na Marcha da Família em São Paulo. "Eles foram chegando aos poucos à praça da República. E, antes das 14 horas, já ocupavam todos os espaços do local. Quando partiram em direção à catedral da Sé, somavam, segundo estimativas da época, meio milhão de pessoas, ou cerca de 10% da população da cidade de São Paulo naquele ano".⁵⁴ Na primeira fila estavam vários ipesianos, os deputados da UDN Herbert Levy e Conceição da Costa Neves e o senador Padre Calazans; os deputados do PSD Jairo Albuquerque e Cunha Bueno, junto com a freira Ana de Lourdes, o maior incentivador inicial do movimento de protesto contra Goulart. O deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno, membro da Ação Democrática Parlamentar, o braço político do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional, encarnava o perfil típico do político conservador contra as Reformas. No seu pronunciamento à multidão enfatizou: "Os brasileiros aqui estão reunidos para dizer ao presidente da República: Basta! Basta! Basta!". Quando a passeata chegou à Sé, depois de percorrer em uma hora e meia o caminho que sai da Praça da República passando pela rua Barão de Itapetininga, praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá, praça do Patriarca e rua Direita, discursaram entre outros o líder direitista Plínio Salgado e, por último, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional. Enquanto Plínio clamava por uma intervenção militar ("Bravos soldados, marinheiros e aviadores de nossa pátria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, a anarquia, o comunismo? Esta manifestação não vos comove?"), o senador pessedista

frisava os limites do governo: a legalidade. "Que sejam feitas as reformas, mas ... pela Constituição. Senão, não. Pela consciência cristã do nosso povo. Senão, não".⁵⁵

O tema da "legalidade" na Marcha paulista — isto é, a defesa da Constituição de 1946 e dos "princípios democráticos" — reencontrou a mitologia do "espírito de 32" (Herbert Levy). Nas faixas dos protestantes, "a favor da consciência cristã do Brasil", como enfatizou o Gal. Nelson de Mello, podia-se ler os previsíveis apelos anticomunistas ("Abaixo os imperialistas vermelhos"; "Reformas sim, comunismo não") e antipopulistas ("Tá chegando a hora de Jango ir embora"; "Renúncia ou *Impeachment*"); mas também: "32 + 32 = 64".⁵⁶

O 24 de março de 1964

Em Curitiba, a "Marcha a Favor do Ensino Livre" foi realizada cinco dias depois da Marcha paulista, em 24 de março, "sob chuva torrencial".

Seguindo o mesmo enredo do movimento paulista, aproximadamente trinta mil manifestantes, numa população total de pouco mais de 350 mil pessoas, saíram da praça Santos Andrade (no centro da cidade, em frente à Universidade Federal do Paraná, onde funcionavam os cursos de Direito e Odontologia, entre outros) e se dirigiram ao Palácio Iguazu, no setor administrativo, com objetivo de conseguir o apoio do governador ao movimento "contra a massificação do ensino". Nas primeiras fileiras, "à frente dos manifestantes, marchavam o Senador Adolpho de Oliveira Franco (UDN), os deputados Jorge Curi, Rubens Requião e Edgar Távora (todos da UDN); vereadores Jobar Cassou (UDN) e João Derosso (PSD)".⁵⁷ No ato destacaram-se Maria Aparecida Portugal Alves ("membro do comitê executivo da marcha e incentivadora principal desse movimento"),⁵⁸ Luiza Bueno Gonm e Esther Gaspareto (vice-presidente da UCF), Rui Itiberê da Cunha (presidente do comitê) e os diretores dos colégios dos Irmãos Maristas (católico e privado). No registro fotográfico da *Revista Panorama* pode-se ler com nitidez uma grande faixa: "Só queremos um livro: a Constituição do Brasil". O governador Ney Braga estava no Palácio Iguazu e, ao lado de seu secretariado e de diversos parlamentares (em sua maioria da UDN), proferiu enfim o solene discurso: "queremos reformas sim, mas em ordem, em paz. Na realidade, nós temos hoje que decidir, talvez, os destinos do mundo e, por isso, vemos com muita emoção manifestações como esta".⁵⁹

As marchas não decidiram os destinos do mundo. Mas pesaram efetivamente na decisão em precipitar o golpe de 31 de março.

CONCLUSÕES

Destinadas a converter a opinião pública e a mobilizar a "sociedade como um todo" contra a ameaça de uma "república sindicalista" e da política reformista do governo João Goulart, enfim anunciada no Comício da Central, as "Marchas da Família" foram a expressão ideológica prática mais explícita do anticomunismo e do antipopulismo na conjuntura que se abre em agosto de 1961 e se fecha em março de 1964.

Postas lado a lado, as Marchas de São Paulo e Curitiba permitem contudo diferenciar, sob o mesmo enredo, as modalidades diversas da tradução política desse ideário típico da IV República brasileira. Seja em função de variáveis *estruturais* (a base social das diversas organizações que conduziram as duas passeatas), seja em função de variáveis *conjunturais* (o papel que cada "setor social" — camadas médias/elites empresariais — cumpriu na idealização/organização dos movimentos), é necessário enfatizar três aspectos opostos das duas mobilizações: *i) a forma de expressão, na cena política, do anticomunismo e do antipopulismo*: em São Paulo, o anticomunismo manifesta-se através do *catolicismo conservador* (a defesa dos "valores tradicionais cristãos") e o antipopulismo através do *legalismo constitucional*; em Curitiba, o anticomunismo revela-se codificado no *liberalismo clássico* (a defesa da "livre iniciativa" — liberalismo econômico — e a defesa da "liberdade de pensamento" — liberalismo político); *ii) o conteúdo por meio do qual se expressa o antiestatismo*: na marcha paulista, as questões *políticas* ocuparam o primeiro plano (defesa da legalidade jurídica contra a intervenção do Estado, através das reformas, na vida econômica e social); na outra marcha, as questões *ideológicas* (basicamente: a defesa do direito individual de escolher uma educação não laica e de eleger livremente os meios de instrução) ocuparam o primeiro plano; e *iii) o lugar (dominante ou subordinado) das classes e de suas organizações políticas em cada fase dos respectivos movimentos* — e a repercussão dessa hierarquia sobre o perfil específico assumido pelo protesto resultante. Como se trata de resumir o papel dos agentes sociais na história das duas Marchas, esse ponto exige uma explicação mais pormenorizada.

Em Curitiba, a Marcha a Favor do Ensino Livre contou, desde o início, com a *ação conjunta* da União Cívica Feminina e da Associação Comercial do Paraná — expressões organizacionais *grosso modo* das camadas médias tradicionais e das elites empresariais, respectivamente — na *idealização* e na *organização* do protesto. Os trabalhos simultâneos e complementares desenvolvidos por essas

entidades diante das propostas de política educacional do MEC (enquanto a UCF atuou na *mobilização* política da "sociedade", a ACOPA cuidou da *propaganda* ideológica do movimento) impedem que se indique o setor social que detém a hegemonia política e a hegemonia ideológica sobre o processo. Contudo, ainda assim é preciso diferenciar o liberalismo político (antipopular) da União Cívica Feminina do liberalismo econômico da Associação Comercial.

A tradução da oposição ao *governo Goulart* (mas não necessariamente ao *regime populista*; o antipopulismo é uma matriz ideológica secundária nesse processo) na linguagem do liberalismo político ("liberdade de pensamento e expressão") decorre em linha direta da representação que as camadas médias urbanas — representadas pelo movimento feminino e católico na UCF — fazem do comunismo "na prática". A questão do "Livro Único" ressalta um tema sensível aos críticos do "totalitarismo": o monopólio de "idéias" pelo Estado (daí a defesa excêntrica, quando se pensa na conjuntura nacional, da "liberdade de cátedra"). A proposta de encampação dos colégios particulares atinge outra prerrogativa sagrada das "sociedades democráticas": a liberdade de pensamento (ou o direito de professar uma religião contra a ideologia oficial dos Estados totalitários). Para a Associação Comercial a questão do "Livro Único" é tão-somente um problema terreno. O monopólio da produção e da distribuição de livros pelo Estado contraria a "liberdade de mercado". A ACOPA bate-se também a favor da "livre iniciativa". Essa é a questão que está colocada pelo movimento dos pequenos e médios empresários diante da estatização das escolas privadas. O liberalismo econômico é aqui a expressão política direta de uma posição de classe.

O caso da Marcha da Família é relativamente mais complexo. Como se viu, se a *idealização* da passeata, como resposta direta ao 13 de março de 1964, partiu de setores políticos conservadores (contra o "caos") e católicos (a favor do "rosário"), serão as entidades femininas, as associações religiosas e as organizações do patronato em conjunto, coordenadas/financiadas pelo IPES, mas *dirigidas* pelo movimento das mulheres, que tomarão a si a tarefa de *organizar* o movimento. A mudança do nome — de "Marcha do Desagravo ao Santo Rosário" para "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" — não resultou apenas da sugestão de uma deputada udenista, a fim de incentivar a "participação de todos os credos", mas significou a perda, por parte dos setores apenas católicos, do controle exclusivo do movimento.

A hegemonia política da UCF em São Paulo, da CAMDE no Rio de Janeiro e da LIMDE em Belo Horizonte não se converte, no entanto, em hegemonia ideológica, o que implica dizer que as camadas médias tradicionais têm de compartilhar (de boa vontade, aliás) com os setores de elite, representados no IPES, suas plataformas. A recusa do "totalitarismo" (anticomunismo) e do "governo irresponsável" (antipopulismo) servirá para ambos. A frase estampada no cartaz "Tá chegando a hora de Jango ir embora" funciona assim como uma senha para exprimir duas reivindicações: a defesa da "ordem" contra as reformas e a defesa da "democracia" contra o totalitarismo. Para os setores de elite (a SRB, por exemplo), a *manutenção da ordem*, nesse caso específico, implica adiar as reformas, principalmente a da propriedade da terra, para fazê-las somente dentro da "legalidade constitucional" (isto é, não fazê-las). A *preservação da democracia*, por seu turno, não é certamente a preservação pura e simples do regime atual ("populista"). Essa palavra de ordem é um dique que se levanta contra o "comunismo" e seu rosário de males "totalitários": o partido único, a propriedade coletiva, o controle estrito da vida social e o fim das liberdades individuais. Mas é também uma comporta que se abre para uma sorte de "democracia" que foi o regime dos sonhos do conservantismo brasileiro entre 1945 e 1964: uma fórmula política ao mesmo tempo antipopular (porque destinada a reprimir as reivindicações "irresponsáveis") e antipopulista (porque pretende ser imune à "demagogia" e à "corrupção").

NOTAS

- 1 Este ensaio é resultado parcial da pesquisa integrada "Instituições e comportamento político no Brasil contemporâneo: o Paraná em perspectiva histórica", desenvolvida no Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira na Universidade Federal do Paraná — UFPR. Agradecemos ao General Raymundo Negrão Torres a cessão dos recortes dos jornais *O Estado de Minas*, *Correio da Manhã* e *O Globo*, e ao Professor Paulo Roberto Neves Costa as críticas e os reparos à primeira versão do artigo.
- 2 Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná/Departamento de Ciências Sociais; coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira e Editor da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp).
- 3 Professor de Ciência Política na Faculdade Internacional de Curitiba — FACINTER.
- 4 Apud CARONE (1980), p.249.
- 5 Cf. CARDOSO (1973), e O'DONNELL (1977). Ainda que ligeiramente diferentes entre si, os autores sustentam que a continuidade do *processo de acumulação capitalista* na América Latina exigiu a desarticulação dos mecanismos de participação política das classes populares e sua substituição por novas formas autoritárias de regulação social. Para uma crítica empírica ao argumento de O'Donnell, v. SERRA (1982). Sobre o *funcionalismo* dessas abordagens cf. HIRSCHMAN (1982), p.65-100.

- 6 Cf. SANTOS (1986). O argumento do autor é basicamente o seguinte: a crise de 1964 resulta do colapso do *sistema político*, isto é, da radicalização política (no sistema partidário) e da polarização ideológica (no parlamento federal) que, somadas, impediam o Congresso e o Executivo (sem apoio político estável) de produzirem decisões.
- 7 A bibliografia sobre o assunto é imensa. A fim de ilustrar nosso ponto de vista, citamos apenas alguns dos trabalhos mais representativos (ou atuais) de cada tendência explicativa. Respectivamente, cf.: Gaspari, E. *A ditadura envergonhada* (2002); FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964 (1993); TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64* (1993). Um bom levantamento das referências sobre o golpe de 1964 pode ser lido em: TRÓPIA, P. *Bibliografia sobre o golpe de 64* (1997). Um estudo da literatura da década de 1960 sobre o golpe, e que tem a vantagem de classificar o tipo de explicação oferecida para o evento, é: SOUZA, A. de. *Março ou abril?* Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil (1988). Gláucio A. D. Soares analisa as explicações acadêmicas para o golpe militar de 1964 e as confronta com a visão que os próprios militares ofereceram da conspiração, do golpe e do regime ditatorial. Cf. *O golpe de 64* (1994).
- 8 Ver, por exemplo, SOARES (1968), MONIZ BANDEIRA (1979, 2001), NEVES (1981), RIDENTI (1987), MORAES (1989).
- 9 Os trabalhos destacados e de maior fôlego até o momento são: DREIFUSS (1981), SIMÕES (1985), STARLING (1986).
- 10 O número encontra-se em DREIFUSS (1981), p.297.
- 11 Cit. a partir do verbete MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930* (CD-Rom, 2000).
- 12 QUARTIM DE MORAES, J. O colapso da resistência militar ao golpe de 64 (1997), p.129, grifos nossos. Sobre o IPES (e seu congênere, o IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática), v. DREIFUSS (1981).
- 13 A Marcha da Família foi realizada em São Paulo em 19 de março e em Santos e Curitiba no dia 24. No Rio, o desfile conservador tornou-se a "Marcha da Vitória" em 2 de abril. A passeata estava programada para Porto Alegre no dia 3. Alguns dias mais tarde, comemorou-se o golpe em Juiz de Fora. Em 7 de abril os conservadores marcharam em Natal. Em Belo Horizonte e Niterói a Marcha ocorreu em maio. Ver, para as últimas datas, SIMÕES (1985), p.105.
- 14 *Tribuna da Imprensa*, 14 mar. 1964. Um noticiário mais ameno sobre o comício da Central pode ser lido em *O Globo*: o jornal não mencionou o anúncio de dois decretos presidenciais — um que declarava as terras situadas junto às estradas de rodagem ou das ferrovias como suscetíveis de desapropriação, e outro que nacionalizava refinarias de petróleo — mas destacou que "a Sra. Maria Teresa Goulart trajava um vestido azul-piscina, apresentava um penteado que lhe prendia os cabelos no alto ... e chegou sorrindo ao palanque". Treze oradores falaram no Comício das Reformas. *O Globo*, 14 mar. 1964.
- 15 Ressurge a democracia. Editorial do jornal *O Globo*, 2 abr. 1964, grifos nossos.
- 16 Expressão retirada de "O dever dos militares", editorial de *O Estado de Minas*, 5 abr. 1964.
- 17 A declaração pode ser lida em: *Para um Brasil melhor*. São Paulo: APEC, s.d. Apud TOLEDO (1984).
- 18 Carlos Lacerda, entrevista a *O Estado de S. Paulo*, 30 jan. 1962. Apud CARONE (1980), p.249, grifos nossos.
- 19 SODRÉ (1997), p.107.
- 20 GORENDER (1997), p.112. Essa discussão — se era o golpe de 64 evitável ou não — é menos bizantina do que parece. Não é um exercício de história contrafactual porque está fundamentada em evidências objetivas e que permitem hipóteses válidas e conclusões (passíveis de discussão, evidentemente). Assim, por exemplo, é bastante difundida na literatura recente a opinião, resumida por Quartim de Moraes, segundo a qual "Goulart dispunha de meios militares de resistência", sendo portanto as razões efetivas do resultado final *políticas e sociais*. No período janeiro-fevereiro-março as "divisões das forças democráticas e nacionalistas" que apoiavam Goulart (conforme Gorender), de um lado, e, de outro, o desequilíbrio na "correlação política de forças na sociedade brasileira" a favor dos golpistas (conforme Quartim de Moraes) contribuiu decisivamente para o sucesso do golpe de Estado. V. QUARTIM DE MORAES (1997), p.127-8.
- 21 TOLEDO (1993), p.12.
- 22 ALMEIDA (1995), p.145. O resultado do plebiscito (9.457.448 votos a favor do presidencialismo e 2.073.582 a favor do parlamentarismo) destacou, nessa conjuntura precisa, o isolamento e a falta de apoio popular dos setores conservadores.
- 23 FIGUEIREDO (1993), p.183.
- 24 Cf. O discurso de 13 de março de 1964. In: CARONE (1980), p.234. Goulart referia-se provavelmente "à maneira como as mineiras da 'Liga da Mulher pela Democracia' (LIMDE), que de terços nas mãos, haviam impedido Leonel Brizola (então governador do Rio Grande do Sul e cunhado do Presidente Goulart) de discursar pelas reformas de base". SIMÕES (1985), p.93.
- 25 30 anos depois. Editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, 31 mar. 1994, p.A3. Depois do Comício da Central e depois principalmente do discurso no Automóvel Clube o tema da "legalidade" tornou-se crítico. Na edição do *Jornal do Brasil* de 31 de março se podia ler: "O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei. Mas não está. Quanto mais se afunda na ilegalidade, menos forte fica a sua autoridade". Editorial. *Jornal do Brasil*, 31 mar. 1964.
- 26 Panfleto convocando para a concentração popular em 13 de março na Praça da República.
- 27 "Famílias em passeata exigiam que os militares assumissem a desgastante tarefa de restaurar a democracia, preservar as instituições, restabelecer a normalidade democrática e pôr fim à descomedida aventura

- ideológica que atordoava o País". Exército Brasileiro. *37º Aniversário da Revolução de 31 de março de 1964*. Disponível em www.exercito.gov.br/NE/2001/03/9817/revol817.htm, acesso em 19 jan. 2004.
- 28 DREIFUSS (1981), p.291 e 294.
- 29 *Ibidem*, p.294-5. De forma mais sofisticada, mas bastante próxima à interpretação de Dreifuss, Saes vê nas campanhas cívicas e nas manifestações públicas, em resposta à ascensão do movimento popular (a principal delas a manifestação antigovernamental de 19 de março em São Paulo), movimentos "de massa" da alta classe média liberal *criados, organizados e dirigidos* pelas frações mais reacionárias da classe dominante (a burguesia comercial e os proprietários fundiários) "destinados a criar um clima político favorável à intervenção militar". SAES (s.d.), p.499-501.
- 30 O golpe armado civil-militar: proclamação de Magalhães Pinto (1º/4/1964). Apud CARONE (1980), p.266.
- 31 SAES (1984), p.107.
- 32 As duas passagens entre aspas são de SAES (1984), p.107. Todas as considerações seguintes, numa formulação bastante livre, se referem a esse livro e ao ensaio do mesmo autor: Classe média e política no Brasil (s.d.), p.463 ss.
- 33 RUDÉ (1980), p.25. Não nos passou despercebido o uso anacrônico que fazemos dessa formulação de Rudé. Ainda que o estereótipo dos "sociólogos" para os historiadores, na versão irônica de Peter Burke, seja o de "pessoas que fazem afirmações sobre o óbvio em um jargão primitivo e abstrato, [que] não têm nenhum sentido de lugar nem de tempo, espremem, sem piedade, os indivíduos em categorias rígidas e, ainda por cima, descrevem essas atividades como 'científicas'", decidimos correr o risco. Ver BURKE (2002). Ainda no capítulo "História versus Ciências Sociais", uma discussão interessante não exatamente sobre a *compreensão e apresentação* dos "dados" (o tópico anterior), mas sobre a lógica da *explicação* científica em cada um dos campos, ver GADDIS (2003), especialmente cap. 4: A interdependência de variáveis, p.70 a 88.
- 34 Em virtude da ausência de documentação sistemática sobre o assunto, parte das informações sobre o movimento em Curitiba foram obtidas (além de consulta às atas de reunião das duas entidades pesquisadas — a União Cívica Feminina e a Associação Comercial do Paraná) através de entrevistas. Os entrevistados foram selecionados de acordo com sua representatividade no processo político, seu grau de importância então e sua disponibilidade atual. Foram os seguintes: *Dalila de Castro Lacerda*, uma das fundadoras da União Cívica Feminina do Paraná e uma das organizadoras da marcha em Curitiba. Dalila era esposa de Flávio Suplicy de Lacerda (reitor da Universidade Federal do Paraná desde fins dos anos 40; Flávio seria logo depois Ministro da Educação do governo Castello Branco); *Heron Arzua*, consultor jurídico da Associação Comercial do Paraná — ACOPA à época (uma das entidades mais ativas da conspiração), mas que se mostrava simpatizante das reformas de base; *Luiz Geraldo Mazza*, jornalista da redação de *Última Hora* em Curitiba. Mazza era favorável às reformas de base e crítico das posições antigovernistas; *Noel Lobo Guimarães*, empresário e vice-presidente da ACOPA em 1964. Ele foi uma das principais lideranças empresariais da Marcha a favor do Ensino Livre; e, por fim, *Rosy Pinheiro Lima*, a primeira presidente da União Cívica, ex-deputada estadual pela UDN-PR no final da década de 1940, e uma aguerrida liderança dos setores "revolucionários".
- 35 A informação consta das atas de reunião de diretoria da União Cívica (de 25 fev. a 31 mar. 1964) e da Associação Comercial (de 8 a 23 mar. 1964).
- 36 Ativa até hoje, a União Cívica Feminina voltou-se exclusivamente para ações filantrópicas. Cf. *Dalila de Castro Lacerda*. Curitiba, 2001. Entrevista concedida a Marcus Roberto de Oliveira em 25 jan. 2001. A Associação Comercial continua em ação, mantendo as mesmas "posições pragmáticas em relação à iniciativa privada" (cf. *Noel Lobo Guimarães*. Curitiba, 2001. Entrevista concedida a Marcus Roberto de Oliveira em 9 abr. 2001), mas pouco politizadas.
- 37 Ver o depoimento do ex-governador Ney Braga (PDC-PR) em: *Ney Braga: tradição e mudança na vida política*; entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. (1996), p.190. A informação foi confirmada pela líder da União Cívica Feminina Paranaense, Rosy Pinheiro Lima, entrevista citada, 29 jan. 2001.
- 38 *Folha do Comércio*, 2 a 8 mar. 1964, p.7, grifos nossos.
- 39 *Relatório da 5ª Região Militar do Paraná*, abr. 1964, p.4. Citado por Raymundo Negrão Torres, 2003. Entrevista concedida a Marcus Roberto de Oliveira em 4 maio 2003.
- 40 *Revista Panorama*, abr. 1964, p.49.
- 41 *Folha do Comércio*, 30 mar. a 5 abr. 1964, p.8.
- 42 No dia 31 de março os bispos da Igreja Católica no Paraná redigiram um documento criticando o comunismo e prestando pleno apoio à intervenção militar. Cf. KUNHAVALIK (1999), p.107. O texto estava assinado por, entre outros, o arcebispo de Curitiba à época, Dom Manuel da Silveira D'Elboux.
- 43 Dalila de Castro Lacerda lembra que, nas várias reuniões para a organização da Marcha em Curitiba, participaram "várias pessoas de diferentes setores" da sociedade: "Nas reuniões, médicos, enfermeiros, professores e professoras, donas-de-casa, empresários, advogados, todos estavam de acordo com o movimento que fazíamos. Pessoas de bairros, alunos de colégios que nos apoiavam e operários que percebiam o perigo que seria uma mudança de governo". Dalila de Castro Lacerda, entrevista citada, 25 jan. 2001.
- 44 Cf. Luiz Geraldo Mazza, entrevista citada, 19 jan. 2001. Para o "absurdo título", cf. Ata da Reunião da UCF Paranaense em 17 mar. 1964.
- 45 Quando renunciou o presidente "Jânio, Ney foi uma das lideranças regionais a favor da posse de Jango e, posteriormente, da volta do presidencialismo. Sua posição política flutuava entre a 'esquerda' (PTB) e a 'direita' (UDN, PSD, Partido Republicano)". Luiz Geraldo Mazza, entrevista citada, 19 jan. 2001. De acordo

- com o jornalista de *Última Hora*, o governo Ney Braga foi o que mais obteve recursos junto à "União" em 1963. Para a alta dependência do estado de recursos federais, cf. TORRES (1999), p.82.
- 46 A Federação das Indústrias do Paraná, assim como todos os sindicatos em Curitiba, encontrava-se na jurisdição do Ministério do Trabalho. Diante disso, sua participação no evento foi discreta, pois, caso contrário, o Ministério poderia, legalmente, intervir e destituir as diretorias. Cf. Heron Arzua. Curitiba, 2001. Entrevista concedida a Marcus Roberto de Oliveira em 12 mar. 2001.
- 47 Rosy Pinheiro Lima, líder da União Cívica Feminina Paranaense. Depoimento ao projeto "Memória Viva do Paraná"/Museu da Imagem e do Som (MIS).
- 48 Em janeiro de 1964 a ACOPA organizou, com a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o primeiro curso de formação de lideranças políticas da Escola Superior de Guerra em Curitiba, mostrando um grande empenho ideológico na causa golpista. Cf. Noel Lobo Guimarães. Curitiba, 2001. Entrevista concedida a Marcus Roberto de Oliveira em 9 abr. 2001.
- 49 A diretoria da ACOPA era assim composta em 1964: Oscar Schrappe Sobrinho (presidente), Eros José Alves (secretário geral), Noel Lobo Guimarães, Ruy Itiberê da Cunha, Genésio Moreschi, Asdrúbal Bellegard, Jaime Prosdócimo, João Chalbaud Biscaia (diretores), Heron Arzua (consultoria jurídica) e Ruben Pinheiro (depto. econômico).
- 50 Cf. *Folha do Comércio*, 30 mar. a 5 abr. 1964, p.4. Estavam presentes na Comissão representantes dos "colégios Iguazu, Novo Ateneu, Bom Jesus, Escola de Educação Familiar, Ginásio N. S. Rosário, Divina Providência, Sagrado Coração de Jesus, Sta. Terezinha, São José, Sacré Coeur e Sacré Coeur de Marie". *Folha do Comércio*, 30 mar. a 5 abr. 1964, p.8.
- 51 Cf. Noel Lobo Guimarães. Curitiba, 2001. Entrevista concedida a Marcus Roberto de Oliveira em 9 abr. 2001. Além das firmas de Schrappe Sobrinho, a Distribuidora Cummins (presidida por Asdrúbal Bellegard), a Cia. Paranaense de Representações (CIPAR), de propriedade de Noel Lobo Guimarães, e o Bamerindus de Avelino Vieira deram suporte ao movimento em Curitiba. Conforme R. Dreifuss, essas empresas contribuíam para o "complexo" IPES/IBAD, o que bem poderia caracterizar a ACOPA como uma representação desse "complexo" no nível regional. Ver DREIFUSS (1981), anexos.
- 52 Editorial. *O Estado de S. Paulo*, 21 mar. 1964, p.3. Apud PEREIRA NETO, A. de F. *O Estado de São Paulo e a deposição do Presidente Goulart* (1964): um estudo sobre as peculiaridades do liberalismo no Brasil (1999).
- 53 Declaração citada por DREIFUSS (1981), p.298. Apud DULLES (1970), p.275.
- 54 *Folha de S. Paulo*, 20 jan. 2004, p.C2.
- 55 Todas as passagens entre aspas são da matéria "São Paulo parou ontem para defender o regime". *Folha de S. Paulo*, 20 mar. 1964.
- 56 Para a referência à causa paulista cf. SILVA (1978), p.339. Para a frase do ex-Ministro da Guerra de João Goulart e o conteúdo das faixas, v. DREIFUSS (1981), p.298 e STARLING (1986), p.33-4. Para uma crônica detalhada da Marcha em São Paulo, cf. SIMÕES (1985). Não só as faixas eram reveladoras do anticomunismo e do antipopulismo da opinião pública conservadora. As palavras-de ordem gritadas durante o comício na Sé também: "1, 2, 3, Brizola no xadrez. Se tiver lugar, vai o Jango também" e "Verde-amarelo, sem foice e martelo". Cf. *Folha de S. Paulo*, 20 mar. 1964.
- 57 *Folha do Comércio*, 30 mar. a 5 abr. 1964, p.8.
- 58 Ata da Reunião da UCF Paranaense em 31 mar. 1964. Aí se menciona o número de participantes da Marcha e a "chuva torrencial".
- 59 *O Estado do Paraná*, 25 mar. 1964, p.4. Para a foto e a faixa, v. *Revista Panorama*, abr. 1964.

TORTURA ONTEM E HOJE: resgatando uma certa história¹⁵

Cecília Maria Bouças Coimbra

Psicóloga, Professora Adjunta na Universidade Federal Fluminense, Pós-Doutora em Ciência Política pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP. Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Vice-Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Membro do Conselho Consultivo do Centro de Justiça Global

Resumo: Este trabalho analisa, de forma breve, a prática da tortura em nosso país, a partir do golpe militar de 1964 e, notadamente, após o Ato Institucional nº 5, de 1968. Procura mostrar como, na história recente do Brasil, em cima do "dispositivo da periculosidade" - aspecto importante para o trabalho do profissional psicólogo hoje - vão sendo produzidas formas de aceitação da prática da tortura e sendo formadas pessoas treinadas exclusivamente para este fim. Aponta ações de entidades de direitos humanos brasileiras no sentido de resgatar uma outra memória histórica de nosso país e, com isso, lutar contra a impunidade que tem alimentado diferentes violações. Conclui, assinalando - de forma sucinta - como, no início deste novo século, as práticas de tortura continuam existindo, dirigidas para certos segmentos da população.

Palavras-chave: ditadura militar, tortura, resgate histórico.

INTRODUÇÃO

Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de conhecimentos que não constam nos livros da história oficial (...). O historiador (...) pretende fazer emergir as esperanças não realizadas (no passado e inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente (...). O esforço (...) é não deixar essa memória escapar, mas zelar pela sua conservação, contribuir na reapropriação desse fragmento de história esquecido pela historiografia dominante (Jeanne Marie Gagnebin).

Esse pequeno trecho sobre a concepção benjaminiana de história nos diz da necessidade e, portanto, da atualidade de se pensar que memória histórica tem sido construída em nosso país.

Sabemos que há várias maneiras de se narrar a história. Uma visão por vezes esquecida é a que tem sido forjada pelos diferentes movimentos populares nas suas lutas cotidianas, nas suas resistências e na sua teimosia em continuar existindo. Nestas histórias, muitas vezes negadas pela "história oficial", os segmentos subalternizados não são meros espectadores, como têm sido apresentados, mas produtores dos acontecimentos.

O processo de estruturação da memória coletiva tem se caracterizado como um dos mais sensíveis às disputas e aos confrontos de diferentes grupos sociais. A história que, de um modo geral, nos tem sido imposta seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses, construindo, com isso, zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões e negações¹.

Apesar deste poderio, esta "história oficial" não tem conseguido silenciar, ocultar ou eliminar a produção cotidiana de uma outra história. No sentido de resgatar essa outra memória, vários grupos brasileiros², nos últimos vinte anos, vêm trazendo ao conhecimento da sociedade acontecimentos até então silenciados, ocultados e mesmo negados: questões relativas ao terrorismo de Estado que vigorou em nosso país, entre 1964 e 1985. Além desse resgate histórico, alguns desses grupos têm, sistematicamente, procurado articular as violações de direitos humanos ocorridas naquele período com os desrespeitos, torturas e desaparecimentos acontecidos após 1985, quando do retorno à "ordem democrática", como afirmam muitos.

Inicialmente, este artigo levanta, mesmo que brevemente, como as práticas de tortura estão presentes em nosso cotidiano e que implicações têm com o último período autoritário pelo qual o Brasil passou: a ditadura militar de 64 a 85. Ai será assinalado como vão sendo formadas pessoas que, através de treinamentos específicos, terão suas práticas voltadas para mecanismos violadores dos direitos humanos.

Concluindo, aponta-se - de forma bastante sucinta - como, no início do século XXI, estas práticas passam a ser percebidas por grandes segmentos de nossa população como questões que não lhes dizem respeito e, até certo ponto, como aspectos necessários para conter a violência dos "perigosos". Desde que aplicadas aos "diferentes", aos "marginais" de todos os tipos, tais práticas são em realidade aceitas, embora não defendidas publicamente.

¹⁵ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 6, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2007

A tortura será aqui tratada como fazendo parte de uma política que, em um passado recente, foi sistemática do Estado brasileiro e que hoje, apesar de oficiosa, continua sendo praticada por agentes desse mesmo Estado. Não se trata, portanto, apenas de omissão, conivência e/ou tolerância por parte das autoridades e da sociedade em geral para com tais questões, mas de uma política silenciosa, não falada, que aceita e mesmo estimula esses perversos procedimentos.

Penso que os temas a serem aqui tratados atravessam a área "psi" e se fazem presentes no trabalho desenvolvido pelo profissional psicólogo. No mundo de hoje - onde o neoliberalismo avança através de medidas que acirram violentamente a exclusão social, atingindo parcelas cada vez mais significativas de nossa população - a atuação de muitos psicólogos tem se voltado para esses segmentos pauperizados que cotidianamente são violados em seus direitos e rotulados como perigosos. Entender como tais questões, entre elas a indissociável relação entre pobreza e periculosidade, foram sendo construídas historicamente, em nosso país, ao longo de todo o século XX, talvez nos ajude a pensar um pouco sobre nossas práticas e os efeitos que estão produzindo no mundo.

O DISPOSITIVO DA PERICULOSIDADE E A PRÁTICA DA TORTURA NO BRASIL

A tortura presente em toda a história do Brasil foi, durante séculos, utilizada, em quase todo o mundo, como um exercício de vingança sobre os corpos daqueles que se insurgiam contra o poder e a força do Rei; daí, os suplícios públicos.

Segundo o artigo 1º da Convenção da ONU "Sobre a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes", de 10 de dezembro de 1984, a tortura é conceituada como:

Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, por sua instigação, ou com seu consentimento ou aquiescência (Dallari, 1992, p. XXII).

Segundo Verri (1992), o uso sistemático da tortura ocorreu após o século XI, na Europa, atingindo seu apogeu entre os séculos XIII e XVII, com a Inquisição.

Em nossa história colonial são conhecidas as torturas infligidas aos negros escravos, aos índios - que não eram considerados humanos - e aos "perigosos" de todos os tipos, como aqueles perseguidos pela Inquisição ou que praticavam crimes de "lesa majestade"³.

É com a emergência do capitalismo industrial, na Europa, no final do século XVIII e início do XIX, que as "grandes fogueiras" e a "melancólica festa" das punições vão se extinguindo (Foucault, 1987, p. 14).

Os suplícios saem do campo da percepção quase cotidiana e entram no da "consciência abstrata": é a era da "sobriedade punitiva", quando não é mais para o corpo que se dirige a punição, mas para a alma, devendo atuar "profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições". Assim, a premissa básica dos tempos modernos é: "que o castigo fira mais a alma que o corpo". (Foucault, 1987, p. 21). Ou seja, o controle não será somente sobre os atos praticados, mas também sobre aqueles que poderão vir a ser efetuados, dependendo da "alma" do sujeito: se ex-escravo, negro, mestiço, índio, migrante, pobre, favelado, morador de periferia, analfabeto. Inaugura-se a era da periculosidade, na qual determinados segmentos por sua natureza deverão ser constantemente vigiados, disciplinados, normatizados. Entra-se, segundo Foucault (1996), nas sociedades disciplinares onde as instituições exercerão tal vigilância, produzindo corpos dóceis, adestrando não só o físico, mas fundamentalmente os espíritos.

Ao lado do dispositivo da periculosidade continua, ao longo de todo o século XX, existindo também o da tortura. Não mais para os escravos, mas para os "diferentes", "criminosos", "marginais", "perigosos", para os pobres em geral. No entanto, em nossas constituições republicanas nada é apresentado sobre a prática da tortura. Somente a última, a de 1988 - já em final do século XX - prevê sua criminalização; entretanto, a tortura encontra-se ali colocada ao lado dos crimes de terrorismo e tráfico de drogas⁴. E somente quase dez anos depois, em 07 de abril de 1997, é que com a Lei 9.455 a prática da tortura foi tipificada em nosso país⁵.

Assim, a tortura - que, ao longo de todo século XX, foi cotidianamente utilizada contra os "desclassificados" e "perigosos" sociais - continua sendo, hoje, prática comum em delegacias policiais, presídios, hospícios e muitos outros estabelecimentos que tratam dos chamados "infratores" e "delinqüentes"-mirins. Principalmente a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968^a a tortura passou a ser também aplicada, sistematicamente, aos opositores políticos da ditadura militar.

Desde os anos 20 - com o incremento do movimento anarquista - esta prática vinha recrudescendo: muitos militantes políticos foram presos e torturados. Da mesma forma, durante a ditadura de Getúlio Vargas, conhecida como Estado Novo (1937-1945), muitos opositores sofreram suplícios nas polícias políticas de diferentes estados.

Naquele período, esta prática ainda não havia tomado o caráter de política sistemática do Estado brasileiro. Isto ocorreu a partir dos anos 60, assim como em muitos países latino-americanos, africanos e asiáticos que passaram - e ainda hoje alguns passam - por regimes ditatoriais.

No nosso caso, apesar da implantação, em 1964, de um governo de força, somente a partir do AI-5 é que a tortura se tornou uma política sistemática do Estado. Na verdade, muitos opositores políticos foram torturados naquela primeira fase da ditadura militar, mas foram casos pontuais. A vitória dos militares da chamada "linha dura", que ficou conhecida como o golpe dentro do golpe⁶, instituiu o terrorismo de Estado, que utilizou sistematicamente o silenciamento e o extermínio de qualquer oposição ao regime. O AI-5 inaugurou também o governo Médici (1969-1974), período em que mais se torturou em nosso país⁷.

De um modo geral, a tortura - nos anos 60, 70 e ainda hoje, no Brasil e em muitos outros países - aproxima-se dos métodos inquisitoriais, pois persegue também a "verdade" através da confissão do supliciado. Entretanto, diferentemente da Inquisição, a verdade não absolve e redime o torturado. Ela, inclusive, não é garantia para a manutenção da vida; ao contrário, muitos após terem "confessado" foram - e continuam sendo - mortos ou dados como desaparecidos. Além disso, a tortura, em muitos momentos de nossa história, tem tido como principal papel o controle social: pelo medo, cala, leva ao torpor, a conivências e omissões.

PRODUZINDO TORTURADORES

Nos anos 80 em nosso país - com o processo de "abertura" - alguns profissionais "psi" tentaram explicar psicopatologicamente o comportamento daqueles que participaram diretamente de torturas contra presos políticos. Pellegrino (1987) afirmava que pensar somente pelo viés da Psicologia, rotulando de conduta "sádica" ou "desequilibrada" a os agentes da tortura, significa cair na armadilha de explicar suas ações e até justificá-las ao abordá-las apenas pelo prisma psicológico-existencial. A questão deve ser colocada na crença, produzida durante toda a nossa história e massivamente fortalecida à época, que tinham - e ainda hoje muitos têm - de que para os "perigosos" não havia outro meio para arrancar informações senão o da tortura⁸. E a condição principal da existência sistemática da tortura nesse período está no Estado terrorista, que a permitiu, estimulou e favoreceu de todos os modos, inclusive pela impunidade que garantiu a seus agentes diretos e indiretos.

A falácia, que usa a Psicologia como ferramenta central, consiste em individualizar as responsabilidades: os culpados são os indivíduos anormais, de psiquismo patológico, e não o Estado e o regime que os criou e sustentou.

Alguns estudos têm tentado encontrar características psicopatológicas em pessoas que participaram diretamente de regimes de terror. Por exemplo, Harrower (citada por Gibson & Haritos-Fatouros, 1986), psicóloga da Universidade da Flórida, ao examinar alguns testes de sete criminosos de guerra nazistas, como Adolf Eichmann e Herman Goering, realizados durante o processo de Nuremberg, surpreendeu-se por não encontrar características de personalidade "desajustada".

O psicólogo norte-americano Milgran (1975) demonstrou, através de experimentos, que qualquer pessoa pode produzir dor a outros, desde que receba ordens de alguém que considere como autoridade⁹. Chegou à conclusão de que a obediência cega às ordens emitidas por alguém que socialmente é percebido como autoridade leva muitas pessoas a cometer atos considerados em nossa civilização como "bárbaros". Tal questão liga-se aos treinamentos que marcam a história das Forças Armadas e das Polícias Militares, não só em nosso país, onde técnicas de maus-tratos e torturas são aplicadas aos recrutas, com o objetivo de ensiná-los a matar e a praticar atos que mancham a categoria de humano¹⁰.

Duas outras psicólogas, Gibson & Haritos-Fatouros (1986), desenvolvendo os experimentos de Milgran, estudaram os métodos de treinamento que, durante a ditadura grega (1967-1974), foram utilizados em suas polícias militares. Apontam como os maus-tratos aplicados aos recrutas, o juramento de lealdade e a irrestrita e cega obediência fizeram com que essas pessoas tivessem condutas consideradas inumanas e mesmo "aberrantes". Afirmam que não encontraram evidências de comportamentos "sádicos", "abusivos" ou patológicos nas histórias pessoais dos soldados gregos antes de se submeterem aos treinamentos.

Essas mesmas psicólogas entrevistaram soldados e ex-soldados do Corpo de Infantaria da Marinha e dos Boinas Verdes dos Estados Unidos e chegaram à conclusão que para o treinamento eram selecionados os mais saudáveis e que, com os "ritos de iniciação", eram ensinados "novos"

valores e normas através de atos que provocavam dores, sofrimentos, vexames e humilhações. Os recrutados eram gradualmente "dessensibilizados" diante da violência, e sua resistência a atos repugnantes era totalmente vencida. Um dado importante levantado foi o de que o "inimigo" nos treinamentos era apresentado como um ser miserável, não humano: isso tornava mais fácil provocá-lo danos, ou mesmo matá-lo. A férrea disciplina, a total submissão à hierarquia, a obediência, a crença de que o outro é um ser "perigoso" e "asqueroso" têm produzido, segundo as análises dessas psicólogas, muitos torturadores, pois estes "têm personalidades consideradas normais e necessitam ter suas emoções sob completo controle quando realizam seus trabalhos"(Gibson & Haritos - Fatouros, 1986, p.28).

Muitos militares e policiais brasileiros defenderam, durante a ditadura militar, e ainda hoje muitos defendem, a existência desses tipos de treinamentos, visto afirmarem que vivemos em uma "guerra civil"¹¹. Da mesma forma, a tortura foi, e continua sendo, não só apoiada, mas defendida, embora de forma menos enfática e pública. Em seu livro de memórias, o ex-presidente General Ernesto Geisel (1974-1979) afirmava que:

(...) a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter informações. (...) no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, (...) foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contra-informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, "realiza com discrição. E nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente". Não justifico a tortura, mas "reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura", para obter determinadas confissões e, "assim, evitar um mal maior" (*O Globo*, 1997, p.12).

Em 1971, foi elaborado pelo Gabinete do Ministro do Exército brasileiro e pelo seu Centro de Informações (CIEEx) o Manual de Interrogatório, sobre como proceder com os presos políticos¹². Alguns trechos desse documento oficial, citados pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da ALERS (1998), apontavam que:

O fator que decide o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal advertência para que ele se torne um cooperador submisso (...). Uma agência de contra-informação não é um tribunal da justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a justiça criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, freqüentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do Direito (Comissão de Cidadania e Direitos Humanos /ALERS, 1998, p. 285).

Para que a engrenagem da tortura funcionasse e ainda hoje funcione de forma azeitada e produtiva, foram, e ainda são, necessários muitos elos. Muitos profissionais como psicólogos, psiquiatras, médicos legistas, advogados, dentre outros, respaldaram, e ainda hoje continuam respaldando, com seus saberes/práticas, os terrorismos de Estado em diferentes países, assessorando/produzindo/fortalecendo ações de exclusão e violência. Através de treinamentos, específicos ou não, muitos desses profissionais - assim como muitos de nós, têm tido suas subjetividades produzidas no sentido de acreditar na inferioridade e periculosidade de alguns segmentos sociais, em especial dos considerados "diferentes" e dos pobres.

Poder-se-ia argumentar - e isto tem acontecido, ultimamente, quando entidades de direitos humanos denunciam muitos daqueles que colaboraram, em nosso país, com o aparato de repressão, nos anos 60 e 70 - que esses profissionais estavam cumprindo ordens ou desenvolvendo um trabalho como outro qualquer. Alguns deles, inclusive, eram oficiais das Forças Armadas.

Entretanto, os treinamentos feitos e as subjetividades produzidas não isentam tais pessoas de suas responsabilidades sociais. Sabemos que, se não existissem profissionais - quaisquer que sejam eles, em quaisquer áreas - que com suas práticas respaldaram a repressão, esta não teria funcionado tão bem como funcionou. A permanência por tanto tempo de algumas ditaduras latino-americanas, e de outros regimes de força, só foi possível - dentre vários outros fatores - porque existiram práticas apoiando tais terrorismos de Estado em diferentes setores e áreas. Por isso, a máquina pôde se manter funcionando. A história da participação ativa de muitos desses profissionais em nosso país ainda está para ser contada. A própria história do Brasil está repleta desses exemplos - como já afirmado anteriormente.

Algo deve ser aqui colocado sobre alguns profissionais "psi" que apoiaram/respaldaram a patologização de muitos que lutaram contra a ditadura militar, em nosso país, classificando-os como

"carentes", "desestruturados" e, portanto, doentes. Isto foi feito, por exemplo, em uma pesquisa realizada por psicólogos que trabalhavam no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, no Rio de Janeiro, em 1970, a qual utilizou uma série de testes psicológicos em presos políticos. Alguns outros profissionais "psi" forneceram laudos psiquiátricos a militantes presos, no período de 1964 a 1978, também patologizando-os. Tanto na pesquisa acima mencionada, denominada de "perfil psicológico do terrorista brasileiro", como nos laudos fornecidos, temos "belíssimos" exemplos de como foram rotulados, marginalizados e excluídos aqueles que resistiam a um regime de força, e muitos que, ainda hoje, são classificados como "perigosos"¹³.

Absurdamente, muitos dos que "acompanhavam" as torturas e as "legalizavam" eram profissionais que deveriam preservar a vida: médicos que colocavam seu respaldo teórico/técnico a serviço do terror e da morte. Alguns, com seus laudos, confirmavam e tornavam legais as versões oficiais da ditadura: os opositores políticos haviam sido mortos em tiroteio ou atropelamento, ou teriam cometido suicídio. As mentiras assumiam muitas outras formas e atingiam objetivos certos: encobriam e/ou negavam as torturas praticadas, produziam uma outra história, assassinavam pela segunda vez esses militantes.

RESGATANDO UMA OUTRA HISTÓRIA

Se o Brasil, em um passado recente, exportou o terror e a morte para várias outras ditaduras latino-americanas, através de técnicas de tortura e de interrogatório, da formação de torturadores e da figura do desaparecido político, hoje consegue, mesmo que timidamente, mostrar uma outra face. Ela aponta para a possibilidade da justiça, da vida, da luta contra a impunidade; ou seja, para uma outra história que, aos poucos, vai se tornando oficial.

Desde 1998, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, por exemplo, tem conseguido produzir um pouco de justiça em um país tão necessitado dela. Naquele ano, tiveram início julgamentos de médicos envolvidos direta ou indiretamente com torturas a presos políticos durante os anos 60 e 70. Já em 1990, esta entidade, após longas pesquisas, havia solicitado aos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo que investigações fossem realizadas, inicialmente, sobre 110 médicos legistas e um outro médico acusado de "acompanhar" torturas a presos políticos, assessorando os torturadores. Nos dois Conselhos foram abertas sindicâncias que, posteriormente, se transformaram em processos ético-profissionais.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ já havia participado ativamente - através de depoimentos e envio de testemunhas - de dois processos anteriores abertos pelo próprio Conselho do Rio de Janeiro contra o candidato a psicanalista Amílcar Lobo e o hoje General de Brigada Ricardo Agnese Fayad. Ambos deram respaldo técnico às torturas contra presos políticos, no início dos anos 70, em um dos mais terríveis centros de repressão da época: o DOI-CODI/RJ¹⁴. Eles, que deveriam ser os profissionais da vida, "atendiam" aos militantes presos antes, durante e depois das sessões de tortura. Antes, executando um "trabalho" no sentido de tornar as torturas mais eficazes; durante, testando e medindo a resistência do preso, avaliando até que ponto agüentaria. Depois das torturas, "acompanhando" os farrapos humanos em que o terror convertia as pessoas para que, se necessário, voltassem a ser torturadas. Lobo teve seu registro de médico cassado, em 1988, e Fayad, em 1994 - por ironia, no mesmo ano em que o então Presidente Itamar Franco o alçava à categoria de General de Brigada do Exército Brasileiro.

No Rio de Janeiro, até setembro de 2001, foram julgados e cassados três médicos. Um deles, José Lino Coutinho da França Neto, executava também, no final dos anos 60 e início dos 70, num quartel da Ilha das Flores, o mesmo "trabalho" que Lobo e Fayad.

Em São Paulo, quatro legistas tiveram seus registros de médico cassados e quatro foram considerados culpados sem que se tivesse chegado à cassação.

Esses julgamentos e seus resultados abrem juridicamente nos Conselhos de Medicina precedentes até então inéditos. Sabe-se que nenhum outro país que passou por recente regime de força conseguiu punir médicos envolvidos em crimes contra a humanidade. O Brasil leva para o mundo um importante exemplo: em alguns casos é possível fazer justiça; é possível se produzir uma outra história, que começa, então a fazer parte da "história oficial"; uma história que, de um modo geral, foi esquecida, negada, mas que vem se afirmando e se impondo.

Esta história vem sendo construída no cotidiano de muitos grupos latino-americanos de direitos humanos que resgatam uma certa memória, que conseguem produzir justiça, que lutam contra a impunidade, que denunciam diferentes violações de direitos humanos. Por isso mesmo, freqüentemente, muitos de seus militantes têm sofrido ameaças. Explica-se: alguns daqueles que fizeram - e ainda fazem- parte das engrenagens repressivas só conhecem a violência e a intimidação¹⁵.

Apesar dessas vitórias parciais, de um modo geral, todos aqueles que cometeram crimes naquele período, em nosso país, como seqüestros, prisões ilegais, torturas, cárcere privado, assassinatos e ocultação de cadáveres não foram responsabilizados, nem sequer julgados. Ao contrário, continuam sendo premiados e promovidos, exercendo altas funções em diferentes governos municipais, estaduais e mesmo no âmbito federal. O mínimo que se tem conseguido, em alguns momentos, com apoio e pressão de entidades nacionais e internacionais de direitos humanos, é o afastamento de algumas dessas pessoas, comprometidas com crimes contra a humanidade, dos cargos que vêm ocupando. E, quando isto ocorre, como em dezembro de 2000, quando alguns altos funcionários ligados ao Ministério da Justiça e à Agência Brasileira de Informações (ABIN) foram afastados, novamente, os militantes do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ foram ameaçados¹⁶.

A anistia que muitos ainda insistem em defender é uma estranha figura jurídica. Afirma uma reciprocidade - através dos chamados "crimes conexos" contidos na Lei da Anistia - que, no mínimo, é falaciosa pois, no caso dos opositores políticos, sempre se soube publicamente quais eram os "crimes" a eles imputados; da mesma forma, a grande maioria respondeu a processos na Justiça. No caso dos responsáveis pelos crimes cometidos pelo Estado, nenhum processo na Justiça até hoje foi aberto, nem sequer tiveram seus nomes trazidos a público oficialmente. Ao contrário, continuam se escondendo nas sombras, não assumindo suas ações. Por isso, por se entender que a tortura é crime imprescritível e inaniável, e que a Lei da Anistia, ocorrida em nosso país, em 28 de agosto de 1978, não contemplou, em nenhum de seus artigos, a prática da tortura, não se podem considerar tais pessoas como tendo sido anistiadas.

CONCLUINDO...

É importante lembrar que, naquele passado recente, o opositor político foi seqüestrado, torturado, isolado, assassinado, ocultado e enterrado como indigente, perpetuando-se assim a tortura sobre seus familiares e amigos. Hoje, as mesmas práticas são aplicadas aos pobres em geral, aos excluídos, aos também chamados "perigosos", que são aniquilados como simples objetos. O extermínio dos subalternizados tem sido plenamente justificado como uma necessária "limpeza social", aplaudido pelas elites e por muitos segmentos médios de nossa sociedade. Como no período da ditadura militar, também hoje, nesses tempos neoliberais, o "inimigo interno" deve ser não somente calado, mas também exterminado.

A relação entre pobreza e criminalidade - fortemente produzida e disseminada por todo o século XX - hoje atualiza-se e está presente nas falas daqueles que defendem a militarização da segurança pública, temerosos das ondas de violência que os meios de comunicação alardeiam. Está também presente quando se acredita que é uma realidade a "guerra civil" que dizem existir, em nosso país, e que é natural que suspeitos - porque pobres - sejam torturados e até desapareçam.

Tais crenças têm acompanhado ao longo do último século - pelo menos - os pensamentos, percepções, sentimentos e comportamentos dos brasileiros.

Se hoje, em pleno século XXI, não temos mais os suplícios públicos onde se aplicava a Lei de Talião, temos, através do silenciamento de uns e dos aplausos de outros, uma nova lei emergindo e funcionando eficazmente. Uma nova Lei de Talião que, ao arrepio das leis vigentes nos países "civilizados" e com o beneplácito e estímulo de suas autoridades, é aplicada a todos os pobres, porque suspeitos e, portanto, culpados. Uma nova "Doutrina de Segurança Nacional" tem hoje como seu "inimigo interno" não mais os opositores políticos, mas os milhares de miseráveis que perambulam por nossos campos e cidades. Os milhares de sem teto, sem terra, sem casa, sem emprego que, vivendo miseravelmente, põem em risco a "segurança" de um perverso modelo econômico. Daí a urgência em produzir subjetividades que percebam tais segmentos como perigosos e, potencialmente criminosos para que se possa, em nome da manutenção/integridade/segurança da sociedade, não somente silenciá-los e/ou ignorá-los - o que já não é mais possível - mas eliminá-los, exterminá-los através da ampliação/fortalecimento de políticas de segurança pública militarizadas que apelam para a lei, a ordem, a repressão, a tortura e para a pena de morte, mesmo que oficialmente¹⁷.

É comum se ouvir a seguinte pergunta quando se fala de tortura: "Mas, o que ele (o torturado) fez?" Como se tal procedimento pudesse ser justificado por algum erro, deslize ou crime cometido pela vítima. Somente em alguns casos - quando se trata de pessoas "inocentes" - há clamores públicos, o que mostra que para "certos" elementos essa medida e outras até podem ser aceitas. A omissão e mesmo a convivência por parte da sociedade fazem com que muitos dispositivos repressivos se fortaleçam em nosso cotidiano, apesar de não serem defendidos publicamente.

Não obstante, apesar do poderio, força e enraizamento em muitos corações e mentes dessa nova Lei de Talião, há linhas de fuga sendo construídas. Há questões que precisam ser esclarecidas,

trazidas à luz e desconstruídas, demonstrando-se que não são eternas, anistóricas e necessárias. São formas de pensar, perceber, sentir e agir produzidas pelas diferentes práticas dos homens que podem, portanto, ser mudadas, transformadas em subjetividades voltadas para a vida, para potencializar determinadas formas de existir neste mundo que, de um modo geral, têm sido desqualificadas, estigmatizadas e, mesmo, negadas

Pensar criticamente o nosso presente e tentar mudá-lo é, portanto, um dos efeitos de se conhecer essa história dos "vencidos", essa história que, por vezes, ainda nos vem sendo negada; essa história em que muitos de nós fomos protagonistas e que está marcada a ferro e fogo em nossos corações e em nossas mentes.

Para aqueles que viveram aqueles terríveis anos, para aqueles que foram atingidos diretamente pela violência institucionalizada, faz parte de um processo de reparação trazer essa outra história, apontar os crimes então cometidos, seus responsáveis, seus parceiros, assessores e aliados.

Enfim, lutar contra a impunidade de todos essas pessoas, articulando tal luta com a violação dos direitos humanos, hoje tão naturalizada e banalizada em nosso cotidiano, sem dúvida, tem sido o início de uma reparação. Não só uma forma de resistência, mas fundamentalmente a procura de uma reparação que o Estado brasileiro, ainda hoje, se nega a admitir. Quando muito, como uma espécie de "cala-boca", o último governo "condescendeu" - após muitas pressões - em dar uma reparação financeira aos familiares de mortos e desaparecidos políticos¹⁸.

Apesar de muitos terem participado diretamente dessa história recente do Brasil, não é esta marca que os qualifica a lutar contra a impunidade e a denunciar as torturas que muitos outros ainda hoje continuam sofrendo. Esta luta não é somente daqueles que, por suas utopias, foram exterminados e/ou marcados como a peste. Esta é uma luta de todos, e de todas as sociedades. Não uma luta particular ou específica, mas uma luta geral, coletiva, por uma nova concepção de mundo, de homem e de humanidade: por uma sociedade sem torturas.

Notas

¹ Sobre o assunto consultar Ribeiro (1996).

² Entidades tais como: os Grupos Tortura Nunca Mais do RJ, SP, MG, PE, BA, PR, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de SP e o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos de SC.

³ Referem-se aos crimes cometidos contra a Coroa Portuguesa, quando, ainda, éramos colônia de Portugal.

⁴ À época o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e uma série de outras entidades de direitos humanos apresentaram uma emenda para que a tortura fosse criminalizada em parágrafo separado.

⁵ Entretanto, até maio de 2001, foram registradas somente 258 denúncias de torturas. Dessas, 56 geraram inquéritos policiais e somente 16 chegaram à fase de julgamento. Desses, somente 1 teve condenação em última instância: o caso de uma babá que espancou um menino de 2 anos. Ou seja, nas torturas cotidianas cometidas por agentes do Estado ninguém até hoje foi punido. O aspecto muito amplo da Lei 9.455/97 - que permite que particulares sejam punidos - foi bastante criticado pela ONU através de seu Comitê Contra a Tortura reunido, em maio de 2001, em Genebra. É importante informar que somente em 1989 o governo brasileiro assinou e, portanto, aceitou a Convenção Contra a Tortura da ONU, votada em 1984. Um ano depois deveria entregar um relatório sobre a situação da tortura no país. Este documento somente foi encaminhado, em julho de 2000, com dez anos de atraso. Em agosto do mesmo ano, a convite do governo brasileiro, visitou o país o Relator Especial da ONU sobre torturas, Sir Nigel Rodley, que constatou a disseminação desta prática como uma política "sistemática e generalizada". Em abril de 2001, seu relatório foi tornado público e, em maio, o governo brasileiro e algumas ONGs nacionais estiveram reunidos, em Genebra, com o Comitê Contra a Tortura da ONU. Neste encontro, várias recomendações foram feitas. Após o Relatório Nigel ter se tornado público aumentaram, em nosso país, as denúncias sobre a prática da tortura. Em agosto de 2001, levantamento realizado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais da Justiça apontava para 502 denúncias (*Folha de S. Paulo*, 2001, p. A4).

⁶ O "golpe dentro do golpe" se deu quando da edição do Ato Institucional n° 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que foi a vitória da "linha dura". Desde o golpe, em 1964, começaram a surgir divisões no segmento dirigente, em especial entre os militares: a ala representada por Castelo Branco (o primeiro presidente militar) e uma outra, que ficou conhecida como "linha dura". Esta propugnava a radicalização e o avanço de medidas repressivas. Com o AI-5 este pensamento tornou-se hegemônico entre os militares e civis que estavam no governo; daí dizer-se que o AI-5 instituiu a ditadura sem disfarces.

⁷ Segundo os 12 volumes do Projeto Brasil: Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, uma das radiografias mais completas do período ditatorial no Brasil - trata-se da microfilmagem de todos os processos contra presos políticos que se encontram no Superior Tribunal Militar, de 1964 a 1978 - 1.843 pessoas denunciaram, em Auditorias Militares, as torturas sofridas. Três volumes, intitulados "As Torturas" (1985a) - num total de 2.847 páginas - descrevem de forma assustadora os tipos de suplícios a que esses opositores políticos foram submetidos, assim como os locais e os nomes de alguns de seus algozes.

⁸ Sobre o assunto consultar Coimbra (1998).

- 9 Em seu experimento, Milgran instruiu pessoas comuns para aplicarem um teste de memória em outras pessoas. A cada erro cometido por aquele que se submetia ao teste, deveria ser dado um choque elétrico que, gradativamente, crescia de intensidade até chegar àquela que, teoricamente, colocaria a vida em risco. Cerca de 1/3 dos que participaram do experimento, sem saber que os que recebiam os choques eram atores contratados por Milgran, foram até o último grau do choque. Sobre esta experiência consultar Milgran (1975).
- 10 Sobre este assunto ver as denúncias feitas ao Comitê Contra a Tortura da ONU pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e o Centro de Justiça Global, em maio de 2001, relatando 11 casos de torturas, mortes e suicídios, nos últimos 10 anos, em quartéis das Forças Armadas brasileiras, muitos deles em consequência dos tipos de treinamentos realizados. Até setembro de 2001, estas entidades têm registrado 23 casos ocorridos, em sua maioria, no Rio de Janeiro. Sobre o assunto consultar Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (2001, p.3).
- 11 Sobre o assunto consultar Coimbra (1998).
- 12 Este documento, considerado "confidencial", foi encontrado nos Arquivos do DOPS do Paraná pela professora Derley Catarina de Luca.
- 13 Esta parte sobre a participação "psi" no terrorismo de Estado em nosso país e sobre a pesquisa realizada por psicólogos sobre o "Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro" encontra-se em Coimbra (1995). Também sobre laudos psiquiátricos fornecidos a presos políticos consultar Arquidiocese de São Paulo (1985b).
- 14 Os DOI-CODIs (Destacamentos de Operações e Informações / Centros de Operações de Defesa Interna) existentes em cada região militar do Brasil, a partir de 1970, significaram uma integração maior entre os organismos repressivos já existentes, ligados às três armas, à Polícia Federal, às polícias estaduais, aos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), às polícias militares, aos corpos de bombeiros, no sentido de "melhorar" a eficiência da repressão. Ficaram sob a jurisdição do Comando Regional do Exército e passaram a dispor do comando efetivo sobre todos os órgãos de segurança existentes em cada região militar. Tais foram seus poderes e força que, nos anos 70, chegou-se a falar da existência de um verdadeiro Estado dentro do Estado.
- 15 Não é por acaso que, tanto o Comitê de Direitos Humanos da ONU, quanto a Anistia Internacional preocupam-se com esta questão e estão lançando campanhas sobre a defesa aos defensores de direitos humanos.
- 16 Refiro-me, em especial, ao Coronel do Exército Carlos Alberto Del Menezzi, que trabalhava na ABIN e foi denunciado como torturador. Também o Coronel do Exército Rubens Robine Bizerril que era Coordenador de Planejamento e Segurança Pública do Ministério da Justiça, que foi comandante, nos anos 70, de um quartel onde foi morto sob torturas um estudante secundarista.
- 17 Sobre o assunto consultar Coimbra (2001).
- 18 Hipocritamente, o governo brasileiro - como forma de responder às pressões nacionais e internacionais de entidades de direitos humanos - aprovou, em dezembro de 1995, a Lei 9.140 que, de forma limitada e mesmo perversa, indenizou financeiramente os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Foi limitada, pois não inclui todos os mortos e desaparecidos políticos, abrangendo somente o período de 1964 a 1979, quando a ditadura terminou, oficialmente, em 1985. Foi perversa, pois colocou o ônus das provas nas mãos dos familiares e não na do Estado. Ou seja, foram as famílias que tiveram que provar que seus entes queridos foram mortos sob a guarda de agentes do Estado. Isto significa que, até hoje, o governo brasileiro não abriu para a sociedade os chamados arquivos secretos da repressão onde se encontram as informações que, penosamente, muitos familiares, ainda hoje procuram. Sobre o assunto consultar Coimbra (2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquidiocese De São Paulo (1985a). Em Projeto Brasil nunca mais (Tomo V, Vol. 1 a 3, As torturas). São Paulo: Arquidiocese de São Paulo.
- Arquidiocese De São Paulo (1985b). Brasil nunca mais. Petrópolis:Vozes.
- Coimbra, C.M.B. (1995). Guardiães da ordem: algumas práticas psi no Brasil do "milagre". Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Coimbra, C.M.B. (1998). Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: a violência urbana e alguns de seus efeitos. Trabalho de Pós-Doutorado, Núcleo de Estudos da Violência.Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Coimbra, C.M.B. (2000). Cidadania ainda recusada: o Plano Nacional de Direitos Humanos e a Lei sobre mortos e desaparecidos políticos. Em Psicologia, Ética e Direitos Humanos. (pp.89-108). São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Coimbra, C.M.B. (2001). Pena de morte ? Para quem ? . Em Polêmica. Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~labore/polemica.htm>>. (Acessado em 01/07/2001)
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos/ALERS (1998). Relatório azul. Porto Alegre: ALERS.
- Dallari, D. (1992). Prefácio. Em Verri, P. Observações sobre a tortura (pp. I - XXIX). (F. Carotti, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- Folha de S.Paulo (2001). São Paulo, Caderno A, p.4, 08 agosto.
- Foucault, M. (1987). Vigiar e punir. (L. M. P. Vassalo, Trad.) Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).

Foucault, M. (1996). A verdade e as formas jurídicas. (Roberto C. de M. Machado & E. J. Morais, Trad.) Rio de Janeiro: NAU. (Trabalho original publicado em 1974).

Gagnebin, J.M. (1985). Cacos da História. São Paulo: Brasiliense.

Gibson, J. & Haritos- Fatouros, M. (1986). La educación de um torturador. Psychology today, 3, 22-28.

Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (2001). Rio de Janeiro, ano 13, n ° 34. p.3, setembro.

Milgran, S. (1975). Obedience to authority. New York: Harper & Row, Publishers.

O GLOBO (1997). Rio de Janeiro, Caderno 1, p.12, 16 outubro.

Pellegrino, H. (1987). Um regime que destrói. Em Heloisa, B. (Org.). I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais(pp.95 - 113). Petrópolis: Vozes.

Ribeiro, A.P.G. (1996). Fim do ano: tempo de lembrar. Em Fausto Neto, A. Sodr e & Pinto, M.J. (Orgs.). O indivíduo e as médias (pp. 177-193). Rio de Janeiro: Diadorim.

Verri, P. (1992). Observa es sobre a tortura.(Frederico Carotti, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado s/data).

MEMÓRIAS EM DESCONSTRUÇÃO: da ditadura à pós-ditadura¹⁶

Paloma Vidal²

Resumo: Como se narra o horror? Como se constrói uma memória do horror? A primeira questão se desdobra na segunda, quando se passa da ditadura à pós-ditadura, conforme mostra a leitura das narrativas do escritor argentino Rodolfo Enrique Fogwill. À luz da análise de dois contos do autor, "Muchacha punk" (1979) e "La larga risa de todos estos años" (1983), examina-se a maneira como suas narrativas operam um deslocamento na noção de testemunho, a fim de narrar os horrores da ditadura, e na construção da memória, ao apontar seu caráter inevitavelmente falho. Com esses deslocamentos, Fogwill deixa à mostra as fissuras da nação e desconstrói seus mitos.

Palavras-chave: ditadura, pós-ditadura, memória, nação, Rodolfo Enrique Fogwill

I.

Sob ditadura, o poder estatal se torna criminoso e se estende de tal forma, que todas as experiências cotidianas se vêem subitamente tomadas pelo medo. Como narrar isso? A maioria dos escritores argentinos se fez essa pergunta nos últimos anos da década de 1970. Como dar conta de uma realidade cindida entre o discurso oficial, reproduzido por grande parte da mídia, e uma série de outros relatos subterrâneos que testemunham uma violência tão excessiva que beira a irrealidade? Se os formalistas russos nos ensinaram que a literatura deve tornar estranho o familiar, desautomatizando nossa relação com a realidade, o que fazer quando o familiar se torna tão estranho que custa a distinguir real e irreal? Da confrontação com esse estranhamento radical surge boa parte dos textos escritos nessa época.

Rodolfo Enrique Fogwill – ou, simplesmente, Fogwill, como vem assinando seus livros há vários anos – publicou seu primeiro livro, uma coletânea de poemas intitulada *El efecto de realidad*, em 1979, com quase quarenta anos. No ano seguinte, foi a vez do livro de contos *Mis muertos punk*, que incluiu um de seus textos mais conhecidos, "Muchacha punk" ["Garota punk"]. Após a publicação desse livro, Fogwill passou a se dedicar à literatura, uma escolha guiada por um caráter agonístico que encontramos também em entrevistas e artigos, em que sustenta uma "resistência atávica à comunhão de idéias"¹. Essa *persona* pública é reconhecível, fragmentariamente, em muitos de seus personagens, figuras cínicas que questionam os lugares-comuns da cultura e da política argentinas das últimas décadas. Fogwill é um "santo inquisidor mortificante", como diz Horacio González, que tem como alvo "as roldanas escondidas que colocam em movimento as maquinarias caladas da vida. E, o que é ainda mais abalador, da história nacional recente"².

Desde o final dos anos 1970, ele vem abrindo feridas por meio de seus contos, que, republicados em novas edições³, atualizam a memória de um passado incômodo. No texto intitulado "Tiempos de memoria", Oscar Terán distingue dois tipos de memória: uma é "a tentativa de embalsamar os fatos do passado para construir um panteão reconciliado"; a outra "coloca-se a serviço da justiça" e "nos restitui um fio de sentido"³. A memória que as narrativas de Fogwill produzem não cumpre nenhum desses dois objetivos: o de restituir e, muitos menos, o de reconciliar. Nela, não há nada dos "valores do humanismo" aos quais nos remete Terán para justificar a necessidade de recuperar e conservar o passado por meio de uma memória restituidora. Seu efeito é uma desconstrução dos sentidos fixados na memória coletiva, que torna o passado uma interrogação para o presente.

Com um currículo que inclui estudos de sociologia, medicina, letras, filosofia, matemática, inglês, francês, alemão, música, princípios de grego e latim, além de empregos de professor, publicitário, consultor de mercado, jornalista e empresário, Fogwill é uma figura controvertida no meio literário local, odiado por uns e cultuado por outros. Seus textos, pouco estudados na academia, exploram um realismo dos lugares, pessoas, comportamentos e marcas especificamente argentinos. Encontramos neles uma obsessão pelo detalhe, pelas descrições minuciosas de espaços, objetos, mecanismos, um saber técnico que ele faz questão de demonstrar todo o tempo; como desdobramentos disso, uma obsessão pelo cálculo de todo tipo, seja de tempo, de distância, de objetos, de dinheiro etc.; outra por horários e datas que situem com exatidão quando aconteceram as coisas; e uma última, e fundamental, por reproduzir a língua real, a fala de cada tribo, de cada classe, de cada geração, a língua argentina em suas modulações contemporâneas.

¹⁶ VIDAL, Paloma. Memória em desconstrução: da ditadura à pós-ditadura. *Alea.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2007

A leitura de suas entrevistas e artigos nos confronta com um pensamento que não faz nenhuma concessão, nem à direita nem à esquerda, um pensamento ágil e provocador, "que às vezes vai a uma velocidade que o autor não consegue reconhecer"⁴. Esse mesmo impulso reflexivo move suas narrativas, guiadas pela vontade de ir além das capas superficiais da realidade, para saber como esta funciona subterraneamente, calculando suas rotas e desvios; pela vontade de entender os mecanismos do poder, denunciando-os e, ao mesmo tempo, afirmando cinicamente sua inevitabilidade. Costuma-se dizer que Fogwill escreve como escreve porque estudou sociologia, foi publicitário, consultor de mercado etc., como se a escrita fosse o efeito desses saberes, mas se pode pensar na existência de um impulso anterior que o teria levado a se dedicar a cada uma dessas atividades e que também moveria sua escrita. Só que, ao começar a escrever, é possível que Fogwill tenha chegado à conclusão de que, em certo sentido, a literatura é um saber mais verdadeiro, um saber sobre o não-saber, sobre a impossibilidade de dominar os mecanismos que regem a realidade, sejam eles sociais, culturais, políticos, naturais ou sexuais.

À pergunta de como narrar sob ditadura, Fogwill responde com um tipo de deslocamento que opera no limite entre o estranhamento e a familiaridade, movendo-se por zonas obscuras da nação, de onde emite alguns sinais para o seu tempo. Suas narrativas desafiam um aspecto fundamental do período ditatorial: se o discurso autoritário fez questão de obturar a todos, ou quase todos, os meios de comunicação, com o objetivo de criar um monólogo do qual a população deveria ser apenas receptáculo; e se, diante disso, por medo ou acomodação, muitos optaram por tentar esquecer o que estava acontecendo ou fingir que nada ocorria, os textos de Fogwill pretendem interferir nesse circuito fechado, deixando constantemente perguntas em aberto, que ecoarão por muitos anos depois de terminada a ditadura, voltando-se, por exemplo, para o passado, a fim de assinalar "fissuras mais profundas e anteriores na sociedade argentina"⁵.

A literatura de Fogwill assume a tarefa de apontar para uma nação subterrânea, que causa tanta estranheza à maior parte dos argentinos quanto uma moça punk. "Em dezembro de 1978, fiz amor com uma moça punk"⁶, lemos na primeira linha de *Muchacha punk*. "Três punks entraram no lugar, eu era o único não espanhol capaz de testemunhar que isso estava acontecendo, que eles não as haviam chamado, que eles não eram punks e que não havia ali outro punk além das três moças punks"⁷. Uma moça punk é uma figura estranha até mesmo numa pizzaria londrina. Por trás dessa estranheza, no entanto, o narrador descobrirá a familiaridade dos traços fisionômicos que aprecia nas mulheres: "essas peles delicadas, esses olhos transparentes, esses narizes de traços exatos, 'cinzelados' sob pálpebras sedosas e bem acima de lábios e gengivas e pontinhas da língua cujo carmim perfeito titila pelo mundo proclamando a beleza interior do corpo aristocrático"⁸. A moça punk seria uma perfeita aristocrata, se não fossem "aquelas atitudes punks e os detalhes punks, que luzia, punk, como se não estivesse nem aí, negligentemente punk"⁹.

Esse misto de familiaridade e estranheza se prolonga pelos diálogos entre o narrador e a moça, os quais, embora estejam em castelhano, mantêm a sintaxe do inglês, em uma espécie de tradução ao pé da letra. "Se eu vou a seu hotel, você terá que pagar a eles minha permanência", lemos. "É não sentido – afirmou e me convidou para ir a sua"¹⁰. A estratégia não nos deixa esquecer que quem escreve é um estrangeiro, alguém que está traduzindo essa experiência; um argentino que, ao olhar para fora da janela da pizzaria, tenta imaginar "o que estariam fazendo as poucas pessoas que, de vez em quando, produziam breves interrupções na constância daquela paisagem urbana vazia"; alguém que se pergunta "por que qualquer ser humano andando por essas ruas me parecia encobrir sempre um terrorista irlandês". "Por que será?", insiste o narrador. A resposta não vem e o leitor é quem se pergunta: o que faz um argentino em Londres com uma moça punk em uma noite gelada de 1978? Esse narrador que, no início do conto, anuncia que nos decepcionará: ele é ele aqui. O que faz Fogwill com uma moça punk?

"A narrativa vinha sobrecarregada de propósitos teóricos e abunda em sinais, anagramas, provocações ao estado policial da época e insídias a escritores da moda"¹¹, explica o autor. Trata-se, segundo a concepção da função da arte enunciada pelo próprio texto, de "testemunhar a realidade". O que quer dizer testemunhar a realidade para Fogwill? Que realidade ele pretende testemunhar? Como entender o testemunho em um conto que fala de uma moça punk, nascida em uma família inglesa rica, que gasta sua mesada com os cuidados de uma falsa cicatriz na bochecha esquerda? Certamente, há um deslocamento em relação ao que se poderia esperar de um testemunho escrito por um argentino em 1978. A moça mora em um apartamento chiquérrimo em frente ao Hyde Park, com um sótão de mais de cem metros quadrados, no qual "dormiam milhares de garrafas de vinho". De repente, a descrição desloca narrador e leitor para uma outra realidade, que surge como o negativo dessa que em que vive a moça punk:

Havia cheiro de especiarias no lugar. Calculei um estoque de alimentos suficiente para que uma família e seus amigos argentinos sitiados pudessem resistir ao assédio do invasor normando por seis luas, até a chegada dos exércitos libertadores do rei Charles, e ao avançar os ofensores, obrigando-nos a lançar nossas últimas reservas de bolas de granito com a catapulta da ameia oeste, apareceu outra vez minha princesinha punk.¹²

"Muchacha punk" é pontuado por imagens e comentários desse tipo, referências que não chegamos a captar inteiramente, mas que remetem a diversas formas de violência. O passado imperialista inglês percorre a narrativa como a outra cara dessa aristocracia a que pertence a moça punk. Pertence e não pertence, já que ela mesma é um ser deslocado.

O movimento punk surgiu na década de 1970 como uma forma de contestação à rígida hierarquização da sociedade inglesa. A renovação musical do punk rock, liderada pelo Sex Pistols, mistura-se à revolta com uma situação de tédio cultural e decadência social. "Antiapolíneo, oposto ao narcisismo comercial, grotesco, rasgado, [o punk] oferece um corpo em vias de deterioração, quase repugnante: os olhos injetados de sangue por overdose ou bebedeira, a pele avermelhada, uma cicatriz"¹³. No final da década, contudo, o movimento já tinha se tornado uma moda, uma forma de se vestir e de se pentear, e perdido a capacidade de chocar e abalar. "Muchacha punk", assim, refere-se, na figura dessa "princesinha punk" com sua cicatriz de mentira, à decadência de uma época cuja marca foi o espírito transgressor e contestatário.

Na Argentina, essa decadência é selada pela ditadura. Com ela, encerra-se um ciclo de utopia política iniciado nos anos 1960. "A vanguarda política nos anos 1960 e 1970, testemunha ainda, como um último alento arrebatado de história e de final, esse encontro de ousadia, de imprudência, que se confecciona a partir de uma subjetividade moderna pensante em direção ao emaranhado que se dá na escuridão do social"¹⁴. Fogwill vai até Londres para falar desse tempo póstumo. Ou melhor, por viver nele, Fogwill não vai até Londres e "Muchacha punk" é uma viagem realizada na escrita para falar do que lhe impede de estar em Londres em dezembro de 1978. "Eu jamais me deitei com uma moça punk", confessa inesperadamente o narrador. "Pior: eu jamais vi moças punks, nem estive em Londres, nem me foram franqueadas as portas de residências tão ilustres. Posso prová-lo: desde março de 1976³, não voltei a fazer amor com outras pessoas"¹⁵. Esse deslocamento, que aqui lhe permite falar de um presente marcado pelo horror, assim como de um projeto utópico interrompido, será uma constante na narrativa de Fogwill, uma estratégia para falar da nação a partir de suas bordas.

II.

"Em uma mesa-redonda sobre literatura e testemunho da qual participei, o público, sobretudo os jovens, interrogou-nos sobre uma questão que poderia ser definida nos seguintes termos: como restabelecer uma continuidade entre as experiências dos últimos dez anos e o presente"¹⁶. Assim Beatriz Sarlo começa um texto publicado alguns meses após o fim da ditadura. A recuperação da memória como possibilidade de entender o passado e atuar no presente é a grande questão desse momento. Trata-se de uma tarefa em que estão em jogo o questionamento dos destinos da nação e a reconstrução de uma subjetividade esfacelada pela violência. Recomeçar a pensar o futuro depois de muitos anos de silêncio, a não ser que se queira simular a possibilidade de uma *tabula rasa*, equivale a voltar atrás e buscar um sentido para as experiências vividas nos anos de ditadura. Isso, por sua vez, implica ir mais atrás ainda, aos anos anteriores a ela, às conturbadas décadas de 1960 e 1970, auge das lutas populares e da radicalização ideológica.

A literatura participa desse movimento em direção ao passado. Surgem, pouco a pouco, narrativas dispostas a revê-lo, e nesse movimento são revisitadas aquelas que, como as de Fogwill, foram escritas sob ditadura. Que tipo de memória desse tempo esses textos produzem? Que respostas dão às perguntas da pós-ditadura: o que aconteceu? Como isso aconteceu? Como isso *nos* aconteceu? Se o papel de uma memória que procura apurar os fatos e responsabilizar os culpados é fundamental, não é essa a função de uma literatura como a de Fogwill, a qual aponta para certos furos da memória, para estranhezas excluídas por esta, evidenciando que a rememoração é um processo fundamentalmente inacabado, e que esse núcleo de incompreensão é o que nos permite continuar indagando sobre o passado. Textos como os de Fogwill, que durante a ditadura atravessaram o silêncio para se debruçar sobre uma realidade alienada pela censura, passam a funcionar como uma forma de testemunho à margem de uma função restituidora da memória.

A mídia ocupou lugar central no período de abertura, quando começaram a vir à luz os horrores cometidos pelo poder autoritário. No caso da Argentina, logo no início do governo de Raúl Alfonsín, ela se encarregou de acompanhar o processo de "revelação" dos acontecimentos até então "ocultos" da ditadura militar. A maioria das reportagens e programas de televisão que começaram a aparecer

nessa época sobre as atrocidades do regime tinha teor sensacionalista e sustentava, como modo de explicação do que acontecera, o que se chamou de teoria dos dois demônios, segundo a qual haveria uma equivalência no grau de violência entre a repressão militar e a guerrilha da esquerda. Uma exceção foi o programa da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep), exibido em 1984, em que foram apresentados, em um tom muito mais sóbrio do que o habitual nesse momento, fragmentos de biografias de pessoas que foram vítimas da ditadura⁴.

Um ano depois, tanto os jornais quanto a televisão acompanharam o julgamento das juntas militares, tendo inclusive sido lançado um periódico, *El Diario del Juicio*, destinado a esse propósito. Segundo Claudia Feld, "nessa etapa da transição, a função da memória foi associada principalmente à noção de Justiça, em seus dois significados: provar a verdade e fazer com que o peso da lei recaísse sobre aqueles que a haviam transgredido"¹⁷. Era preciso saber exatamente o que acontecera e condenar os culpados. Em alguma medida, acreditava-se que, se esse processo fosse levado a cabo, seria possível tornar o horror um assunto do passado em uma nação reconciliada. A mídia refletia esse desejo e, enquanto duraram os julgamentos, não deixou de estar atenta a eles. Gradualmente, no entanto, o assunto saiu de pauta, até perder quase todo o interesse com as leis de "Punto Final", de 1986, e "Obediencia Debida"⁵, do ano seguinte, e com o indulto aos militares condenados concedido por Carlos Menem em 1990.

O tema só voltaria à mídia em 1995, após Adolfo Francisco Scilingo, ex-oficial da Marinha, ter descrito, diante das câmeras, uma das práticas de extermínio mais abomináveis do regime militar: os vôos que lançavam ao mar corpos de presos políticos. "A 'memória' voltava a ter *rating*, mas a televisão, desta vez, havia modificado seu papel, bem como os relatos emitidos por ela haviam mudado de conteúdo. Desta vez, a televisão não se propôs a ser uma mera 'acompanhante' e 'difusora' de uma verdade produzida num espaço extratelevisivo (o âmbito da Justiça, por exemplo); ela mesma gerou o acontecimento"¹⁸, definido em torno da expectativa de "saber toda a verdade" sobre os crimes da ditadura. Essa mesma expectativa guiou o documentário sobre o centro de torturas da Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), exibido em agosto de 1998.

Mas em nenhum dos dois casos, como mostra Feld, a promessa de restituição da verdade se cumpriu. No primeiro, não se foi muito além da exibição do torturador, isto é, o crime ganhou um rosto, mas essa figura que passou a representá-lo não acrescentou nenhuma informação que já não fosse conhecida. Não revelou, como era de se esperar, quais foram suas vítimas e quem participou com ele das operações de desaparecimento. Ao contrário, apenas ratificou os dados conhecidos sobre o seqüestro e a execução de pessoas durante a ditadura, assim como a justificativa para tais atos, recorrendo ao argumento da "guerra anti-subversiva": "repito, não estou arrependido do que fiz, porque era uma guerra"¹⁹.

Também no caso do documentário sobre a ESMA, o que se viu foi a reiteração de informações já conhecidas pelo público, só que transmitidas por alguém que esteve lá, um filho de desaparecido que nasceu nesse local. Ao contrário do que aconteceu nos julgamentos exibidos pela televisão em 1985, aqui já não se tratava mais do discurso da lei, mas sim do testemunho pessoal de um sobrevivente, utilizado para despertar emoções no espectador. Sem ir muito além do *pathos* da compaixão, o documentário fez questão, como indica Feld, de não se aprofundar na vida dos pais da testemunha, despolitizando desse modo a história que estava sendo narrada.

Assim, nesses dois exemplos, apela-se aos personagens de carne e osso, vítima ou algoz, como forma de criar um acontecimento midiático que, apesar da promessa de contar toda a verdade, não vai além de informações já conhecidas. A promessa não se cumpre e a memória que se constrói é reiterativa. Além disso, por serem acontecimentos midiáticos, não cumprem também, como os julgamentos que se seguiram ao fim da ditadura, o papel de fazer justiça, deixando em evidência, ao contrário, a impunidade dos culpados. "Talvez", conclui Feld:

o que atente contra a memória sobre as políticas de desaparecimento de pessoas em nossos países não seja somente o silêncio e a mentira, mas também, em alguma medida, certo tipo de relato midiático que transforma o horror em matéria-prima para o *rating* e baseia seu poder de convocação em uma velha expectativa ainda insatisfeita: a de 'saber toda a verdade'.²⁰

Há, por certo, outras formas de operar com a memória, o que evidentemente não equivale a negar a importância dos rituais públicos de restituição da verdade e de julgamento dos culpados. Sem a pretensão de contar toda a verdade, algumas narrativas deixam vir à tona lugares inexplorados na construção da memória comum. "La larga risa de todos estos años" ["A longa risada de todos esses anos"] é um dessas narrativas. O conto, datado de 1983, que abre *Ejércitos imaginarios [Exércitos imaginários]* e foi publicado posteriormente nas duas edições de *Muchacha punk*, põe em cena uma memória que chamarei de desconstrutiva. O que se desconstrói é a imagem de uma Argentina vitimada e unida no presente em torno da condenação dos atos assassinos da ditadura, uma

Argentina que finge esquecer o consentimento silencioso sem o qual esses atos não teriam sido possíveis.

"Não éramos tão felizes", diz o narrador na primeira frase do texto, para, logo em seguida, acrescentar que, "se alguém me perguntasse se éramos felizes, diria que sim, que éramos felizes, e acredito que ela também diria que fomos muito felizes durante aqueles anos 75, 76, e grande parte do ano de 1978, depois do último verão"²¹. Desde esse primeiro parágrafo, o texto deixa no ar esta pergunta: o que é a felicidade? É possível que alguém tenha sido feliz na Argentina nesses "anos 75, 76, e grande parte do ano de 1978"?

Talvez sim. Talvez fosse possível viver sua vida e ignorar a existência do mundo exterior. O conto se constrói em torno dessa indiferença⁶, criando um espaço isolado que se pauta nas atividades diárias e na relação amorosa dos dois protagonistas: uma prostituta, Franca, que três vezes por semana ronda pelo centro de Buenos Aires em busca de clientes, e o narrador, sobre o qual sabemos apenas que luta judô, fuma muito e quase nunca sai de casa, a não ser para dar aulas na faculdade. Ao mesmo tempo que seu desinteresse pelo mundo externo é quase absoluto, tem uma verdadeira fixação por sua amante. "Uma mulher. O que saberiam eles sobre o que é uma mulher? Eu sei. Sei que ela era uma mulher"²². É no relacionamento fechado com Franca que parece residir a possibilidade de felicidade.

"Custa crer, mas as pessoas, mesmo nas coisas que fazem na intimidade, se parecem entre si"²³. As pessoas, os dias, tudo no conto vai sendo absorvido pelo olhar indiferente do narrador, um olhar que não estabelece diferenças e para o qual tudo é normal: é normal a vida que Franca leva, inclusive sua relação com oficiais, suboficiais, inspetores; é normal que, diante dos desaparecimentos, seja preciso "branquear" sua situação, isto é, "contar o que a gente pensava, o que sabia que pensavam ou faziam os outros e o que pensava que faziam, pensavam ou sabiam os outros"²⁴; é normal também que isso não seja garantia de nada em um tempo em que "não se podia colocar a mão no fogo por ninguém"²⁵. Todo o horror da ditadura está contido nesse trecho, que é seguido por um outro em que a indiferença se estende para o mundo à volta do narrador. "Acho que todos viram o que foi acontecendo durante aqueles anos", ele provoca. "Muitos dizem que só agora ficaram sabendo. Outros, mais decentes, dizem que sempre souberam, mas que só agora compreendem. Poucos querem reconhecer que sempre souberam e sempre entenderam"²⁶. Uma pergunta deixada em suspenso, em um trecho anterior do conto, reproduz a justificativa que se tornou freqüente para a apatia dessa época: "Que outra coisa poderiam fazer?"²⁷.

O narrador encerrará seu relato dizendo que tudo muda, enquanto o leitor se pergunta o que é que muda, se o que o conto mostra é o retorno do mesmo. Se, por exemplo, o lugar ocupado por Franca passa a ser ocupado por Claudia, também prostituta. Se as mesmas cenas de ciúme que aconteciam com a amante anterior se repetem com a nova e têm o mesmo desfecho. Se o narrador continua fazendo todas as tardes o que fez ao longo de todas as tardes de sua vida. Ora, o que muda é o dinheiro. A referência à impossibilidade de calcular quanto valia o dinheiro naquele período aparece diversas vezes no conto: "seriam vinte ou 25 mil pesos: uns cem dólares, quinhentos mil de agora. Como dizê-lo, se o valor do dinheiro muda mais do qualquer hábito das pessoas?"²⁸. E em outro trecho: "não sei quanto valia o dinheiro então"²⁹. À circularidade e à imutabilidade da vida do narrador se opõe esse elemento que foge ao controle e que assinala que nada é o que parece. "As cifras são falsas"³⁰, lemos. O dinheiro surge como um fator de instabilidade nesse tempo que, como o narrador quer nos fazer crer, teria transcorrido sem grandes alterações. Assinala, além disso, o ponto cego da ditadura, seu fundamento financeiro, isso que "ninguém lembra"³¹. Nessa referência, portanto, o conto antecipa a questão da década de 1990, quando a estabilidade monetária se torna a máscara da nação. Se aqui a instabilidade da moeda sinaliza as mudanças irreversíveis pelas quais a nação passou, na grande ficção nacional criada pelo governo de Menem, a estabilidade monetária pretende garantir o esquecimento delas.

Quase no fim da narrativa, lemos: "outra vez abriram-se as cicatrizes"³². Ao passo que a memória restituidora busca fechar as feridas, fazendo justiça, a memória desconstrutiva deixa as feridas expostas. A ferida que se expõe aqui é a nação degradada pelo horror e pelo consentimento. Degradada também pela hipocrisia dos que "agora pensam ou dizem pensar coisas diferentes [...], porque se tornou um hábito falar ou pensar diferente, como antes se tornara um hábito aparentar que não se sabia ou fazer crer que se sabia, mas que não se compreendia"³³. O conto rompe com essa hipocrisia no mesmo ato em que rompe com a moral dos que "vivem fingindo, ocultando o que acontece atrás", os vizinhos com "seus olhares indiferentes no elevador", fingindo não saber das brigas entre a narradora e sua amante. Nesse momento, em que chegamos ao final do conto, desconstrói-se, diante dos nossos olhos, o que acabamos de ler: o narrador é uma narradora, e que o que acabamos de ler é uma história de amor entre duas mulheres. O texto ri do leitor, no mesmo ato

em que ri "de um país, de uma cidade, de um restaurante e de suas mesas parecidas, em que todo mundo come menus idênticos ao nosso e tudo parece natural, ou real"³⁴.

Os livros de contos de Fogwill constituem uma longa narrativa que vem sendo escrita desde o final dos anos 1970. Cada volume é um objeto construído com pedaços de um volume anterior, aos quais se acrescentam novos pedaços, ao mesmo tempo que os antigos são renovados, em um processo de constante reescrita, de forma que a obra, como a memória, fique em aberto. Para Fogwill, o livro é um objeto passageiro, que reúne temporariamente a obra, até que a edição se esgote e suma, para dar lugar a um outro livro, que retomará algumas partes do anterior e abandonará outras. A errata, por sua vez, não é uma exceção, mas o método mesmo da escrita, como é também o método, sempre falho, da memória. Nas incessantes correções, o texto se assume fundamentalmente inacabado, um *work in progress*. Contrabalançando essa instabilidade, porém, Fogwill faz questão de datar seus textos, meio pelo qual situa o ato da escrita que inaugura o trabalho da memória.

Notas

* Doutora em Letras pela PUC-Rio. Leciona atualmente na Universidade de Brasília, como bolsista do Prodoc.

¹ (Fogwill, Rodolfo Enrique. "Entrevista". Em: *El ojo mocho*, 1995: 16).

² (González, Horacio. "La pregunta del agonista". Em: *El ojo mocho*, 1995: 52).

³ (Terán, Oscar. "Tiempos de memoria". Em: *Punto de vista*, n. 68, 2000: 11-12).

⁴ (Fogwill, Rodolfo Enrique. "Entrevista". Ob. cit.: 22).

⁵ (Sarlo, Beatriz. "Política, ideología y figuración literaria". Em: *Ficción y política: la narrativa argentina durante el proceso militar*. Buenos Aires: Alianza Estúdio, 1987: 33).

⁶ (Fogwill, Rodolfo Enrique. *Muchacha punk*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998: 53).

⁷ (: 59).

⁸ (: 60).

⁹ (: 61).

¹⁰ (: 65).

¹¹ (Fogwill, Rodolfo Enrique. "Sobre *Muchacha punk*". Disponível em <http://www.literatura.org/Fogwill/fsob-much.html>. Acesso em 16 de junho de 2005)

¹² (: 71).

¹³ (Echavarren, Roberto. *Arte andrógino: estilo versus moda en un siglo corto*. Buenos Aires: Colihue, 1998: 89).

¹⁴ (Casullo, Nicolas. *Pensar entre épocas: memorias, sujetos y crítica intelectual*. Buenos Aires: Vitral, 2004: 11).

¹⁵ (Fogwill, Rodolfo Enrique. *Muchacha punk*. Ob. cit: 74).

¹⁶ (Sarlo, Beatriz. "Una alucinación dispersa en agonía". Em: *Punto de vista*, VII, nº 21, 1984: 1).

¹⁷ (Feld, Claudia. "El rating de la memoria en la televisión argentina". Em: Richard, Nelly (ed.). *Políticas y estéticas de la memoria*. Santiago de Chile: Cuarto Propio, 2000: 79).

¹⁸ (: 80).

¹⁹ (: 81).

²⁰ (: 84).

²¹ (Fogwill, Rodolfo Enrique. "La larga hisa de todos estos años". Em: *Ejércitos imaginarios*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983: 9)

²² (: 11).

²³ (: 13).

²⁴ (: 20).

²⁵ (: 20).

²⁶ (: 20).

²⁷ (: 11).

²⁸ (: 12).

²⁹ (: 19).

³⁰ (: 19).

³¹ (: 19).

³² (: 24).

³³ (: 20).

³⁴ (: 24).

¹ Todas as traduções são de minha autoria, exceto quando a referência bibliográfica indicar uma edição em português.

² Dois anos depois de *Mis muertos punk*, Fogwill publicou *Música japonesa*, com onze contos, dois dos quais já publicados no livro anterior. Em 1983, foi a vez de *Ejércitos imaginarios*, que traz três contos de *Mis muertos punk*. O livro *Muchacha punk* foi publicado pela primeira vez em 1992, com oito contos, dos quais apenas dois inéditos. Na edição de 1998, sobram cinco contos da primeira e se acrescentou um novo, "Cantos de marineros en las pampas". Em *Ejércitos imaginarios*, Fogwill passou a datar seus contos, o que permite saber quando foram escritos, independentemente do ano de publicação do livro.

- 3 A ditadura militar argentina teve início no dia 24 de março de 1976.
- 4 Sobre esse programa, afirma Beatriz Sarlo: "Imagino uma pergunta que *Nunca más* respondeu durante uma hora e meia: como falar da morte? Como pode um discurso sobre a morte ser escutado desde a perspectiva da vida? E ainda: como é possível suportar um discurso sobre a morte". Sarlo, Beatriz. "Una alucinación dispersa en agonía" (Ob. cit.: 2).
- 5 A lei do "Punto Final" instaurou um prazo máximo de sessenta dias, a partir da data de sua promulgação, para instaurar processos penais contra envolvidos nos crimes da ditadura. Já a lei de "Obediencia Debida" terminou definitivamente com a possibilidade de processar qualquer militar que não tivesse cargo de maior responsabilidade durante a ditadura. Juntas, tornaram efetivo o projeto de auto-anistia que o poder militar não conseguiu institucionalizar antes de sua retirada do governo.
- 6 Segundo Fogwill, o conto seria uma "épica da indiferença" (citado por Reggiani, Federico. "La fama de las letras: el papel de la literatura en la patria de tres cuentos de Fogwill". Em: *Literatura argentina y nacionalismo: Gálvez, Fogwill, Saer, Aira*. (La Plata: Universidad Nacional de la Plata: 1995: 74).

HANNAH ARENDT: história e acontecimento¹⁷

Carmelita Brito de Freitas Felício
Universidade Católica de Goiás

No prefácio de *Entre o passado e o futuro*, Hannah Arendt deixa muito claro o que pretende com os ensaios ali contidos. Ela diz: “trata-se de exercícios de pensamento político, na forma como este emerge da concretude de acontecimentos políticos” (ARENDR, 1988, p. 41). O pressuposto de Arendt é que “o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado, já que são os únicos marcos por onde obter orientação” (ARENDR, 1988, p. 41).

Que incidentes da experiência viva, que acontecimentos são esses aos quais Arendt se refere, de importância política tal, a ponto de ter quebrado, segundo ela, a continuidade da História Ocidental? Esse acontecimento é o totalitarismo e assim Arendt se expressa a propósito do seu significado: “a dominação totalitária como um fato estabelecido que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos ‘crimes’ não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da História Ocidental. A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado” (ARENDR, 1988, p. 54).

Foi, então, a experiência totalitária, o fenômeno do totalitarismo, que levou Arendt a se tornar uma *storyteller*. Ao escrever *Origens do totalitarismo* Arendt se deu conta de que estava diante de um “problema epistemológico” (AGUIAR, 2001, p. 216) porque não havia tradição filosófica dentro da qual esse mal absoluto pudesse ser compreendido. A experiência totalitária não podia ser entendida como culminação de um processo, como desenvolvimento de uma causa que pudesse ser encontrada no passado. Qual foi a saída que Arendt encontrou? Narrar a experiência, ao contrário de escrever uma história do totalitarismo. No lugar de afirmar, então, em *Origens*, que o totalitarismo podia ser explicado à luz da história, o que Arendt fez foi analisar em termos históricos os elementos que se cristalizaram neste acontecimento que, em seus termos, “é o acontecimento central de nosso mundo” (ARENDR, 1993, p. 39). O que o livro mostra, de fato, é uma convergência de elementos: anti-semitismo, racismo, imperialismo, crise dos estados nacionais, a força da ideologia, o terror; esses elementos conjugados, acabaram por cristalizar-se em totalitarismo. A narrativa de *Origens* é reveladora do fato de que, Arendt não está interessada apenas em descrever os fatos, mas sua narrativa indica “um modo de pensá-los” (AGUIAR, 2001, p. 217) e é por isso que *Origens* não é um livro sobre a história do totalitarismo, não é um livro de ciência, mas de filosofia. A narrativa, como um “exercício de pensamento”, realiza o que Arendt se propôs com o livro: pensar o totalitarismo e não apenas reconstituir os fatos.

Se é verdade, como disse Heidegger, que todo grande pensador passa a vida pensando um único pensamento ou uma única questão e a sua própria questão, como ele a anuncia na primeira página de *Ser e tempo*, era a do significado do *Ser*, no caso de Hannah Arendt, a sua questão foi motivada por esse evento, qual seja, o evento totalitário, e o que ela quis foi *compreender*¹⁸ como foi possível o aparecimento na cultura ocidental de um fenômeno dessa natureza ao qual ela se referia ora chamando-o de “mal absoluto”, ora de “mal radical”.

¹⁷ Comunicação apresentada na Mesa-Redonda: Filosofia & História durante o V Colóquio: Filosofia, Literatura e História promovido pelos Núcleos de Pesquisa em Filosofia – Nupefil; Núcleo de Estudos da Linguagem – NEL e Centro de Pesquisa em História, Geografia e Ciências Sociais – CPHGS, da Universidade Católica de Goiás, realizado no período de 26 a 28 de abril de 2005. Disponível em www.grupodemocracia.com/docs/Carmelita_Hannah%20Arendt%20-%20historia%20e%20acontecimento.doc. Acesso em 13/07/2007

¹⁸ Compreender significa, dizia o Prefácio à primeira edição de *Origens do totalitarismo*, “examinar e suportar conscientemente o fardo que nosso século colocou em nossos ombros – não negando sua existência nem submetendo-se passivamente a seu peso. A compreensão, em resumo, significa encarar a realidade espontânea e atentamente e resistir a ela – qualquer que seja. Nesse sentido, tem de ser possível encarar e compreender o fato ultrajante de que um fenômeno tão pequeno (e, na política mundial, tão sem importância) como a questão judaica e o anti-semitismo pôde se tornar o agente catalisador de, primeiro, o movimento nazista, segundo, uma guerra mundial e, finalmente, o estabelecimento de fábricas de morte...”. ARENDR. *Origens do totalitarismo*, p. 21.

Apesar do livro *Origens do totalitarismo*¹⁹, trazer no próprio nome essa referência à origem, esse termo não está relacionado a causas. Se Arendt prefere falar de elementos, no lugar de causas, é porque a categoria da causalidade por meio da qual um acontecimento sempre causa e pode ser explicado por outro, é uma categoria estranha e falsificadora no reino das ciências históricas e políticas. Os elementos, por si mesmos, provavelmente nunca causam nada. Tornam-se origens de acontecimentos se e quando se cristalizam em formas fixas e definidas. Então, e apenas então, podemos retrair a sua história (ARENDRT *apud* BRUEHL, 1997, p. 195). É nesse sentido que o acontecimento ilumina o próprio passado; porém, jamais pode ser deduzido dele. Os eventos, significando algo irrevogavelmente novo, jamais poderiam acontecer e jamais significariam algo novo, se colocados dentro de um quadro de categorias preconcebidas como, por exemplo, a causalidade. Além disso, a história sem os eventos tornar-se-ia a monotonia morta da mesmice desdobrada no tempo.

Ora, nas páginas mais belas de *A condição humana*, a descrição de Arendt sobre a estreita relação entre ação e história merece ser recuperada aqui, na íntegra, para que assim seja possível compreender a dimensão desta atividade – a ação – que compõe a teia de relações e as histórias humanas. Vejamos o relato da autora:

a história iniciada por uma ação compõe-se de seus feitos e dos sofrimentos deles decorrentes [...] A ação só se revela plenamente para o narrador da história, ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes. Todo relato feito pelos próprios atores, ainda que, em raros casos, constitua versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade de sua história. Aquilo que o contador de histórias pretende narrar deve necessariamente permanecer oculto para o ator, pelo menos enquanto este último estiver empenhado no ato ou em suas conseqüências, pois, para o ator, o sentido do ato não está na história que dele decorre. Muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o narrador que percebe e 'faz' a história (ARENDRT, 1991, p. 203-205).

Qual seria, então, o domínio do historiador, enquanto narrador que “faz” a história? O historiador/narrador lida com o novo, com a novidade, com o acontecimento irrepitível.²⁰ Nas palavras da própria Arendt: “o novo é o domínio do historiador que, ao contrário do cientista natural, preocupado com os acontecimentos sempre recorrentes, lida com eventos que sempre ocorrem somente uma vez” (ARENDRT, 1993, p. 49). Esse novo, continua Arendt no ensaio sobre *Compreensão e política*,

pode ser manipulado se o historiador insiste na causalidade e arroga-se a capacidade de explicar os eventos por meio de uma corrente de causas que nele culminou. Nesse caso, ele de fato se apresenta como o ‘profeta [com o olhar] voltado para trás’, e só o que parece separá-lo do verdadeiro dom da profecia são as deploráveis limitações do cérebro humano que infelizmente não pode conter e combinar corretamente todas as causas em jogo ao mesmo tempo (ARENDRT, 1993, p. 49).

Ainda no ensaio sobre *Compreensão e política*, Arendt deixa muito claro qual é o lugar dos eventos na história humana, como também esclarece a propósito da relação tão íntima entre agir e padecer (como faces opostas da mesma moeda). Vejamos o que ela nos diz:

¹⁹ O primeiro título que Arendt pensou em dar ao livro era: *Os elementos da vergonha* – anti-semitismo, imperialismo e racismo. Também se referia a ele usando um título mais dramático: *Os três pilares do inferno*. Às vezes o chamava simplesmente *A história do totalitarismo*. Mas mesmo o título *Origens do totalitarismo*, lhe pareceu insatisfatório, pois a obra não era um estudo genético como *A origem das espécies*, de Darwin. Arendt queria e nunca encontrou um título que refletisse o método do livro, claramente diferente daqueles da historiografia ocidental. Se estivesse disposta a satisfazer-se com um título que captasse não apenas a abordagem, mas também o tom, o título usado quando o livro foi lançado na Inglaterra – *O fardo do nosso tempo* – apesar de seu protesto, teria sido menos ambíguo (Cf. BRUEHL. *Por amor ao mundo*, p. 194).

²⁰ O acontecimento, visto como algo novo, representa a interrupção das leis da natureza e da necessidade, introduzindo acaso, contingência, novidade, diferença, vontade de jogo e de experimentação como formas de pensamento e sociabilidade. No acontecimento como exceção, a força da vida verdadeira rompe a crosta de uma mecânica paralisada na repetição. Por isso, para Arendt, os acontecimentos interrompem os processos automáticos, o que torna impossível a previsão do futuro, pois apenas em um mundo em que nada de importante acontece poderia tornar-se real o sonho dos futurologistas (Mais referências, ver: ORTEGA. *Esvaziamento do político – reinvenção do espaço público*, especialmente o tópico: Pensar o acontecimento (p. 32-38); Ver, também, ARENDRT. *Sobre a violência*, cap. 1, p.13-30).

assim como em nossas vidas pessoais nossos piores medos e maiores esperanças jamais nos preparam bem para o que de fato acontece – já que no momento em que se dá um evento, até mesmo quando ele é antevisto, tudo muda sem que jamais possamos estar preparados para a inexorável literalidade desse ‘tudo’ -, também os eventos na história humana revelam, cada um, uma paisagem inusitada de feitos, sofrimentos e novas possibilidades humanas, que juntos, transcendem a soma total de todas as intenções voluntárias e a significância de todas as origens. É tarefa do historiador detectar esse novo inesperado com todas as suas implicações, em qualquer período, e trazer à luz a força total de sua significação (ARENDDT, 1993, p. 50).

O historiador, em suma,

deve saber que, embora sua estória tenha um começo e um fim, ela ocorre dentro de um quadro maior, a própria história. E a história é uma estória que tem muitos começos, mas nenhum fim. O fim, em qualquer sentido estrito e definitivo da palavra, só poderia ser o desaparecimento do homem da face da Terra. Pois o que quer que o historiador chame de fim, seja o fim de um período, de uma tradição, ou de toda uma civilização, ele é um novo começo para aqueles que estão vivos (ARENDDT, 1993, p. 50-51).

II

À luz da concepção de história em Arendt, é possível, agora, compreender porque nossa autora é uma *storyteller* (uma contadora de histórias) do mundo contemporâneo²¹. Ora, em todos os seus escritos, é possível perceber que Arendt está perseguindo uma luz que ilumine o que o homem está fazendo na atualidade, o que pretende com as suas instituições e seus modos de vida, forjando instrumentos de análise sobre a realidade que nos é contemporânea e sobre nós mesmos. O modo que Arendt encontrou de lidar com o fenômeno da ruptura, foi invocar as suas próprias experiências como base de análise, e a habilidade de reter as experiências do tempo histórico em que viveu, fez com que ela se tornasse uma *storyteller* e desenvolvesse um pensamento narrativo.

O *storyteller* convida o ouvinte/leitor a penetrar nas várias facetas de um acontecimento, cabendo a eles próprios a tomada de posição quanto ao julgamento que farão. A propósito, Arendt sempre dizia que cada geração tem que recontar o passado. Em sua perspectiva, o filósofo não é o guardião da verdade, antes, a sua tarefa é incitar cada um a buscá-la por conta própria. Assim, na figura do filósofo como *storyteller* e no exercício de sua atividade, há um componente fundamental estreitamente ligado ao pensamento, qual seja, o juízo, a faculdade de julgar.

O *storyteller* expõe os dilemas e os paradoxos e leva os outros a tomar sua própria posição. E os dilemas e paradoxos são melhor apresentados, quando se conta a respeito deles uma história. É a partir desse ponto de vista que podemos compreender o elogio que Arendt faz a Isak Dinesen, uma contadora de histórias, tomando-lhe de empréstimo a frase que serve de epígrafe ao capítulo V (Ação) de *A condição humana*: “todas as mágoas são suportáveis quando fazemos delas uma estória ou contamos uma história a seu respeito” (DINESEN *apud* ARENDT, 1991, p. 188).

Na estória contada, o *storyteller*, no lugar de transmitir uma tradição, ele estabelece uma comunicação entre as gerações, pois a capacidade de narrar que ele mantém viva possibilita que os homens se reconciliem com as suas próprias experiências. Aqui, o que Arendt está querendo nos dizer é que, sem uma reconciliação com as nossas próprias experiências, o homem permanece heterônomo, apenas se comportando e repetindo o passado, mas o que Arendt quer estimular, não é uma conduta, mas um pensamento “sem corrimão”, autônomo, um juízo crítico que leve o leitor/ouvinte a parir os seus próprios pensamentos.

À luz do que expus até aqui, é possível perceber que o pensamento narrativo arendtiano é tributário da concepção de história de Walter Benjamin. Inspirando-se no conceito de história benjaminiano, Arendt descobriu novas formas de lidar com o passado. Tal como Benjamin, o retorno arendtiano ao passado não se pauta pelo interesse em reconstituí-lo de maneira fidedigna, segundo os parâmetros do historiador positivista. Arendt, assim como Benjamin, sabiam que o passado ao qual se retorna é um passado fragmentado. Como historiadora, Arendt é muito mais uma narradora em busca de histórias esquecidas do que uma cientista preocupada com a estrita recuperação do passado. Essa atitude seletiva explica o seu interesse pelas causas políticas derrotadas, única maneira de protegê-las contra a ameaça do próprio esquecimento. Citemos alguns exemplos de tentativas malogradas de restabelecimento da “democracia participativa”: *Town-hall meetings* da Revolução Americana; as *sociétés populaires* da Revolução Francesa; a Comuna de Paris (1871); o

²¹ Mais referências sobre a figura do *storyteller* ver AGUIAR. Odílio Alves. Pensamento e narração em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim e BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt – diálogos, reflexões, memórias*. BH: Ed. UFMG, 2001 (p. 215-225). Neste ensaio, o autor faz uma discussão muito mais desenvolvida e bem elaborada do que a que se apresenta aqui.. Este ensaio, aliás, inspirou as minhas próprias reflexões e constitui excelente subsídio ao leitor interessado no aprofundamento deste tema.

surgimento dos soviets em 1905 e 1917; os conselhos operários (*Rätes*) de 1918 na Alemanha; a insurreição húngara de 1956.

Quando Arendt começava a escrever o terceiro e último capítulo de *A vida do espírito*, a morte interrompeu o seu trabalho. Mas a epígrafe ficou inscrita na página não escrita: “a causa vitoriosa agradou aos deuses, mas a derrotada agrada a Catão”. Arendt lidaria neste terceiro capítulo com a história e os eventos do passado à luz da faculdade de julgar, visando reivindicar para nós, nossa dignidade humana, resgatá-la, por assim dizer, da pseudo-divindade chamada História na era moderna, sem negar a sua importância, mas negando-lhe o direito de ser o último juiz.

Em clara alusão a Benjamin, Arendt criticou severamente a noção de uma História com “H” maiúsculo, a “história universal” do historicismo e da moderna filosofia da história, que julgam o sentido dos acontecimentos históricos pelo critério de sua derrota ou vitória no curso do mundo. A mesma concordância para com o pensamento benjaminiano pode ser enunciada ainda quanto à sua desconfiança crítica em relação à hipótese de que exista realmente isso a que se chama “progresso da raça humana”, considerada por ela no ensaio *Sobre a violência* como “um dos artigos mais sérios e complexos encontrados no mercado de superstições de nosso tempo” (ARENDR, 1994, p. 29).

O que procurei mostrar, ainda que de forma tão breve, é que Arendt não concebe algo como a “História”, entidade total sistematizável, dialética, ou dotada de sentido. A história não é mais do que o “livro de histórias da humanidade”, isto é, “a grande história sem começo nem fim” resultante da teia das ações humanas. Para Arendt, a “História” enquanto tal não existe, ela não se repete nem segue um curso retilíneo e unidirecionado, mas compõe-se de *eventos* singulares que constituem rupturas e re-surgimentos em meio a continuidades. Mas, se a história é desprovida de sentido, isto não significa que o homem não possa atribuir sentido aos fragmentos do passado a partir de seu próprio presente (DUARTE, 2000, p. 141-154).

Para finalizar, fiquemos com a 6ª tese sobre o conceito de história de Benjamin porque ela sintetiza o que, em última análise, procurei tão brevemente mostrar aqui: A tese é: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo [...]. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (BENJAMIN, s.d., p. 224). Neste horizonte em que o discurso metafórico, para Arendt, seria o mais adequado ao pensamento, em que a linguagem e os étimos filosóficos podem ser entendidos, à maneira de Nietzsche, como metáforas, “reaver a metáfora significa, para Arendt, construir uma “política da narração” (MATOS, 2001, p. 91). Mas, é claro que, nos limites desta comunicação, não é possível entrar nos meandros desta questão. Construir uma “política da narração”, nos termos em que Arendt propõe, seria um tema para uma outra comunicação. Quem sabe, no próximo colóquio...

Muito obrigada.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Odílio Alves. Pensamento e narração em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim e BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt – diálogos, reflexões, memórias*. BH: Ed. UFMG, 2001 (p. 215-225)
- ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo : Perspectiva, 1988
- _____. *Origens do totalitarismo - Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- _____. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991
- _____. Compreensão e política; In: *A dignidade da política – Ensaio e conferências*. ABRANCHES, Antônio (org.). Tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993
- _____. *Sobre a violência*. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política – Ensaio sobre literatura e história da cultura (obras escolhidas, vol. 1)*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, s.d.
- DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura – Política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- MATOS, Olgária Chain Féres. O storyteller e o flâneur – Hannah Arendt e Walter Benjamin. In: MORAES, Eduardo Jardim e BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt – diálogos, reflexões, memórias*. BH: Ed. UFMG, 2001(p. 90-96)

ORTEGA, Francisco. Esvaziamento do político – reinvenção do espaço público. In: *Para uma política da amizade* – Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000 (p. 15-48)

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Por amor ao mundo* – A vida e a obra de Hannah Arendt. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

O QUE É, AFINAL, A DEMOCRACIA? [1]

José Saramago*

Le Monde Diplomatique – Edição Brasileira

Em seu livro *Política* [2], Aristóteles começa por nos dizer o seguinte: «Na democracia, os pobres são reis porque são mais numerosos e porque a vontade da maioria tem a força da lei». Numa segunda passagem, ele parece começar por restringir o alcance dessa primeira frase, em seguida o amplia, completando-o e terminando por estabelecer um axioma: «A equidade, no âmbito do Estado, exige que os pobres não detenham, de forma alguma, mais poder do que os ricos, que não sejam os únicos soberanos, mas que todos os cidadãos o sejam em proporção a seu número. Estão aí as condições indispensáveis para que o Estado garanta com eficácia a igualdade e a liberdade».

Aristóteles nos ensina que os ricos, ainda que participem com toda a legitimidade democrática do governo da Polis, continuarão sendo sempre uma minoria devido a uma proporcionalidade incontestável. Por um lado, ele está certo: desde os tempos mais remotos que possamos evocar, os ricos nunca foram mais numerosos que os pobres. Apesar disso, os ricos sempre governaram o mundo, ou manipularam as pessoas que o governavam. Mais do que nunca, essa é uma constatação actual. Note-se, de passagem, que, para Aristóteles, o Estado representa uma forma superior de moralidade...

O OBSTÁCULO DE ROMA

Qualquer manual de direito constitucional nos ensina que a democracia é «uma organização interna do Estado por meio da qual a origem e o exercício do poder político cabe ao povo, permitindo essa organização ao povo governado que também governe, através de seus representantes eleitos». Aceitar definições como essa, de tal pertinência que quase se confunde com as ciências exactas, corresponderia, quando transpostas para nossa era, a não levar em conta a infinita graduação de estados patológicos com os quais, a qualquer momento, nosso corpo pode ser confrontado.

Em outras palavras: o fato de que a democracia possa ser definida com muita precisão não significa que ela realmente funcione. Uma breve incursão na história das ideias políticas leva a duas observações, muitas vezes relegadas sob o pretexto de que o mundo muda. A primeira para lembrar que a democracia surgiu em Atenas, por volta do século V antes de Cristo; ela pressupunha a participação de todos os homens livres no governo da cidade; baseava-se na forma directa e os cargos eram efectivos, ou atribuídos, por meio de um sistema misto de sorteio e de eleição; e os cidadãos tinham o direito de voto e o de apresentar propostas nas assembleias populares.

É, no entanto - esta é a segunda observação - em Roma, a sucessora dos gregos, que o sistema democrático não conseguiu se impor. O obstáculo veio com o poder económico colossal de uma aristocracia latifundiária que via na democracia um inimigo directo. Apesar do risco de qualquer tipo de extrapolação, seria possível deixar de questionar se os impérios económicos contemporâneos não seriam também adversários radicais da democracia, ainda que mantenham as aparências?

ABDICAÇÃO CÍVICA

As instâncias do poder político tentam desviar a nossa atenção do óbvio: dentro do próprio mecanismo eleitoral, encontram-se em conflito uma opção política, representada pelo voto, e uma abdicação cívica. Não é facto que, no momento exacto em que a cédula é introduzida na urna, o eleitor transfere para outras mãos - sem qualquer contrapartida, salvo promessas feitas durante a campanha eleitoral - a parcela de poder político que detinha até então enquanto membro da comunidade de cidadãos?

O papel de advogado do diabo que assumo pode parecer imprudente. Mais um motivo para que examinemos o que vem a ser a nossa democracia e qual a sua utilidade, antes de pretendemos - uma obsessão de nossa época - torná-la obrigatória e universal. Essa caricatura de democracia que, como missionários de uma nova religião, procuramos impor ao resto do mundo não é a democracia dos gregos, mas um sistema que os próprios romanos não teriam hesitado em impor em seus territórios. Este género de democracia, deteriorado por mil parâmetros económicos e financeiros, teria conseguido, sem dúvida alguma, mudar a opinião dos latifundiários do Lácio, que se teriam tornado os mais ferrenhos dos democratas...

Pode passar pelo espírito de alguns leitores uma desagradável suspeita sobre as minhas convicções democráticas, tendo em vista as minhas notórias posições ideológicas [3]... Defendo a ideia de um mundo verdadeiramente democrático que se tornaria realidade dois mil e quinhentos anos depois de Sócrates, Platão e Aristóteles. Essa quimera grega de uma sociedade harmoniosa,

que não se dividiria em senhores e escravos, tal como a concebem os cândidos espíritos que ainda acreditam na perfeição.

A VONTADE POLÍTICA E O VOTO

Poderão dizer: mas as democracias ocidentais não são censitárias [4], nem racistas e o voto do cidadão rico e branco tem o mesmo valor nas urnas que o do cidadão pobre e de pele morena. Se confiássemos em tais aparências, teríamos atingido o supra-sumo da democracia.

Sob o risco de diminuir essas paixões, eu diria que as realidades brutais do mundo em que vivemos tornam ridículo esse cenário idílico e que, de uma ou de outra maneira, acabaremos por cair num organismo autoritário dissimulado sob os mais belos paramentos da democracia.

O direito de voto, por exemplo, expressão de uma vontade política, também é um acto de renúncia a essa mesma vontade, pois o eleitor a delega a um candidato. O acto de votar, pelo menos para uma parcela da população, é uma forma de renúncia temporária à acção política pessoal, discretamente adiada até às eleições seguintes, quando os mecanismos de delegação de poder voltarão ao ponto de partida para tudo recomeçar de novo.

VÍNCULOS REVELADORES

Essa renúncia pode constituir, para a minoria eleita, o primeiro passo de um mecanismo que muitas vezes autoriza, apesar das vãs esperanças dos eleitores, a determinação de objectivos que nada têm de democráticos e podem até ser autênticas ofensas à lei. Em princípio, não ocorreria a ninguém eleger como representantes no Parlamento pessoas corruptas, ainda que a triste experiência nos ensine que as altas esferas do poder, no plano nacional e internacional, são ocupadas por criminosos desse tipo ou por seus representantes. Nenhum exame ao microscópio dos votos depositados nas urnas permitiria tornar visíveis os vínculos reveladores das relações entre os Estados e os grupos económicos cujas acções ilícitas – até de guerra – conduzem o nosso planeta rumo à catástrofe.

A experiência confirma que uma democracia política que não se baseia numa democracia económica e cultural de pouco adianta. Desprezada e relegada a ser o depositário de fórmulas obsoletas, a ideia de uma democracia económica deu lugar a um mercado triunfante que beira a obscenidade. E a ideia de uma democracia cultural foi substituída por uma massificação industrial das culturas, não menos obscena, um pseudo-caldeirão que serve apenas para mascarar a predominância de algumas delas.

DEMOCRACIA PARALISADA

Pensávamos ter avançado, mas, na realidade, recuamos. Falar de democracia se tornará cada vez mais absurdo se nos obstinarmos em identificá-la com instituições que respondem por partidos, parlamentos ou governos, sem proceder a um exame do uso que estes últimos fazem do voto que lhes permitiu o acesso ao poder. Uma democracia que não faz autocrítica está condenada à paralisia.

Não conclua que sou contra a existência de partidos: sou militante de um deles. Nem pensem que abomino parlamentos: eu os apreciaria mais se se dedicassem mais à acção do que à palavra. E também não imaginem que sou o inventor de uma receita mágica que permitirá aos povos que vivem felizes sem governos. O que me recuso a admitir é que só seja possível governar e desejar ser governado segundo os modelos democráticos vigentes, incompletos e incoerentes.

Qualifico-os assim porque não vejo outra forma de designá-los. Uma verdadeira democracia que, como um sol, inundasse todos os povos com a sua luz, deveria começar pelo que temos à mão, ou seja, o país em que nascemos, a sociedade em que vivemos, a rua em que moramos.

Se essa condição não for respeitada – e não o é – todos os raciocínios acima citados – ou seja, o fundamento teórico e o funcionamento experimental do sistema – serão viciados. Purificar as águas do rio que atravessa a cidade de nada adiantará, se o foco da contaminação se encontra na nascente.

ELEIÇÃO SEM TRANSFORMAÇÃO

A questão principal que se coloca para qualquer tipo de organização humana, desde que o mundo é mundo, é a do poder. E o principal problema é o de identificar quem o detém, de verificar por que meios o conseguiu, o uso que dele faz, os métodos que utiliza e quais são as suas ambições.

Se a democracia realmente fosse o governo do povo, para o povo e pelo povo, terminaria o debate. Mas não é esse o caso. E só um espírito cínico se arriscaria a afirmar que o mundo em que vivemos vai às mil maravilhas.

Também se diz que a democracia é o menos ruim dos sistemas políticos e ninguém ressalta que essa constatação resignada de um modelo que se contenta em ser “o menos ruim” pode constituir um freio à busca por algo de “melhor”.

O poder democrático é, por sua natureza, sempre provisório. Depende da estabilidade das eleições, do fluxo das ideologias e dos interesses de classe. É possível ver nele uma espécie de barómetro orgânico que registra as variações da vontade política da sociedade. Porém, de maneira flagrante, só se computam as alternâncias políticas aparentemente radicais, que resultam em mudanças de governo, mas que não são acompanhadas por transformações sociais, económicas e culturais tão fundamentais quanto o resultado da eleição faria supor.

OPERAÇÃO ESTÉTICA BARATA

Na realidade, chamar um governo “socialista”, ou “social-democrata”, ou ainda “conservador”, ou “liberal”, e denominá-lo “poder” não passa de uma operação estética barata. Trata-se de fingir dar nome a algo que não está ali, onde querem nos fazer crer que esteja. Pois o poder, o verdadeiro poder, está em outro lugar: é o poder económico. É aquele do qual percebemos o contorno em filigrana, mas que nos foge quando tentamos aproximar-nos e contra-ataca se entende que desejamos limitar a sua influência, submetendo-o às regras do interesse geral.

Em termos mais claros: os povos não elegeram os seus governos para que estes os “ofereçam” ao mercado. Mas o mercado condiciona os governos para que estes lhe “ofereçam” os seus povos. Em nossa época de globalização liberal, o mercado é o instrumento por excelência do único poder digno desse nome: o poder económico e financeiro. Este não é democrático, pois não foi eleito pelo povo, não foi gerado pelo povo e, principalmente, não tem por objectivo a felicidade do povo.

GOVERNO DOS RICOS

Aqui, apenas enuncio verdades elementares. Os estrategas políticos, de toda e qualquer filiação partidária, impuseram um silêncio prudente para que ninguém ousasse insinuar que continuamos cultivando a mentira e aceitamos ser os seus cúmplices.

O chamado sistema democrático parece, cada vez mais, um governo dos ricos e, cada vez menos, um governo do povo. Impossível negar o óbvio: a massa de pobres convocada a votar jamais é chamada a governar. Na hipótese de um governo formado pelos pobres, em que estes representassem a maioria – como Aristóteles o imaginou, em sua Política –, eles não disporiam de meios para modificar a organização do universo dos ricos, que os dominam, os vigiam e os oprimem.

A pretensa democracia ocidental entrou numa etapa de transformação retrógrada que ela é incapaz de deter e cujas consequências previsíveis serão a sua própria negação. Não é necessário que alguém assuma a responsabilidade de liquidá-la; ela própria se suicida diariamente.

O TABU DA DEMOCRACIA

O que fazer? Reformá-la? Sabemos que reformar, como bem disse o autor do *Il Gattopardo* [5], nada mais é do que mudar o necessário para que nada mude. Renová-la? Que época do passado teria sido suficientemente democrática para que valesse a pena a ela retornar para, a partir dali, reconstruir com novos materiais aquilo que estivesse no caminho da perdição? A da antiga Grécia? A das repúblicas mercantis da Idade Média? A do liberalismo inglês do século XVII? A do século do Iluminismo francês? As respostas seriam tão fúteis quanto as perguntas...

O que fazer então? Paremos de considerar a democracia como um valor adquirido, definido de uma vez por todas e intocável para sempre. Num mundo em que estamos habituados a debater qualquer assunto, um único tabu persiste: a democracia. Salazar (1889-1970), o ditador que governou Portugal por mais de quarenta anos, afirmava: «Não se questiona Deus, não se questiona a pátria, não se questiona a família». Nos dias de hoje, Deus é questionado, a pátria é questionada e, se não questionamos a família, é porque ela própria se encarrega de fazê-lo. Mas não se questiona a democracia.

Então, digo: questionemos a democracia em todos os debates. Se não encontrarmos um meio de a reinventar, não perderemos apenas a democracia, mas a esperança de ver um dia os direitos humanos respeitados neste planeta. Isso seria o fracasso mais estrondoso de nossos tempos, o sinal de uma traição que marcaria a humanidade para sempre.

Notas

* Escritor português. Prémio Nobel da Literatura.

[1] Nota da Redacção: Como não recebemos a versão original deste artigo, o texto que aqui publicamos é uma tradução da versão espanhola para o português do Brasil. *Le Monde Diplomatique*, Brasil – Edição Mensal Agosto 2004 <http://diplouol.com.br/2004-08.a961>

- [2] Pode ser consultada a edição francesa, *La politique*, ed. Vrin, tradução de J. Tricot, Paris, 1982.
- [3] José Saramago é filiado no Partido Comunista português.
- [4] N.T.: No império romano, o cidadão deveria pagar o censo para ser eleitor ou elegível.
- [5] Romance póstumo do escritor siciliano Giuseppe Tommasi di Lampedusa (1896-1957), publicado em 1958, com edição francesa, de 1959, pela editora Seuil, Paris. É atribuída a Lampedusa a célebre frase: «É preciso mudar tudo para que nada mude».

SOBRE UM SUPOSTO DIREITO DE MENTIR: um paralelo entre Kant, Schopenhauer e Constant e alguns conceitos schopenhauerianos²²

Nara Miranda de Figueiredo

Resumo: Os Filósofos, Immanuel Kant, Benjamim Constant e Arthur Schopenhauer, divergem quando se trata de um suposto direito de mentir. Cada um defende uma maneira através da qual os indivíduos praticariam ações moralmente boas; Kant acredita que os indivíduos não têm direito de mentir, Constant, defende que devemos dizer a verdade quando o ouvinte tiver direito a ela, e Schopenhauer, acredita que temos o direito de mentir em determinadas condições. Neste texto encontra-se uma breve análise das concepções de boa conduta de cada autor, com relação ao direito que um indivíduo tem, ou não, de mentir em algumas situações ou em nenhuma.

Palavras-chave: Filosofia, Immanuel Kant, Benjamim Constant e Arthur Schopenhauer

Um suposto direito de mentir

É comum nos depararmos com questões éticas do tipo: "Devemos praticar determinadas ações?" ou "Devemos proferir determinada sentença?". Em muitos casos a linha que divide as ações em "moralmente boas" e "moralmente ruins" é invisível. Um médico, por exemplo, deve contar ao seu paciente que este provavelmente só tem seis meses de vida, no caso de encontrar um câncer em fase terminal, sendo que, no caso da opção por um tratamento, o mesmo só adiará a sua morte e transformaria seus dias em um profundo martírio? Ou deve acalmá-lo e deixar que viva tranquilo e com dignidade os dias que lhe restam? No caso do paciente questionar sobre sua própria saúde, o médico deve proferir exatamente aquilo a que se refere à questão, ou deve discursar de forma a explicitar todo o problema. Um médico pode omitir? Pode mentir? Desde que a omissão ou mentira seja para o bem do paciente... talvez. E nós, pessoas comuns? [²³] Podemos mentir? Podemos negar que tenhamos visto a mulher do nosso melhor amigo com outro, no caso de termos visto? Temos o dever de contar ao marido traído espontaneamente, ou apenas quando questionados a respeito do assunto? Algumas vezes esse assunto pode parecer insignificante, uma mentirinha aqui, uma distorção da verdade acolá, ou até algumas mentiras maiores, das quais nos perdoamos, pois tínhamos um "bom" motivo para proferi-las... coisas sem importância, que, na nossa opinião, não refletirão sobre a vida das pessoas. Banalidades, quando consideradas em proporções maiores, como nos exemplos supracitados, podem causar danos irreparáveis... Podemos mentir? Em quais situações?

Os Filósofos Immanuel Kant, Benjamim Constant e Arthur Schopenhauer defendem, cada um, uma opinião diferente sobre este assunto: Um suposto direito de mentir. As argumentações de cada um deles são baseadas na concepção que cada um deles têm da natureza do direito, isto é, a questão que se discute é se o indivíduo tem ou não o direito de mentir.

Questão de grande importância para a ética, o problema da mentira nos leva a indagar a respeito dos conceitos de dever, direito e justiça. Destacamos esta questão para estudarmos não apenas as posições dos autores mencionados acima sobre a questão da mentira, mas também, para o esclarecimento dos conceitos de direito e justiça nas concepções kantiana e schopenhaueriana, esclarecimentos, que têm grande importância para a Filosofia Moderna, pois, se referem, em grande parte, ao pensamento iluminista que tinha como ponto central a difusão da razão, isto é, a confiança na capacidade da razão humana de explicar racionalmente os fenômenos naturais, sociais e a crença religiosa.

Para Kant, um indivíduo não deve mentir em hipótese alguma, pois a mentira pode induzir o ouvinte a praticar determinada ação que não corresponde à sua vontade e sim à vontade daquele que proferiu a sentença não verdadeira, privando o ouvinte de fazer uso da sua total liberdade de ação, isto é, violando o conceito de direito como um todo e violando o direito do ouvinte de saber a verdade. Sobre direito, podemos dizer que, é a limitação da liberdade de cada um, para que haja harmonia no convívio entre todos, isto é, é a restrição de algumas ações para que os indivíduos possam exercer suas liberdades mutuamente.

²² Disponível em www.urutagua.uem.br/007/07figueiredo.htm Acesso 19/12/2006

²³ No caso, "nós, pessoas comuns" se refere a quem ou aquele que é leigo na arte médica, poderíamos mencionar, também, por outro lado, que o médico é leigo no "saber filosófico", não obstante, isto não é uma regra. Pode haver alguém que contemple ambas as formas de conhecimento.

O horror à mentira em Kant é derivado do imperativo categórico "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal". [24] Ao mentir um indivíduo prejudica não somente àquele que o ouve, mas a idéia de direito, pois age de forma que a máxima de sua ação não pode ser tomada como lei universal e apenas como um dos meios para se alcançar um fim particular, usando o ouvinte também como meio para determinado fim e não como fim em si mesmo; pois para Kant todo ser racional existe como um fim em si mesmo e não deve ser tratado como meio; isso faria com que os indivíduos não tivessem valor absoluto, isto é, valor por si mesmos, e se todo valor fosse adquirido conforme os interesses alheios, não poderia haver um princípio prático supremo para toda razão.

(...) em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele mesmo, como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim. Todos os objetos das inclinações têm somente um valor condicional, pois, se não existissem as inclinações e as necessidades que nela se baseiam, o seu objeto seria sem valor. [25] (KANT)

Em 1797, Benjamim Constant escreve um artigo contestando sobre o direito de mentir e/ou o dever de se dizer à verdade. Dado o exemplo: Um assassino bate à sua porta com a intenção de matar seu amigo que está em sua casa. Você deve dizer a verdade quando o assassino perguntar sobre o paradeiro do seu amigo, ou deve mentir e dizer que o amigo não se encontra no local? Para Constant, junto ao conceito de dever está o conceito de direito e onde não há direitos, também não pode haver deveres, isto é, se o assassino tem a intenção de infringir a lei e matar seu amigo, tirando-lhe a liberdade, você não tem o dever de dizer a verdade porque o assassino não tem o direito a ela.

Onde nenhum direito existe também não há deveres. Por conseguinte, dizer a verdade é um dever, mas apenas em relação àquele que tem direito à verdade. Nenhum homem, porém, tem o direito a uma verdade que prejudica outro. [26] (CONSTANT)

Para Kant, o primeiro erro fundamental de Benjamim Constant está em atribuir ao indivíduo um suposto direito à verdade, pois a verdade é uma questão lógica e objetiva e não psicológica e subjetiva, isto é, a verdade não é algo subjetivo que pode pertencer ou não a determinado indivíduo, ela é por si própria. Verdade, para Kant, é quando o conhecimento é adequado ao seu objeto. O que temos direito é de proferir asserções que não correspondem à verdade de fato. O que um indivíduo tem direito é sua própria veracidade, isto é, a verdade subjetiva, pois objetivamente a verdade não depende da vontade [27] do indivíduo para ser.

Kant subdivide o exemplo em duas questões: primeiro, se o dono da casa, no caso de não poder deixar de responder com uma afirmação ou uma negação, tem o direito de dizer uma não verdade ou não; segundo: se ele não é obrigado a dizer uma não-verdade para proteger o amigo e prevenir um crime que ameaça a si e ao amigo.

Quanto à primeira questão, Kant afirma que não podemos evitar dizer a verdade em relação a qualquer pessoa, mesmo que esta verdade provoque desvantagem para nós ou para outro. E se preferimos alguma inverdade, mesmo com a intenção de poupar a vida do outro, cometemos, desta forma, injustiça para com o indivíduo que nos pressiona a proferir uma declaração. E no caso de não ser uma injustiça com aquele que nos pressiona, cometemos, através da mentira, que é uma declaração intencionalmente não verdadeira, uma injustiça para com o próprio direito (dos juristas), isto é, deixamos de fazer a nossa parte para que as declarações tenham crédito e para que os contratos sejam válidos, o que é uma injustiça para com a humanidade. O indivíduo que mente, trata as pessoas como meios, e o conceito de humanidade, por si mesmo, diz que somos um conjunto de seres racionais e devemos ser tratados como fim. O mentiroso atenta contra o conceito de humanidade; podemos elucidar melhor com as próprias palavras de Kant:

Por conseguinte a mentira define-se como uma declaração intencionalmente não verdadeira feita a outro homem e não é preciso acrescentar que ela deve prejudicar a outrem, como exigem os juristas para sua definição - A mentira é a declaração falsa em prejuízo de outrem. Com efeito, ela

²⁴ "Fundamentação da Metafísica dos Costumes", p. 59

²⁵ "Fundamentação da Metafísica dos Costumes", p. 68.

²⁶ "Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade", in "A paz perpétua e outros opúsculos", p. 174.

²⁷ A razão determinando o querer (arbitrio que recebe a forma da razão). Aquilo que nos leva a praticar ações morais. Depende da moral e manifesta uma ação, o dever.

Arbitrio: faculdade de representar-se ao desejado e levá-lo à ação (vontade realizada)

Desejo: anseio, impulso em direção à, movimento em direção à.

sempre prejudica outrem, mesmo se não é um homem determinado, mas sim a humanidade em geral, ao utilizar a fonte do direito. [28] (KANT)

Com relação à segunda questão, Kant argumenta dizendo que mesmo uma mentira "bem intencionada" não deve ser proferida, pois no caso do dono da casa negar a presença do amigo, convencer o assassino a se retirar e amigo ter saído pela porta dos fundos, o dono da casa será responsável se o assassino encontrar o amigo na rua, pois se ele tivesse dito a verdade, o assassino entraria na casa em busca do amigo, enquanto este teria mais tempo para ir embora ou se refugiar em outro lugar. Quem mente, mesmo com boa intenção, é sempre responsável pelos fatos que decorrem depois.

Para Kant a verdade é um dever que tem de ser considerado como base de todos os outros deveres. [29] Se há um dever ele é incondicionado, pois senão não seria um dever. Dever é uma necessidade da ação, que deve ser válida para todos os homens, por meio da representação da lei. Age por dever aquele que pratica ações sem nenhuma motivação egoísta.

Benjamim Constant argumenta da seguinte maneira: quando um princípio verdadeiro parece inaplicável à sociedade (como no caso da posição de Kant) é porque não vemos os princípios intermediários que se encontram nele camuflados, isto é, Benjamim Constant diz que tais princípios podem sofrer modificações. Por exemplo: o princípio "não deves mentir" quando tentamos aplicá-lo na sociedade notamos seus princípios intermediários e concluímos que em certas situações, como no caso do assassino que bate à sua porta a procura do seu amigo, podemos fazer uso da mentira, pois a mentira só se dá quando a falsa declaração prejudica a alguém. Aqui entendemos por princípios intermediários, lacunas, dentro de um princípio, que deixariam a possibilidade de, em certas situações, o indivíduo agir em desacordo com o que indica o princípio moral. Como no caso do assassino que bate à porta, o dono da casa poderia mentir para salvar a amigo.

O princípio moral – é um dever dizer a verdade –, se se tomasse incondicionalmente e de um modo isolado, tornaria impossível qualquer sociedade. Temos disso a prova nas conseqüências muito imediatas que deste princípio tirou um filósofo alemão, o qual chega ao ponto de afirmar que a mentira dita a um assassino que nos perguntasse se um amigo nosso e por ele perseguido não se refugiou na nossa casa seria um crime. [30] (CONSTANT)

Kant diz que todos os princípios devem conter uma verdade rigorosa, pois no caso de conterem princípios intermediários, nós não saberíamos quais seriam os parâmetros para delimitarmos em quais situações deveríamos fazer uso dessas exceções que, supostamente, os princípios intermediários proporcionariam. Independentemente de quais danos uma verdade causará, e a quem causará, ela deve ser proferida em caso de necessidade, só assim o dano ocorrerá ao acaso e não por responsabilidade do indivíduo mentiroso, isto é, não com base nos parâmetros subjetivos que o indivíduo considerou para proferir a sentença mentirosa.

O que aqui se deve apenas compreender não é o perigo de causar dano, mas em geral o de cometer injustiça: o que aconteceria se eu subordinasse o dever da veracidade, que é totalmente incondicionado e constitui nas declarações a suprema condição do direito, a um dever condicionado e ainda a outras considerações; (...) [31] (Kant)

Schopenhauer

Em Schopenhauer não podemos tratar da mentira sem passar pelos conceitos de justiça e injustiça e, conseqüentemente, sobre o conceito de dever, conceitos estes que se encontram explicitados mais adiante.

Para Schopenhauer, injusto é aquele indivíduo que provoca dano a outrem, tanto com relação à sua liberdade, quanto à sua pessoa, ou com relação à sua propriedade, ou à sua honra. A omissão diante de uma ação que somos obrigados a praticar é uma injustiça, isto é, cada dever que deixa de ser cumprido é uma injustiça, e toda injustiça é uma agressão, podendo esta, ser física ou verbal, ou seja, o dever está nos casos nos quais, se deixarmos de praticar uma determinada ação, provocaremos danos a outrem, o que só ocorre nos casos em que a pessoa que deixou de praticar

²⁸ "Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade", in "A paz perpétua e outros opúsculos", p. 175.

²⁹ Cogite-se a passagem do texto kantiano (localização: vide nota anterior): "*Mas a mentira bem intencionada pode também por um acaso ser passível de penalidade, segundo as leis civis. Porém, o que simplesmente por acaso se subtrai à punição pode também julgar-se como injustiça, segundo leis externas. Se, por exemplo, mediante uma mentira, a alguém ainda agora mesmo tomada de fúria assassina, o impedisse de agir é responsável, do ponto de vista jurídico, de todas as conseqüências que daí possam surgir*"

³⁰ "Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade", in "A paz perpétua e outros opúsculos", p. 173.

³¹ "Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade", in "A paz perpétua e outros opúsculos", p. 178.

determinada ação estivesse obrigada a fazê-lo. Por isso, o conceito de dever repousa sobre o conceito de dívida.

Podemos praticar uma injustiça fazendo uso de dois instrumentos: a força e a astúcia. Podemos, através da força, obrigar alguém a fazer qualquer coisa, mas também podemos obrigá-lo através da astúcia, isto é, fazendo uso da mentira; apresentando ao intelecto alheio elementos falsos que seriam motivos agindo sobre o caráter do indivíduo, e que o obrigariam a praticar algo que ele não faria caso não tivesse acesso a tais informações.

Quando mentimos temos um motivo para fazê-lo, mas este motivo, na grande maioria dos casos, é um motivo injusto, pois se mentimos é porque não podemos usar de outro artifício para fazer com que o outro aja de acordo com nossa vontade.

Para Schopenhauer há certas situações, nas quais, podemos fazer uso da mentira sem injustiça. Estes são os casos nos quais usaríamos a força para nos defendermos de uma agressão, isto é, podemos fazer uso da astúcia quando precisarmos da força para nos defender, mas não pudermos contar com ela, ou seja, quando não formos fisicamente fortes o suficiente para nos defendermos da agressão física.

O Filósofo deixa claro que no exemplo citado na primeira parte deste texto, não seria injusto mentir sobre o paradeiro do amigo procurado pelo assassino, pois aquele que promete algo sob coação, através da força, ou acreditando em falsas premissas, não é obrigado a cumprir a promessa; e, no caso exemplificado, o dono da casa está sendo coagido pelo assassino.

Schopenhauer afirma que temos o direito de mentir para nos livrarmos de assaltantes e violentos de qualquer espécie, para defendermos nossa própria vida, nossa liberdade, nossos bens ou nossa honra.

A argumentação Schopenhaueriana, a favor do uso da mentira em determinados casos, vai mais além. Schopenhauer diz que podemos mentir em qualquer situação, na qual, uma pergunta seja intromissiva, indevida, indiscreta, ou se refira a algo que não nos convém dizer. E quando a manifestação de não querer responder a determinada pergunta puder vir a causar suspeita, também podemos mentir para preservar nossa intimidade contra a curiosidade alheia.

"Pois como tenho o direito de previamente contrapor, quando há perigo de dano, à vontade malvada de outrem e, pois, à violência física presumida uma resistência física e, portanto, de guamecer o muro de meu jardim com pontas aguçadas e de soltar cães bravos no meu quintal e, mesmo, sob certas circunstâncias, de pôr armadilhas e armas que disparam sozinhas, cujas más conseqüências o invasor tem de atribuir a si próprio, também tenho o direito de manter de todo modo em segredo aquilo cujo conhecimento me poria a nu diante da agressão do outro e também tenho causa para isto, porque admito aqui como facilmente possível a vontade má do outro e tenho de encontrar antes as providências contrárias." [32] (SCHOPENHAUER)

Podemos portanto, ao nos deparar com a possibilidade de sofrer danos por meio de astúcias, apresentar uma astúcia prévia como defesa para não precisarmos dar satisfações às pessoas curiosas e indiscretas, e nem indicarmos o ponto no qual se encontra algo perigoso a nosso respeito, dizendo que algo é segredo, e dando a possibilidade de uma maior intromissão, das coisas que nos dizem respeito, ao indivíduo curioso. No caso de isto ocorrer, de usarmos uma mentira como "defesa", o risco da nossa declaração levar alguém ao engano, é de total responsabilidade dele mesmo, pois, este não nos deixa nenhuma alternativa para nos proteger da sua curiosidade.

O Filósofo afirma que existem casos em que é nosso dever mentir; os exemplos Schopenhauerianos são os casos da medicina, isto é, do médico para com o paciente e outras inverdades nobres como no caso em que um indivíduo quer que seja atribuída a si a culpa que é de outro. Um bom exemplo é o que Schopenhauer cita do Novo Testamento em João (7, 8), no qual Jesus disse aos seus discípulos que subissem sós até a festa dos Judeus que queriam matá-lo, porque ele não iria. E depois que os discípulos todos estavam lá, Jesus subiu sozinho e passou despercebido em meio ao povo até chegar em um lugar privilegiado para, então, de lá, falar sobre suas boas intenções e convencer os Judeus a não aniquilarem sua vida.

Mas Schopenhauer atenta para o limite que devemos respeitar para não tornarmos a mentira um instrumento perigoso e abusivo. A possibilidade de fazermos uso da mentira está nos casos nobres e de autodefesa e apenas nestes. *"Mas como, apesar da paz no país, a lei permite a todos levar armas e usá-las, a saber, no caso da autodefesa, assim a moral consente, para o mesmo caso, e só para este, o uso da mentira."* [33] (SCHOPENHAUER).

³² "Sobre o fundamento da moral" p. 147 e 148.

³³ "Sobre o fundamento da moral" p. 149 e 150.

O conceito de direito

Para delimitar mormente o conceito de direito precisamos primeiramente citar o conceito de injustiça: a injustiça se dá devido ao caráter da atuação de um indivíduo, atuação esta, na qual o indivíduo estende a afirmação da vontade que se manifesta na sua pessoa, até o ponto de negar a vontade manifesta em outra pessoa.

Na filosofia shopenhaueriana, os limites de onde começa e onde termina a injustiça são especificados através de exemplos gerais. O conceito de injustiça é primordial e positivo, enquanto o conceito de direito será derivado e negativo, isto é, o direito é a mera negação da injustiça, encontramos o direito em toda ação na qual não há a negação da vontade alheia com intenção de afirmação da própria vontade. Tanto o justo como o injusto são determinações éticas que são válidas para a consideração da ação enquanto tal.

Esta definição de direito é baseada em uma interpretação puramente ética que impõe limites entre as ações justas e injustas. Enquanto uma ação não invade a esfera da afirmação da vontade alheia, negando-a, é considerada justa, isto é, aquele que apenas afirma sua vontade sem negar a vontade de outrem, age de acordo com o direito e, portanto, sem cometer injustiça.

A injustiça

Com relação à injustiça devemos nos ater ao conceito de vontade de viver, que consiste na afirmação do próprio corpo, isto é, a vontade se manifesta no tempo através das ações dos indivíduos, o que supõe uma expressão da vontade no espaço, pois as ações são concretizadas pelo indivíduo que possui um corpo e que, conseqüentemente ocupa um lugar no espaço. A afirmação da vontade de viver está, em princípio, na manutenção do corpo e no uso das suas forças. Num segundo momento, a afirmação da vida vai além da simples manutenção do corpo e passa a buscar a satisfação do impulso sexual, ato que representa a afirmação da vontade de viver em um indivíduo, sem que ocorra a negação da vontade de viver que se manifesta em outro, isto é, a injustiça. A renúncia espontânea que há no ato sexual e a satisfação desse impulso sexual supõem uma certa negação da vontade de viver, mas não vamos nos ater a este ponto.

Considerando que a vontade representa a auto-afirmação do próprio corpo em muitas pessoas ao mesmo tempo, pessoas estas, nas quais, impera o egoísmo como motivação para as ações, em muitos casos a vontade de um indivíduo ignora a afirmação da vontade em outro, chegando à negação da vontade, isto é, a mesma vontade que se manifesta em um indivíduo é negada em outro; nestes casos a vontade de um determinado indivíduo "a" infringe o limite da área de atuação da vontade de um indivíduo "b", lesando-o. Em alguns casos esse indivíduo "b" pode ser constringido de tal forma que seja fortemente induzido a usar suas forças a serviço de sua vontade retirando-as da vontade que se manifesta em um corpo estranho ("a"), forças estas, que ultrapassam seu próprio corpo em função da vontade manifesta em seu próprio corpo, afirmando sua vontade por cima de si mesmo através do sentimento de remorso provocado no outro a partir da ação que este outro cometeu que é a negação da vontade manifesta no indivíduo "a", isto é, aquele que sofre a injustiça sente-se invadido na esfera da afirmação de seu próprio corpo, mas sentindo uma dor de caráter espiritual e não físico, enquanto o indivíduo que pratica a injustiça sente-se mal por ter invadido a esfera de afirmação do indivíduo que sofreu a injustiça e por ter satisfeito seu egoísmo, no primeiro caso há a injustiça e no segundo a negação da vontade alheia pelo sentimento de remorso. Neste caso dizemos que há a negação da vontade do indivíduo que praticou a injustiça por causa deste sentimento causado pela manifestação da manifestação da vontade, isto é, pelo indivíduo que sofreu a injustiça, com tal intensidade que ultrapassa os limites e as forças do próprio corpo (dele mesmo) chegando até a negação da vontade numa outra manifestação. Em outras palavras, considerando a justiça como determinação ética que se aplica à ação, o significado ético da ação do indivíduo "a" atinge sua consciência fazendo com que ele se sinta aflito por ter cometido a ação injusta.

A injustiça materializada pela violência não resulta, para quem a comete, tão grande desonra como a realizada conforme a astúcia, uma vez que, enquanto a violência é evidente pela força física, a mentira causa desonra em quem a comete em função da fraqueza da evasão.

A mentira

A noção de mentira é constituída quando um indivíduo tem a intenção de estender o domínio da sua própria vontade sobre os indivíduos alheios, negando a vontade deste para melhor afirmar a sua. A mentira, enquanto tal, parte da injustiça para chegar até a maldade através da malevolência.

Encontramos a mentira, muitas vezes, quando impera a astúcia, que faz com que haja uma causalidade baseada em um conhecimento, isto é, cria motivos falsos em um indivíduo para que ele aja de acordo com a minha vontade, imaginando fazer o que ele quer. Para ter um motivo precisamos

ter um conhecimento, e a mentira se dá quando oferecemos um conhecimento falso a um indivíduo que provavelmente fará uso de nossa informação para direcionar sua ação, ou seja, a mentira tende influir sobre o conhecimento alheio não somente com intenção de fornecer uma informação errada, mas também, de forma a determinar a vontade e a ação do indivíduo, isto é, tenho a intenção de induzir a vontade manifesta em outro a agir segundo os fins de meu interesse. Segundo Schopenhauer, não há como mentirmos para nós mesmos pois, uma vez que somos providos de vontade, e a mentira atua enganando a vontade, só podemos dirigir uma mentira a outro que não nós mesmos, pois só podemos interferir no conhecimento alheio e não no nosso próprio conhecimento, pois para mim, a mentira não constitui um motivo, isto é, não tem influência sobre mim, nem pode mover minha vontade. Vejamos, se temos a intenção de fazer algo, fazemos, isto é, porque iríamos querer fazer com que a nossa própria vontade agisse baseada em informações falsas proporcionadas por nos para atingir fins que são do nosso próprio interesse? Em outras palavras, não precisamos enganar a nós mesmos, ou, não podemos, isto é, isto não constitui um motivo para meus fins, a mentira só pode atuar sobre o querer e o fazer alheios; isto é válido para toda mentira que tenha sua origem num interesse egoísta e para aquelas derivadas de pura maldade que são consumadas por aqueles indivíduos que se deleitam com as dolorosas conseqüências da dor alheia propiciada pela mentira; também se inclui nestes casos aquelas mentiras através das quais o indivíduo tem a intenção de engrandecer a si mesmo com a estima e o respeito dos outros contando vantagens, mentira esta que o indivíduo que a pratica não deixa de querer atuar sobre o conhecimento e prováveis atitudes alheias. Assim, pois toda mentira supõe uma influência sobre a vontade alheia mediada pelo conhecimento alheio e sempre tem o propósito de induzir a vontade alheia a agir segundo nossos próprios fins e não segundo sua própria vontade.

Negar-se a expressar uma verdade, a declarar algo, não representa em si injustiça alguma: quem se recusa a mostrar o induto correto ao viajante perdido, não comete nenhuma injustiça para com ele; mas sim aquele que indica o caminho errado. Disso se deriva que toda mentira supõe tanta injustiça como qualquer ato de violência, as duas ações se diferenciam apenas pela escolha dos meios, a mentira, assim como a violência, tem o propósito de estender o domínio de nossa vontade ao atuar do indivíduo estranho, afirmando minha vontade mediante a negação da dele. Nota-se que a veracidade, a sinceridade e a franqueza sejam reconhecidas e estimadas de imediato como nobres qualidades psíquicas, pois quem as possui, não se interessa em praticar injustiça, nem possui desejos maldosos.

A mentira mais comum é o “quebramento de contrato”, nestes casos são mais evidentes todas as determinações da mentira que foram citadas anteriormente: ao realizar um contrato, a promessa alheia de cumprir algo com relação a nós infere imediatamente que devemos cumprir com nossa parte do compromisso. O compromisso de cumprir com o estipulado pelo contrato é de cada uma das partes contratantes que assumem o contrato. Quando um dos indivíduos quebra o contrato não executando o prometido, engana o outro contratante e manipula a vontade deste conforme sua vontade; por meio de uma mentira bem planejada, estende-se o domínio da vontade de um determinado indivíduo “a” sobre o outro determinado indivíduo “b”, neste caso se dá a injustiça. A legitimidade ética e a validade dos contratos se fundam nestes exemplos: conforme vimos, toda mentira supõe tanta injustiça como qualquer ato de violência; o rompimento do contrato representa a expressão de uma perfeita mentira.

O direito coercitivo

Algo pode ser considerado um direito coercitivo quando se trata da negação de uma injustiça, isto é, quando um determinado indivíduo “b” sofre uma injustiça de “a”, tem o direito de praticar uma ação qualquer que, considerada fora de contexto, seria uma injustiça também, neste caso, a brutalidade despreendida dessa ação seria injusta se considerada isoladamente, o que não ocorre nestes casos, pois o indivíduo lesado pela primeira injustiça, tem sua ação justificada pela ocasião. Quando um indivíduo vai tão longe na afirmação da sua vontade que invade a esfera da afirmação de outro indivíduo, negando-a, o indivíduo lesado tem o direito de negar esta negação, o que representa, no caso do indivíduo lesado, a simples afirmação da sua vontade. Para Schopenhauer, isso significa que temos o direito de negar uma negação de nossa vontade com a força necessária para neutralizá-la, sendo que a intensidade desta negação pode chegar até o extremo de levar à morte do indivíduo que causou a primeira lesão, e mesmo nos casos de morte, enquanto a negação da negação esteja sendo equivalente à primeira negação, a ação não deve ser considerada injustiça, mas um direito, e, sendo um direito, não se infiltra na esfera da afirmação da vontade alheia, pois é apenas a negação da negação. Quando nossa vontade, tal como está manifesta em nosso corpo e tal como se aplica para a manutenção do mesmo, se vê negada por uma vontade alheia, então nos cabe coagir esta

vontade alheia para fazê-la desistir, negando-a, o que seria uma injustiça apenas se não houvesse esta contextualização.

O direito de mentir

Em todos os casos que possuímos o direito coercitivo, ou seja, posso negar a negação da minha vontade, usando a violência, também podemos fazer uso da astúcia, caso a violência não seja suficiente. Nestes casos nos é permitido pelas determinações éticas citadas no trecho que se refere à justiça, desviar o objetivo da vontade manifesta no indivíduo alheio de negar a minha vontade, apresentando ao seu conhecimento motivos ilusórios, de tal maneira que poderíamos dedicar-lhe violência, se isso bastasse, sem praticarmos injustiça alguma. A conclusão schopenhaueriana a respeito deste tema é que temos o direito de mentir, assim como temos a direito de praticar violência e coagir caso a esfera da nossa afirmação da vontade de viver seja atingida.

Da mesma forma, uma promessa arrancada pela, força, violência, coação ou mentira, não é válida, dado que, se quem padece coação tem direito de livrar-se de seus opressores chegando até a matá-los, pode também, com muito maior utilidade, enganá-los através da astúcia. Quem não pode recuperar sua propriedade roubada mediante violência, não pratica injustiça alguma no caso de recuperá-las através da astúcia, novamente o que muda é apenas a escolha do meio. A tese schopenhaueriana demonstra que, tanto a astúcia como a força, representam originariamente uma injustiça que se converte em direito quando há uma situação na qual um indivíduo queira apenas afastar a injustiça alheia.

Bibliografia

CAYGILL, H. *"Dicionário Kant"*, Trad. Álvaro Cabral, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

KANT, I. *"Fundamentação da Metafísica dos Costumes"*, Trad. Paulo Quintela, ed. Edições 70, Lisboa-Portugal, 1986.

_____. *"Sobre um suposto direito de menti por amor à humanidade"* in *"A paz perpétua e outros opúsculos"*, Trad. Artur Morão, ed. Edições 70, Lisboa-Portugal, 1995.

SCHOPENHAUER, A. *"O Mundo como Vontade e Representação"*, Trad. M. F. Sá Correia, ed. Rés, Porto-Portugal.

_____. *"Sobre o Fundamento da Moral"*, Trad. Maria L. Cacciola, ed. Martins Fontes, 1.^a edição, São Paulo, 1995.

_____. *"Metafísica de las costumbres"*, Trad. Roberto R. Aramayo, ed. Trotta, 1.^a edição, Madrid, 2001.

GIACÓIA, O. *"A mentira e as Luzes: Aspectos da querela a respeito de um presumível direito de mentir"*, inédito.

VIOLÊNCIA POLÍTICA E IMPUNIDADE NO BRASIL³⁴

Depois da criminalização dos movimentos de oposição: o extermínio de suas lideranças.

Elizabeth Silveira e Silva

Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

Em audiência pública de 06 de dezembro de 2000 sobre a violência política no Brasil, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados constatou a dimensão preocupante da violência política no país, principalmente nos períodos eleitorais, quando há elevado número de assassinatos, atentados e agressões. Foram narrados, naquela audiência, vários casos de prefeitos e vereadores eleitos que receberam “recados” de que não tomariam posse em 1º de janeiro de 2001. Presentes, também, os governadores do Acre, Jorge Viana (PT), e do Amapá, João Alberto Capiberibe (PSB) que expressaram a angústia de viverem ameaçados com suas famílias.

No final de 2001 e início de 2002, novamente a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados voltou a se concentrar na questão da violência política, face à crescente ocorrência de delitos contra dirigentes e militantes de partidos de oposição. O relatório feito demonstra que a violência contra esses militantes não resulta de meras disputas por espaços políticos, nem somente de vinganças movidas por ódios acumulados em períodos eleitorais. Os crimes visam intimidar, calar e, se necessário, eliminar os que se opõem aos interesses de poderosos grupos locais e regionais.

A banalização da violência política chegou ao paroxismo no final de 2001 e neste ano de 2002 quando dois prefeitos de importantes cidades do Estado de São Paulo foram mortos, entre uma série de outros fatos que atingiram o Partido dos Trabalhadores. Uma auto-denominada Frente de Ação Revolucionária Brasileira assumiu a autoria dos atentados, incluindo o assassinato do prefeito de Campinas. Bombas foram atiradas contra residências de outros prefeitos. Mensagens com ameaças de morte foram dirigidas a senadores, deputados, prefeitos, vereadores e outros membros de partidos de oposição

Em um levantamento inicial feito pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, somente nos últimos 2 anos registraram-se 1 143 crimes políticos, com pelo menos 72 mortes.

Este tipo de violência tem alcançado proporções alarmantes, a ponto de, no Piauí, ter sido criado um grupo denominado “União das Viúvas e Famílias de ex-Prefeitos Assassinados do Piauí” cujo representante, José Arimatéia Carvalho, encontra-se ameaçado de morte, segundo Relatório da Central Única de Trabalhadores (CUT). Neste estado, nos últimos 10 anos, foram mortos 8 prefeitos no exercício de seus mandatos. Na Bahia, nos últimos 5 anos, 5 prefeitos, 1 vice e 3 vereadores foram assassinados.

De 1997 aos dias de hoje, as lideranças sindicais e políticas mais visadas estão ligadas aos partidos de oposição, em especial ao Partido dos Trabalhadores e ao Partido Verde. Foram, até agora, 20 assassinatos, tais como: em 1997, Abílio Alapenha Filho (PT/RJ), Secretário Municipal de Obras de Angra dos Reis; Ivan Chaves Teixeira (PT/MG), Presidente do Diretório Municipal de Abre Campo; Fulgêncio Manoel da Silva (PT/PE), líder sindical e Presidente Municipal do Partido em Santa Maria de Boa Vista/PE. Em 1998: Pedro Carlos dos Santos (PT/BA), vereador em Candeias; Cícero Lucas de La Peña (PT/PE), Presidente do Diretório Municipal de Xexéu; Ariomar Oliveira Rocha (PT/BA), vereador de Jaguarari. Em 1999: a prefeita de Novo Mundo, Dorcelina Folador (PT/MS) foi assassinada com 6 tiros; Marcos Otávio e Edma Valadão (PT/RJ), presidentes da Associação Brasileira de Enfermagem e do Sindicato dos Enfermeiros/RJ, respectivamente. Em 2000: Manuel de Souza Neto (PT/SP), Coordenador da campanha do partido em Suzano; José Ribamar de Souza Gondim (PT/AL), Presidente do Diretório Municipal de Coruripe e Vianey Ferreira Campos (PT/MG), militante em Itinga e Luís Carlos Cota (PT/MG), segurança do prefeito de Betim, Jésus Lima. Em 2001: Natur de Assis Filho (PV/BA), ex-presidente do partido; Ademir Alfeu Fredericci (PT/PA), Coordenador do Movimento de Entidades pelo Desenvolvimento da Região Transamazônica e membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicelândia; Antônio da Costa Santos, o Toninho (PT/SP), prefeito de Campinas; Carlos Gato (PV/SE) presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Citricultura; Aldanir Carlos dos Santos (PT/RJ), presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica e pré-candidato a deputado estadual pelo partido. Em 2002: Celso Daniel (PT/SP) prefeito de Santo André; Oscar Fachini (PT/PR) presidente do Diretório Municipal de Imituva.

³⁴ Trabalho apresentado na II Consulta Latinoamericana de Defensores de Derechos Humanos – 23 a 25 de Julio de 2002 – Guatemala. Disponível em www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=24 Acesso em 16/12/2006.

De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) anexados ao Relatório do PT entregue, em 06/12/01, ao Ministro da Justiça, só no ano de 2000, 992 trabalhadores e trabalhadoras sofreram algum tipo de violência. Destes, 21 foram assassinados, 98 sofreram tentativa de assassinato e 82 receberam ameaças de morte.

Ainda, segundo os dados contidos nos Relatórios do PT e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no período de janeiro de 97 a março de 2002, constataram-se 100 pessoas ameaçadas de morte e 48 atentados e/ou agressões, além dos assassinatos mencionados, somente de militantes de referido partido.

Entretanto, somente após o assassinato de Celso Daniel, pela indignação produzida na população, o governo federal divulgou um pacote contra a violência cujas medidas já haviam sido anunciadas, em outras ocasiões, em especial quando do lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública, em julho de 2000.

Cabe ressaltar que tais pacotes, medidas e planos anti-violência aparecem espetacularmente na mídia quando situações de barbárie provocam uma comoção nacional. Além disso, muitas dessas medidas anunciadas nunca saíram do papel, sendo que o orçamento da União para investimentos em segurança pública este ano encolheu 10% em relação ao previsto para 2001.

Uma CPI instalada, em 2000, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), para apurar crimes políticos ocorridos no estado, levantou que, nos últimos 5 anos, 10 políticos com mandatos foram assassinados a tiros somente na Baixada Fluminense e, pelo menos, 25 acabaram mortos em 5 anos, nesta mesma região.

No últimos 3 anos, quatro sindicalistas foram violentamente assassinados em nosso estado. Suas mortes continuam impunes até hoje.

O papel atual dos serviços de informações

Na maioria dos casos acima apontados a impunidade se faz presente. As autoridades federais, estaduais e municipais, de um modo geral, só têm conseguido propor soluções de mais repressão, como maior poder para a Polícia Federal – que consta no pacote contra a violência divulgado logo após a execução do prefeito Celso Daniel – prisão perpétua, uso das forças armadas no combate ao “crime organizado”, pena de morte, endurecimento das penas com a justificativa de que estamos vivendo uma “guerra civil”.

Esquecem que os Serviços de Informação continuam atuantes em nosso país espionando os movimentos sociais, entidades estudantis e sindicais, partidos políticos e manifestações em geral.

Em junho de 2000, por solicitação da Procuradoria Geral da República do RJ - através de petição feita pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e outras entidades de direitos humanos – instalou-se Inquérito Civil Público visando esclarecer fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia (episódio sempre negado pelo Exército e que ocorreu no sul do estado do Pará, de 1972 a 1974, quando aconteceu o massacre de 69 militantes políticos do PC do B, fora dezenas de moradores da região que foram exterminados e transformados em desaparecidos).

Em diligências feitas na cidade de Marabá (sul do Pará), o Ministério Público Federal e a Polícia Federal apreenderam documentos, divulgados pela Folha de São Paulo, durante o ano de 2001, que revelam o desrespeito à ordem democrática e à própria Constituição Brasileira.

Os procuradores realizaram uma operação de busca numa instalação do Exército, disfarçada de agência de notícias, onde os “jornalistas” eram, em realidade, agentes secretos.

O conteúdo desses documentos mostram que muitos dispositivos e serviços de informação, tão fortalecidos durante a ditadura militar, perduram até hoje. Desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o termo “subversivo”, utilizado nos anos 60 e 70, foi trocado por “forças adversas” para designar movimentos populares e organizações sociais. Eles são equiparados ao crime organizado e ao narcotráfico. Um dos textos afirma que a polícia, para assegurar a ordem e o bem públicos, se permite “arranhar direitos dos cidadãos numa espécie de arbítrio necessário”.

Nos documentos descobertos, a definição de forças adversas aparece como “grupos, movimentos sociais, entidades e ONGs (...) que provocam reflexos negativos para a segurança nacional (...). No momento atual, verificam-se exemplos dessas entidades no crime organizado, no narcotráfico e nos movimentos populares como o MST”.

O Exército ainda coloca a hipótese destes grupos realizarem “atos de sabotagem” contra suas instalações. Caso isso ocorra, a recomendação aos agentes é clara: “repelir e/ou eliminar a força adversa que tenha se infiltrado”. Nessas ocasiões, deve-se fornecer ao Órgão de Inteligência “armamento e munição a todos os integrantes”.

Em 1998, o Exército deflagrou um plano secreto para espionar o MST, chamado de “Operação Pescado”. Esse plano foi financiado com verbas públicas ocultas e possuía duração “indeterminada”.

Com o objetivo de justificar esse plano, o Exército traçou um perfil revolucionário do MST em seus documentos, que dizem: [O MST tem] "objetivo definido de tumultuar a ordem vigente e comprometer a confiança nas instituições e no regime atual do governo". A cada novo relatório, os agentes recomendavam o prosseguimento dessa operação. Em 30 de agosto de 2000, o capitão André Luiz Silva anotou: "A Operação Pescado deve continuar, devido (...) à importância de manter um constante acompanhamento do alvo, que pode se tornar, a qualquer momento, força adversa em operações de garantia da lei e da ordem".

Além do MST, outros movimentos estão sob vigilância: MLT (Movimento de Luta pela Terra), MTRB (Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros), MNT (Movimento Nacional dos Trabalhadores), MMBTRST (Movimento Muda Brasil dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e CPT (Comissão Pastoral da Terra).

No início de 2000, o Exército iniciou outra operação secreta contra o MST, chamada "Tempestade". Segundo documentos divulgados pela Folha de S. Paulo, o objetivo desta missão era "levantar a localização e a data de invasões, manifestações e ocupações" do MST. A operação durou até setembro de 2000.

Além disso, os documentos divulgados revelam que o Exército montou outra operação secreta, denominada "Poseidon", para espionar ONGs. Esses textos indicam que a inteligência do Exército tem interesse especial por entidades de defesa do meio ambiente, de direitos humanos e que trabalham com a questão indígena.

Foi descoberta também uma tabela de preços usada por pistoleiros na região norte do país. Essa tabela revela que, em Marabá, "a morte de um trabalhador rural pode não valer mais do que uma dose de cachaça. Se [o trabalhador] for ligado ao MST, o custo costuma ser de R\$ 5.000". A morte de um fiscal do Ibama considerado rigoroso pode chegar a R\$ 10 mil e a morte de um delegado de polícia pode custar R\$ 15 mil. Além disso, a tabela indica que comerciantes, vereadores, fazendeiros e políticos em geral podem ser assassinados por recompensas que variam de R\$ 5.000 a R\$ 10.000.

A correta atitude do Ministério Público Federal de trazer a público a espionagem que, em pleno início do século XXI, ainda acontece sofreu um duro golpe. Em final de agosto de 2001, atendendo a um mandato de segurança da Advocacia Geral da União, foi concedida liminar pelo Tribunal Regional Federal, que determinou a imediata devolução de toda a documentação do Serviço de Inteligência do Exército, apreendida em Marabá.

Estes documentos foram também encontrados em outras duas casas (uma em Brejo Grande e outra em Nova Marabá) utilizadas pelo Exército como escritórios clandestinos com vistas ao monitoramento das atividades na região. Como já afirmado, tal quadro demonstra claramente, a manutenção do aparato repressivo relativo ao sistema de inteligência do governo federal, não obstante a reformulação de sua estrutura, ocorrida em 1994.

Antes da expedição do mandado de segurança, em agosto de 2001, o Comandante Militar da Amazônia oficiou à Justiça Federal de Marabá, queixando-se da apreensão dos documentos, referindo-se aos funcionários que procederam à apreensão – em decorrência de autorização judicial – de "supostos agentes do Departamento de Polícia Federal e supostos Procuradores da República" (Folha de São Paulo, 27/08/01)

Parte da documentação, encontrada no sul do Pará, apontou também para a chamada "Operação Anjos da Guarda", ou seja, a vigilância e o monitoramento aos ex-colaboradores do Exército na região que atuaram na repressão à Guerrilha do Araguaia. Tal operação tem consistido em fornecer cestas de alimentos, armas consideradas frias e ajuda em dinheiro para os que colaboraram com o Exército, naquela região, no período da ditadura militar.

Entre os documentos que dizem respeito à guerrilha do Araguaia constam relatórios com detalhes do ponto de vista estratégico-militar, fazendo parte das Operações "Papagaio" (1972) e "Sucuri" (1973-1974). Foram também encontradas listagens com nomes de guerrilheiros mortos e presos, de moradores da região e dos militares, com identidades plantadas, que fizeram parte das duas operações. Outros documentos apontam, o que as entidades de direitos humanos há muito denunciavam, que os corpos dos opositores políticos mortos, até hoje desaparecidos, não foram jogados a esmo na selva. Depois de identificados, acabaram em covas selecionadas (Folha de São Paulo, 19/08/01, p. A14).

Enquanto isto, o Exército, em 07/08/01, em nota oficial divulgada afirmava que: "quanto aos desaparecidos nos combates travados naquela região, é importante salientar o que o Exército tem reiterado exaustivamente quando consultado a respeito do assunto: nos arquivos existentes, nada foi encontrado que pudesse indicar a localização de seus corpos" (Folha de São Paulo, Idem)

Outros documentos do Centro de Informações do Exército, de abril de 1973, apresentam os nomes e codinomes de 32 militares mobilizados para espreitar a guerrilha que contaram com o apoio de 21 civis, muitos dos quais recrutados na área.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ pesquisando em suas listagens e nas do Projeto Brasil Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, levantou que 5 desses militares já haviam sido denunciados como torturadores e membros do aparato de repressão.

Esses documentos encontrados no sul do Pará provam que Marabá é apenas uma das 29 seções destinadas a operações militares sigilosas no país. Segundo uma portaria de 1995, assinada pelo então Ministro do Exército, Zenildo de Lucena, foram criadas 7 Companhias de Inteligência e 22 Grupos Destacados. São 541 agentes mobilizados nesses serviços clandestinos. Os maiores efetivos atuam no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Somente nessas três Companhias atuam 43 agentes.

Em casos importantes os registros são enviados ao Centro de Informação do Exército (Ciex). Tais dados foram investigados pelos jornalistas Raphael Gomide e João Pinheiro, do Jornal do Brasil, publicados em janeiro de 2002.

Ainda, em 1995, por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 26 de setembro, foi criado o Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (Infoseg). Seu cadastro consta hoje de 7 049 199 nomes e este banco de dados, segundo o próprio decreto, tem como objetivo “a disponibilização e integração das informações de inquéritos policiais, processos policiais judiciais criminais e mandados de prisão (...) através de uma rede de informações operando a nível nacional”.

Entretanto, constam neste imenso cadastro nomes de militantes políticos dos anos 60 e 70 e de ex-presos políticos, todos anistiados desde agosto de 1979. Até hoje, esses dados não foram atualizados. Incompetência e desorganização? Têm servido a quem e a quê? A quem têm beneficiado?

Informa-se oficialmente que “há distorções no sistema” e que “as informações vêm sendo corrigidas”. Ou seja, quando este serviço foi criado, em 1995, já faziam 16 anos da Lei da Anistia.

Para um programa que gastou até agora, segundo informações oficiais, 80 milhões em sua montagem é difícil acreditar que seja só incompetência e desorganização. Este assunto foi matéria do Jornal do Brasil, de 03/03/02, e já havia sido levantado em reportagem da Folha de São Paulo, de dezembro de 2000, e até agora nada foi corrigido. Reflexão sobre o 11 de setembro de 2001: buscando novos mecanismos de proteção

Diante do horror e da barbárie provocados pelos atos terroristas contra o povo norte-americano, ocorridos no dia 11 de setembro de 2001 não se pode aceitar a escalada terrorista a nível mundial, encabeçada pelo governo dos Estados Unidos, que vem ferindo profundamente os direitos dos cidadãos.

Não se pode esquecer que o governo norte-americano, desde há muito, tem desenvolvido uma política externa belicista e de desrespeito aos direitos humanos. Sua ação imperialista tem provocado um quadro de imensa pobreza nos países do terceiro mundo.

Pode-se evidenciar sua participação ativa, não só apoiando, como financiando governos ditatoriais e terroristas, com medo de que o surgimento de governos democráticos possam produzir regimes que sejam hostis a seus interesses. Talvez por ironia, no dia 11 de setembro, dia do ataque terrorista às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, há 28 anos atrás, o Chile perdia sua democracia em um golpe militar que o governo americano alimentou e sustentou.

Ainda estão presentes na memória de todos os bombardeios efetuados pelos Estados Unidos à Hiroshima e Nagasaki, à Coréia do Norte, ao Vietnã, Bagdá e Belgrado.

Não se pode deixar de citar o embargo econômico criminoso, liderado pelo governo americano à Cuba e ao Iraque que, neste país, nos últimos dez anos, provocou a morte de 500 mil crianças com menos de 5 anos. Todos esses fatos, são sem dúvida, exemplos do terrorismo de Estado que vem sendo praticado há anos pelo governo norte – americano.

Com a justificativa de que qualquer pessoa pode ser um inimigo, apressam-se em editar leis anulando as garantias dos cidadãos. Todos passam a ser terroristas em potencial e, por isso, devem ser monitorados e vigiados. Leis que, ao arrepiar as que vigoram nos países ditos civilizados, ferem brutalmente os direitos civis tão duramente conquistados. Leis anti-terror proclamadas pelo governo Bush que estão permitindo, por exemplo, que qualquer estrangeiro nos Estados Unidos possa ser detido por tempo indeterminado, sem a necessidade de autorização judicial.

Leis que prevêm também uma maior desenvoltura dos agentes de segurança para monitorar ligações telefônicas e mensagens via internet – um velho desejo dos conservadores que, até hoje,

vinha sendo derrotado no Congresso. Propõe-se que sejam válidas perante os tribunais gravações e confissões obtidas por meios ilegais, inclusive tortura, desde que fora do território norte-americano.

“Nesse impulso, Bush projetou os Estados Unidos como força imperial declarada, voz única a ser seguida ou punida. “A vingança” e o “extermínio de santuários e até de Estados” passaram a ser, na hora e na forma, deliberações de uma só vontade, que deu por anuladas as leis e os tratados internacionais”, afirma o colunista Janio de Freitas (“Silêncio no Mundo”, Folha de São Paulo, 30/09/01, p. A5).

Mais adiante, neste mesmo artigo, este colunista alerta para o que a política belicista-expansionista do governo Bush vem produzindo, em especial com relação à ONU: “toma-lhe as atribuições, esvazia-a, nega-a como poder normativo das relações internacionais e como foro deliberativo e interveniente quando, como, e onde a convivência pacífica a requeira” (idem).

A liberdade de expressão, em solo norte-americano, também vem sofrendo sérios, perigosos e preocupantes revezes: jornalistas têm sido demitidos por fazer críticas ao governo Bush; anunciantes suspendem patrocínio a programas mais questionadores e o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, afirmou que as organizações noticiosas e os americanos, “em tempos como estes”, devem “prestar atenção ao que dizem e ao que fazem” (Jornal do Brasil, 29/09/2001, p. 12).

Nesta escalada terrorista global abriu-se, no Brasil, em final de setembro último, um escritório do serviço secreto norte-americano, na cidade de São Paulo. Informam que operações semelhantes já funcionam em Paris, Londres, Moscou e Hong Kong. “Ele se destinaria a aprofundar a colaboração entre os governos dos dois países para reprimir a lavagem de dinheiro e, se for o caso, trocar informações sobre movimentos terroristas” (Elio Gaspari, O Globo, 26/09/01, p.7)

Ou seja, já funcionam no Brasil, escritórios da DEA (combate ao tráfico de drogas), do FBI e da CIA e agora um outro da comunidade de informações da embaixada norte-americana.

Assiste-se, assim, capitaneada pelo governo Bush, a uma perigosa exacerbação das políticas militarizadas de segurança pública e a uma abusiva intromissão nos países ocidentais, considerados aliados dos Estados Unidos.

No estado do Rio de Janeiro, acompanhando essa perversa e perigosa conjuntura que vem sendo produzida a nível internacional, o antigo Secretário de Segurança Pública, coronel Josias Quintal, ex-analista de informações do DOI-CODI/RJ, em setembro de 2001, apressou-se em criar uma unidade anti-terrorismo. Importante esclarecer que seu nome já foi denunciado pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e o Centro de Justiça Global diante do Comitê Contra a Tortura da ONU, em 2001, e que, sob sua gestão, a segurança pública em nosso estado foi sendo gradativamente militarizada. Esta unidade anti-terrorismo não foi adiante devido ao repúdio público de diversas entidades de direitos humanos.

Assim, deve-se estar atento, pois uma nova era, que marca o início do século XXI, vem se anunciando. Uma era preocupante onde as doutrinas de segurança nacional e os terrorismos de Estado se globalizam, se tornam mundiais.

As entidades de direitos humanos devem procurar ferramentas para combatê-los; não temê-los, mas conhecê-los e também globalizarem-se através de redes de solidariedade e de apoio mútuo. Isto sem dúvida vem ocorrendo, quando percebemos que, apesar das limitações à liberdade de expressão, apesar do poderio dos meios de comunicação no sentido de nos fazerem crer que esta guerra é necessária, resistências estão acontecendo. Intelectuais, articulistas têm realizado análises lúcidas e importantes para que possamos entender melhor este momento. Manifestações pela paz contra a política belicista de Bush vêm ocorrendo em diferentes partes do mundo e no próprio coração dos Estados Unidos. Comitês de apoio ao povo palestino têm se constituído em diferentes cidades do Brasil e do mundo. Intelectuais, militantes, parlamentares têm realizado visitas de solidariedade aos territórios ocupados, trazendo para o mundo denúncias das graves violações que vêm acontecendo nestas regiões.

Neste cenário agravam-se as condições para atuação dos defensores de direitos humanos.

PARA COMPREENDER O TEMPO E A HISTÓRIA
Recortes do livro *O fio e a trama*, de Ivan Domingues³⁵

Apresentação

Metáfora do fio e da trama:

[...] “o **fio** evoca o tempo e põe em relevo a substância intangível com cuja ajuda a história é tecida o construída: o fio do tempo. De outro, a **trama** designa a história e seu artífice (o próprio tempo, qual um deus; as moiras; a fortuna; a providência divina; o homem). Ao ligar estes dois aspectos, poder-se-á pensar [...] duas figuras da temporalidade ao gosto dos antigos e dos modernos. Uma delas é a figura do tempo da história como algo substancial e endógeno (é o próprio tempo quem tece a história e ata os homens e os acontecimentos com seus fios invisíveis, assim como a aranha tece a teia com a matéria que ela segrega e nela enreda sua vítima). A outra é a figura do tempo da história como construção ou artefato (a história como estrutura; a narrativa histórica como trama, com princípio, meio e fim; o tempo da história como artefato literário etc.). (p. 11).

CAP. 1: Experiência do tempo e da história

Experiência do tempo e da história (Apresentação)

[...] “a díade tempo/eternidade é constitutiva da experiência da temporalidade” [...] (p. 12).

História: como modo de ser das coisas ou devir

Historiografia: história como modo de conhecimento das coisas.

[...] “ao invés de aprofundar a experiência do e efêmero e de valorizar o tempo em si mesmo e por si mesmo, o que os homens desde as épocas mais remotas fizeram, ao experimentarem a presença fugaz do efêmero e a ação corrosiva do tempo, foi dar um jeito de esvaziá-la e mesmo de negá-las simplesmente, ainda que soubessem que não poderiam subtrair-se delas e colocar-se de todo a seu abrigo. Ao contrário do que pensava Dilthey, esta busca de um elemento estável não tem que ver com a natureza do pensamento que precisa de um ponto fixo para pensar o móvel e de um elemento permanente para pensar o cambiante, mas, sim, com a natureza profunda do próprio homem, que suporta mal a idéia do efêmero, tem uma dificuldade imensa para lidar com o novo, o fortuito e o imprevisto, e faz de tudo para afastar o tempo com seu cortejo de sofrimento, decadência e morte” (p. 18).

“De sorte que, tanto quanto a intuição do efêmero, o desejo da eternidade é constitutivo da experiência humana da temporalidade desde as épocas mais recuadas, testemunhando que tal experiência se dá ao modo de uma díade e não propriamente como algo de valência única ou coisa parecida, a saber: a dupla inscrição do homem e dos negócios humanos no registro do tempo, assentada na caducidade das coisas, e também no registro do eterno, motivada pela busca do perene e da estabilidade, que leva à evasão do tempo e à procura de um plano no real que se poria ao abrigo de seu campo de ação” (p. 19).

Para se proteger do tempo e da história, os humanos contam com dispositivos: o instinto, o hábito, a memória, o esquecimento e a consciência.

“Conhecemos pelo instinto e pelo hábito. Se é verdade, como diz Alquié, que – diferentemente do instinto, que é um puro automatismo sem relação com o passado e a mera repetição do presente – o hábito é o passado pesando sobre o presente e fixado no presente, não é menos verdade que a função de ambos é parecida na luta da vida contra o tempo: negando a mudança, elevando-se contra o devir e insurgindo-se contra o novo e o imprevisto, ambos terminam por instalar uma certa continuidade na ordem do tempo, uma certa fixidez no modo de ser dos homens e uma certa permanência no curso das coisas humanas, dando origem ao que os gregos chamavam de *éthos*, uma espécie de segunda natureza em que os homens se põe ao abrigo da ação do tempo e da atividade desintegradora da história” (p. 20).

³⁵ DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*: reflexões sobre o tempo e a história. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
Elaborado por Paulo César Carbonari.

“Já a memória deve ser vista não, sem mais, como o órgão do tempo e do passado, como quer H. Arendt, mas, sim, como diz Alquié, a faculdade do eterno e do presente, que conserva o passado no presente e o faz aderir a nós, a ponto de se confundir conosco. E mais: uma faculdade que só mais tarde, não sem opor resistência, vai reconciliar-se com a história, dissociar-se do presente e abrir-se ao passado, instalando um passado morto estranho a nós e procurando animá-lo e dar-lhe vida por si e em si mesmo, com viu muito bem Le Goff” (p. 20-21).

“Quanto ao esquecimento, é preciso ver nele antes de mais nada o outro da memória, a faculdade que permite apagar o tempo ou, ao menos, na impossibilidade de apagá-lo de todo, esvaziá-lo ou empalidecê-lo, permitindo aos homens, como diz Eliade, suportá-lo como uma dimensão da existência, mas sem interiorizá-lo e transformá-lo em consciência. É preciso ver em sua ação não somente uma atividade puramente negativa, uma espécie de esponja que apaga a memória e desfaz as marcas do tempo, mas uma atividade positiva que instala o eterno e se abre ao ser, animada pela sede do ôntico e pelo desejo de permanecer, como no-lo mostra a atitude do homem arcaico que, com o mesmo ímpeto que se esforça por lembrar-se dos gestos inaugurais dos seres arquetipais e guardá-los na memória, se esforça também por se esquecer e apagar a memória de tudo aquilo que cai no tempo e traz o selo de sua ação corrosiva: o novo, o imprevisto, o efêmero” (p. 21).

A consciência, como o nota Alquié, é [...] “a faculdade do eterno por excelência, com seu poder notável de se desprender da cadeia temporal e de se furtar à ação do tempo, sendo-lhe indiferente marchar de frente para trás ou de trás para frente, desafiando toda cronologia, pondo-se no passado, instalando-se no futuro, refugiando-se no presente” (p. 21).

Por fim, o papel da linguagem, “extensão da consciência e também da memória, cujo poder de instalar a continuidade do tempo foi apontado por Gadamer” (p. 21). Também o papel das instituições: “que não somente se furtam ao tempo, mas ainda se voltam e se organizam contra ele, assegurando outros tantos elementos de permanência e coesão, sem os quais a humanidade ficaria desprotegida e nele se desintegraria” (p. 21).

“Por um lado, os órgãos dos sentidos dão aos homens a capacidade de notar a individualidade. Por outro, a consciência dá-lhes o poder de marcar a caducidade das coisas – poder e capacidade que, em verdade, não são infinitos, haja vista que os homens não podem representar o tempo, menos ainda a ação do tempo, a não ser indiretamente, por meio das coisas e dos efeitos do mesmo sobre elas” (p. 21-22).

Segundo Eliade (apud Domingues), “o que é notável na memória coletiva dos povos, em que pesem esses poderes, é que ela dificilmente retém os acontecimentos *individuais* e personagens históricos *autênticos*. Isto porque ela funciona de outra maneira, mediante estruturas diferentes: categorias ao invés de acontecimentos, arquétipos ao invés de personagens históricos” [...] “Sintoma disso, segundo Eliade, é o fato de que a lembrança de um acontecimento histórico ou de um personagem autêntico não subsiste por mais de dois ou três séculos na memória dos povos. Depois simplesmente se converte em mito, sendo o personagem histórico assimilado ao seu modelo arquetipal (herói) e o acontecimento integrado na categoria de ação mítica (façanha) [...] (p. 22).

Tempo Sagrado e tempo profano são simultâneos na compreensão mítico-religiosa e se caracterizam por três notas: realidade, continuidade e reversibilidade (p. 22-23).

Noção de tempo para as sociedades arcaicas e na filosofia antiga e judaico-cristã: escapar do tempo e evadir-se à eternidade (p. 23-38).

Noção de tempo na modernidade: escapar da eternidade pela afirmação da contingência do tempo (p. 38-46).

CAP. 2: Elaboração da experiência do tempo e da história

Elaboração da experiência do tempo e da história (Apresentação):

[...] “arrei uma espécie de trilema com vistas a mostrar quanto o problema da temporalidade é refratário à elaboração teórico-conceitual e, assim, melhor avaliar o que se perde dessa

experiência quando ela vem a ser elaborada. Assim, estabeleci: 1) quando a filosofia fala do tempo da história fala, na realidade, do tempo e não da história; 2) quando a historiografia fala do tempo da história, fala da história e não do tempo; 3) quando a hermenêutica da história, como a de Ricoeur, que opera na extensão da filosofia da historiografia, fala do tempo da história, fala não do tempo da história mas do tempo da historiografia (tempo da narrativa) – em todas elas perdendo-se justamente o tempo da história enquanto tal, constituído pela díade tempo/eternidade”. (p. 12).

[...] “quando a historiografia fala do tempo da história fala na realidade da história (dinastias, guerras, intrigas, agentes, motivações, mentalidades etc.) e não do tempo (mesmo quando fala do tempo: ciclos, sucessões, rupturas, avatares, repetições, etc., fala com efeito do tempo do mundo, do tempo da alma, do tempo da geografia, do tempo do calendário, e não do tempo da história). Daí a elucidação de seu impedimento ou de sua impossibilidade de fazê-la: simplesmente, quando é elaborada a experiência do tempo e da história, o elemento próprio dessa experiência e também do tempo histórico (o acontecimento) é recalcado (ao ser integrado na série de causas e subsumido no sistema de leis); o tempo é abolido e o devir, anulado” [...] (p. 77).

[...] “a filosofia, quando fala do tempo da história, fala do tempo (tempo do mundo, tempo da alma, tempo da vida) e não da história. Daí a elucidação de sua impotência ou impossibilidade de fazê-lo: a exemplo da historiografia, ao elaborar o elemento próprio da experiência do tempo e da história e também do tempo histórico (o acontecimento), o acontecimento é recalcado, o tempo é esvaziado e o devir, abolido” [...] (p. 88-89).

[...] “a hermenêutica, quando fala do tempo histórico, fala do tempo da historiografia (tempo da narrativa) e não do tempo da história. Daí a elucidação de sua impotência ou impossibilidade: ao elaborar o elemento próprio da experiência do tempo e da história e também do tempo histórico (o acontecimento), a hermenêutica desliza do acontecimento ao sentido (idealidade), o qual, ao invés de se estabilizar, explode numa constelação de sentidos, em virtude da própria ação do tempo, sem que os conectores temporais da narrativa dêem conta dele, de modo que mais uma vez o acontecimento é recalcado, o tempo (do acontecimento) é esvaziado e ao devir, abolido” [...] (p. 93).

“Para sairmos desse impasse e instalarmos o tempo da história em sua soberania, deveríamos abandonar o paradigma da linguagem, voltar ao paradigma do ser e instaurar uma nova ontologia (p. 93).

Caberia a esta ontologia: 1) fixar o laço entre o tempo e a eternidade, constitutivo da experiência da temporalidade, cuidando de não aferrar-se a uma oposição abrupta entre as duas figuras com que tradicionalmente se pensa o tempo, a duração e a sucessão; 2) restabelecer a transcendência, a potência e a universalidade do tempo, em íntima conexão com a imanência, a efemeridade e a singularidade dos acontecimentos, assegurando a especificidade das diferentes formas de temporalidade e integrando-as numa ordem temporal organizada em níveis superpostos ao modo de instâncias, onde cada segmento do tempo se modaliza ao ser preenchido pelos objetos que o habitam, mas também afeta tais objetos, determina os segmentos temporais co-vizinhos e é co-determinado por eles: na base, estando o tempo do mundo; no meio, os tempos da vida e da alma, este cindido em tempo da consciência e do inconsciente; no topo, o tempo da história; 3) fundar o tempo da história na ação (afinal, a história é a narrativa das ações e feitos dos homens), pensada não como ato da linguagem ou privação do ser (falta), mas como práxis e criação (aquisição) do ser, relativa a um ser lacunar, aberto e indeterminado, que só se preenche, se determina e supre suas lacunas no tempo (tempo histórico), definindo-se como criação contínua de si mesmo, contingência e liberdade (p. 93-94)

Voltada para um ser aberto, indeterminado e lacunar, tal ontologia deve ser suficientemente *fraca* para evitar a reificação do tempo num tempo endógeno único e substancial, a exemplo do mito e das tragédias antigas. Voltada para uma forma de saber que se propõe a pensar a queda do ser no tempo, a incorporar o acontecimento e a integrar o imprevisto, a contingência e a liberdade, tal ontologia deve ser suficientemente *forte*, e mesmo mais forte e poderosa do que a antiga, para evitar o estilhaçamento do tempo numa multiplicidade de tempos particulares, como nas ciências positivas (afinal, só há filosofia da ação e uma metafísica do tempo *fortes*, com base numa ontologia *fraca*) (p. 94).

A nosso ver essa é a tarefa que desponta do fracasso da reflexão filosófica, historiográfica e hermenêutica acerca do problema do tempo e da história. Sua instauração de novo nos conduzirá à filosofia da ação de Aristóteles, porém sem seu ontobiologismo, ao *conatus* de Espinosa, dissociado, todavia, de seu necessitarismo, e à analítica do *Dasein* de Heidegger, depurada de seu viés fenomenológico, com o qual não se pode instalar a transcendência, a potência e a universalidade do tempo, mas mantido seu viés 'existencial', sem o qual não se pode dar expressão ao 'trágico' da experiência do tempo e da história. Seu desafio consistirá em propor uma nova abordagem da temporalidade (uma abordagem prático-transcendental [...]), a qual se encarregará de fundar na experiência viva da ação a co-presença do efêmero ao eterno. Co-presença que, com a mesma força de necessidade que leva à vertigem da queda da alma no puro nada ante a solidão da morte, a exemplo dos filósofos da existência, conduz à miragem da ascensão da alma ao céu do absoluto, diante da luz do sol que ofusca, como nos filósofos do eterno em sua busca da terceira margem do rio, que a levaria até ele..." (p. 94).

CAP. 3: Ordenação dos acontecimentos: necessidade, contingência e liberdade

Ordenação dos acontecimentos históricos no tempo (Apresentação):

Propõe [...] "a abordagem prático-transcendental. Pata tanto, procuro articular os temas da necessidade, da contingência e da liberdade com o intuito de mostrar: 1) que a necessidade que governa as matérias históricas é uma necessidade de tipo *fraco*; 2) que, sendo uma necessidade de tipo fraco, ela está associada ao acaso ou à contingência; 3) que a contingência é o fundamento da liberdade, a qual só é pensável no horizonte da necessidade" (p. 13).

Aporia do tempo e do acontecimento:

[...] "é o acontecimento anterior ao tempo, ou, ao contrário, o tempo é anterior ao acontecimento?"

Características histórico-filosóficas do acontecimento:

[...] "1) a singularidade, visto que em sua imediatidade os acontecimentos são afetos ao indivíduo, ao concreto, ao único e ao empírico [...]; 2) a irreversibilidade, uma vez que em sua concretude, o acontecimento, além de único, não se repete nem volta atrás [...]; 3) a efemeridade, posto que em sua unicidade os acontecimentos são acidentes [...] e são desde logo marcados pelo selo da fugacidade, da transitoriedade e da atualidade" [...] (p. 102).

Como pensar os acontecimentos do mundo dos homens de forma que, conquanto sejam necessárias as conexões e constringentes as forças que os governam, seja possível a emergência do novo, do imprevisto e do diferente?

[...] "1) quanto à operação de elaboração conceitual dos acontecimentos em fatos (1º passo), é preciso introduzir o princípio da indeterminação do ser, um pouco como em Aristóteles, para quem a 'matéria' tem sempre algo de amorfo e indeterminado, e com mais razão ainda – acrescentamos nós – as 'matérias históricas', às quais um fundo aleatório ('imprevisto') sempre acompanha; 2) quanto à operação de atribuição de conexões necessárias aos acontecimentos (2º passo), é preciso 'enfraquecer' a necessidade e introduzir a contingência, um pouco com o em Demócrito, para o qual os átomos se agregam 'espontaneamente', girando ao redor de si mesmos, sem nenhum motivo ou fim particular a perpassá-los (dado de fato); 3) quanto à operação de estabelecimento das leis que regulam os acontecimentos (3º passo), é preciso a) 'enfraquecer' as leis (associando-as a um tempo a uma necessidade de tipo fraco e a uma forma *soft* de causalidade), b) introduzir um princípio de variação (levando às leis a contingência ou ao acaso) e abrir as forças que as operam ao tempo enquanto tal (para pensarmos a mudança e incorporarmos o novo)" (p. 113-114).

Como pensar a relação entre os acontecimentos na sucessão temporal, as rupturas e a emergência do novo?

[...] "1) do lado da relação temporal, envolvendo o passado, o presente e o futuro, é preciso a) enfraquecer o vínculo de necessidade que liga os acontecimentos entre si no fluxo do tempo de modo a associá-los ao acaso ou à contingência (necessidade fraca); b) alargar a esfera do presente, dissociando-o do instante, de modo a abrigar aqueles acontecimentos dotados de um poder estruturador capaz não só de fixar o novo no real, como também de produzir efeitos de longa duração, a exemplo das revoluções que, se são da ordem dos acontecimentos, não cabem num tempo instantâneo ('present élargi'); c) introduzir o seguinte esquema para pensar a relação entre o passado, o presente e o futuro: passado necessário (pois os acontecimentos ocorridos no

passado, uma vez ocorridos, não podem ser revertidos, mesmo que em sua origem esteja algo contingente) / presente (in)definido (em parte determinado pelo passado, em parte voltado para o futuro, em parte dobrado sobre si mesmo, enquanto tempo da (re)atualização, da criação e da urgência da ação) / futuro aberto (determinado pelo passado, porém criado no e pelo presente, que é a instância propriamente geradora da temporalidade); 2) do lado da ruptura da cadeia dos acontecimentos na sucessão temporal, é preciso associar ao tema da afirmação (progressão) do tempo, do tempo-fluxo, que é o tempo da dissolução, da dispersão e da fragmentação do ser, e também de sua realização, condensação e expansão, ele próprio irreversível e apontado sem cessar para a frente, o tema da negação do tempo (reversão) pelo espírito, como viu Santo Agostinho, mostrando que este, por meio da operação não só instala o tempo psicológico, subvertendo o antes e o depois da sucessão temporal (a memória, ao reter o passado, que não é mais, fixando-o no presente, a expectativa, ao se antecipar ao futuro, inscrevendo-o na atualidade do presente: ao fazê-lo, algo do que precede acrescenta-se ao que sucede e, inversamente, alguma coisa do que sucede é acrescentado ao que precede, e, por isso mesmo não mais o precede nem o sucede mais), b) como também tem o poder de instaurar o tempo histórico, que é segundo ele o tempo escatológico da espera e da redenção da história da salvação, e ainda – acrescentamos nós – o tempo utópico/ideológico da reforma da humanidade e da revolução política, o tempo mítico da decadência, do eterno retorno e do regresso à origem – tempo esse reversível e apontado seja para frente (como nas escatologias milenaristas, nas utopias laicas e nas ideologias da revolução – voltadas para o futuro), seja para trás (como nos ideais tradicionalistas e nos ideários retrógrados – voltados para o passado), seja para o aqui e agora (como nas concepções imobilistas, quietistas e conservantistas – voltadas para o presente); 3) do lado do novo, é preciso associar ao devir temporal a) um princípio de permanência, sem o qual o novo não se fixa e se desintegra, e b) um princípio de variação, sem o qual o tempo instala não a alteridade e a novidade, mas a interação do uno e do mesmo, a exemplo do móvel de que nos fala Aristóteles, que percorre os intervalos temporais e se mantém incólume, sem alterar sua natureza – antes e depois de iniciado o movimento” (p. 141-142)

“Não podendo ser atribuída ao acontecimento a força que o irrompe e o governa (afinal, os acontecimentos não se bastam, supõem ações, agentes e processos), nem a algo absolutamente transcendente (a potência do destino, da fortuna, da providência), mas ao homem – eis então fechado o círculo do tempo histórico e encontrada a chave de sua instauração: o princípio de permanência e de variação, do aleatório e do necessário, do mesmo e do novo, é o homem. Eis também encontrados a instância e o fundamento donde derivar o tempo da história, bem como seus esquemas de permanência e seus elementos de variação: a instância é a ação e o fundamento é o homem – sujeito da ação (agente), ser de carência e de desejo (necessidade) e ser de artifício e de invenção (contingência). Eis, enfim, desfeito o nó (aporia) que atava a reflexão sobre o tempo e a impedia caminhar (é o tempo um marco vazio ou uma realidade substancial?). pois ao fim e ao cabo desse percurso em que a realidade e a potência do tempo são finalmente afirmadas, descobre-se que o tempo da história não tem nada de endógeno (realidade substancial), nem de uma abstração pura e simples (quadro ou moldura), mas é algo construído pelo homem. Este, embora não tenha o poder de criar o tempo do mundo (afinal, não é um deus), tem ao menos o poder de modificá-lo e de instaurar um ente derivado – o tempo da história, o tempo dos acidentes, das ações e das realidades móveis dos processos (devir) –, nele abrigando a morada de seu ser (ser histórico) e nele se determinando como criação de si mesmo e sujeito de liberdade” (p. 157).

Relação entre necessidade e liberdade

“Tal caminho de novo nos levaria à ontologia, à ontologia da ação, que, além de estabelecer o primado do ato sobre a potência, tomando o acontecimento como modo de ser do devir em sua efetividade, no presente atual (*hic et nunc*) e na atualidade do agir, se daria por tarefa (verdadeiro desafio) ajustar o princípio de indeterminação do ser, sem o qual não há contingência nem liberdade, ao princípio da autodeterminação do ser, sem o qual não há vínculo de necessidade nas matérias históricas nem ação regrada no mundo dos homens (p. 167).

Caberia a essa ontologia, com respeito à liberdade, na sua qualidade de poder ou potência (*libertas potentiae*), ajustar ainda: 1) o princípio da afirmação do ser, reconhecendo nela um infinito poder de criação, de invenção e de afirmação do ser na atualidade do agir, 2) ao princípio correlato de negação do ser, acolhendo-a também como infinita potência do negativo (Hegel), em

sua capacidade ilimitada de negar as múltiplas formas do existente, de plasmar outras novas e até mesmo de suspender o devir e de subverter o curso do tempo em sua infinita duração (p. 167).

Ajustados esses princípios, associando-o à primazia do ato sobre a potência, poderíamos, portanto, pensar o nexa de necessidade que perpassa as matérias históricas e leva a algo como a programação temporal dos seres vivos e das sociedades dos homens, a qual requer um certo intervalo de tempo para levar a cabo suas virtualidades. E também pensar a ação prospectiva do homem sobre o tempo, ação que o leva a retroagir sobre tal programação, modificando-a, e que requer, por sua vez, a liberdade. Não a liberdade abstrata, incondicionada e vazia do filósofo, mas uma liberdade regrada, que tem no meio histórico seu *médium* de atuação e na ação dos homens seu solo e fundamento último (p. 167).

Como o nexa de necessidade e contingência, também o vínculo entre a liberdade e a necessidade se instauraria por deriva e seria da ordem dos fatos (simplesmente surge na linha do tempo). Um nexa que não tem nada de inelutável ou de inexorável, é verdade, mas que, não obstante, é dotado de um poder estruturador capaz de inscrever uma nova ordem e num novo mundo no real – a ordem da história e o mundo da cultura –, o qual só será desfeito no dia em que não houver mais homens e que a aventura da existência tiver chegado ao fim. Nesta ocasião o destino, desta feita completamente dissociado da liberdade, deverá recolher-se por completo na natureza, onde terminará por desaparecer, sem ter mais sobre quem exercer seu poder absoluto de vida e de morte” (p. 167-168).

CAP. 5: Verdade, tempo e história

Articulação entre verdade, tempo e história (Apresentação):

[...] “a verdade histórica é tributária do *élenchos* dos tribunais gregos e das *veritas* da tradição jurídica latina, com suas exigências de autenticação, de testemunhos e de garantias”.

Duas perspectivas:

[...] “1) a perspectiva objetivista, em que a verdade é do objeto, o tempo é do objeto e a história é do objeto; 2) a perspectiva subjetivista, em que a verdade é do sujeito, o tempo é do sujeito e a história é do sujeito [...] para concluir [...] de um lado, pela necessidade de despir o objeto e o sujeito da sua pretensa qualidade de fundamento do conhecimento e de *métron* da verdade; de outro, pela substituição, na esteira de Borges, pelo próprio tempo que, ao herdar tais qualidades (fundamento e *métron*), passa a ser o verdadeiro artífice do discurso e o verdadeiro mestre da verdade histórica enquanto tal” (p. 13-14).

SUGESTÕES DE LITERATURA

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

ARIÈS, P. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70

RICOEUR, Paul. *Eu-mesmo como um outro*.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A gramática do tempo: por uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

REDEMOCRATIZAÇÃO: contradições contemporâneas³⁶

O fim da ditadura militar completa 20 anos. Ele resultou da prolongada luta do povo pela democracia, durante a qual foram gestados os programas que ainda se enfrentam no cenário político e no governo

José Carlos Ruy

"Acabou a ditadura! O povo volta a sorrir", dizia a manchete de 21 de janeiro de 1985 do jornal Tribuna da Luta Operária, registrando a vitória em 15 de janeiro de 1985 do candidato das oposições à presidência da República na última eleição indireta, em que Tancredo Neves teve 480 votos contra os 180 de Paulo Maluf, candidato do PDS, dos generais e das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.

Foi o ápice de um movimento que, em 1974, havia dado um salto com a surpreendente vitória eleitoral do partido da oposição legal à ditadura, o MDB. A Arena, partido dos generais e da direita, até então tinha maioria eleitoral nos pleitos realizados em condições democraticamente restritivas. Em 1966, por exemplo, teve 14,5 milhões de votos (59%), contra 10,1 milhões do MDB (41,1%), mas ficou com 277 deputados, contra 132 do MDB – isto é, ficou com 67,7% das cadeiras na Câmara Federal (obtendo maioria absoluta de 2/3) contra 32,3% da oposição.

Aquela eleição pode ser encarada como o começo da mudança. Nela, a oposição teve 59% dos votos para o Senado, elegendo 16 dos 20 senadores, e 48% para a Câmara Federal, obtendo 165 dos 364 deputados federais. A resistência democrática ganhou, então, um impulso de massa que, partindo do enfrentamento contra a ditadura em assembleias populares e, depois, de passeatas, fortaleceu sua representação no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, na dialética entre a rua e o parlamento, característica da transição brasileira.

As ações armadas, na cidade e no campo, em especial, a Guerrilha do Araguaia – em que pese o desgaste que impuseram ao regime – haviam sido vencidas pela repressão feroz e a resistência contra a ditadura começava a tomar a forma de ações de massa, sinalizadas pela eleição de 1974 e também pela movimentação das classes médias, dos trabalhadores e dos moradores das periferias das grandes cidades.

A onda democrática começou a crescer inicialmente na forma do clamor pela anistia, exigência colocada desde o início da ditadura. Em 1975, a fundação do Movimento Feminino pela Anistia ajudou a popularizar aquela bandeira e, quando o Comitê Brasileiro pela Anistia foi criado, em 1978, ele surgiu como instrumento da massificação e fortalecimento da luta, desembocando na anistia de 1979 que, embora limitada, inaugurou uma nova etapa com a volta à ação aberta de lideranças populares e progressistas relegadas, até então, à clandestinidade ou ao exílio. A lei de anistia também ampliou o espaço democrático ao criar condições para a volta à atividade, embora em condições ainda semiclandestinas, de organizações políticas populares que os militares tentaram, sem êxito, banir. Como o PCdoB, que voltou a atuar às claras e, desde 18 de outubro de 1979, publicou seu jornal de massas, a Tribuna da Luta Operária, um instrumento fundamental para a reorganização do Partido e intervenção na luta política em curso.

Embora os generais e os políticos conservadores e de direita tenham se proposto, com a ditadura, eliminar a luta de classes, ela continuou mesmo nas condições extremamente desfavoráveis da ditadura, exprimindo-se nas formas elementares típicas dos períodos de repressão e perseguição policial. Para os trabalhadores a política econômica da ditadura teve como resultados o arrocho salarial, o autoritarismo nas fábricas e locais de trabalho, e a degradação das condições de vida. Quando as populações da periferia das grandes cidades voltaram a se movimentar, os dirigentes e militantes populares buscavam as brechas possíveis para sua organização. A Igreja católica teve, então, um importante papel como um "guarda-chuva" que abrigou esses lutadores do povo, destacando-se, entre eles, os comunistas. Eles defendiam o atendimento de necessidades imediatas, como creches, transporte, água e saneamento. Foi assim que surgiu, em 1973, a Carta das Mães da Periferia de São Paulo, contra o alto custo de vida. O movimento cresceu e levou à criação, em 1977, do Movimento do Custo de Vida (mais tarde rebatizado como Movimento Contra a Carestia), em uma assembleia popular realizada em São Paulo, com mais de sete mil pessoas, que lançou o abaixo-assinado pelo congelamento dos preços, um eficiente instrumento de mobilização e organização

³⁶ Revista Princípios, nº 77 – Disponível em www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=77&cod_not=566 Acesso em 16/07/2007

popular que, até agosto de 1978, reuniu 1,3 milhão de assinaturas dirigidas ao presidente da República, general Ernesto Geisel.

Em 1977, importantes setores também irromperam no cenário político, como os juristas e os estudantes. Os primeiros marcaram sua posição com a Carta aos Brasileiros, divulgada em 11 de agosto de 1977, iniciativa de professores da Faculdade de Direito de São Paulo, entre eles Goffredo da Silva Telles. Assinada por 100 juristas, ela exigia a volta do Estado de Direito e a convocação de uma assembléia constituinte. Os estudantes já haviam se destacado na luta contra a ditadura nas décadas de 1960 e 1970, tendo perdido importantes líderes, como Honestino Guimarães, assassinados sob tortura em 1973. A UNE e outras organizações, como UEEs e UBES, praticamente deixaram de existir desde então; elas começam a renascer em 1977, com a volta dos estudantes às ruas, pela anistia e pelas liberdades democráticas. Em setembro desse ano, a PM paulista ocupou a PUC/SP para impedir a realização do 3º Encontro Nacional dos Estudantes, mas, mesmo jogando bombas – que feriram gravemente algumas estudantes – e prendendo milhares, não teve êxito. O 3º ENE criou, naquela data, a Comissão Pró-UNE cujo resultado foi a reorganização da UNE, no 31º Congresso, de 31 de maio de 1979.

Se 1977 foi o ano dos estudantes e dos juristas, 1978 assistiu à emergência dos trabalhadores, cujas assembléias contra o arrocho salarial cresciam desde 1977 e, com elas, a articulação entre aqueles que eram, na época, chamados de sindicalistas autênticos. Sua vanguarda foi os metalúrgicos do ABC paulista – principalmente de São Bernardo do Campo –, mas reunia também sindicalistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul etc. E mobilizava, além de trabalhadores da indústria, bancários, professores, médicos, funcionários públicos e outras categorias que, nas décadas anteriores, foram proletarizadas e submetidas a condições de e trabalho semelhantes às do proletariado tradicional.

Em 12 de maio de 1978, a greve dos operários da Saab Scania, em São Bernardo do Campo, foi o estopim do grande movimento grevista que rompeu o silêncio imposto pela repressão às greves de Contagem e Osasco, de 1968.

O auge do movimento dos trabalhadores foi a greve do ABC de 1980, que infringiu uma derrota decisiva ao projeto de abertura restrita e limitada dos generais. A ditadura mobilizou forças policiais e militares, tentou cooptar lideranças moderadas, prendeu, impôs perdas econômicas aos trabalhadores. Tudo em vão e, nos anos seguintes, a luta de massas continuou e se aprofundou com a reorganização das entidades centrais, cujo marco foi a realização da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), em agosto de 1981 e a fundação do Partido dos Trabalhadores em fevereiro de 1980. Alguns anos depois, os trabalhadores rurais que lutavam pela reforma agrária fortaleceram a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e também organizaram o MST, criado em janeiro de 1984. Os latifundiários, por sua vez, criaram a UDR em agosto de 1985.

Esse também foi um período de ações terroristas da repressão. Nos anos anteriores, seu principal alvo foi as organizações clandestinas, muitas das quais promoveram ações armadas para fomentar a resistência popular. A ação repressiva eliminou-as prendendo, torturando e assassinando seus líderes e militantes. Depois de 1974, a repressão continuou, refletindo a disputa, nos marcos do regime militar, entre os que preconizavam uma abertura controlada e limitada, e o aparelho repressivo avesso a qualquer concessão democrática.

O assassinato do jornalista Wladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, provocou uma onda de indignação que envolveu a classe média, e o ato ecumênico em sua memória em 6 de novembro de 1975, reuniu 8 mil pessoas na Catedral da Sé em São Paulo, sendo a primeira manifestação aberta contra a ditadura desde o final dos anos 60.

Juntamente com o assassinato, também sob tortura, do operário Manoel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, e a Chacina da Lapa, em 16 de dezembro de 1976, onde dirigentes do PCdoB foram mortos a tiros e outros presos, foram episódios sangrentos dessa disputa.

Os agentes da repressão, aparentemente, mudaram a forma de agir. Antes, prendiam, torturavam e matavam sob proteção da máquina repressiva da ditadura. Agora, os avanços democráticos pós-anistia impediam essa desenvoltura, e eles voltaram-se à ação terrorista aberta. No governo do general Figueiredo explodiram bombas em bancas que vendiam jornais da imprensa independente e enviaram cartas-bombas a entidades como aquela que, em 27 de agosto de 1980, matou a secretária da OAB, Lyda Monteiro; em 30 de abril de 1981, dois agentes “acidentaram-se” ao tentar explodir uma bomba num show pelo dia do trabalho que ocorria no Riocentro, Rio de Janeiro. Essa onda terrorista scandalizou os setores mais moderados, afastando-os da ditadura.

Era um quadro de crise em agravamento e crescimento do descontentamento popular. O começo da década de 1980 foi marcado também pela crise do modelo econômico baseado no endividamento externo. A moratória mexicana teve forte repercussão internacional. No Brasil, a situação era de

recessão – a primeira desde a década de 1930 – com queda de 4,4% no PIB em 1981. Havia dificuldade para continuar a captação dos recursos externos essenciais para a manutenção do modelo e, em setembro de 1982 – o “setembro negro” –, o país foi salvo da bancarrota por um empréstimo de emergência do governo dos EUA; em novembro daquele ano foi feito o primeiro acordo com o FMI, que passou a monitorar a economia brasileira.

Tudo isso sinalizava o fim da ditadura e do modelo econômico implantado desde a década de 1950 e aprofundado pelos militares de 1964, de desenvolvimento baseado na desnacionalização da economia, em investimentos de multinacionais, na modernização conservadora do latifúndio com a proletarianização e expulsão para as cidades dos trabalhadores rurais, no arrocho salarial.

Em 1982, outro passo importante na busca da normalidade democrática foi a eleição direta de governadores – a primeira desde 1965 – levando destacados líderes oposicionistas ao executivo em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outros sete Estados, totalizando a maior parte do poderio econômico, da população e do território nacional. As oposições estavam agora, depois de décadas, em condição de usar aqueles governos como alavancas para impulsionar a luta democrática. Pela primeira vez, desde 1964, a sucessão presidencial ganhou as ruas e teve uma influência popular decisiva, embora num ambiente de dificuldades que, em documento publicado em setembro de 1984, a direção nacional do PCdoB caracterizou como antidemocrático e de “grande descontentamento popular e crise em expansão”.

A campanha pelas Diretas Já ganhou o país em 1984, unindo as forças políticas democráticas sob o lema “quero votar para presidente!”, num movimento que teve importante participação dos comunistas. As marchas e comícios levaram mais de 8 milhões de pessoas às ruas das capitais e grandes cidades. Quando a emenda constitucional das diretas não conseguiu obter, em 25 de abril de 1984, no Congresso, os votos necessários para sua aprovação (ela teve 298 votos a favor, 22 a menos do que os 2/3 exigidos para a aprovação), iniciou-se outro esforço: “matar a cobra com seu próprio veneno”, como disse então o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e principal dirigente da campanha pelas diretas. A idéia era manter as ruas ocupadas e derrotar a ditadura no próprio colégio eleitoral espúrio que ela criou para homologar a indicação de seus presidentes.

As manifestações repercutiram entre os quadros da ditadura, cuja crise se aprofundou rapidamente, rachando o partido dos generais, o PDS, com o choque entre aqueles que defendiam a candidatura de Paulo Maluf com os partidários de uma alternativa mais palatável à exigência democrática crescente. A divisão foi consagrada em 11 de junho de 1984 quando José Sarney renunciou à presidência do PDS abrindo caminho para a aliança entre aqueles dissidentes e a oposição. Começava a nascer a Frente Liberal do PDS, formada por políticos como Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Aureliano Chaves, o clã catarinense dos Bornhausen, o próprio Sarney, políticos conservadores que se fortaleceram durante a ditadura e agora se isolavam da direita radical e fascista seguindo seu instinto de sobrevivência política. Eles formaram a base do PFL que, nas décadas seguintes, seria um dos principais eixos da política conservadora e neoliberal no Brasil.

A candidatura de Tancredo Neves à presidência começou a tomar forma depois de um esforço de convencimento em que o dirigente comunista João Amazonas teve papel importante. Em agosto de 1984, formalizou-se a aliança entre o PMDB e a Frente Liberal, para indicar Tancredo Neves como candidato oposicionista ao colégio eleitoral, e José Sarney como vice, com o compromisso de que aquele seria um governo de transição cuja principal tarefa seria a convocação de uma constituinte em 1986. No âmbito do campo popular e da esquerda, foi relevante o apoio do PCdoB a Tancredo, pois o Partido deu a sua candidatura o apoio de massa negado por correntes, como PT e PDT, que não apoiaram o candidato único das oposições.

Os anos finais da ditadura foram marcados também pelo embate em torno dos rumos do desenvolvimento. O modelo econômico dos militares se esvaía e a encruzilhada histórica em que o país se encontrava traduzia-se na busca de novos caminhos.

De um lado, os setores populares exigiam medidas como a suspensão dos pagamentos da dívida externa, a adoção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, medidas contra a espoliação do país pelo capital estrangeiro, reforma agrária, melhor distribuição de renda, entre outras. “O Brasil necessita de um novo regime e de um novo governo, de conteúdo democrático e popular”, defendia João Amazonas.

De outro, as classes dominantes insistiam no saneamento fiscal do Estado, privatização das empresas públicas, corte de benefícios sociais e liberdade de ação para o capital, programa já sinalizado em 1976, na campanha pela desestatização.

Na crise da ditadura, a burguesia industrial sentia-se ameaçada pela luta sindical crescente; o grande capital financeiro buscava uma política fiscal para garantir o pagamento de juros e a garantia dos contratos; os latifundiários temiam a reforma agrária.

As posições em confronto tomaram contornos mais nítidos com a aproximação da eleição para a constituinte. Um bom resumo do programa das classes dominantes foi feito pelo empresário Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, então presidente da Fiesp, no artigo “Contribuição para uma constituição Brasileira”, de 1985.

Nele, Bueno Vidigal Filho estabelece um paralelo entre democracia e liberdade para o capital, acusando o Estado de sufocar a iniciativa privada. A democracia, disse, se compara ao mercado, havendo “um perfeito paralelo” entre ela e o processo eleitoral”.

O objetivo de Vidigal era construir a nova ordem sob o comando do capital, mantendo as restrições à luta dos trabalhadores que existiam sob a ditadura. Assim, a “democracia econômica ‘possível’ não passa pelo favorecimento de grupos, mormente de sindicatos, no processo econômico”. Defendia a pluralidade sindical e as mesmas restrições ao direito de greve impostas pelos militares. Essa ampla defesa da liberdade para o capital aparece na condenação dos direitos sociais, que qualifica de “propósitos generosos, mas em geral sem execução” e na consideração de que a justiça social “não pode ser finalidade da ordem econômica”.

Querida também a privatização, apontando a “opressão” resultante da “atuação da infinidade de empresas estatais que controlam setores primordiais da economia”, e investia contra socialistas e comunistas que queriam regulamentar – ou mesmo abolir –, a propriedade privada. Contra a reforma agrária ele defende para o latifúndio a mesma proteção e tratamento requeridos para “todas as demais formas de capital”.

Por outro lado, a atuação do campo patriótico, democrático e popular na Constituinte, com suas propostas e a mobilização do povo para aprová-las, conseguiu registrar na Carta de 1987-1988 muitos direitos políticos e sociais que levaram conservadores e neoliberais a opor-se a ela desde o momento de sua promulgação e, na década de 1990, a promover profundas alterações que desfiguraram a intenção original dos constituintes.

Durante a transição democrática, que durou mais de uma década e teve uma evolução contraditória, emergiram as principais forças políticas e seus programas antagônicos que hoje continuam em disputa. A busca da normalidade democrática que uniu as correntes da grande frente antiditatorial não permitiu que se explicitassem, com clareza, os programas de reordenamento social defendido por cada uma delas. Projetos de desenvolvimento que foram ficando claros à medida que a crise da ditadura se aprofundou.

Para o povo e os trabalhadores, a superação da ditadura implicava na conquista do fortalecimento da democracia, na ampliação da soberania nacional, em mais renda, saúde e educação, em relações de trabalho democratizadas. Exigências difusas que confluíram no enorme prestígio alcançado, desde aqueles anos, pelo Partido dos Trabalhadores, e que se traduziu na iminência da conquista da presidência da República pelo candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, em 1989, com apoio do PCdoB e demais correntes progressistas e democráticas.

Mas foi o programa das classes dominantes que prevaleceu na ultrapassagem daquela encruzilhada histórica: com a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência da República, em 1989, e mantido sob Fernando Henrique Cardoso. Os anos seguintes à redemocratização foram, assim, marcados pelo conflito acirrado entre os dois modelos – o neoliberal e a exigência, que permanece, de um desenvolvimento autônomo e soberano, num quadro de crise ainda mais profunda, resultado do predomínio do projeto neoliberal durante a década de 1990.

José Carlos Ruy é jornalista e editor de Princípios.

ANISTIA: O BRASIL APÓS VINTE ANOS³⁷

Celma Tavares

Cenas grotescas que deixariam escandalizados os seres humanos mais insensíveis; corpos brutalizados; almas violadas; crimes contra a humanidade praticados sem nenhum pudor. Assim era o Brasil de 1968. Faziam parte de seu cotidiano as torturas, os assassinatos, os desaparecimentos de pessoas que lutavam por liberdade, que ousavam desafiar a "Segurança Nacional" do país do futebol.

Entre 1964 e 1985 o Brasil viveu sob uma ditadura militar. Além das torturas, o cerceamento da liberdade de expressão, a inexistência dos direitos fundamentais e das garantias constitucionais faziam parte da normalidade política da época; integravam o elenco de medidas tomadas pelos governos militares que se sucederam ao golpe de Estado.

A cada grave violação dos direitos humanos cometida em nome da "Segurança Nacional", a voz de mais um familiar que perdia seu ente querido se unia as já existentes. Foi assim ganhando forma um movimento pelo fim da tortura e a favor da anistia política, do que resultou a organização do Comitê Brasileiro pela Anistia. Finalmente em 28 de agosto de 1979 foi aprovada no Brasil a Lei de Anistia. Mas uma lei muito distante da anistia ampla, geral e irrestrita reivindicada pelos familiares dos presos políticos.

A Lei de Anistia aprovada possibilitou que os crimes de lesa humanidade praticados pelas Forças Armadas e por outros órgãos de segurança fiquem impunes. Vinte anos se passaram e as gerações que não vivenciaram o período de ditadura militar não conhecem a história recente de seu país. Nem imaginam as monstruosidades cometidas contra seus compatriotas. Mas a Lei de Anistia não possibilitou apenas a impunidade ou um vácuo histórico, ainda pior, contribuiu para que os órgãos de segurança que atuam no atual regime democrático permaneçam utilizando as mesmas práticas repressivas da ditadura militar. As torturas, as execuções sumárias, os desaparecimentos, continuam na ordem do dia no Brasil da década de 90. Basta lembrar dos casos mais conhecidos, como o massacre do Carandiru, a chacina da Candelária, o massacre de Eldorado dos Carajás, para se ter uma idéia da real dimensão dos crimes contra os direitos humanos praticados no país.

Como o passado não foi revisto, como as práticas repressivas não foram passadas a limpo, como a Lei de Anistia continua sendo usada quando a sociedade civil tenta exercer um certo controle sobre seus órgãos de segurança, as violações aos direitos humanos continuam sistemáticas em todos os recantos do país. Mesmo possuindo uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mesmo tendo aprovado uma lei que tipifica o crime de tortura, mesmo possuindo um Programa Nacional de Direitos Humanos, mesmo tendo aprovado uma lei de indenização aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, o Brasil não consegue encarar o seu passado, admitir os seus erros e adequar as práticas dos órgãos de segurança à realidade democrática. Pois a bandeira do revanchismo é sempre levantada e a Lei de Anistia sempre lembrada pelos integrantes dos órgãos de segurança que atuaram na ditadura militar.

É preciso compreender que após vinte anos da anistia a luta pela verdade não está relacionada com punição. Os cidadãos brasileiros não estão atrás dos culpados, não querem a punição dos crimes da ditadura. A própria Lei de Anistia impede isto. Querem apenas o direito de exercer o controle público sobre as práticas dos órgãos de segurança, que nos dias de hoje devem estar guiadas pelos princípios democráticos dentro do Estado de Direito. Porque não é possível ampliar a cidadania e respeitar os direitos humanos mantendo práticas arbitrarias e repressivas. Como também não é possível construir o futuro de uma nação fora do regime democrático.

Recife, agosto de 1999

Celma Tavares é jornalista e membro do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco.

³⁷ Disponível em http://www.torturanuncamais.org.br/mtnm_pub/pub_artigos/pub_art_celma12.htm Acesso 16/07/2007